



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSIANE APARECIDA MARÇAL

**A GÊNESE DA ESCOLA ROTARY: interlocuções entre o público e o
privado – 1956/1971**

UBERLÂNDIA

2017

JOSIANE APARECIDA MARÇAL

A GÊNESE DA ESCOLA ROTARY: interlocuções entre o público e o privado – 1956/1971

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Danelon.

UBERLÂNDIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M299g
2017 Marçal, Josiane Aparecida, 1985-
 A gênese da Escola Rotary : interlocuções entre o público e o
 privado - 1956/1971 / Josiane Aparecida Marçal. - 2017.
 219 f. : il.

Orientador: Márcio Danelon.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Associação Internacional de Rotary Clubes -
Teses. 3. Escolas públicas - Ituiutaba MG - Teses. 4. Escola Estadual
Rotary de Ituiutaba (MG) - História - Teses. I. Danelon, Márcio. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 37

JOSIANE APARECIDA MARÇAL

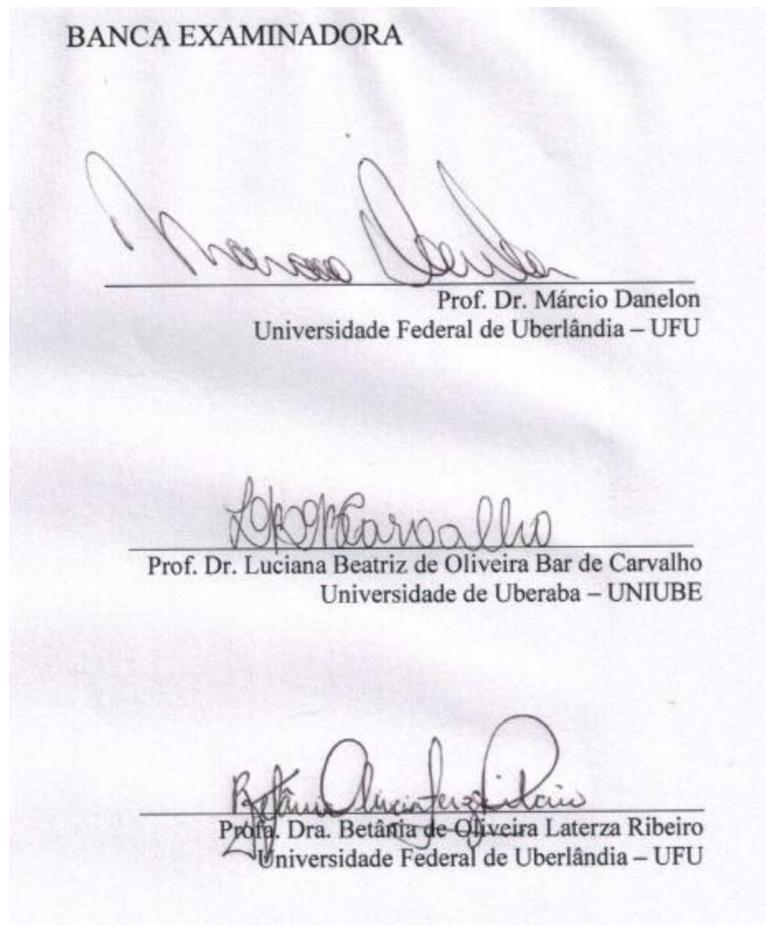
A GÊNESE DA ESCOLA ROTARY: interlocuções entre o público e o privado – 1956/1971

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Danelon.

Uberlândia, 04 de maio de 2017.



AGRADECIMENTOS

Gostaria, primeiramente, de agradecer a Deus, por guiar meus passos e minhas escolhas, por ter me fortalecido nas horas difíceis durante a escrita e ter conservado minha fé, saúde e sabedoria. Acredito que sem essa força superior que me rege não conseguiria finalizar mais essa etapa tão importante da minha vida...

Aos meus queridos pais Jurandir Marçal Dantas e Maria Aparecida Felipe Marçal, que são o alicerce/base da minha sobrevivência. Agradeço pelo amor, carinho, atenção e proteção de sempre...

A minha amiga e irmã querida Josislaine Felipe Marçal pela paciência e pelas palavras de motivação em todo o percurso...

Ao meu querido noivo Álex José da Silva por sempre estar ao meu lado, me apoiando e me motivando a nunca desistir de mais essa caminhada...

A todos os professores que tive a oportunidade de conhecer e estudar durante a minha caminhada no Mestrado em Educação, agradeço por dedicarem seu tempo e sabedoria, pois com certeza tudo o que me ensinastes no decorrer desta formação, carregarei para sempre... Em especial ao meu orientador que tive a oportunidade de conhecer nesta trajetória, professor doutor Márcio Danelon, que nas suas orientações sempre me dava um norte, uma direção a seguir. Obrigado mestre por confiar em mim. Agradeço sinceramente o êxito de ter realizado mais esse percurso!

Aos professores que compuseram a banca do exame de qualificação desta dissertação: professores doutores Wenceslau Gonçalves Neto e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, cujos apontamentos e considerações abriram novas perspectivas de enriquecer a pesquisa...

As professoras doutoras Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho por terem aceitado o convite para compor a banca de defesa... Muito obrigada!

A toda a equipe do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, em especial, ao amigo James Madson Mendonça, da secretaria do Programa de Pós-graduação em Educação, que sempre esteve solícito, atencioso e paciente na tarefa de nos orientar em meio às exigências burocráticas acadêmicas...

A atual diretora Benice Elaine Aparecida de Araújo e vice-diretora Marluce Alves Ferreira Justino, e demais funcionários e colegas da Escola Estadual Rotary de 1º Grau que abriram as portas da escola mais uma vez para contribuir com a realização desta pesquisa...

A todos os membros rotarianos que compõe a Instituição Rotary Club de Ituiutaba, em especial as senhoras Presidentes Aldair de Queiroz Franco e a Jane de Almeida Silva, por serem prestativas e atenciosas dando total apoio à pesquisa realizada...

Enfim, agradeço imensamente a todos os colegas, amigos e familiares que (in) diretamente e, de certa forma contribuíram e apoiaram a finalização de mais essa etapa importante. Muito obrigada a todas (os)!

*[...] Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição*

*Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer. [...]*

Geraldo Vandré (Pra não dizer que não falei das flores)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Anúncio da reportagem sobre o primeiro Rotary Club fundado no Brasil	31
Figura 2: Mapa dos Distritos Rotários Brasileiros	33
Figura 3: Localização do município de Ituiutaba	35
Figura 4: Ata da 1ª reunião da Instituição Rotary Club de Ituiutaba	40
Figura 5: Capa do documento relativo à 1ª Convenção Rotária no Brasil	44
Figura 6: Corpo discente na inauguração da Escola Rotary	57
Figura 7: Reportagem sobre a vinda da Escola Rotary para a Vila Progresso em Ituiutaba ...	59
Figura 8: Localização da Escola Rotary antes e depois de 1970	61
Figura 9: Grupo Escolar Governador Bias Fortes – Escola de Lata	88
Figura 10: Construção de prédio para a instalação de dois grupos escolares	89
Figura 11: Reportagem sobre os Grupos Escolares caindo de velhos	90
Figura 12: Reportagem sobre a falta de mobiliário escolar	91
Figura 13: Anúncio sobre “A Escola Rotary”	97
Figura 14: Anúncio das apresentações que ocorreram no desfile de 1958	99
Figura 15: Anúncio da realização do Desfile das Nações em 1963	100
Figura 16: Carta enviada a Instituição Rotary Club de Ituiutaba para divulgação de campanha FISU (UNICEF) em 1966	127
Figura 17: Folder da campanha “ <i>Compre cartões FISU e ajude a infância</i> ” em 1966	128
Figura 18: Reportagem da Campanha de lançamento para a criação da Associação dos Escoteiros e anúncio de Pavilhão na Escola Rotary	139
Figura 19: Reportagem da criação da Guarda Mirim de Ituiutaba	140
Figura 20: Continuação da reportagem da criação da Guarda Mirim de Ituiutaba	141
Figura 21: Boletim de frequência diária e resumo mensal em 1969	159
Figura 22: Capa do pré-livro da Coleção: <i>As mais belas histórias</i>	177
Figura 23: Capa do pré-livro O livro de Lili	177
Figura 24: Imagens do livro <i>Exercícios de leitura silenciosa e linguagem</i>	178
Figura 25: Coleções de livros, pré-livros e cartilhas enviados a Escola Rotary – 1969	180
Figura 26: Estudantes do Pelotão de Saúde Osvaldo Cruz das Escolas Reunidas Rotary	191
Figura 27: Ata da reunião de Diretora e Professoras	196
Figura 28: Desfile cívico do Grupo Escolar Rotary em 1966	198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estados, territórios e ano de fundação dos primeiros clubes Rotary no Brasil	32
Quadro 2: Distribuição dos Distritos Rotários nos Estados Brasileiros	33
Quadro 3: Crescimento da quantidade de Rotary Clubs e sócios no Brasil (1922-1972).....	34
Quadro 4: Escolas municipais rurais de Ituiutaba: criação e localização, 1941-1968	49
Quadro 5: Ano de criação das escolas estaduais e municipais em Ituiutaba	54
Quadro 6: Ano de criação das escolas privadas e filantrópicas no município de Ituiutaba	54
Quadro 7: Livros de Histórias registrados nos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe em 1968 na Escola Rotary	172
Quadro 8: Datas cívicas comemorativas que foram trabalhadas em Auditórios nos anos de 1963 a 1969 na Escola Rotary	182
Quadro 9: Excursões realizadas pelos estudantes de 1ª a 4ª série da Escola Rotary	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População presente em 1950: por sexo, segundo as zonas fisiográficas: cidade, vilas e quadro rural	36
Tabela 2: Culturas agrícolas no município de Ituiutaba, em 1955	37
Tabela 3: Principais atividades econômicas de Ituiutaba em 1950	38
Tabela 4: Taxas de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões – 2000/2010	46
Tabela 5: Taxa de analfabetismo nos Estados brasileiros, segundo recenseamento de 1950 ..	47
Tabela 6: Alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais em Ituiutaba em 1950	48
Tabela 7: Evolução do crescimento populacional e da escolarização no Brasil, da população em idade escolar – 5 a 19 anos (1920-1970)	81
Tabela 8: Evolução do Analfabetismo no Brasil de 1940 a 1970	82
Tabela 9: População rural e urbana no município de Ituiutaba nos anos de 1940 a 1970	86
Tabela 10: Quantidade de turmas e professoras nos anos de 1960 na Escola Rotary	150
Tabela 11: Quantidade de estudantes de 1ª a 4ª série nos anos de 1960 na Escola Rotary ...	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALE – Aritmética, Leitura e Escrita

ANL – Aliança Nacional Liberal

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CAARPE – Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução de Prédios Públicos de Minas Gerais

CM – Câmara Municipal

CNME – Campanha Nacional de Material de Ensino

COLTED – Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EUA – Estados Unidos da América

FACIP – Faculdade de Ciências Integradas Campus do Pontal

FENAME – Fundação Nacional do Material Escolar

FISI (UNICEF) – Fundo das Nações Unidas para a Infância

HA – hectares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IC – Iniciação Científica

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

ONGs – Organizações Nacionais Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

RI – Rotary Internacional

SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros

SRE – Secretaria Regional de Ensino

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

USAID – (*Agency for International Development*) – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que tem como escopo central apresentar como ocorreu o desvelamento da gênese da Escola Estadual Rotary de 1º Grau, entre os anos de 1956 a 1971, levando em consideração as relações estabelecidas entre o público e o privado nesta instituição de ensino. Tem-se como objetivos específicos responder algumas questões ligadas à implementação desta escola no município de Ituiutaba que, nos anos selecionados, era considerado “Capital do Arroz”, por apresentar destaque em pujança econômica pela sua produção intensiva deste grão. Para tanto, nosso propósito ainda foi conhecer e analisar as diretrizes educacionais governamentais presentes no período em questão; analisar os documentos, recortes jornalísticos e iconográficos referentes ao surgimento da Escola Rotary nos anos de 1956 a 1971; compreender e caracterizar os agentes históricos neste processo e quais mecanismos foram efetivados para a permanência destes na escola, assim como discutir como era organizado o tempo e o espaço para o seu funcionamento; descobrir a relevância da implantação da escola e sua contribuição para a população do município; identificar de que forma circulou o pensamento educacional na época pautado nas categorias difundidas por meio da Instituição Rotary Club Internacional; e entender como se deu a correlação/conexão entre a organização internacional e a Escola Rotary. O procedimento metodológico para a investigação aqui proposta ficou definido em cinco fases distintas: visita à Escola Estadual Rotary de 1º Grau para levantamento no arquivo escolar dos documentos oficiais e da iconografia da escola; visita à Fundação Cultural de Ituiutaba para leitura de jornais referente ao período proposto e à Prefeitura Municipal de Ituiutaba para leitura das atas da Câmara Municipal; visita à Instituição Rotary Club de Ituiutaba para leitura das atas do período em questão, além de jornais e revistas rotarianas; consulta ao IBGE para compreensão dos dados estatísticos oficiais referentes ao município e ao Arquivo Público Mineiro; e levantamento de referencial bibliográfico, das mensagens presidenciais, das Revistas Pedagógicas e do ensino. Os resultados sinalizaram que a relação entre público e privado presente na gênese da escola comprova que estas nem sempre aparecem no cenário da história da educação brasileira sob forma de conflitos, mas também de troca e convívio. Isto possivelmente evidenciou a omissão do Estado brasileiro para com a educação pública. Assim, concluímos que esta pesquisa proporcionou o desvelamento a respeito da situação da escola pública instituída no município de Ituiutaba no período histórico selecionado, em especial a respeito da gênese da Escola Rotary. Ter concretizado este trabalho ampliou ainda mais o *corpus* de conhecimento sobre instituições escolares, ao se realizar um movimento transnacional que discutiu a condição da institucionalização da escola pública não apenas em nível local, mas regional e nacional. Neste movimento transnacional, compreendemos ainda a respeito da vinculação da Instituição Rotary Club de Ituiutaba com o Rotary Club Internacional refletindo, dessa maneira, a sua dinâmica de funcionamento, bem como a ideologia implícita nos princípios rotarianos que se refletiram no interior da Escola Rotary e na sociedade ituiutabana por meio de algumas categorias.

Palavras-chave: Escola Rotary - Rotary Club Internacional - Público/Privado - Ituiutaba.

ABSTRACT

This work is the result of a research whose main purpose is to present the discovery of the genesis of the 1st Grade Rotary State School between 1956 to 1971, taking into account the relationships established between the public and the private in this educational institution. Its specific objectives are to answer some questions related to the implementation of this school in the municipality of Ituiutaba that in the selected years was considered "Rice Capital", because it stood out in economic strength for its intensive production of this grain. Therefore, our purpose also was to understand and analyze the governmental educational guidelines present in the period in question; to analyze documents, newspapers and iconographic clippings related to the emergence of the Rotary School in the years 1956 to 1971; to understand and characterize the historical agents in this process and what mechanisms were made for their stay in school, as well as discuss how the time and space for their operation was organized; to discover the relevance of the school's implementation and its contribution to the population of the municipality; to identify how educational thinking circulated during the era in the categories disseminated through the International Rotary Club Institution; and to understand how the correlation/connection between the international organization and the Rotary School has taken place. The methodological procedure for the research was defined in five distinct phases: a visit to the 1st Grade Rotary State School for the collection of official documents and school iconography in the school archives; visit to the Cultural Foundation of Ituiutaba to read newspapers for the proposed period and to the Ituiutaba Town Hall to read the minutes of the City Council; visit to the Rotary Club of Ituiutaba to read the minutes of the period in question, Rotary journals and magazines; consultation with the IBGE to understand the official statistical data regarding the municipality and the State Public Archive; and survey of bibliographic references, presidential messages, Pedagogical Magazines and of teaching. The results showed that the public and private relations present in the genesis of the school prove that they do not always appear in the Brazilian history of education in the form of conflicts, but also of exchange and conviviality. This possibly evidenced the omission of the Brazilian State towards public education. Thus, we conclude that this research provided the disclosure regarding the situation of the public school instituted in the municipality of Ituiutaba in the selected historical period, especially regarding the genesis of the Rotary School. Having completed this work has expanded the corpus of knowledge about school institutions even more, by making a transnational movement that discussed the condition of the institutionalization of the public school, not only at the local, but also in regional and national level. In this transnational movement we also understand the connection between the Rotary Club of Ituiutaba and the International Rotary Club, thus reflecting its dynamics and the ideology implicit in the Rotary principles reflected in the Rotary School and in the Ituiutaban society by some categories.

Keywords: Rotary School - Rotary Club International - Public/Private - Ituiutaba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
SEÇÃO I - A INSERÇÃO DA INSTITUIÇÃO ROTARY CLUB NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA: A INTERLOCUÇÃO DO LOCAL COM O NACIONAL E INTERNACIONAL.....	23
1.1 Origem e expansão do Rotary Club no mundo e no Brasil.....	27
1.2 O Rotary Club no Triângulo Mineiro: reverberações no município de Ituiutaba nos anos 1950.....	34
1.3 A concepção e o compromisso dos rotarianos com a educação em Ituiutaba: o analfabetismo e a obrigatoriedade da educação escolar.....	43
1.4 As repercussões da intervenção da Instituição Rotary Club no município de Ituiutaba com a implantação da Escola Rotary.....	53
1.5 Síntese da Seção.....	60
SEÇÃO II - DO ÂMBITO PRIVADO AO PÚBLICO NA CAPITAL DO ARROZ: UMA RELAÇÃO DE TROCA E BENEFÍCIO PARA A SOCIEDADE TIJUCANA.....	64
2.1 O embate entre os grupos que defendiam o público e o privado na esfera da educação do local com o nacional.....	69
2.2. A primeira LDBEN 4.024/61 e os impactos na educação nacional e no município de Ituiutaba.....	76
2.3 A Instituição Rotary Club de Ituiutaba e sua influência na gênese da Escola Rotary: afirmações das relações do público e do privado no contexto da Lei 5.692/71.....	93
2.4 Síntese da Seção.....	101
SEÇÃO III - AS CATEGORIAS INTERIORIZADAS NA INSTITUIÇÃO ROTARY CLUB DE ITUIUTABA: UMA REFLEXÃO DA MISSÃO E DOS PRINCÍPIOS ROTARIANOS DE CUNHO INTERNACIONAL.....	104
3.1 Moralidade.....	112
3.2 Higienismo.....	121
3.3 Escotismo.....	132
3.4 Síntese da Seção.....	141
SEÇÃO IV- AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA ESCOLA ROTARY NOS ANOS DE 1963 A 1969.....	145
4.1 A organização do espaço escolar nas entrelinhas das fontes escolares.....	148
4.2 As atividades de classes: “hora de histórias”, “auditórios” e “excursões”.....	167
4.3 As atividades de classes relacionadas ao “ <i>Pelotão de Saúde</i> ” e “ <i>Clube de Leitura</i> ” ...	188
4.4 As festas escolares e as comemorações cívicas.....	194
4.5 Síntese da Seção.....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
REFERÊNCIAS.....	207

INTRODUÇÃO

Início esta dissertação de Mestrado em Educação relatando brevemente as razões que me conduziram para a realização desta pesquisa¹, destacando uma parte importante da minha trajetória acadêmica: a descoberta da pesquisa durante a concretização do curso de Pedagogia.

Foi durante a realização da graduação no curso de Pedagogia pela Faculdade de Ciências Integradas Campus do Pontal (FACIP/UFU) que tive a oportunidade de participar do processo de Iniciação Científica (IC) na área de História e Historiografia da Educação, com o tema de investigação sobre “A escolarização pública no município de Ituiutaba/MG”. Essa pesquisa foi desenvolvida no período de agosto de 2011 a julho de 2012, sendo essencial para minha formação acadêmica. Isto porque novos conhecimentos foram agregados e, com eles, surgiram outras indagações sobre o processo de implantação de instituições escolares no município de Ituiutaba/MG e, em especial, da escola pesquisada.

Em meio à pesquisa realizada surgiram várias inquietações, dentre elas a possível ligação entre a Escola Rotary e uma organização de cunho internacional – a Instituição Rotary Club. Porém, devido ao pouco tempo de investigação que dispúnhamos não foi possível identificar se de fato esta ligação se concretizou e quais foram as consequências dessa relação.

Após a conclusão do curso de graduação em Pedagogia fui trabalhar como professora concursada pelo estado nesta mesma escola, e não foi por acaso que no momento da designação eu a escolhi. Minha pretensão era poder conseguir, agora como professora da escola, informações e novas documentações que de fato revelassem a ligação entre as duas instituições. Confesso que durante os dois anos que estive desenvolvendo o meu trabalho como professora alfabetizadora pude perceber a presença dos membros rotarianos no interior da escola e, mexendo certa vez no arquivo escolar pude encontrar uma vasta documentação, que até então não sabia de sua origem. É por tudo isso que proponho a continuação da pesquisa.

¹ “[...] é uma atividade voltada para a investigação de problemas teóricos ou práticos por meio de processos científicos. Ela parte de uma dúvida ou problema e, com o uso do método científico, busca resposta ou solução. Não é a única forma de obtenção de conhecimentos e descobertas [...] Outros meios de acesso ao saber que dispensam o uso de processos científicos, embora sejam válidos, não podem ser enquadrados como tarefas de pesquisa [...] E ainda, dependendo da qualificação do investigador, a pesquisa terá objetivos e resultados diferentes” (CERVO, 2007, p. 57). Grosso modo, entendemos que a pesquisa significa muito mais do que procurar determinadas verdades para solucionar uma problemática quando parte de uma dúvida ou problema. Acreditamos que este conceito vai muito além quando a mesma se volta para a investigação de problemas teóricos ou práticos envolvendo processos científicos. Ou seja, sempre buscamos acrescentar algo de novo aos conhecimentos já adquiridos.

Atualmente a Escola Estadual Rotary de 1º Grau, objeto de nossa pesquisa é conhecida como Escola Rotary, situa-se na Praça Hilarião Chaves, s/nº, Bairro Ipiranga, no município de Ituiutaba/Minas Gerais. A mesma encontra-se sob a jurisdição da SRE – Secretaria Regional de Ensino de Ituiutaba e atende estudantes da educação básica do 1º ano do Ensino Fundamental Inicial ao 9º ano do Ensino Fundamental e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

O estudo desta problemática busca suprir a carência de pesquisa sobre esse tema nos estudos relativos à História da Educação do município de Ituiutaba, já que a maioria das pesquisas acadêmicas realizadas até o momento, de acordo Souza (2010), revela que estudos sobre a escola pública ainda precisam ser desvendados, uma vez que, os pesquisadores em sua maioria têm se debruçado por estudar as instituições tradicionais e particulares, como o trabalho de Oliveira (2003) sobre o Colégio Santa Teresa, Moraes (2004) sobre o Instituto Marden, Frattari Neto (2009) sobre o Educandário Espírita Ituiutabano, Pacheco (2012) sobre o colégio São José, dentre outros.

Nessa perspectiva, concordamos com Nosella e Buffa quando tratam da importância e relevância da realização de pesquisas acadêmicas, sobretudo acerca do estudo de instituições escolares, pois “[...] representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação [...]” (NOSELLA & BUFFA, 2013, p.19). Ainda segundo esses autores, para realizarmos determinada pesquisa em uma instituição escolar devemos levar em consideração e tornar evidente os diversos aspectos que a envolvem, como por exemplo:

[...] contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; vida escolar; o edifício: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; eventos: festas, exposições, desfiles (NOSELLA & BUFFA, 2013, p. 20).

Assim sendo, delimitamos para a realização desta pesquisa os anos de 1956 a 1971², pois durante esse período ocorreram no município de Ituiutaba acontecimentos que

² Destacamos a importância e a relevância desta pesquisa esta sendo realizada nos anos de 1960, uma vez que esse período “[...] serão lembrados no Brasil pela sua efervescência política e social. O início da década foi agitado pelo acirramento de lutas ideológicas, a participação crescente dos movimentos sociais, a ampliação do movimento sindical operário, as lutas dos trabalhadores do campo, a atuação expressiva da esquerda nacionalista

possivelmente nos esclareça a ligação entre as duas instituições a particular: Instituição Rotary Club, e a pública: Escola Rotary. A inquietação maior vem de saber que em meio a toda essa conjuntura o município de Ituiutaba se destacava no campo econômico, por ser conhecido como a “Capital do Arroz”, pela sua produção intensiva desse grão, enquanto que a região carecia de escolas públicas para os filhos da classe trabalhadora. Além disso, em meio à ascensão desenvolvimentista não somente nacional, mas local surge em 1954 a Instituição Rotary Club de Ituiutaba como um clube prestador de serviços em prol da região do Triângulo Mineiro e em outras cidades do Estado de Minas Gerais.

Elegemos o ano de 1971 devido à implantação da lei 5.692/71, uma vez que, as escolas de um modo geral passaram a pertencer a partir desta lei ao Estado, que até então omitia sua responsabilidade com as instituições públicas. Porém, é interessante contextualizarmos historicamente que até sua implantação houve no campo da economia e da política o período desenvolvimentista no país, marcado pelo governo de Juscelino Kubitschek. No campo educacional destacamos a criação da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 4.024/61, e posteriormente o acontecimento do golpe civil militar no Brasil³ juntamente com os acordos internacionais MEC/USAID.

Propusemo-nos como objetivo geral desta pesquisa compreender no interior da Escola Estadual Rotary de 1º Grau, como se deu o seu surgimento levando em consideração as relações estabelecidas entre o público e o privado na educação nos anos de 1956 a 1971. Além disso, temos como objetivos específicos, conhecer e analisar as diretrizes educacionais governamentais presentes no período em questão, no âmbito nacional e internacional (visto que a Instituição Rotary Club é de cunho internacional); analisar os documentos, recortes jornalísticos e iconográficos referentes ao surgimento da Escola Rotary nos anos de 1956 – 1971 para entender como ocorreu sua gênese; compreender e caracterizar os agentes históricos (quem eram os profissionais e estudantes dessa escola; suas etnias; idades; dificuldades; o tipo de formação; como também o que pretendiam da/na escola) e quais

e a guinada do governo João Goulart em prol das reformas de base (agrária, bancária, fiscal, eleitoral, etc)” (SOUZA, 2008, p.229).

³ “O golpe de Estado de 1964 depõe o presidente João Goulart e põe fim à “democracia populista” iniciada em 1946. Fruto de uma coalizão civil e militar, o golpe configura a ascensão de um novo bloco no poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira – nacional e internacional –, o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas. O espectro de interesses representados por esse conjunto autoriza-nos a qualificá-lo como uma elite” (GERMANO, 2011, p.17). Ressaltamos que Germano (2011) ao denominar a Ditadura Militar de Golpe Civil Militar, refere-se a uma ditadura que foi implantada não somente pelo governo dos militares, mas principalmente pelo apoio e participação da sociedade civil como um todo.

mecanismos foram efetivados para a permanência destes na escola assim como eram organizados o tempo e o espaço para o seu funcionamento; descobrir a relevância da implantação da Escola Rotary e sua contribuição para a população do município em que ela se encontra; identificar de que forma circulou o pensamento educacional na época pautado nas categorias defendidas e difundidas por meio da Instituição Rotary Club Internacional; entender como se deu a correlação/conexão entre a organização internacional e a Escola Rotary.

O procedimento metodológico para a investigação aqui proposta ficou definido em cinco fases distintas: sendo que a primeira fase refere-se à visita a Escola Estadual Rotary de 1º Grau para levantamento no arquivo escolar dos documentos oficiais e da iconografia da escola; a segunda fase visita a Fundação Cultural de Ituiutaba para leitura de jornais referente ao período proposto e a Prefeitura Municipal de Ituiutaba para leitura das atas da Câmara Municipal; a terceira fase visita a Instituição Rotary Club de Ituiutaba para leitura das atas do período em questão, jornais e revistas rotarianas; a quarta fase consulta ao IBGE para compreensão dos dados estatísticos oficiais referentes ao município e ao Arquivo Público Mineiro; a quinta fase levantamento de referencial bibliográfico, das mensagens presidenciais, das Revistas Pedagógicas e do ensino.

Deste modo, fazendo um recorte temporal, torna-se pertinente estabelecer neste trabalho o uso de fontes iconográficas, documentais e bibliográficas. Nesta perspectiva de acordo com Saviani, a palavra fonte de um modo geral significa,

[...] o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se buscam compreender. Além disso, a palavra *fonte* também pode se referir a algo que brota espontaneamente, “naturalmente” e a algo que é construído artificialmente. Como ponto de origem, *fonte* é sinônimo de *nascente* que corresponde também a *manancial* o qual, entretanto, no plural já se liga a um repositório abundante de elementos que atendem a uma determinada necessidade (SAVIANI, 2006, p. 28-29).

Concordamos com Saviani (2006) quando o mesmo estabelece que o propósito de se trabalhar com as fontes descritas anteriormente neste trabalho representam o ponto de partida e o alicerce para qualquer fenômeno, que busca determinada compreensão. Além disso, o autor, nos alerta que nesse caso a palavra fonte pode ser utilizada em “sentido analógico”, ou

seja, sempre que retornamos a esta, à tendência é descobrir algum dado novo ou informações novas. Assim as fontes históricas são [...] “a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história” (SAVIANI, 2006, p. 30).

Le Goff (1996), ao tratar da importância estabelecida entre o pesquisador e sua interação com alguns tipos de documentos, diz que o mesmo se debruça compreendendo-lhe os sentidos para além da aparência. Em outras palavras, o pesquisador observa as/nas entrelinhas do documento, buscando o sentido naquilo que não está totalmente explícito. Essas relações que se estabelecem, trazem a tona a importância das interpretações feitas no passado e no presente dando-lhe significado.

Ao optarmos por realizar esta pesquisa em fontes bibliográficas concordamos com as considerações realizadas por Severino quando o mesmo diz que a pesquisa nesse sentido:

[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

De acordo com este autor, toda e qualquer pesquisa bibliográfica implica em um levantamento de dados de fontes variadas que já foram em algum momento trabalhadas por outros autores, tratando-se de um levantamento realizado de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, artigos, revistas e outros impressos.

Tendo por horizonte que toda pesquisa, seja ela de qual método, perpassa pela pesquisa bibliográfica, Gil (1999) acrescenta que apesar de todos os estudos e pesquisas elaboradas partirem em um primeiro momento deste tipo de pesquisa, existe as pesquisas que se desenvolvem exclusivamente de fontes bibliográficas, trazendo reflexões acerca do que já foi construído sobre determinado tema.

A pesquisa bibliográfica é indicada quando o pesquisador não se propõe a resolver um problema em si, mas levantar as informações necessárias para melhor compreendê-lo. Nesse sentido, constitui o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, percorrendo todos os passos formais do trabalho científico. Ou seja, podemos compreender que o objetivo central da realização de uma pesquisa bibliográfica é encontrar respostas aos problemas formulados

pelos pesquisadores, uma vez que ela pode constituir parte da pesquisa descritiva ou experimental quando for realizada com o intuito de recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema, o qual procura resposta de uma hipótese que se quer experimentar.

Segundo Gil (2002), a realização da pesquisa documental é semelhante à da pesquisa bibliográfica, entretanto, a diferença entre ambas consiste na natureza das fontes. Isto porque, enquanto a pesquisa bibliográfica é realizada por meio da contribuição de consagrados autores que realizaram trabalhos sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam, conforme o autor coloca, “[...] um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45). Tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa documental podem ser realizadas seguindo os mesmos passos. Contudo,

[...] cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas, sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos “de primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc (GIL, 2002, p.46).

No arquivo escolar foram encontrados diários de classes (Boletins de frequência diária), livros de promoção, fotografias e atas das reuniões de professoras e diretoras, de inspetores, do Clube de leitura e do Pelotão de saúde, que consideramos fontes documentais. Já na Instituição Rotary Club de Ituiutaba encontramos as atas de reuniões dos membros rotarianos e revistas rotárias. Além disso, nas duas instituições, Escola Rotary e Instituição Rotary Club de Ituiutaba, foram encontradas imagens fotográficas.

Com relação às fontes iconográficas, é possível afirmar, conforme expressa Kossoy (2000, p. 22), que esses tipos de fontes são representados por “[...] imagem fotográfica fixa, congelada em sua condição documental [...]”. Entretanto, essas imagens muitas vezes apresentam seus significados distorcidos dependendo do olhar do historiador, pois nem sempre trazem à tona, de fato, as realidades que as envolveu. Para tanto, Kossoy estabelece uma “segunda realidade”, que se trata da realidade do documento e de sua representação. Ou

seja, “[...] construída, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representado, pista decisiva para desvendarmos o passado” (KOSSOY, 2000, p. 22).

Contudo, é necessário deixar claro que o uso de fotografias neste trabalho nos trouxe um dado a mais, nos auxiliando na reconstrução histórica da gênese escolar. Por isso, torna-se relevante que a fotografia seja percebida como fonte histórica, pois pode ser utilizada como ponto de partida para desvendar o passado:

Quaisquer que sejam os conteúdos das imagens devemos considerá-las sempre como fontes históricas de abrangência multidisciplinar. Fontes de informação decisivas para o seu receptivo emprego nas diferentes vertentes de investigação histórica, além obviamente, da própria história da fotografia. As imagens fotográficas, entretanto, não se esgotam em si mesmas, pelo contrário, elas são apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado. Elas nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência (KOSSOY, 2000, p. 21).

É nesse âmbito que trazemos à tona como ocorreu a implantação da Escola Rotary no município de Ituiutaba, conhecida atualmente como Escola Estadual Rotary de 1º Grau. Foi a partir da investigação de seus documentos, iconografias e levantamento bibliográfico que desvelamos a sua gênese em quatro seções.

Na primeira seção apresentaremos como ocorreu a inserção da Instituição Rotary Club no mundo. A intenção desta seção é fazer uma interlocução do internacional com o nacional e o local, para compreendermos com qual finalidade o Rotary Club se instalou, assim como ocorreu a sua expansão mundialmente até chegar ao município de Ituiutaba no Triângulo Mineiro. Posteriormente, entram em cena as reverberações da criação desta instituição de cunho internacional com o processo de implantação da Escola Rotary e outros projetos para a região. Em meio a este cenário, apresentaremos a conjuntura econômica deste município, o processo de urbanização e como foi a expansão da escola pública em Minas Gerais, em especial com a criação da escola pesquisada.

Serão discutidas na segunda seção as relações estabelecidas entre o público e o privado na história da educação brasileira, em especial no município de Ituiutaba. Deste modo, entrecruzaremos a história da Escola Rotary com a situação educacional em que o país estava inserido, ou seja, em um período de discussões entre o embate do ensino público e

privado, desencadeando no processo de promulgação da LDBEN 4.024/61. Além disso, nesta seção apresentaremos os impactos causados pela implantação desta lei no Brasil, em especial no município de Ituiutaba, explicitando a omissão do Estado para com a educação pública, quando analisamos brevemente as entrelinhas de seus artigos constitucionais.

Abordaremos na terceira seção os três tipos de categorias mais relevantes presentes e advindas da organização e atuação do Rotary Club Internacional, que conseqüentemente se refletiram diretamente em outros clubes como na Instituição Rotary Club de Ituiutaba, e especificamente na educação e na forma como esta é conduzida. Essa seção trata-se da discussão acerca dos conceitos relacionados à moralidade, higienismo e escotismo que estão presentes nos princípios e ideais rotarianos, e que conseqüentemente se refletiram no interior da Escola Rotary e nas ações dos membros rotarianos em prol da sociedade ituiutabana nos anos 1960. Salientamos que essas categorias são utilizadas pelo Rotary Club como estratégia de parceria aliadas a outras categorias com as estratégias de promoção e as de manutenção do seu poder simbólico, como forma de reforçar sua reciprocidade e, principalmente, sua legitimidade e identidade rotária, característica fundamental do clube.

Na quarta seção analisaremos as práticas educativas que foram vivenciadas na Escola Rotary nos anos de 1960 tendo como pano de fundo a ditadura militar. Nesta perspectiva, abordaremos a implantação do Pelotão de saúde e Clube de leitura na escola, como iniciativa dos governos militares para a educação. Além disso, apresentaremos a forma como era organizado o trabalho pedagógico que foi ilustrado por meio das análises das atividades de classes (“a hora da história”, “os auditórios”, “as excursões” e as comemorações cívicas) realizadas pelas professoras conforme a delimitação temporal selecionada para a realização desta pesquisa.

SEÇÃO I - A INSERÇÃO DA INSTITUIÇÃO ROTARY CLUB NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA: A INTERLOCUÇÃO DO LOCAL COM O NACIONAL E INTERNACIONAL

Esta seção tem por objetivo apresentar o surgimento do Rotary no mundo e de que maneira foram estabelecidas e estreitadas as ligações decorrentes das formas de atuações existentes entre os níveis internacional, nacional e local.

Entendemos que o nível internacional é representado pela Instituição Rotary Club Internacional (1905), surgida em Chicago, nos Estados Unidos da América; o nacional representado pela Instituição Rotary Club do Rio de Janeiro (1922); e o local, por se tratar do Triângulo Mineiro, representado pelas Instituições Rotary Club fundadas inicialmente em Minas Gerais no município de Montes Claros em 1926 e em Belo Horizonte em 1927.

Especificamente no Triângulo Mineiro, o Rotary Club se instalou primeiro nas cidades de Uberlândia (1936) e Uberaba (1937), até chegar ao município de Ituiutaba (1954). Devido à localização geográfica dessas cidades, elas não pertenciam ao mesmo Distrito Rotário⁴.

É importante frisar que algumas instituições internacionais como o Rotary Club, o Lions Club, dentre outras, se inseriram no Brasil com um propósito, que será demonstrado posteriormente. Nessa perspectiva, buscamos compreender a finalidade da existência de Rotary Club. No ano de 1957, conforme registro histórico pertencente ao acervo on-line do Rotary Club Internacional⁵ podemos constatar a seguinte contribuição: “o Brasil tem ocupado o 3º lugar no mundo em número de Rotary Clubs”.

As explicações destas ligações entre as formas de atuações e existências de Rotary surgem quando buscamos responder as seguintes inquietações: como se deu a origem do Rotary Club no mundo e no Brasil, assim como sua expansão internacional, nacional e local? De que forma esta instituição se instala em Minas Gerais, especificamente no Triângulo Mineiro, e chega ao município de Ituiutaba? Além disso, procuramos entender que esta instituição não se instala em determinada localidade por acaso, existe uma intencionalidade que procuraremos compreender.

⁴ “Distrito Rotário é uma região na qual está sediado determinado número de Rotary Clubs, variando aproximadamente de 45 a 80 clubes em cada distrito. O distrito pode abranger parte de um país ou estado, ou pode abranger parte de mais de um, dois ou mais países e estados, pois os limites dos distritos nem sempre coincidem com as fronteiras de países ou estados. Um distrito rotário é formado por Rotary Clubs de determinada área geográfica, agrupados para fins administrativos do RI. A organização e as atividades dos distritos têm como única finalidade apoiar os Rotary Clubs em suas atividades e esforços (Cód. Norm. Rotary 17.010.1)” (PORTES, 2014, p. 59).

⁵ Site do Rotary Internacional. Disponível em: <<http://www.rotary.org.br> e Rotary no Brasil>. Acesso em: 21/11/2015.

De maneira geral, o Rotary Club, por sua vez, defende a livre iniciativa e a propriedade privada, ou seja, não é qualquer indivíduo que pode fazer parte do clube. Para integrá-lo, o membro rotariano necessita pagar algumas mensalidades e ter o seu próprio emprego, ser um profissional liberal. Todavia, o clube não deixa claro quais são as profissões recomendadas para se tornar um membro, mas impõe seis requisitos exigidos para se associar a instituição, sendo estes:

(1) que sejam proprietários, associados, diretores ou gerentes de qualquer negócio ou exerçam profissão útil e idônea; ou (2) que desempenhem funções executivas, com ampla autonomia, em qualquer negócio ou profissão útil e idônea; ou (3) que tenham se aposentado de funções descritas nos itens (1) ou (2) acima; ou (4) que sejam líderes comunitários que tenham demonstrado, através de envolvimento pessoal em assuntos da comunidade, compromisso com o servir e com o objetivo do Rotary; ou (5) que se enquadrem na definição de ex-participante de programa rotário, conforme estabelecido pelo Conselho Diretor do RI; ou (6) que tenham trabalhado a fim de cuidar dos filhos ou ajudar o cônjuge com seu trabalho e cujo respectivo lugar de trabalho ou residência seja na localidade do clube ou em sua proximidade (PORTES, 2014, p. 70-71).

Por isso que há um extremo cuidado do clube Rotary na escolha de seus membros que irão representá-los ao levar à população a mensagem do seu pensamento e a declaração de seus interesses, a fim de promover benefícios em prol das comunidades. Além disso, sensibilizar a integração de novos sócios para se agregarem ao clube. Os ideais rotarianos de servir ao próximo e de garantir a paz mundial se fundamentam na perspectiva do liberalismo⁶ que defende como pilares de sua doutrina a possibilidade de haver entre os indivíduos a cooperação social e a divisão do trabalho, pressupondo desta maneira que se conquiste a “paz mundial”.

A liberdade pressupõe a existência de paz. O liberalismo condena a guerra não só pela carga de sofrimento e morte que acarreta, mas também por diminuir a possibilidade de cooperação social e de divisão do trabalho. A cooperação social, que só pode florescer num ambiente de paz, é o traço característico do gênero humano. A liberdade, a propriedade e a paz são, por assim dizer, os pilares sobre os quais se assenta a doutrina liberal. A esses

⁶ “O liberalismo apareceu, pois, como uma doutrina econômica da livre concorrência e como tal desempenhou um papel histórico definido: serviu para consolidar o desenvolvimento industrial dos fins do século XVIII, por atender diretamente aos interesses e necessidades da emergente burguesia industrial. [...] A necessidade liberal, numa palavra, é a doutrina tecida com o fio da necessidade burguesa. É a lógica das condições que os burgueses requerem para sua ascensão e triunfo final. O padrão do credo é fixado pelas suas necessidades” (BUFFA, 1979, p. 90).

valores acrescenta-se a tolerância, que é também um dos traços característicos do liberalismo. Quando começaram a prevalecer as idéias liberais, desapareceram procedimentos como perseguições religiosas, condenação de heréticos à morte, guerras religiosas. São coisas que hoje pertencem ao passado e à história (STEWART JR., 1995, p. 72-73).

Conforme Uhle (1991) estabelece, a Instituição Rotary Club defende diversas questões relacionadas ao liberalismo, dentre elas a livre iniciativa e a propriedade privada, ambas mencionadas anteriormente. Além disso, a instituição de uma maneira geral procura sempre contornar e amenizar os problemas de ordem social, que são resultantes do modelo político econômico defendido pelo clube e que, conseqüentemente, são oriundos das desigualdades sociais entre os povos e as nações (principalmente os que envolvem a pobreza e a miséria) e de origem econômica.

Um dos ideais do liberalismo que pode se relacionar com um dos princípios da Instituição Rotary Club é o de que possa haver cooperação entre toda a humanidade, de forma pacífica e sem restrições de qualquer natureza, abrangendo, de certa forma, a conquista da tão sonhada paz mundial entre os povos. No pensamento liberal, deve-se abarcar sempre a humanidade na sua totalidade, não se detendo das fronteiras que venham a existir, sejam estas entre uma cidade, um estado, um país ou um continente. Nesta perspectiva, compreende-se que “o principal objetivo de um Estado liberal deve ser o de manter um clima de paz e tranquilidade nas suas fronteiras, possibilitando assim a maior cooperação pacífica entre os concidadãos” (STEWART JR., 1995, p.76).

Dessa forma, entendemos que o liberalismo não pretende ser uma ideia moderna ou nova; espera ser uma ideia correta e adequada para atingir o objetivo comum de todas/para todas as ideologias, qualquer que seja, que é elevar o padrão de vida das populações de um modo geral.

O Estado, nesse sentido, torna-se liberal, uma vez que, não age sozinho por ter se minimizado, necessitando, assim, da ajuda de terceiros. Ou seja, gerando uma política voltada para a cooperação coletiva em que o objetivo central é fazer com que os clubes de serviço como Rotary Club, Lions Club e outros se vinculem nesta proposta liberal.

O Estado se minimiza desresponsabilizando-se pelas contradições sociais exacerbadas pelo processo de globalização. Em decorrência da crise fiscal, o poder público reduz seus gastos com a área social chamando a sociedade a dar respostas às situações de pobreza enfrentadas pela população, ocasionando uma verdadeira mercantilização e refilantropização dos serviços

sociais, se fortalecem nesse contexto os clubes de serviços (Lions, Rotary, etc.) e junto com eles o comprometimento da sociedade em geral (DALLAGO, 2007, p. 04).

Com base nisso, posteriormente ganha ascensão o que podemos chamar de terceiro setor, ou seja, setores considerados segundo o autor de “não-governamental”, “não-lucrativo” e de “esfera pública não-estatal”, materializado pelo conjunto de “organizações da sociedade civil consideradas de interesse público”(DALLAGO, 2007). Estes representados não só pelas entidades citadas, de acordo com o autor, mas também pelas ONGs e por outras fundações empresariais.

Segundo este autor, quando afirmamos que o Estado desresponsabiliza-se de suas obrigações, estamos denominando-o como Estado mínimo, que busca fortalecimento em outras instituições a fim de ampliar suas relações mercantis e atender aos interesses públicos bem como os direitos dos cidadãos. Dessa forma, ligado às políticas sociais⁷, o Estado passa a redefinir suas funções e a utilizar mecanismos institucionais de controle. Salientamos que esse processo vem desde a industrialização quando, então, o Estado é requisitado para o enfrentamento das desigualdades sociais que acabaram se intensificando, tais como a pobreza, o desemprego e a exclusão social.

Nesta perspectiva, entendemos que há a transferência da responsabilidade destes serviços sociais para a sociedade civil mascarado principalmente pelo discurso exacerbado da “solidariedade” e da “parceria”. Desse modo, “[...] vem se operando a despolitização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado e responsabiliza os sujeitos sociais pelas respostas às suas necessidades sociais” (ALENCAR, 2009, p. 07). Este autor concorda com Bobbio (2005) ao afirmar que o liberalismo, ao estar ligado ao Estado mínimo, refere-se a um Estado extenso. Já para Dallago (2007) a deslegitimação e desqualificação do Estado com relação à área social, busca criar com base na proposta econômica neoliberal “[...] um Estado com funções mínimas em relação ao social e, máximas para o capital [...]” (DALLAGO, 2007, p. 04). Ou seja, o Estado ao ser retraído busca se fortalecer por intermédio de relações mercantilizadas com os clubes de serviços e outras instituições.

⁷ Entendemos por políticas sociais como o “conjunto de programas e ações continuadas no tempo, que afetam simultaneamente várias dimensões das condições básicas de vida da população” (DRAIBE, 1997, p. 14).

Nesta seção inicial buscamos ainda apresentar quais as concepções e as missões dos membros rotarianos, especialmente as que foram desenvolvidas em forma de projetos sociais no município de Ituiutaba. Sabendo que uma das suas linhas de ação estava centrada na educação básica, e particularmente na alfabetização de crianças, jovens e adultos, buscamos responder outras inquietações: como o analfabetismo neste município era percebido pelos rotarianos? Quais outras reverberações os rotarianos trouxeram para Ituiutaba, levando em consideração que a cidade nos anos 1950 era conhecida como “Capital do Arroz”?

1.1 Origem e expansão do Rotary Club no mundo e no Brasil

Segundo apontam os estudos realizados por Uhle (1991), o Rotary Club é uma organização internacional fundada em 23 de fevereiro de 1905 em Chicago, EUA, por Paul Percy Harris⁸. Esta organização tem como propósito ações empregadas a partir dos princípios de patriotismo, conciliação, liberdade, progresso, justiça, sacrifício e lealdade. Tendo por base esses setes princípios, os projetos dos rotarianos são praticados a partir da prestação de serviço à comunidade.

De acordo com Setton (2004), Paul Harris era um cidadão comum como os demais, que estava insatisfeito com a falta de segurança que sua cidade lhe oferecia no início dos anos de 1900. Dessa forma, para amenizar a violência que tirava a paz dos cidadãos, ele pensou em criar uma associação que incentivasse o companheirismo e o auxílio mútuo, ou seja, que impulsionasse uma nova ideia de convívio social.

Paul Harris, juntamente com mais três amigos que eram seus clientes no escritório de advocacia, a saber, Silvester Schiele, comerciante de carvão; Gustavus Loehr, engenheiro de minas; e Hirain Shorey, alfaiate, passaram a se reunir constantemente a fim de sintetizar a criação da nova instituição. Uma das exigências que os quatro amigos estabeleceram foi que cada membro se dedicasse a uma atividade profissional diferente (RIBEIRO, 1954). Nesta perspectiva, Setton (2004) estabelece que

[...] a estrutura hierárquica rotariana reflete uma organização voltada para um controle interno bastante rígido. Há vários níveis administrativos com

⁸ “O fundador do Rotary Club, Paul Harris nasceu em 19 de abril de 1868 em Racine, Wisconsin, EUA, filho de George e Cornelia Bryan Harris. George, seu pai era comerciante, filho de Howard Harris, de Wallingford, Vermont, EUA, e Cornelia, filha de Henry Bryan, o segundo prefeito de Racine. Paul Harris era o segundo filho do casal, que quando jovem recém-formado em Direito, chega à cidade de Chicago com 28 anos de idade em 1896” (HARRIS, 1954, p. 80).

responsabilidades diferentes, mas com tarefas semelhantes de supervisão, isto é, todos os níveis hierárquicos têm a obrigação de supervisionar a forma de veiculação da filosofia rotária a atuação de seu colega hierárquico imediatamente inferior [...] (SETTON, 2004, p. 27).

O nome Rotary foi inspirado na forma rotativa em que ocorriam as reuniões, ora nos locais de trabalho de cada membro, ora em outros lugares públicos, como em restaurantes.

O nome do clube foi escolhido na terceira sessão, em virtude de já terem adotado a norma de se reunirem rotativamente cada vez no escritório ou local de trabalho de cada um. Pouco depois com o aumento do número de sócios, passaram a realizar as sessões, ainda rotativamente, nos vários restaurantes de Chicago e logo verificaram que a cidade necessitava de uma organização que propugnasse pela sua melhoria. E o clube passou a também auxiliar a cidade (RIBEIRO, 1954, p. 59-60).

Ribeiro (1954) menciona que a partir destas primeiras reuniões deu-se “o início da evolução” desta organização, que passou a se difundir entre os homens de diferentes cidades e, posteriormente, países. Antes de passar a se chamar Rotary Internacional em 1911, essa instituição era concebida como *Sociedade Nacional de Rotary Club*. Neste período, é interessante identificarmos que os EUA se encontravam em expansão devido ao surto industrial que atingia todo o território norte-americano:

O surgimento do Rotary Club nos Estados Unidos, no princípio deste século, deve ser visto através da compreensão da cultura e do pensamento de seu tempo. O clube pode ser a resistência de pequenos industriais e comerciantes diante das transformações rápidas, marcadas pelo surto industrial americano no final do século XIX (UHLE, 1991, p. 28).

O Rotary Club nos Estados Unidos surge acompanhando as transformações do plano econômico e social da sociedade na época, que foram marcadas pela industrialização americana. Muitos trabalhadores rurais saem de suas propriedades com a tentativa de acompanhar o desenvolvimento das cidades. Setton (2004), ao fundamentar-se nos inscritos de Simmel (1986)⁹, chega à conclusão que:

A cidade é o *locus* legítimo da criação dessas organizações voluntárias. Lugar de grande circulação de pessoas, da divisão do trabalho e da variedade de interesses, a cidade opõe-se frontalmente a tranquilidade e pessoalidade

⁹ SIMMEL, George. *El individuo y la libertad: ensayos de critica de la cultura*. Barcelona: Península, 1986.

da vida dos pequenos aglomerados. O espírito do capitalismo, impondo um ritmo acelerado nas transações entre os indivíduos, e a cultura do dinheiro, superficializando as relações entre os sujeitos e as coisas, podem ser apontados ainda como possíveis causas das novas formas de integração e sociabilidade (SIMMEL, 1986 *apud* SETTON, 2004, p. 35).

Quando esses trabalhadores chegam às grandes metrópoles tornam-se empregados ou donos de seus próprios negócios, uma vez que até então, na segunda metade do século XIX, a maioria dos produtores rurais possuía um pedaço de terra. Mostrando dessa forma, segundo Giddens (1972), a ideologia que persiste é a mesma do processo de individualização, da independência econômica, da artificialidade das relações característica do convívio social moderno.

No plano econômico, os EUA do século XIX tem como base a produção agrícola, especialmente aquela gerada pelos pequenos proprietários rurais. A grande maioria dos produtores rurais até a 2ª metade do século XIX era proprietário de um pedaço de terra. As grandes propriedades só se verificaram no sul do país, assim como a própria escravidão não se expandiu nos Estados do norte. O agricultor cultivava e mantinha sua propriedade com seu trabalho e o de sua família. Só no final do século, quando começam a ocorrer problemas de mercado, com as exportações limitadas e a mecanização das granjas e fazendas, é que, como decorrência, vai se dar a concentração da propriedade de terra (UHLE, 1991, p. 29).

O Rotary Club concretizou-se como uma forma de organização da sociedade civil americana da época, em especial destes trabalhadores que migraram para as cidades e se profissionalizaram, tornando-se pequenos comerciantes e industriais.

O Rotary Club surge na cidade de Chicago, em 1905, e representa a concretização de um tipo de organização civil bastante típica da sociedade americana. Seus objetivos expressos no momento de fundação se inserem no bojo das lutas do seu tempo. A moralização dos negócios e a auto-proteção dos profissionais associados mobilizam os pequenos comerciantes e industriais, além de profissionais liberais de origem rural. O fundador Paul Harris é um advogado de classe média cujo objetivo se expressa pelo sucesso profissional através de um trabalho moralmente digno. Suas preocupações com os valores religiosos resultam nos princípios adotados pelo clube. A moral do trabalho e a ética profissional ascética fazem parte do quadro de valores propostos aos associados, e demonstram a proximidade dos objetivos do clube com a expansão e aprofundamento das relações capitalistas (UHLE, 1991, p. 36).

Paul Harris, em torno da criação da Instituição Rotary Club americana, tinha ou manifestava uma preocupação maior com a expansão do capitalismo. Nesta perspectiva, encontramos a explicação da origem de Rotary Club no mundo, como um clube prestador de serviços à comunidade, mas que na verdade é uma mantenedora de status social, representada por profissionais liberais que têm interesses e propósitos comuns, e que aos poucos vão concebendo novas formas de sociabilidade. De acordo com Setton (2004), essas novas formas de sociabilidade levam à necessidade de novas formas de integração, ou seja:

[...] do ponto de vista das relações pessoais, podemos pensar que as associações voluntárias, ao mesmo tempo que respondem a uma estratégia não planejada de convívio e integração, podem também refletir uma sociabilidade estruturada por objetivos práticos, próprios da racionalidade do mundo moderno. É possível pensar que a circulação de interesses, dinheiro e mercadoria possam impor uma conduta afetiva baseada no racionalismo e na objetividade transcendendo à esfera da vida econômica. No limite, é como se o homem urbano tendesse a desenvolver em todas as dimensões de sua vida uma atitude intelectual e prática. Assim, a objetividade das transações comerciais poderia levar a uma relação social também marcada pela instrumentalidade; como se todo e qualquer problema de caráter pessoal pudesse ser resolvido por meio da equação e do cálculo pragmático (SETTON, 2004, p. 35).

O segundo clube foi fundado na cidade de São Francisco, Estados Unidos em 1908. Segundo Mattos (1935), no ano de 1910 havia nos Estados Unidos catorze clubes. Antes, porém, da sua expansão internacional, Paul Harris chegou à conclusão de que os clubes existentes deveriam se unir para formar uma organização coletiva que “serviria de escritório intermediário para intercâmbio de ideias proveitosas concebidas nos clubes” (HARRIS, 1954, p. 97). Na América Latina, Cuba, Uruguai, Argentina e Brasil foram os primeiros países a instalar Rotary Club. No Brasil, de acordo com Uhle (1991), os rotarianos americanos ficaram três anos na tentativa de instalar o Rotary Club no Rio de Janeiro, atingindo este objetivo no ano de 1922. Posteriormente, São Paulo em 1924.

Os rumores de que o Rotary Club se instalaria no Brasil, logo virou notícia nacional nos jornais da cidade do Rio de Janeiro, local onde se instalou o primeiro clube brasileiro. O propulsor do Rotary no Brasil foi o Dr. Herbert Moses, com a assistência do Sr. Edward Chalfant, recém-chegado de Nova Iorque com o objetivo de mobilizar homens daquela localidade para fundar o clube. A seguir, mostramos a reprodução do anúncio da reportagem do jornal *A Noite*, sobre a organização do primeiro “Clube Internacional Rotante” no Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1920.

Figura 1: Anúncio da reportagem sobre o primeiro Rotary Club fundado no Brasil



Fonte: Acervo Hemeroteca Nacional – Jornal A Noite 09/dezembro/1920.

Segundo essa reportagem, os representantes do Rotary Club Internacional estavam no Rio de Janeiro para participar de uma reunião juntamente com outros profissionais de diferentes ramos com o objetivo principal de fundar o Rotary Club no Brasil. O Rotary Club, até o momento, havia se difundido entre 49 mil homens, de 389 clubes rotantes filiados nos seguintes países: Estados Unidos, Canadá, Grã Bretanha, Irlanda, Cuba, Uruguai, Argentina, Porto Rico, Panamá, Índia e China.

De acordo com Amarante (1973), o segundo Rotary Club a se instalar no Brasil foi o de São Paulo em 13 de fevereiro de 1924 e o terceiro na cidade de Montes Claros, em Minas Gerais, em 07 de julho de 1926. Aos poucos foram se expandindo outros clubes em todo o território nacional, de acordo com o quadro a seguir.

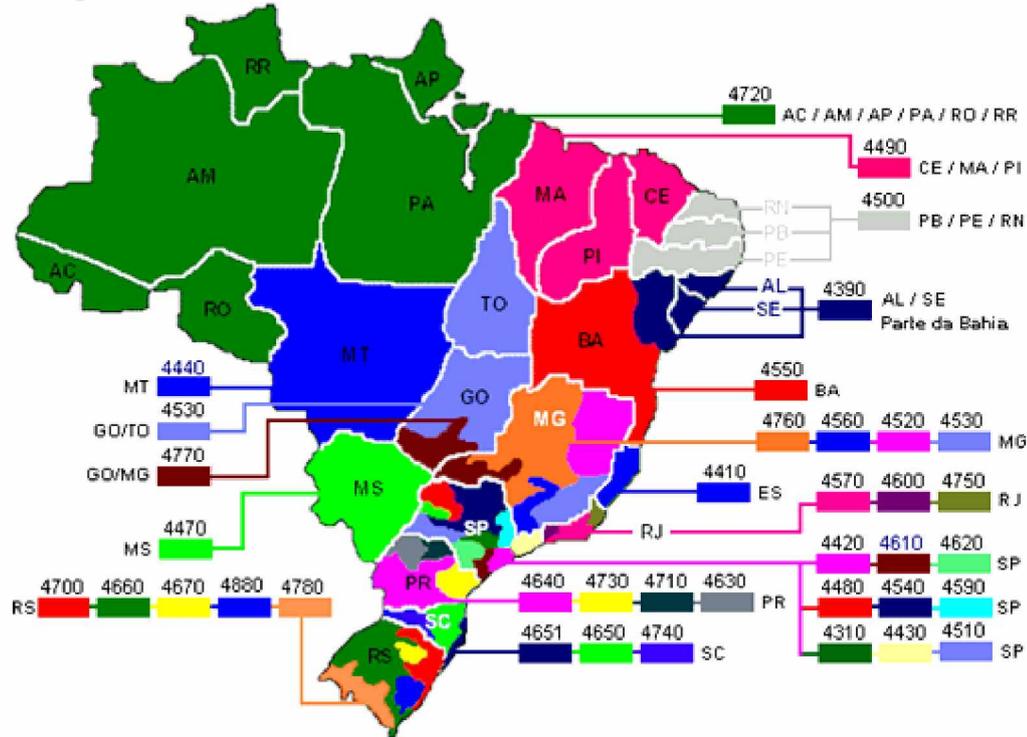
Quadro 1: Estados, territórios e ano de fundação dos primeiros clubes Rotary no Brasil

Nome do clube	Estado/território	Ano de fundação
Rotary Club de Belo Horizonte	Minas Gerais	1927
Rotary Club de Niterói	Rio de Janeiro	1928
Rotary Club de Porto Alegre	Rio Grande do Sul	1928
Rotary Club de Recife	Pernambuco	1931
Rotary Club de São Luiz	Maranhão	1931
Rotary Club de Belém	Pará	1931
Rotary Club de João Pessoa	Paraíba	1933
Rotary Club de Salvador	Bahia	1933
Rotary Club de Curitiba	Paraná	1933
Rotary Club de Fortaleza	Ceará	1934
Rotary Club de Manaus	Amazonas	1934
Rotary Club de Vitória	Espírito Santo	1934
Rotary Club de Joinville	Santa Catarina	1934
Rotary Club de Aracaju	Sergipe	1934
Rotary Club de Natal	Rio Grande do Norte	1936
Rotary Club de Teresina	Piauí	1937
Rotary Club de Maceió	Alagoas	1937
Rotary Club de Campo Grande	Mato Grosso	1939
Rotary Club de Goiânia	Goiás	1941
Rotary Club de Rio Branco	Acre	1945
Rotary Club de Porto Velho	Rondônia	1945
Rotary Club de Macapá	Amapá	1946
Rotary Club de Boa Vista	Roraima	1949

Fonte: AMARANTE, 1973, p. 70.

Segundo Amarante (1973), conforme os clubes iam se expandindo nas cidades e municípios, os respectivos Estados brasileiros formavam Distritos Rotários entre si como parte dos territórios a que pertenciam de acordo com sua localização geográfica. No início em que o Rotary Club começou a se expandir no Brasil, os distritos foram surgindo timidamente, conforme a disposição territorial e a área geográfica dos municípios e estados.

O Brasil é representado por duas zonas entre 38 distritos rotários, ressaltamos que antes da expansão de Rotary Club eram bem menores essas distribuições. Nesta perspectiva entendemos por zona, como o delineamento e ordenamento de determinadas áreas. A seguir mapa atualizado dos Distritos Rotários do Brasil.

Figura 2: Mapa dos Distritos Rotários Brasileiros

Fonte: PORTES, 2014, p. 63.

Segundo a interpretação do mapa de Portes (2014), os Rotary Clubs brasileiros estão distribuídos no território nacional da seguinte maneira:

Quadro 2: Distribuição dos Distritos Rotários nos Estados Brasileiros

Distritos Rotários	Estados Brasileiros
4310, 4420, 4430, 4610, 4620, 4480, 4510, 4540, 4590	São Paulo
4630, 4640, 4730, 4710	Paraná
4650, 4651, 4740	Santa Catarina
4470	Mato Grosso do Sul
4770	Parte de Goiás e do Triângulo Mineiro em Minas Gerais
4530	Restante de Goiás e Tocantins
4440	Mato Grosso
4720	Acre, Amazônia, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima
4490	Ceará, Maranhão e Piauí
4500	Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte
4390	Alagoas e Sergipe
4550	Bahia
4520, 4530, 4560, 4760	Restante de Minas Gerais
4410	Espírito Santo
4570, 4600, 4750	Rio de Janeiro

Fonte: PORTES, 2014, p. 63.

No quadro 3, a seguir, de acordo com Amarante (1973), podemos analisar no período de 1922 a 1972 a evolução quantitativa e o crescimento de Rotary Clubs e sócios rotarianos no Brasil. Em 1922 o Brasil tinha somente um clube, o que se instalou primeiro no Rio de Janeiro, com dezesseis membros.

Nos anos de 1960 podemos observar um aumento significativo destes clubes de serviços, juntamente com seus representantes rotarianos, com aproximadamente quatrocentos e setenta e um clube para quatorze mil e setenta e quatro sócios. E em 1970, duplica essa quantidade devido à expansão nacional de oitocentos e oitenta e dois clubes, para vinte e oito mil e oitenta e nove sócios.

Quadro 3: Crescimento da quantidade de Rotary Clubs e sócios no Brasil (1922-1972)

Ano	Quantidade de clubes	Quantidade de sócios
1922	1	16
1927	3	82
1932	17	553
1937	50	1.400
1942	115	2.905
1947	183	4.599
1952	240	6.132
1957	364	10.025
1962	471	14.074
1967	570	19.246
1972	882	28.089

Fonte: AMARANTE, 1973, p. 83.

Segundo as informações contidas e atualizadas em 2015, no site da Instituição Organizacional de Rotary Club International¹⁰, existem 35.069 Rotary Club em todo o mundo, sendo contabilizados um 1.227.099 membros rotarianos. No Brasil são 2.384 clubes de serviços espalhados pelos estados brasileiros, sendo ao todo 55.613 membros rotarianos.

A seguir histórico do município de Ituiutaba com a instalação da Instituição Rotary Club e as reverberações nos anos de 1950.

1.2 O Rotary Club no Triângulo Mineiro: reverberações no município de Ituiutaba nos anos 1950

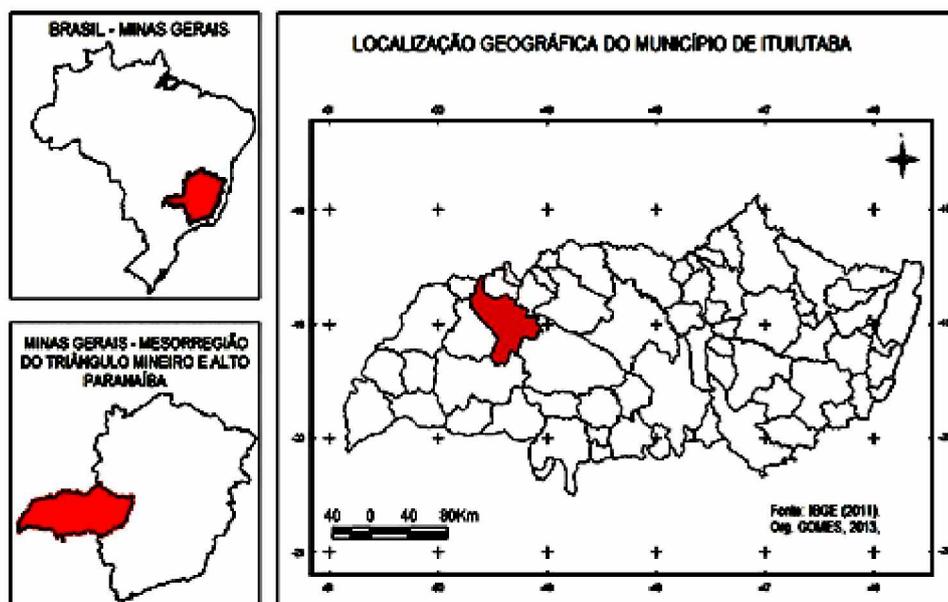
¹⁰ Disponível em: <<https://www.rotary.org.br/index.php?secao=ri2>>. Acesso em 20/11/2015.

O período que se delimitou essa pesquisa foi de 1956 a 1971. Nesse período o município de Ituiutaba, conhecido como a “Capital do Arroz”, se destacava no campo econômico pela produção intensiva desse grão. Em meio à ascensão desenvolvimentista local, surge a Instituição Rotary Club de Ituiutaba como um clube prestador de serviços em prol da cidade de Ituiutaba.

[...] esse período representou um *boom* na economia do município de Ituiutaba. Pois, o município especificamente foi inserido na política de modernização nacional, à medida que sua população tornava-se urbana, formando dessa maneira um mercado consumidor em potencial, além de liberar terras para a expansão dos negócios agrícolas, o que gerava empobrecimento da população migrante, em função de que nas cidades nem sempre conseguiam sustento (SOUZA, 2010, p. 527).

O município de Ituiutaba localiza-se no Pontal do Triângulo Mineiro, no Estado de Minas Gerais. Atualmente o município é habitado, segundo os dados do último censo realizado pelo IBGE do ano de 2010, por 97.171 habitantes com a estimativa para mais de cem mil habitantes em uma área de 2.598 km². Salientamos que em 1950, segundo recenseamento geral, a população era de 52.472 em uma área de 5.175 km².

Figura 3: Localização do município de Ituiutaba



Fonte: IBGE (2011).

É necessário contextualizarmos em números a quantidade de habitantes em 1950, considerando as culturas agrícolas existentes além do arroz que incentivaram a produção de grãos de um modo geral, e as principais atividades econômicas que impulsionaram o comércio local e da região.

Ressaltamos que é interessante mencionarmos esses números para que possamos compreender como e em que condições a Instituição Rotary Club se instalou neste município, uma vez que com a migração dos trabalhadores para Ituiutaba tornam-se necessárias escolas para os estudos dos filhos desses migrantes.

Segundo as informações contidas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959), Ituiutaba tinha aproximadamente 52.472, sendo que 8.002 residiam nas vilas e distritos como Capinópolis e Gurinhatã, pertencentes ao município no período em questão. Já os outros 42.761, bem mais da metade da população, viviam na zona rural.

A partir desse processo, constatamos que Ituiutaba trata-se de um município que compõe, segundo os dados do IBGE (2010), a microrregião¹¹ de mesmo nome que é composta por seis municípios: Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiáçu, Ituiutaba e Santa Vitória.

Tabela 1: População presente em 1950: por sexo, segundo as zonas fisiográficas: cidade, vilas e quadro rural

Zonas Fisiográficas	Todas as idades		
	Homens	Mulheres	Total
<i>Cidade</i>	3.832	4.170	8.002
<i>Vilas</i>			
<i>Capinópolis</i>	499	575	1.074
<i>Gurinhatã</i>	318	317	635
<i>Quadro Rural</i>	22.437	20.324	42.761
Total	27.086	25.386	52.472

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959, p. 306.

¹¹ De acordo com o IBGE entendemos Microrregião como “parte da Mesorregião Geográfica, que apresentam especificidades quanto à organização do espaço que significa uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial [...]” (IBGE, 1989, p. 2).

Na tabela abaixo é possível vislumbrar as culturas agrícolas do município em 1955, destacando-se o arroz com 52,80% da sua produção, em relação às outras culturas agrícolas, totalizando em hectares (HA) por área cerca de 38.720 e 600.000 sacos.

Tabela 2: Culturas agrícolas no município de Ituiutaba, em 1955

Culturas Agrícolas	Área (HC)	Produção		Valor	
		Unidade	Quantidade	Cr\$ 1.000,00	% sobre o total
Arroz	38.720	Saco 60Kg	600.000	180.000	52,80
Milho	23.232	Saco 60Kg	400.000	48.000	14,07
Algodão	16.940	Arroba	200.000	32.000	9,38
Mandioca	1.312	Tonelada	44.000	26.400	7,74
Feijão	8.712	Saco 60Kg	50.000	21.000	6,15
Laranja	1.862	Cento	300.000	9.000	2,63
Banana	1.575	Cacho	200.000	7.000	2,05
Outras	1.190	-	-	17.685	5,18
Total	95.552	-	-	341.081	100,00

Fonte: FRATTARI NETO; CARVALHO, 2010, p. 06.

O município cultivava também milho, algodão, mandioca, entre outras culturas agrícolas que faziam a sua economia de modo geral ascender. Assim, o município passa a se destacar no cenário nacional, titularmente conhecido como “Capital do Arroz”.

A principal atividade econômica do município é a agricultura. As terras de Ituiutaba e do ex-distrito de Capinópolis são reputadas entre as mais férteis do mundo, comparáveis segundo Humboldt, Sainte-Hilarie e Edward Miliward, às da Ucrânia na Rússia, e as do Vale do São Lourenço, no Canadá. O cultivo em toda a zona obedece a um alto nível de mecanização, possuindo Ituiutaba mais de meio milhão de tratores, bem como numerosas colhedoras de arroz, o que lhe vale título de “capital do arroz” (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, p. 306).

Referindo-se às principais atividades econômicas desempenhadas pelo município compreende-se que grande concentração da população que aqui residia estava vinculada ao meio rural. Isto porque 37,26% da população de 10 anos acima desenvolvia atividades ligadas à agricultura, pecuária e silvicultura, conforme tabela a seguir.

Tabela 3: Principais atividades econômicas de Ituiutaba em 1950

Ramos de Atividade	População presente de 10 anos e mais			
	Homens	Mulheres	Números Absolutos	% sobre o total geral
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	1.365	15.021	16.386	45,46
Agricultura, pecuária e silvicultura	13.016	141	13.157	37,26
Prestação de serviços	516	802	1.318	3,73
Indústria de transformação	922	21	943	2,67
Comércio de mercadorias (...)	503	28	531	1,50
Transportes, comunicações e armazenagens	333	4	337	0,95
Atividades sociais	77	93	170	0,48
Profissões liberais	72	5	77	0,21
Comércio de imóveis	69	2	71	0,20
Administração pública, legislativo e justiça	43	8	51	0,14
Indústrias extrativas	26	-	26	0,07
Defesa nacional e segurança pública	16	-	16	0,04
Condições inativas	1.398	825	2.223	6,29
TOTAL	18.356	16.950	35.306	100,00

Fonte: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, p. 306.

Com o crescimento da população urbana brasileira, de modo geral, a partir dos anos 1960 a população foi atraída para as cidades. Conforme já mencionado anteriormente neste trabalho, o município de Ituiutaba acompanha o cenário nacional de desenvolvimento econômico com a industrialização e urbanização¹².

Tratando-se do Rotary Club no município de Ituiutaba, o mesmo surgiu em 1954 e atualmente é conhecido como Instituição Rotary Club de Ituiutaba. Seus sócios fundadores, segundo Freitas (1995), eram representados por homens de famílias tradicionais na sociedade tijucana, que alimentavam ambições e prestígio social e político. São eles:

¹² Segundo dados do Centro de Documentação e Disseminação do IBGE (2003), o processo de urbanização consistiu em uma das mais importantes transformações ocorridas na sociedade brasileira durante o século XX, que mudou o Brasil de uma população que era predominantemente rural aos anos 60, para uma população urbana duas décadas depois. Esse percentual era de 31,2 % em 1940, passando para 67,6 % em 1980 aumentando quantitativamente entre o decorrer dos de 1960-1970.

Sr. Afonso Diniz, Sr. Antonio Pedro Guimarães, Sr. Benedito Rodrigues, Dr. Davi Palis, Sr. Diogenes de Souza, Sr. Ercílio Domingues da Silva, Sr. Eurípedes Alves de Freitas, Dr. Fauze Palis, Sr. Francisco de Oliveira Carvalho, Sr. Francisco de Paula, Sr. Geraldo Alves Tavares, Dr. Geraldo de Andrade Furtado, Sr. Gildo Vilela Cancela, Dr. Hélio Benício de Paiva, Sr. Iracy Mascarenhas, Dr. Jácomo Untura Filho, Sr. João Donato de Andrade Freitas, Dr. José Feres, Sr. José Vítor de Moraes, Dr. Mélik Jacob Andraus, Sr. Otávio Fratari Sobrinho, Sr. Paulo de Andrade Fratari, Sr. Paulo Valentine, Sr. Pedro de Freitas Barros, Sr. Sebastião Ferreira Pacheco, Sr. Sebastião dos Santos Vilela, Sr. Waldemar Ribeiro da Silva e Dr. Walter Cinquini (FREITAS, 1995, p. 21-22).

No início a Instituição Rotary Club de Ituiutaba não tinha sede própria. Assim como ocorreu com o Rotary Internacional, as reuniões aconteciam nas residências e escritórios dos membros, ou em restaurantes, salões de eventos e hotéis. A primeira reunião do clube ocorreu em 06 de junho de 1954, presidida pelo Presidente do Rotary Club de Uberaba e com a participação de outros membros rotarianos dos municípios vizinhos. A seguir assinatura dos membros que participaram da primeira reunião.

O clube, assim como os demais, era constituído por profissionais liberais de diversos segmentos e ramos de trabalho¹³ que prestavam serviço a favor da comunidade. Visto que não era um clube de cunho filantrópico, social, esportivo ou literário e sim de serviços, o seu objetivo era, a partir dos problemas detectados, discuti-los, pensar possíveis alternativas para solucioná-los e, assim, proporcionar benefícios à comunidade.

¹³ Segundo Freitas (1995), podemos destacar quatro membros rotarianos que foram os pioneiros sócios-fundadores da Instituição Rotary Club de Ituiutaba em 1954, e suas respectivas profissões: Dr. Hélio Benício de Paiva, advogado do Banco do Brasil e o primeiro presidente da instituição; Sr. Geraldo Alves Tavares, inicialmente foi bancário e, posteriormente, ingressou no ramo de atividades industriais organizando e dirigindo a Cia. Telefônica Ituiutabana; Sr. José Feres, sócio da firma Farnadroga Ltda, e posteriormente dedicou-se a atividades rurais; Dr. Davi Palis formado em medicina, instalou juntamente com Dr. Antônio Cabral de Menezes em um pequeno prédio adaptado, a Casa de Saúde Santa Cecília. Posteriormente, exerceu atividades industriais, montando as Indústrias de Papéis Ituiutaba e a Indústria Eldorado de Plásticos, e foi produtor rural. Em pesquisa aos demais sócios-fundadores citados no corpo do trabalho, não foram encontradas referências sobre eles ou quais profissões e atividades desenvolviam.

Tem-se como exemplo da preocupação dos rotarianos com a sociedade tijuicana, uma reportagem da palestra proferida pelo membro Sr. Waldemar Ribeiro da Silva¹⁴ na coluna do Jornal Correio do Pontal – O Rotary e a Comunidade:

Companheiros: Precisamos trilhar com maior intensidade a estrada do companheirismo, para alcançar nossas amizades, e dar-nos, mais oportunidade para servir bem, que são os principais objetivos do Rotary. [...] Precisamos mostrar à nossa comunidade que a roda que sustentamos como emblema não é símbolo de banquete, e sim de trabalho. [...] Apreciando as necessidades de nossa gente os problemas são muitos, tais como: [...] 3º O ENSINO – o ensino primário, principalmente, está praticamente abandonado na cidade e no município. É necessário que haja incentivação, e uma delas é a homenagem que deve ser prestada, que sirva de estímulo ao professor primário, este herói anônimo que dá aos nossos filhos princípios básicos para a vida futura [...] (JORNAL CORREIO DO PONTAL – 26/ JANEIRO/1956).

Entre as necessidades dessa época destacamos em particular a preocupação dos rotarianos com o ensino que, de acordo com o palestrante Waldemar Ribeiro da Silva, estava “abandonado” no município de Ituiutaba. Nessa instância, exaltavam a figura do professor como uma maneira de incentivá-lo a continuar o seu serviço na sociedade, sendo este o “herói anônimo” capaz de dar aos filhos dos tijuicanos os princípios básicos de educação para um futuro melhor.

Fazendo uma análise dos ideais rotarianos, principalmente pautados na preocupação com o ensino que, de certa forma, cultiva o mérito e o êxito do indivíduo, compreende-se que existe de forma implícita uma lógica liberalista. Ou seja, uma maneira de dominação por parte do clube ao tratar da ignorância da população tijuicana, preparando os seus filhos para os embates da vida.

Por isso que há um extremo cuidado do clube na escolha de seus membros rotarianos que irão levar à população a mensagem do seu pensamento e a declaração de seus interesses, como foi o caso do palestrante Waldemar Ribeiro da Silva. Uma vez que, essa responsabilidade não é somente de cunho moral, mas econômico, no que rege os princípios da educação. Os menores (crianças que eram mantidas pela instituição e estudavam na Escola Rotary) acabavam, juntamente com suas famílias, sendo mensageiros desses ideais.

¹⁴ Foi um dos sócios fundadores da Instituição Rotary Club de Ituiutaba. Era filho de João Ribeiro da Silva e Bernadina Ribeiro; sua família foi sempre de tradição ruralista, entretanto Waldemar despertou seus interesses para as atividades mercantis. Organizou a firma “A Instaladora Ltda” e expandiu-se no comércio varejista de eletrodomésticos. Pleiteou a concessão da venda veículos Alfa Romeu. Encerrou suas atividades em Ituiutaba e mudou-se para Brasília em 1960.

O Rotary Club de Ituiutaba pautava-se nos ideais de amizade e companheirismo para a busca da resolução de problemas. O símbolo do clube, de um modo geral, é representado por uma roda dentada de cor dourada, idêntica a uma engrenagem; segundo Portes (1999) este símbolo ou distintivo simboliza o trabalho.

[...] uma roda de engrenagem, com seis raios ou braços, 24 dentes ou projeções e um rasgo de chaveta [...]. A roda inteira é dourada, com quatro espaços rebaixados de azul-real. As expressões *ROTARY* e *INTERNACIONAL* são douradas. [...] Há a livre interpretação de que os 24 dentes significam às 24 horas do dia do rotariano (PORTES, 1999, p. 171).

Além do distintivo representado pelo símbolo da engrenagem que representa o trabalho, segundo o Manual de Procedimentos (1975) o Rotary Club disponibiliza um regimento interno que deve ser seguido. A maneira como o clube é organizado deixa bem claro que para ser um membro rotariano deve-se levar em consideração:

Primeiro: O desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidade de servir; Segundo: O reconhecimento do mérito de toda ocupação útil e a difusão das normas de ética profissional; Terceiro: A melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na sua vida pública e privada; Quarto: A aproximação dos profissionais de todo o mundo, visando a consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações (MANUAL DE PROCEDIMENTOS, ROTARY INTERNACIONAL, 1975, p. 319).

Todo membro rotariano deve seguir esses quatro mandamentos: o companheirismo, o mérito profissional, a conduta exemplar diante da sociedade e a facilidade de fazer amizades e ser companheiro em outras nações. Ou seja, aquele que representa o Rotary Club deve apresentar-se à sociedade de maneira geral como um cidadão que conduz os bons princípios e costumes do clube, a fim de levar sua filosofia onde quer que seja e, conseqüentemente, atrair novos membros. Assim sendo, subentendemos que os representantes do Rotary Club são aqueles que, além de desenvolver o “bem social”, passam à sociedade uma mensagem de boa conduta social, cultuando o companheirismo entre os mesmos na busca de resolução de problemas.

Postos esses ideais, no Rotary Club de Ituiutaba não foi diferente, pois os rotarianos desenvolveram diversos projetos em prol da sociedade. Podemos destacar que um dos setores em que eles mais se empenharam em realizar suas atividades foi o da educação, visto que o

município, apesar de se destacar economicamente pela sua intensiva produção de arroz, carecia quanto à qualidade do ensino e a quantidade de escolas públicas.

A seguir apresentaremos as reflexões da concepção dos membros rotarianos sobre a educação em Ituiutaba, considerando o analfabetismo no mundo e no Brasil.

1.3 A concepção e o compromisso dos rotarianos com a educação em Ituiutaba: o analfabetismo e a obrigatoriedade da educação escolar

Como o Rotary Club é um clube prestador de serviço na/para comunidade, é possível correlacionar a sua expansão com a criação de escolas, creches e outras instituições mantidas por ele. Diante disso, é notável que uma das preocupações do Rotary Club seja com a educação.

Segundo Amarante (1973), se difundiram por todo o território brasileiro escolas construídas por membros rotarianos – Escolas Rotary – que vêm afirmar as relações estabelecidas entre o público e o privado na história da educação brasileira.

Essas escolas foram inauguradas conforme esses clubes iam se instalando nos municípios brasileiros¹⁵ e devido à necessidade de instrução pública nacional.

Espalharam-se por todo o Brasil as Escolas Rotary construídas em seus mais distantes rincões, esquecida, entretanto, a data estipulada para a inauguração simultânea de todas elas, ou seja, 15 de novembro de 1939, transcurso do cinquentenário de implantação da República. A primeira, construída pelo Rotary Club do Recife, no Alto do Pascoal – uma das zonas mais desfavorecidas da cidade e com grande população infantil carecendo de assistência educacional [...] (AMARANTE, 1973, p. 295).

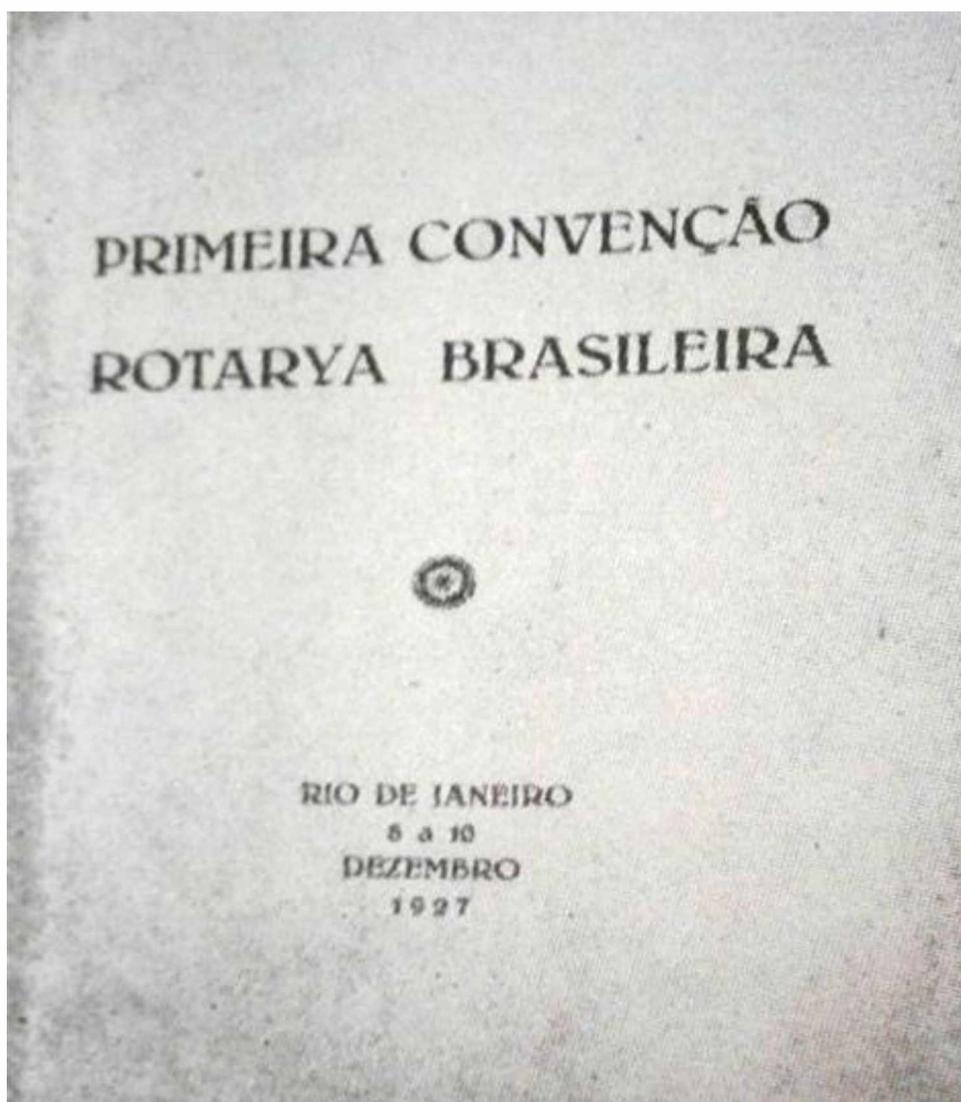
Com relação à implementação de Escolas Rotary no Brasil, foi durante a realização da 1ª Convenção Rotária Brasileira em 1927 no Rio de Janeiro que ocorreu a seguinte recomendação advinda da Instituição Rotary Club Internacional aos demais clubes instalados: “[...] comemorem o 50º aniversário da instituição da República no Brasil, doando, cada um a cidade onde funciona, um edifício destinado à instrução primária, que se denominará Escola

¹⁵ Concordando com Amarante (1973), é mister mencionar que não foi possível realizar um levantamento quantitativo destas Escolas Rotary implantadas no Brasil, até porque são muitas. Entretanto, a maioria delas foi construída e doada pelos rotarianos, enquanto que nem todas levam o nome da instituição – Escola Rotary. Para a realização desta pesquisa mantemos o contato com Secretários e Diretores da Organização Mundial de Rotary – o Rotary International – e eles nos informaram que não possuem contabilizada a quantidade de escolas rotarianas fundadas no Brasil. Até porque cada Distrito Rotário recebe a verba e fica responsável pelas escolas de sua localização geográfica. O Distrito que pertence o município de Ituiutaba é o 4770, e eles não possuem informações sobre a quantidade de escolas.

Rotary a ser inaugurada no dia 15 de novembro de 1939 [...]” (AMARANTE, 1973, p. 111). Posteriormente, apoiando a proposta por unanimidade, os Rotary Clubs do Brasil assumiram a responsabilidade de, por meio de uma campanha, tornar a educação primária obrigatória em todos os Estados da União.

Nesta 1ª Convenção Rotária Brasileira realizada em 1927, outra proposta que foi discutida entre os membros no setor da educação foi a recomendação de que cada clube criasse sua comissão contra o analfabetismo. A seguir capa do documento¹⁶ referente à realização da 1ª Convenção Rotária no Brasil.

Figura 5: Capa do documento relativo à 1ª Convenção Rotária no Brasil



Fonte: AMARANTE, 1973, p. 112.

¹⁶ Segundo informações do Rotary Internacional, não é permitido ter acesso ao documento interno, devido à política de privacidade do clube.

De um modo geral, o Rotary Club, desde a sua fundação até a atualidade, demonstra uma preocupação com o analfabetismo não só no Brasil, mas mundialmente, tendo lançado diversas propostas e projetos voltados para a educação básica com o propósito de amenizar o analfabetismo. Na esteira dessa preocupação histórica com a educação os Rotary Clubs apoiam outras iniciativas advindas do governo federal, por exemplo, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA)¹⁷.

De acordo com os dados contidos no livro *Rotary e a Alfabetização* (SAVIOLI, 2006), os membros rotarianos, antes de iniciarem qualquer projeto de alfabetização, realizam um levantamento de dados por meio de diversos órgãos públicos, privados, ou governamentais, para diagnosticar determinada realidade. O público-alvo são sempre as comunidades carentes. Após terem uma posição dos fatos, desenvolvem suas atividades das seguintes maneiras:

a) Organização de cursos rápidos de alfabetização de adultos, onde os alunos do curso de magistério poderiam atuar gratuitamente, pois para eles é uma forma de realizarem seus estágios, estando ao mesmo tempo contribuindo para a melhoria do futuro de sua comunidade; b) efetuar campanhas de exercícios de leitura aos semi-alfabetizados para a melhoria de seu nível de compreensão, com recursos da própria empresa e da comunidade; c) incentivar, com campanhas, o hábito de ler, o uso de bibliotecas, e conseguir doações para as mesmas; d) usar a imprensa para a divulgação da necessidade da leitura, dos cursos montados e dos recursos disponíveis e necessários; e) efetuar campanhas de conscientização nas empresas para treinamento de pessoal nas tarefas comuns a todos, como por exemplo, nas relações interpessoais. Com campanhas, também, incentivar o próprio indivíduo, conscientizando-o de que para ser útil a si mesmo e aos outros, é necessário que ele seja alfabetizado funcionalmente [...] (SAVIOLI, 2006, p. 155-156).

“Erradicar” o analfabetismo é um dos objetivos cruciais dentro dos programas educacionais desenvolvidos pelo Rotary Club. Para que isso aconteça, partem primeiramente

¹⁷ Segundo as informações contidas no Portal online do MEC, “o Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivos promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização e acessibilidade do Ensino Fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida [...]. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal” Disponível em: <(http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17457-programa-brasil-alfabetizado-novo)>. Acesso em: 22/03/2016.

de um levantamento de dados sobre a situação de determinada localidade (escola, cidade, Estado ou até mesmo país).

Em suma, percorrem os lugares e regiões que consideram apresentar maiores necessidades com relação à educação e escassez no ensino, como má formação de profissionais de educação e ausência de recursos e materiais pedagógicos. Atuam principalmente nas periferias ou áreas mais isoladas, cujos recursos não são suficientes e as escolas carentes.

Entretanto, entendemos que se utilizarmos o verbo “erradicar”, como os rotarianos sugerem e colocam em seus documentos, palestras, campanhas e no site da organização mundial, estaremos cometendo um equívoco dizendo que o mal foi cortado pela raiz, sendo que isso não é uma realidade verídica. Porém, o termo “erradicar o analfabetismo” pertence a uma problemática do período histórico que estamos discutindo que ocorria em todo o cenário nacional. Segundo os dados contidos no IBGE (2000/2010), os resultados do Censo realizado em 2010 sinalizam que aproximadamente 91% da população brasileira com dez anos ou mais de idade são alfabetizados. Isto é, temos um percentual de 9% de não alfabetizados, o que equivale a dizer que aproximadamente 18 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever. Comparando esses resultados com o Censo de 2000, a situação da alfabetização melhorou no país, pois a taxa de analfabetismo diminuiu de 12,8% para 9% em 2010.

Porém, apesar dos avanços, o número de pessoas que não sabem ler e escrever ainda é grande em algumas regiões do Brasil. Observando o gráfico a seguir e podemos ver era a taxa de analfabetismo no Brasil e nas Regiões em 2000 e depois no Censo 2010.

Tabela 4: Taxas de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões – 2000/2010

Grandes Regiões	2000	2010
Norte	15,6%	10,6%
Nordeste	24,7%	17,6%
Sudeste	7,5%	5,1%
Sul	7,0%	4,7%
Centro-Oeste	9,7%	6,6%
Brasil	12,8%	9,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Ao analisarmos as percentagens de analfabetos das grandes regiões no Brasil podemos observar que do ano 2000 para 2010 esses índices caíram, sendo que na Região Norte de

15,6% foi para 10,6%; na Região Nordeste de 24,7 % caiu para 17,6%; na Região Sudeste de 7,5% foi para 5,1%; na Região Sul de 7,0% foi para 4,7% e na Região Centro-Oeste caiu de 9,7 % para 6,6%.

No município de Ituiutaba houve a expansão da escola pública nos anos de 1950 em sintonia com o contexto nacional. Contudo, apesar do município ser expressivo economicamente, apresentava concomitantemente altos índices de analfabetismo.

Oportunamente, quando o Rotary Club se instala, em 1954, o município apresentava uma demanda expressiva para a escolarização, principalmente da classe carente da região, que eram, em sua maioria, filhos de trabalhadores rurais.

Em relação ao analfabetismo no Brasil, nos estados e no município, analisando o recenseamento de 1950, podemos observar que o país apresentava uma alta percentagem de 51,75% de analfabetos, ou seja, mais da metade da população brasileira.

Tabela 5: Taxa de analfabetismo nos Estados brasileiros, segundo recenseamento de 1950

Guaporé 50,08	Amapá 55,92	Paraíba 70,82	M. Gerais 56,19
Acre 65,62	Maranhão 74,78	Pernambuco 68,25	E. Santo 52,99
Amazonas 57,15	Piauí 74,11	Alagoas 76,55	E. do Rio 44,03
Rio Branco 55,50	Ceará 68,82	Sergipe 66,37	D. Federal 15,44
Pará 51,29	R. G. do Norte 68,02	Bahia 68,45	S. Paulo 34,70
Paraná 47,32	S. Catarina 35,89	R. G do Sul 37,78	M. Grosso 43,73
Goiás 66,76	Brasil/Total 51,75%	Brasil/Total 51,75%	Brasil/Total 51,75%

Fonte: MOURA SOBRINHO; INÁCIO FILHO, 2002, p. 94.

De acordo com Ribeiro (2005), com o desenvolvimento quantitativo e a urbanização da população brasileira, o analfabetismo se torna um dos grandes problemas nacionais. Isso ocorre devido às técnicas de leitura e escrita tornarem-se essenciais instrumentos necessários à integração em tal contexto social.

Em Ituiutaba, apesar dos índices que destacavam a economia do município na primeira metade do século passado serem bem elevados, estes contrastavam com as altas taxas de analfabetismo, isto é, com as consequências atribuídas pela expansão escolar nacional.

É interessante notarmos que o contexto nacional também passava por essas transformações em sua economia, que como consequência refletiu-se diretamente na educação em níveis quantitativos. Grosso modo, não havia demasiada quantidade de professores preparados para alfabetizar a população que até então era rural, e passa a ser urbana por volta dos anos de 1970.

Na tabela seguinte podemos detectar que o índice elevado do analfabetismo nos anos de 1950 em cidadãos de 5 anos ou mais no município de Ituiutaba, acompanhou o crescimento da economia e da população. Nota-se que a maior parte da população residia no campo; pois de 43.089 habitantes, apenas 8.477 residiam exclusivamente na cidade, enquanto que 34.612 habitantes residiam nas áreas rurais do município.

Tabela 6: Alfabetização de pessoas de 5 anos ou mais em Ituiutaba em 1950

Discriminação		PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS E MAIS				
		Números absolutos			% sobre o total	
		Total	Sabem ler e escrever	Não sabem ler, nem escrever	Sabem ler e escrever	Não sabem ler, nem escrever
Quadro urbano	Homens	4.032	3.115	917	77,25	22,75
	Mulheres	4.445	2.931	1.514	65,93	34,07
	Total	8.477	6.046	2.431	71,32	28,68
Quadro rural	Homens	18.300	7.116	11.184	38,88	61,12
	Mulheres	16.312	5.218	11.094	31,98	68,02
	Total	34.612	12.334	22.278	35,63	64,37
Em geral	Homens	22.332	10.231	12.101	45,81	54,19
	Mulheres	20.757	8.149	12.608	39,25	60,75
	Total	43.089	18.380	24.609	42,65	57,35

Fonte: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, p. 308.

Com base nesses resultados, pode-se afirmar que o analfabetismo no município de Ituiutaba era maior do que o representado pela média do estado de Minas Gerais, apresentado anteriormente na Tabela 05 com 56,19%. Além disso, como podemos ler na tabela 06, que o maior percentual de pessoas com idade acima de 5 anos que não sabia ler nem escrever encontrava-se no meio rural, o que nos permite inferir e justificar a iniciativa do município de criar, durante o período de 1951 a 1972, diversas escolas rurais.

Podemos observar no quadro a seguir que as escolas municipais rurais prevaleceram até o início dos anos de 1970, quando o município já se encontrava mais estruturado e a produção de arroz dava sinal de esgotamento.

Quadro 4: Escolas municipais rurais de Ituiutaba: criação e localização, 1941-1968

ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS	DATA DE CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
E. M. Alberto Torres	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Água Suja
E. M. Duque de Caxias	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego da Canoa
E. M. José Bonifácio	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego do Açude
E. M. Quirino de Moraes	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Mateirinha
E. M. São Francisco de Assis	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego do Retirinho
E. M. Augusto Alves Vilela	Decreto-lei 178, de 6/3/47	Córrego da Divisa
E. M. Francisco Alves Vilela	Decreto-lei 178, de 6/3/47	Campo Alegre
E. M. Prefeito Jaime Meinberg	Decreto-lei 182, de 19/6/47	Ribeirão dos Baús
E. M. Antonio Pedro Guimarães	Lei 119, de 24/11/51	Córrego do Macaco
E. M. Constâncio Ferraz de Almeida	Lei 119, de 24/11/51	Cotia
E. M. Francisco Antonio de Lorena	Lei 119, de 24/11/51	Vila Fisa
E. M. José Inácio de Souza	Lei 119, de 24/11/51	Campo Alegre
E. M. Joaquim José Domingues	Lei 347, de 28/11/55	Fazenda Santa Rita
E. M. Tiradentes	Lei 347, de 28/11/55	Córrego Açude
E. M. Hilário Chaves	Lei 559, de 21/3/60	Salto de Moraes
E. M. Antonio Joaquim da Costa	Lei 637, de 25/3/61	Ribeirão dos Baús
E. M. Santa Rita	Lei 673, de 1º/12/61	Santa Rita
E. M. Antonio Baduy	Decreto 240, de 22/2/62	Campo Alegre
E. M. Castro Alves	Decreto 241, de 23/2/62	Ponte Rio Prata
E. M. São José	Decreto 249, de 23/4/62	Córrego da Mamoma
E. M. João da Fonseca Filho	Decreto 261, de 16/8/62	Boa Esperança
E. M. Aureliano de Freitas Franco	Decreto 264, de 20/8/62	São Lourenço
E. M. Capela N.S. Aparecida	Decreto 312, de 4/5/64	Monte Azul
E. M. Getúlio Vargas	Decreto 312, de 4/5/64	Baixadão
E. M. Vereador Diógenes de Souza	Decreto 312, de 4/5/64	Pontinhas
E. M. Pref. José Arcênio de Paula	Decreto 312, de 4/5/64	Guabiroba
E. M. Fernando Martins de Andrade	Lei 954, de 29/3/65	São Bento
E. M. Dep. Daniel de Freitas Barros	Decreto 385, de 15/4/66	Açude
E. M. Dr. Camilo Chaves Júnior	Decreto 385, de 15/4/66	Sapé
E. M. Joaquim José de Assis	Decreto 385, de 15/4/66	Campo Alegre
E. M. Domingos José Franco	Decreto 404, de 27/12/66	Ribeirão São Vicente
E. M. Manoel Alves Vilela	Decreto municipal 404, de 27/12/66; autorização de funcionamento pela portaria 013/80 de 25/10/80	R. Francisco Martins de Andrade, Conjunto Sol Nascente II
E. M. Francisco José de Carvalho	Decreto 432, de 23/8/67	Capão Rico
E. M. Antonio Severino da Silva	Decreto 454, de 12/2/68	Rib. São Vicente
E. M. Augusto Martins de Andrade	Decreto 454, de 12/2/68	Pontal — Campo Alegre
E. M. João José dos Santos	Decreto 1.235, de 21/6/68	Córrego da Chácara
E. M. Manoel Afonso Cancelli	Decreto 492, de 8/7/68	Ribeirão de Santa Rita
E. M. Antonio de Souza Martins	Decreto 503, de 14/8/68	Alto do Carmo
E. M. Cândido José de Carvalho	Decreto 507, de 19/8/68	Mangalarga
E. M. Joaquim Antonio de Moraes	Decreto 520, de 19/9/68	Córrego do Retiro

E. E. M. José da Silva Ramos	Decreto 534, de 2/12/68	Córrego da Chácara
E. M. de 1º e 2º Graus Machado de Assis	Decreto 73, de 25 de novembro de 1941, recebe a denominação de Machado de Assis. Lei municipal 1.254, de 1968; autorização de funcionamento pela portaria 78/69, publicada no “MG”, de 8/3/69; em 1973, implantação do regime instituído pela lei federal 5.692, de 11/8/71, modificando o regimento conforme resolução 146/72, aprovada em 22/6/72, pelo Conselho Estadual de Educação (MG)	Rua 26, Centro

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE ENSINO DE ITUIUTABA, 2015.

Com relação ao Rotary Club, não podemos afirmar que o clube contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil, uma vez que não temos dados concretos que sustentam esses números. Porém, assim como nos demais países, os Rotary Clubs brasileiros, desde os finais dos anos de 1930, têm firmado um compromisso para com a sociedade de sanar os altos índices de analfabetismo por meio da realização de diversas campanhas e implantação de escolas.

Além disso, os Rotary Clubs do Brasil assumiram a responsabilidade de uma campanha visando tornar a educação primária obrigatória em todos os Estados da União, o mais tardar até 15 de novembro de 1939, quando da comemoração do 50º aniversário da proclamação da República. Diversas outras propostas foram feitas neste setor de educação, inclusive a que recomendava a cada clube criar sua Comissão contra o Analfabetismo (AMARANTE, 1973, p. 113).

De acordo com Mattos (1935), para o Rotary Club combater o analfabetismo significa o mesmo que combater um grande mal brasileiro, que ameaça e atrasa a integridade nacional e coloca determinadas barreiras entre os homens.

Eis um mal que perturba o progresso brasileiro extinguindo fontes preciosas desse entusiasmo altruísta que coopera para a grandeza das pátrias no cenário da humanidade. Combater o analfabetismo em nosso país é desvendar o Brasil aos próprios brasileiros; e defender a integridade da própria língua que falamos; realizando obra perfeita de patriotismo ao elevá-la num culto que aproxima as almas na revelação dos mais belos sentimentos [...] (MATTOS, 1935, p. 80).

Salientamos que a Instituição Rotary Club de Ituiutaba¹⁸, além de ter criado e subvencionado a manutenção e despesas da Escola Rotary em 1956, afirmando a relação

¹⁸ Site oficial da Instituição Rotary Club de Ituiutaba. Disponível em: <<http://www.workline.com.br/rotary/>>. Acesso em: 24/03/2016.

existente entre o público e o privado na educação, realizou outros projetos em prol da sociedade tijuicana com o auxílio da comunidade e com a realização de rifas e campanhas beneméritas.

As áreas de atuação dos serviços prestados a comunidade ituiutabana abrangem oito setores diferentes: educação básica e alfabetização, prevenção e tratamento de doenças, paz e resolução de conflitos, saúde materno infantil, recursos hídricos e saneamento, serviços comunitários, intercâmbio de profissionais e intercâmbio de jovens. Estas são atualizadas no Plano de Atividades referentes ao ano rotário 2014:

1) Educação Básica e Alfabetização: com a instalação da Escola Rotary já citada anteriormente em 1956 e inauguração de salas de computação na Escola Rotary, Escola Bem Me Quer e Creche Miriã; doação de cinco pianos ao Conservatório Estadual de Música e caminhão palco; reforma do parque infantil da Escola Rotary e plantio de árvores; doação de dois mil livros para as crianças de Moçambique – Maputo. 2) Prevenção e Tratamento de Doenças: instalação do primeiro mamógrafo de Ituiutaba para atender pessoas carentes de Ituiutaba e região; realização de cirurgias de cataratas; inauguração da sala de fisioterapia para o Abrigo Bezerra de Menezes; climatização da sala do Bio Rim; aquecimento da piscina da APAE; doação de Câmaras frias para o Instituto Médico Legal; gabinete dentário instalado na Escola Rotary. 3) Paz e Resolução de Conflitos: criação do patronato de menores nos anos 1960 abrigando menores em condições de risco; e, criação do Núcleo de Escoteiros (1957). 4) Saúde Materno Infantil: vacinação de crianças contra a Poliomielite desde 1985. 5) Recursos Hídricos e Saneamento: perfuração de poço artesiano na Fazendinha; instalações sanitárias no Centro Espírita Redenção e Recuperação “Carlos Dias Leite”. 6) Serviços Comunitários: doação de equipamentos para cozinha do Centro Espírita Redenção e Recuperação “Carlos Dias Leite”: fogão e geladeira. 7) Intercâmbio de Profissionais: patrocinou profissionais para conhecimentos em sua área nos mais diversos países e recebeu outros, com a mesma finalidade. 8) Intercâmbio de Jovens: enviou e continua enviando estudantes de 15 a 17 anos para estudar e conhecer culturas diferentes, durante um ano. Recebe, igualmente, de outras culturas (ROTARY INTERNATIONAL, 2014, p. 16-17).

Ressaltamos que este Plano de Atividades 2014 vem anualmente sendo atualizado desde 1955, quando os membros rotarianos começaram a realizar campanhas no município de Ituiutaba. A maioria destas propostas descritas anteriormente é fixa, ou seja, ocorrem todos os anos, e outras são mais recentes, por exemplo, as atividades referentes ao setor de intercâmbio de profissionais e as do setor de intercâmbio de jovens.

Além destas propostas de intervenção, temos ainda como exemplo da atuação dos rotarianos: a instalação do Banco de Sangue em 1958; as campanhas para melhoria de

iluminação pública e asfalto no decorrer dos anos de 1960; e a ajuda financeira e doação de materiais como roupas, cobertores, fraldas, cadeiras de rodas e camas a creches, asilos, hospitais e à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) anualmente.

Em virtude da prestação de serviços à comunidade, o Rotary Club, segundo Setton, pode ser concebido como entidade denominada “clubes de serviços”; entretanto, a tradição sociológica, ao analisar a entidade a classifica dentro do fenômeno do associativismo voluntário.

Os rotarianos, em geral, possuem o ideal de ajuda mútua e prestação de serviços a comunidade através de práticas assistencialistas e filantrópicas. Cultuam valores sociais como a moral, a justiça, o trabalho e a perseverança. Defendem o ideal liberal de que as oportunidades são iguais para todos e explicam as desigualdades estruturais de nossa sociedade pela incapacidade moral de certos indivíduos [...] (SETTON, 2004, p. 92).

O clube não fica alheio aos problemas de ordem social e econômico da população. Analisando sua concepção de educação, o clube defende questões relacionadas à moralidade, ao civismo e a higiene¹⁹. Quando os membros rotarianos fundam a Escola Rotary no município de Ituiutaba, esses princípios, conseqüentemente, acompanham a filosofia da instituição e se desenvolvem no interior da escola, refletindo nas práticas pedagógicas.

Em suma, o Rotary Club, sendo um clube prestador de serviço a favor das necessidades da comunidade em geral, tem como foco em uma das suas áreas de atuação a educação básica e, em particular, a alfabetização. Salientamos que o comprometimento de Rotary com a alfabetização visa atingir seus diferentes níveis: alfabetização no ensino fundamental inicial e a alfabetização de jovens e adultos.

Ressaltamos que para o clube, o analfabetismo, conforme explicita Mattos (1935), é visto como um “mal que perturba o progresso brasileiro”; de tal forma, atrapalha o desenvolvimento e o progresso da nação e dos futuros filhos desta.

Por isso que realizam diversas campanhas pelo mundo para combater o analfabetismo e garantir uma educação de qualidade, juntamente com outros órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)²⁰ que se trata da agência

¹⁹ Salientamos que as questões de concepções do Rotary Club relacionadas à moralidade, higienismo e civismo (escotismo) serão abordados posteriormente na seção referente às categorias desenvolvidas pelo clube.

²⁰ “A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. É a

especializada ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). Da mesma forma aqui no Brasil, eles acreditam que instalando as escolas e creches estarão contribuindo com a educação básica, como ocorreu no município de Ituiutaba em que os membros rotarianos implantaram a Escola Rotary em 1956.

A seguir a intervenção da Instituição Rotary Club de Ituiutaba com a implantação da Escola Rotary.

1.4 As repercussões da intervenção da Instituição Rotary Club no município de Ituiutaba com a implantação da Escola Rotary

Acompanhando o cenário educacional nacional, muitas escolas surgiram nos anos de 1950 e a demanda de alunos (filhos de trabalhadores), conforme especificado anteriormente, era intensa. Em relação ao município, é possível afirmar que havia um contraste evidente entre poder econômico e a precariedade educacional em sintonia com o contexto nacional.

O ensino no município era precário, em razão da falta de investimento em políticas educacionais para difundir as oportunidades de escolarização para a população. Muitas escolas surgiram na época e a demanda pela escolarização era significativa, conforme explicita quadro abaixo de criação das escolas estaduais e municipais em Ituiutaba²¹:

agência das Nações Unidas que atua nas seguintes áreas de mandato: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação. A Representação da UNESCO no Brasil foi estabelecida em 1964 e seu Escritório, em Brasília, iniciou as atividades em 1972, tendo como prioridades a defesa de uma educação de qualidade para todos e a promoção do desenvolvimento humano e social. Desenvolve projetos de cooperação técnica em parceria com o governo – União, estados e municípios –, a sociedade civil e a iniciativa privada, além de auxiliar na formulação de políticas públicas que estejam em sintonia com as metas acordadas entre os Estados Membros da Organização”. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em: 04/11/2016.

²¹ Ressaltamos que apesar de Souza (2010) classificar no quadro 05 que a Escola Rotary em 1956 era pública, não podemos concordar com essa afirmação, uma vez que a escola era mantida pela Instituição Rotary Club de Ituiutaba. Neste sentido, subentendemos que a Escola Rotary é classificada neste período de 1956 até 1966 como uma escola filantrópica, e que a partir de 1966 passou a ser estadual, com a criação do Decreto nº 9.703 de 06/04/1966.

Quadro 5: Ano de criação das escolas estaduais e municipais em Ituiutaba

ESCOLAS ESTADUAIS	ANO	ESCOLAS MUNICIPAIS	ANO
EE João Pinheiro	1908	EM Machado de Assis	1941
EE Prof. Idelfonso Mascarenhas	1947	EM Francisco Antônio de Lorena	1951
EE Sen. Camilo Chaves	1955	EM Manoel Alves Vilela	1966
EE Clóvis Salgado	1956	EM Agrícola de Ituiutaba	1970
EE Rotary	1956	Cime Mun. Tancredo P. Almeida	1971
EE Arthur Junqueira de Almeida	1958	EM Pref. Camilo Chaves Junior	1979
EE Gov. Bias Fortes	1959	EM Rosa Tahan	1980
EE Cel. João Martins	1960	EM Aida de Andrade Chaves	1982
EE Cônego Angelo	1960	Cime Sarah Feres de Silveira	1989
EE Gov. Israel Pinheiro	1965	EM Nadime Derze Jorge	1992
EE Antonio Souza Martins	1965	EM Aureliano Joaquim da Silva	1996
EE Cel. Tonico Franco	1965	EM Hugo de Oliveira Carvalho	1999
EE Dr. Fernando Alexandre	1965	EM Clorinda Junqueira	2007
EE Dr. José Zocolli de Andrade	1965		
EE Prof. Alvaro Brandão de Andrade	1968		
EE Profª Maria de Barros	1974		
EE Educ. Esp. Bem Me Quer	1986		
Cesec Clorinda M Tavares	1987		

Fonte: SOUZA, 2010, p. 528.

Segundo Souza (2010), a expansão da configuração da rede pública de ensino atrofiou a rede particular que até então predominava nos cinquenta primeiros anos do século XX. Isto aparece claramente no quadro seguinte do mesmo autor, quando este apresenta os anos de criação das escolas privadas e filantrópicas neste município.

Quadro 6: Ano de criação das escolas privadas e filantrópicas no município de Ituiutaba

ESCOLAS PRIVADAS	ANO	ESCOLAS FILANTRÓPICAS	ANO
Escola do Professor José de Alencar; Escola do Professor Afonso José; Colégio Santa Cruz; Colégio São Luís e Colégio Santo Antônio.	1901 a 1910	Lar Espírita Maria de José Frattari	1953
Colégio das Irmãs Belgas; Instituto Propedêutico e Escola São José.	1921 a 1930	Educandário Espírita Ituiutabano	1958
Instituto Marden	1933	C Social Leão XIII	1963
Col. Santa Teresa	1938	Cr. Esp. Josefina de Magalhães	1967
C. Form. Profis. Bebe Martins (SENAI)	1942	APAE Esc. Bem Me Quer	1971
Col. São José de Ituiutaba	1947	Creche Maria de Nazaré I	1981
SENAC C. Fórum Profis. de Ituiutaba	1948	Lar Espírita Pouso do Amanhecer	1981

Escola Anjos da Guarda	1949	Creche Maria de Nazaré II	1985
Escola Infantil Raio de Sol	1977	C. Inf. Nossa Sen. das Vitórias	1991
Ápice Centro Educacional	1980	Creche Espírita Miriã	1992
Col. Gildo Vilela Cancell	1989		
Col. Menezes	1992		
C. Educ. Letrinhas Amigas	1992		
De Paula Sistema de Ensino	1992		
Esc. Evangélica A Sementinha	1992		
Esc. Dolores Peres G. Silva (FIEMG)	1993		
Col. Dom Bosco	1994		
Centro Educacional Construir	1996		
Escola Infantil Favo de Mel	1996		
Inst. Educ. Evangélico Viver	1997		
Cent. Educ. Brincando Aprendendo	1999		
Esc. Jardim de Inf. Menino Jesus	2001		
Centro Educ. Antônia E. Franco	2007		

Fonte: SOUZA, 2010, p. 529.

Por meio dos dados expostos acima, Souza (2010) destaca como ocorreu a rigorosa divisão que separava as instituições educacionais existentes nos primeiros cinquenta anos da história da cidade de Ituiutaba. Isto porque podemos observar que nesse período sobressaíam as iniciativas particulares, existindo neste cenário apenas três escolas públicas (Escola Estadual João Pinheiro, Escola Estadual Prof. Idelfonso Mascarenhas e Escola Estadual Senador Camilo Chaves).

Conforme já citado neste trabalho, foi a partir de 1950 que houve a expansão da rede pública, que, de acordo com Souza (2010, p. 530), “provocaria a estagnação da iniciativa privada no município, nesses 40 anos seguintes [...] fato que também teve relação com período de crise do setor produtivo local, ancorado na agricultura”.

As Atas da Câmara Municipal da década de 1950 quase não tratavam da necessidade de se implantar a escola. Das dez atas ao todo pesquisadas, somente a Ata elaborada na 11ª sessão da 2ª reunião ordinária que ocorreu na Câmara Municipal de Ituiutaba em 15 de março de 1955, sinalizava em suas entrelinhas da importância de se ter uma escola no bairro Progresso (muitos trabalhadores moravam neste bairro, devido a ser localizado próximo a uma das máquinas de arroz). Ressaltamos que a Vila Progresso, como era anteriormente conhecida, foi o local que a Escola Rotary se instalou pela primeira vez.

Sendo assim, na década de 1950, especificamente em 1956, após muitas discussões na Câmara Municipal, em uma reunião presidida e documentada, vereadores mencionavam a seguinte sanção referente ao Projeto CM 8/56:

[...] A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação – Projeto CM 8/56 que autoriza a doação de terreno – Posto em discussão, o vereador Rosal apresentou uma emenda ao artigo segundo. Em vista a emenda apresentada voltou o Projeto a Comissão de Finanças: falou ainda o vereador Daniel de Freitas Barros que requereu verbalmente, que fosse solicitado do Rotary Clube os seus estatutos, bem como a planta da escola a ser construída. Ouvida a casa, foi aprovada por unanimidade [...]. (ATA DA 11ª SESSÃO DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, 15 DE MARÇO DE 1955).

Segundo o Projeto CM 8/56, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Vereadores de Ituiutaba, foi feito o encaminhamento para que fosse autorizada a doação de terreno pela prefeitura para a construção de mais uma escola, sendo que o Rotary Club ficaria encarregado, de acordo com o vereador Daniel de Freitas Barros, de doar a planta da escola, bem como o imóvel a ser construído. Muitas discussões giraram em torno desta questão até que, no dia 21/03/1956, com a maioria dos votos, a prefeitura doa definitivamente o terreno para a construção da escola. Caberia, então, ao Rotary Club o requerimento e a ajuda de custo para a manutenção da mesma, com o apoio da população.

Consumada esta informação contida na ata da Câmara Municipal, uma ata do Rotary Club de Ituiutaba do ano de 1956 continha dados referentes à escola e a todo o movimento que os rotarianos fizeram para erguerem a escola; além disso, a ata explicita toda a assistência e manutenção para mantê-la em funcionamento. Políticos locais que estavam atuando no município quase não faziam esforços para ajudar a escola, pois os rotarianos arcavam com as mensalidades no clube de serviço, bem como com as suas próprias despesas no clube.

Aprovada a criação da Escola Rotary, o passo seguinte incluiu a organização de campanhas beneméritas junto aos membros rotarianos e a sociedade local, bem como a delimitação de planos e metas para concretizar a escola na prática.

Inicialmente foi construído, conforme podemos observar na Figura 6, um prédio de duas salas de aula com a capacidade para aproximadamente quarenta estudantes, além de uma sala para a diretoria e biblioteca, uma sala para secretária, uma cantina e instalações sanitárias.

Figura 6: Corpo discente na inauguração da Escola Rotary



Fonte: Acervo pertencente à Escola Estadual Rotary de 1º Grau, 1956.

Esta foto foi tirada na inauguração da Escola Rotary em 16/08/1956 pelos rotarianos, e destaca muito nitidamente a primeira fachada da escola localizada no Bairro Progresso, que inclusive na época era considerado um bairro periférico no município de Ituiutaba. Podemos observar que o corpo discente estava bem distribuído enquanto gênero, entre meninos e meninas. As meninas se vestiam com vestidos até os joelhos, os cabelos curtos ou até os ombros, já os meninos estavam vestidos com camisa de botão e calças curtas, também até os joelhos.

Entretanto, é relevante nesta fotografia que não vislumbramos a presença de crianças negras na escola. Embora a escola se destinasse, na época, ao atendimento a todos os setores da sociedade e aos filhos de migrantes que vinham à cidade para morar e trabalhar, isso não nos leva a crer na existência de muitas crianças negras na escola. Nesta perspectiva, ressalta-se que não são objetos deste trabalho as questões relativas ligadas a gênero e etnia. Portanto, estas merecem aprofundamento futuro de estudos que pesquisam a respeito dessas temáticas devido à relevância social das mesmas.

O jornal *“Folha de Ituiutaba”*, em 30 de junho de 1956, publicou uma reportagem que dizia o seguinte sobre a nova unidade escolar de ensino:

A Escola de Rotary Clube, inaugurada ontem tem uma área coberta de 150 metros quadrados, dispondo de duas salas 5x6 metros cada uma tendo capacidade para 30 alunos, totalizando, pois 120 alunos em dois turnos. Está instalada, em magnífico prédio recém construído, cujo custo ascendeu a 250 mil cruzeiros, contando ainda com salas para diretoria e secretária, sala de lanche, água filtrada, instalações sanitárias completas, tanto para professores quanto para alunos, êstes separados por sexo, e amplo pátio fechado para recreio, e prática de horticultura. Sua direção ficará a cargo da professora Lucy Macêdo, estando contratada, preliminarmente, a professora Cinira Moraes. O corpo docente de acordo com a frequência deverá ser ampliado (FOLHA DE ITUIUTABA, 1956, p.4).

Em 1956 a direção da escola ficou a cargo da professora Lucy Macedo; em 1958 a escola passou pela direção da professora Cinira Moraes; em 1960 pela professora Alda Batista; e em 1963 pela professora Vilma Gomes Muniz.

No início do ano de 1963 foram construídas pela iniciativa dos membros rotarianos mais duas salas de aula; desta forma, a escola passou a contar com quatro classes e 222 alunos. Passa a denominar-se “Escolas Combinadas da Vila Progresso Rotary”, conforme publicação no jornal *Minas Gerais* de 23 de março de 1963, graças ao trabalho do Deputado Luiz Alberto Franco Junqueira.

De acordo com a Lei nº. 2.610, de 8 de Janeiro de 1962²², que se refere ao Código do Ensino Primário de Minas Gerais de 1962, Título II: “Da Rede Escolar Primária”, Capítulo II: “Da Classificação dos Estabelecimentos de Ensino”, Art. 22 e 23, as Escolas Combinadas e Escolas Reunidas são assim denominadas:

Art. 22 - Escolas Combinadas são o conjunto de escolas singulares de uma mesma localidade, funcionando no mesmo prédio ou distantes, no máximo três (3) quilômetros umas das outras, e pelas quais se distribuam os alunos, discriminadamente, por séries do curso.

Art. 23 - Escolas Reunidas são o estabelecimento de ensino primário constituído pelo agrupamento de, pelo menos 6 (seis) classes instaladas em um só prédio, dirigidas por um dos professores e com a matrícula total mínima de 240 (duzentos e quarenta) alunos (MINAS GERAIS, 1962).

Apesar de haver mudanças na nomenclatura da escola como sendo Escolas Reunidas e depois Escolas Combinadas, antes da mesma se tornar Grupo Escolar não há registros nos arquivos e históricos da escola e da Instituição Rotary Club, bem como em outros documentos utilizados para a realização desta pesquisa (atas, jornais, livros de promoção de alunos,

²² Reconhecido pela Lei 2.610 de 08 de Janeiro de 1962, o Código do Ensino Primário em Minas Gerais tem por objetivo central estabelecer os princípios e as diretrizes deste grau de ensino em Minas, estabelecendo em seu Artigo 65: “O ensino obedecerá a orientação e a programa baseados em pesquisas e estudos de caráter objetivo processados por órgãos técnicos”.

professoras e diretoras, dentre outros), de que a Escola Rotary esteve agrupada com outras escolas.

A seguir a reportagem que menciona a vinda da Escola Rotary para a Vila Progresso a fim de se resolver o problema com a instrução pública e o aumento da quantidade de estudantes naquela região.

Figura 7: Reportagem sobre a vinda da Escola Rotary para a Vila Progresso em Ituiutaba



Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba – Jomal Folha de Ituiutaba 07/janeiro/1956.

Em 1966, dado o aumento da demanda de estudantes, a escola passou a se chamar “Grupo Escolar Rotary”, segundo o Decreto nº 9.703 publicado no Jornal Minas Gerais do dia 06 de abril de 1966.

Segundo o Código de Ensino Primário de Minas Gerais de 1962, Título II: Da Rede Escolar Primária, Capítulo IV: Da Criação, Instalação e Transformação em Unidades Escolares, Art.33, fica estabelecido:

Art. 33 - Para a criação de grupo escolar, é necessária a existência de escolas numa mesma localidade, quer sejam singulares ou combinadas, com a freqüência mensal de 360 (trezentos e sessenta) alunos, em média.

Parágrafo único - Poderá também ser criado grupo escolar quando, dentro da localidade ou em torno dela, numa área de 3 (três) quilômetros de raio, tomado como centro do círculo o local destinado à sede do estabelecimento,

se verifique a existência de, pelo menos, 400 (quatrocentas) crianças em idade escolar (MINAS GERAIS, 1962).

A seguir o Decreto nº 9.703 de 1966, que transforma em Grupo Escolar “Rotary” as Escolas Reunidas “Rotary”, publicado pelo Governador de Minas Gerais.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, item I, e de acordo com o disposto no artigo 32, ambos da Lei n. 2.610, de 8 de janeiro de 1962 (Código do Ensino Primário), decreta:

Art. 1º – Ficam transformadas em Grupo Escolar as Escolas Reunidas “Rotary”, da cidade de Ituiutaba. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 5 de abril de 1966. Israel Pinheiro da Silva, Gilberto Antunes de Almeida (MINAS GERAIS, 1966, s/p).

Segundo o Código de Ensino Primário de Minas Gerais de 1962, Título II: “Da Rede Escolar Primária”, Capítulo II: “Da Classificação dos Estabelecimentos de Ensino”, Art.24 denomina-se Grupo Escolar, “[...] o estabelecimento de ensino primário constituído pelo conjunto de pelo menos 10 (dez) classes, instaladas em um só prédio, subordinadas a direção especial e com a matrícula total mínima de 400 (quatrocentos) alunos” (BRASIL, 1962).

Muitas mudanças ocorreram nos anos de 1970, no Grupo Escolar “Rotary”, dentre elas podemos citar as novas instalações do prédio para o Bairro Ipiranga, situado à Praça Hilarião Rodrigues Chaves, s/nº, construído pela Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução de Prédios Públicos de Minas Gerais (CARRPE); atualmente, o prédio continua neste local.

Figura 8: Localização da Escola Rotary antes e depois de 1970



Fonte: Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-18.964185,-49.4536932,15z>>. Acesso em: 26/10/2016.

Salientamos que anteriormente o prédio da escola localizava-se na Rua 36 com Avenida 5 e 5A no Bairro Progresso. Quando foram mudadas as instalações do prédio, segundo o histórico da Escola Rotary, o mesmo foi adquirido graças ao empenho do educador e político Dr. Álvaro Otávio Macedo de Andrade²³. O objetivo era que fosse proporcionado mais conforto ao corpo docente e discente, engajando-se nos moldes de ensino, e tendo como base a Lei 5.692/71; aumentou-se o número de matrículas para oitocentos estudantes.

SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção buscamos compreender como surgiu o Rotary Club no mundo, e de que maneira foram estabelecidas e estreitadas as ligações e interlocuções do local com o nacional e o internacional.

²³ O senhor Álvaro Otávio Macedo de Andrade nasceu em 18 de abril de 1934, na cidade de Ituiutaba/MG, filho de Álvaro Brandão de Andrade e Alaíde Macedo de Andrade. No ano de 1965 assumiu a direção do Instituto Marden, após o afastamento de seu pai permanecendo até 1973. Foi eleito prefeito para governar Ituiutaba no período de 1º de fevereiro de 1971 a 31 de janeiro de 1973, através da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Com 82 anos faz parte da Instituição Rotary Club de Ituiutaba, atuando como membro rotariano.

Entendemos que essas explicações se fundaram quando buscamos responder as seguintes inquietações: como se deu a origem do Rotary Club no mundo e no Brasil, assim como sua expansão internacional, nacional e local? Além disso, nesta seção inicial buscamos ainda apresentar quais foram as reverberações dos membros rotarianos, especialmente as que foram desenvolvidas em forma de projetos sociais no município de Ituiutaba. Sabendo que uma das suas linhas de ações estava centrada na educação básica, e particularmente na alfabetização de crianças, jovens e adultos buscamos responder outras inquietações: quais outras reverberações fizeram os rotarianos para Ituiutaba, levando em consideração que a cidade nos anos 1950 era conhecida como “Capital do Arroz”?

O primeiro Rotary Club no mundo foi instalado por Paul Harris, em 1905, em Chicago nos EUA. Essa instituição internacional expandiu-se nos EUA diante das rápidas transformações do plano econômico e social da sociedade na época – a industrialização americana.

No Brasil, o Rotary foi instalado por um visitante americano, primeiramente no Rio de Janeiro (1922), e posteriormente em São Paulo (1924). Sua instalação na Argentina foi o ponto de partida para a expansão em outros países da América Latina. Em Minas Gerais as primeiras cidades a instalarem o clube foram Montes Claros (1926) e Belo Horizonte em 1927. No Triângulo Mineiro, a criação do clube ocorreu inicialmente em Uberlândia (1936), Uberaba (1937) e Ituiutaba (1954).

Nos anos de 1950, o município de Ituiutaba ganhou destaque por se apresentar economicamente como um intensivo produtor de arroz, chegando a ser conhecido nacionalmente como “Capital do Arroz”. Além da vasta produção deste grão, o município produzia outras culturas agrícolas como o milho, o algodão, a mandioca que impulsionaram o comércio local e de toda a região.

Consequentemente, muitos trabalhadores com suas famílias migraram para Ituiutaba em busca de melhores condições de vida, e assim desempenharam atividades nas máquinas de arroz, no plantio e na cata das demais culturas agrícolas. Até então o município carecia de escolas públicas e a demanda de filhos de trabalhadores por estudos era extensa.

Em 1954 foi instalado no município a Instituição Rotary Club de Ituiutaba, que é um clube prestador de serviço a favor da comunidade, realizando diversos projetos e benfeitorias. O clube é representado por diversos profissionais da sociedade, que em conjunto lançam mão de campanhas beneficentes, festas e rifas para resolver problemas sociais.

Muitos projetos foram desenvolvidos em diferentes áreas, como: educação básica e alfabetização; prevenção e tratamento de doenças; paz e resolução de conflitos; saúde materno-infantil; recursos hídricos e saneamento; nos serviços comunitários; e realização de intercâmbio de profissionais e jovens. Ressaltamos que um dos projetos de maior relevância foi a implantação da Escola Rotary, em 1956.

Para diminuir os altos índices de analfabetismo tanto no mundo quanto no Brasil, e até mesmo em Ituiutaba o clube de um modo geral utiliza do termo “erradicar”, como se fossem acabar de vez com o analfabetismo. Nesta perspectiva, entendemos que se usarmos esse termo estaremos cometendo um grave erro. Nos anos de 1950 os índices de analfabetismo em Ituiutaba chegaram a 57,35%, sendo estes percentuais são maiores do que a média representada pelo Estado de Minas Gerais (MG) de 56,19%.

Não podemos afirmar com propriedade que o Rotary Club erradicou o analfabetismo, porém, com a implantação de Escolas Rotary em todo o território brasileiro e em especial no município de Ituiutaba, contribuiu para a instrução pública ao acolher os filhos da classe trabalhadora. Uma vez que, a erradicação do analfabetismo, não era uma meta em especial do Rotary Club, mas uma urgência nacional, ou seja, um objetivo da política educacional brasileira.

A Escola Rotary, mesmo sendo estadualizada, continua a receber ajuda financeira por meio de rifas, campanhas e festas realizadas pela Instituição Rotary Club e comunidade em geral. Ou seja, entendemos que a escola foi criada por intermédio de iniciativas particulares, visando atender as necessidades educacionais dos filhos das camadas populares.

Essa questão será aprofundada e discutida na Seção 2, ao tratarmos das relações estabelecidas entre o público e o privado na história da educação brasileira, em especial no município de Ituiutaba. Deste modo, podemos entrecruzar a história da Escola Rotary com a situação educacional em que o país estava inserido, ou seja, em um período de discussões entre o ensino público e privado, desencadeando na promulgação da LDBEN 4.024/61.

SEÇÃO II - DO ÂMBITO PRIVADO AO PÚBLICO NA CAPITAL DO ARROZ: UMA RELAÇÃO DE TROCA E BENEFÍCIO PARA A SOCIEDADE TIJUCANA

Nesta segunda seção, partindo dos questionamentos advindos de como se estabeleceram as relações entre a escola pública e a escola privada na história da educação brasileira, temos por objetivo compreender como ocorreram os embates entre o público e o privado, visto que a Escola Rotary surgiu no município de Ituiutaba, em 1956, no estófo desta relação.

Além disso, temos como escopo compreender como o público e o privado se correlacionaram durante a implementação da LDBEN 4.024/61 e apresentar quais foram os impactos causados na educação nacional, em especial no município de Ituiutaba com a implantação desta lei.

Com a Segunda Guerra Mundial²⁴ (1939-1945), houve uma alteração de ordem política, econômica e social em todo o mundo, principalmente nos países da Europa e da Ásia. Consequentemente, organizações como a ONU foram criadas a fim de manter a ordem e a paz social mundialmente, além de estabelecer a cooperação entre os povos nos países que participaram da guerra.

A Instituição Rotary Club, de cunho internacional, ganhou destaque no período pós-guerra por se aliar a potência americana, local de origem do clube de serviço, a fim de disseminar juntamente com a ONU campanhas em busca da “paz mundial”. Ao programar as campanhas e projetos com o fim de se buscar a paz mundial entre os povos em guerras, subentendemos que o clube de serviço aliado a outros organismos internacionais desempenhava a função de política do bem-estar social²⁵ como uma forma de contemplar “[...] as distintas formas de articulação dos mecanismos de proteção social – Estado, mercado e família” (NOGUEIRA, 2001, p. 90). Trata-se, segundo Nogueira (2001), de uma forma

²⁴ “A Segunda Guerra Mundial consta-se entre os conflitos mais devastadores da história da humanidade: mais de quarenta e seis milhões de militares e civis pereceram, muitos deles em circunstâncias de uma crueldade prolongada e terrível. Nos 2174 dias de guerra, que decorreram entre o ataque da Alemanha à Polônia em setembro de 1939 e rendição do Japão em agosto de 1945, a esmagadora maioria dos que morreram, quer na frente de batalha quer na retaguarda, tinham nomes e rostos obscuros, excepto para as poucas pessoas que os conheciam ou os amavam; mas, em muitos casos, que talvez atinjam uma cifra de milhões, até mesmo os em que anos posteriores poderiam ter recordado uma vítima foram eliminados. Não foram apenas quarenta e seis milhões de vidas que foram aniquiladas, mas a vida e a vitalidade vibrantes que elas tinham recebido como herança e poderiam ter legado os seus descendentes: uma herança de trabalho e alegria, de luta e criatividade, de saber, esperanças e felicidade, que ninguém viria a receber ou transmitir” (GILBERT, 2009, s/p).

²⁵ “Essa tendência, de forte matriz durkheimiana, atribui à emergência do Estado de Bem-estar Social a necessidades de coesão e integração do tecido social, uma vez que os mecanismos tradicionais, especialmente a família e outras instituições clássicas, perderam suas funções agregadoras” (NOGUEIRA, 2001, p. 91).

particular de regulação social das massas expressadas emergentemente por meio de serviços prestados aos sistemas nacionais públicos, tais como a educação, a saúde, a assistência social, a habitação, dentre outros, que afetavam o nível de vida principalmente da classe trabalhadora, que mais carecia e necessita desses recursos.

O surgimento deste tipo de política do bem-estar social, conforme aponta Nogueira (2001), está estreitamente ligado à solidariedade social, que tem por objetivo regular a vida das pessoas por meio da construção, neste caso do pós-guerra, de nações que haviam sido (des)integradas em todos os sentidos. O Rotary Club, nesta perspectiva, enquanto clube de serviço procura por intermédio de ações em prol da sociedade, realizar e desenvolver projetos que abarcam a política do bem-estar social nas diversas áreas sociais que atende. Quando estas ações são implementadas, e de forma bem sucedida, entendemos que são estabelecidas entre os grupos envolvidos, neste caso o Estado e a Instituição Rotary Club, alianças (re)afirmando as ligações existentes entre o público e o privado, em que ambos se beneficiam:

O estabelecimento de alianças através da reformulação de projetos requer muita negociação preliminar e contínua entre os grupos envolvidos. Quando essa negociação ocorre, a legitimidade de um determinado problema social é estabelecida, assim como os parâmetros para sua resolução, e então se verifica o processo de constituição de classes e mesmo de organização. Obviamente, a própria existência de certos tipos de instituição já implica a existência de alianças. Isto é típico em qualquer política de bem-estar, uma vez que, em termos formais, há sempre pelo menos três interesses principais envolvidos: os do Estado, o das instituições mediadoras e seus profissionais, e os da população que deve receber o benefício. É claro que, estando demonstrada a existência de vários grupos que se beneficiam do provimento de serviços de bem-estar, deve-se rejeitar a noção de que somente as classes populares se beneficiam (GONÇALVES, 1996, p. 97-98).

O Rotary Club, ao formar, manter e fortalecer as alianças entre as comunidades que são beneficiadas pelo seu trabalho, ganha prestígio social e político, característico de sua identidade como forma de manter sua posição social já alcançada. Salientamos que é necessário haver esta relação do clube de serviço com o Estado, uma vez que “[...] as demandas populares são categorizadas e legitimadas através de uma intervenção particular do Estado” (GONÇALVES, 1996, p. 100).

Enquanto ocorria a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Ribeiro (2005), no Brasil o período de 1937 a 1945 foi marcado politicamente pelo denominado “Estado Novo” governado por Getúlio Vargas que, como presidente da República, apresentava-se diante dos populares com o intuito de tornar o país independente economicamente do capital estrangeiro.

Seu lema era “Deus, Pátria e Família”, cujo objetivo foi controlar de forma autoritária e conservadora as práticas disseminadas pelas classes sociais, que

[...] sintetiza a natureza conservadora, dos princípios defendidos por esta tendência política. Princípios estes relativos a um Estado autoritário, nacionalista e anti-comunista, dirigido por “elites esclarecidas” que tinham por função principal “conciliar” os conflitos de classes através de um controle autoritário das práticas das classes sociais (RIBEIRO, 2005, p. 114).

Getúlio Vargas utilizava esse lema para poder atrair cada vez mais populares que estavam insatisfeitos e temerosos com o movimento comunista. Entretanto, em contraposição às suas ideias foi criada a Aliança Nacional Liberal (ANL) – composta por “[...] ex-tenentes reformistas e politicamente mais à esquerda, comunistas, socialistas, líderes sindicais e mesmo de liberais fora do esquema governamental” (RIBEIRO, 2005, p. 114). A ANL era representada por Luís Carlos Prestes e tinha um programa

[...] que expressava os objetivos nacionalistas, reformistas e democráticos de enfrentamento da crise econômica, quando exigia a suspensão definitiva do pagamento das dívidas do Brasil, a nacionalização das empresas imperialistas, a proteção dos pequenos e médios proprietários e a entrega de terras dos grandes proprietários aos trabalhadores do campo, a ampliação das liberdades cívicas e a instauração de um governo popular, conseguiu uma intensa adesão popular (RIBEIRO, 2005, p. 114-115).

Porém, com a aprovação da Lei da Segurança Nacional pelo governo de Getúlio Vargas, os núcleos da ANL foram fechados e seus membros e representantes perseguidos e presos. Conforme Ribeiro (2005) menciona, “[...] aumentam os riscos de não-concretização das pretensões ‘modernizadoras’ de determinados setores das classes dominantes ligadas ao desenvolvimento urbano-industrial” (RIBEIRO, 2005, p. 115).

Salientamos que antes do governo de Vargas definir foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932²⁶, discutindo e refletindo novos caminhos a respeito dos problemas educacionais da época. No manifesto são gerados debates, congressos e

²⁶ “Ao proclamar a educação como um direito individual que deve ser assegurado a todos, sem distinção de classes e situação econômica; ao afirmar ser dever do Estado assegurá-la, principalmente através da escola pública gratuita, obrigatória e leiga, e, finalmente, ao opor-se à educação-privilegio, o Manifesto trata a educação como um problema social, o que é um avanço para a época, principalmente se nos lembrarmos de que a sociologia aplicada à educação era uma ciência nova. Na vida prática, em verdade, a educação não tinha sido, até então, objeto de cogitações, senão de ordem filosófica e estritamente administrativa, no Brasil. Ao proclamar a educação como um problema social, o Manifesto não só estava traçando diretrizes novas para o estudo da educação no Brasil, mas também estava representando uma tomada de consciência, por parte dos educadores, até então praticamente inexistente” (ROMANELLI, 1978, p. 149-150).

conferências que orientavam a educação nacional. Em meio aos debates emergiram grupos cujas orientações e ideias se conflitavam entre os que eram a favor das ideias voltadas para a escola pública e os que eram contra os recursos fossem destinados somente para a escola pública. Conforme esclarecido por Ribeiro:

[...] Uma era já tradicional, representada pelos educadores católicos, que defendiam a educação subordinada à doutrina religiosa (católica), a educação em separado e, portanto, diferenciada para os sexos masculino e feminino, o ensino particular, a responsabilidade da família quanto à educação, etc. Outra era representada pelos educadores influenciados pelas “ideias novas” e que defendiam a laicidade, a co-educação, a gratuidade, a responsabilidade pública em educação, etc (RIBEIRO, 2005, p. 111).

Nesta perspectiva, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova tinha uma peculiaridade, porque no seu interior haviam membros que defendiam a escola pública e o sistema público de ensino no país, principalmente a ideia de que o Estado era o responsável pela educação, desvinculado de qualquer manifestação religiosa. Ou seja, o manifesto era contra a volta do Ensino Religioso nas escolas.

O manifesto tem de um lado os renovadores e representantes das ideias da Pedagogia Nova, que entraram em confronto com os defensores da igreja católica representantes das ideias católicas tradicionais. Essas ideias que estavam em discussão expressavam do lado dos católicos, ou seja, da Pedagogia Tradicional, no qual o professor era o centro do ensino e um transmissor de conhecimentos, não levando em conta os processos internos que a criança passava, assim como as suas especificidades e particularidades. A educação, nesta vertente, é vista como responsabilidade primeiramente da família e da igreja, tendo o Estado, neste sentido, o papel complementar.

Em contrapartida, do lado dos renovadores da Pedagogia Nova, a educação deve ser centrada no estudante tendo em vista os seus processos internos, cujas especificidades e particularidades eram levadas em consideração, e o professor era considerado um mediador do processo de ensino aprendizagem. Além disso, a escola, nesta perspectiva, defendia a coeducação entre meninos e meninas, que a educação deveria ser laica, desvinculada de qualquer religião e, principalmente, gratuita, sendo acessível para todos.

A escola pública, gratuita e leiga era vista pelos educadores como a situação ideal, justamente com vistas ao atendimento das aspirações individuais e sociais, o que equivale ao contrário de qualquer imposição orientadora, quer

seja de ordem religiosa, quer seja de ordem política. Ao indivíduo caberia fazer a opção. Se os educadores defendiam algum “monopólio”, este era o do indivíduo, bem a gosto da concepção liberal de mundo, e nunca de qualquer outro organismo, seja ele Estado, a Igreja ou a família (RIBEIRO, 2005, p. 112).

Tomar a escola pública, gratuita, laica e leiga era esse o objetivo dos educadores escolanovistas, que aderiram ao movimento europeu e norte-americano de educação – a escola nova. Porém, as realidades²⁷ destes países quanto à infraestrutura e às situações educacionais em que estavam inseridos era outra, pois já eram industrializados, ditos “avançados”; diferentemente do Brasil, que ainda estava se tornando urbano-industrial.

Ribeiro nos alerta, nesse sentido, que “[...] os princípios educacionais refletiam uma situação muitas vezes de onde tinham origem, o que exigia cuidado quanto às generalizações” (RIBEIRO, 2005, p. 123). E continua:

Na realidade, o processo de transformação das sociedades europeias em bases capitalistas foi um (após choques violentos da burguesia nascente com os senhores feudais), o processo norte-americano foi outro (onde a intenção de romper a situação periférica no país capitalista – dependência – estava patente) e o processo do Brasil foi uma terceira possibilidade (onde não se enfrenta abertamente esta situação periférica) (RIBEIRO, 2005, p. 123-124).

De acordo com Saviani (2011), esse período de 1932 até 1947 é representado pelas ideias pedagógicas no Brasil que

[...] foram marcadas por um equilíbrio entre a pedagogia tradicional, representada predominantemente pelos católicos, e a pedagogia nova. Um equilíbrio tenso, em algumas circunstâncias, quando eram assacadas virulentas acusações de modo especial por parte dos católicos contra os escolanovistas; ou quando se tramavam nos bastidores políticos indicações e vetos de nomes para compor os quadros de pessoal docente e administrativo. Em outras circunstâncias, um equilíbrio harmonioso quando o avanço dos métodos renovados penetrava nas próprias fileiras das organizações tradicionais revestindo de roupagem progressista a doutrina da educação católica [...] (SAVIANI, 2011, p. 271).

²⁷ “Uma limitação teórica a ser assinalada está no fato de representar mais uma forma de transplante cultural e de pedagogismo, isto é, de interpretação do fenômeno educacional sem ter claro as verdadeiras relações que ele estabelece com o contexto do qual é parte. Assim sendo, acabam por acreditar ser a educação um fator determinante da mudança social. E tal crença evidencia que, em realidade, o fenômeno educacional está sendo concebido como isolado do contexto, uma vez que a ação que este exerce sobre aquele não é bem definida” (RIBEIRO, 2005, p. 101).

Conforme estabelece este autor, o equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova tramitava ora em alguns momentos tensos, ora em outros momentos harmoniosos. Isto representou, portanto, uma revolução pedagógica na vigência dos anos de 1930, chegando ao debate mais intransigente nos anos de 1950 entre os grupos que defendiam os interesses do ensino público versus os que defendiam os interesses do ensino privado, conforme será discutido posteriormente.

Com a Constituição de 1946, iniciou-se um longo debate sobre os novos rumos da educação brasileira que persistiu até 1961, quando foi promulgada a LDBEN 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. Ressaltamos que esta Lei estava em debate, e graças ao apoio do Manifesto dos Pioneiros ganhou forças e retornou em 1959, mais uma vez proposto ao povo e ao governo. Podemos perceber, portanto, que os dois períodos²⁸, que serão logo mais caracterizados nesta seção, foram importantes na trajetória da educação brasileira para compreendermos como se instalou o debate do público com o privado. O primeiro é o que antecede o ano de 1948, quando foi criada a Constituição de 1946 (oriunda das outras duas que a antecederam as Constituições de 1934 e 1937), e que em consequência de sua execução foi apresentado o anteprojeto até 1958. Já o segundo período começa em 1958 até 1961 com a votação da lei.

Podemos ainda caracterizar um terceiro período nesta trajetória, o que antecede a lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.

2.1 O embate entre os grupos que defendiam o público e o privado na esfera da educação do local com o nacional

O processo de aprovação da primeira LDBEN, 4.024/61 durou aproximadamente treze anos, de 1948 a 1961, quando foi finalmente aprovada. Durante este período houve o embate entre a escola pública versus escola particular, grupos que defendiam uma escola pública, universal e gratuita versus aqueles grupos que temiam o monopólio estatal da educação.

Na defesa da escola particular houve o apoio de Gustavo Capanema, Padre Fonseca e Silva, representantes de grupos católicos e de escolas privadas leigas. Os representantes das

²⁸ “[...] A primeira girou em tómo de interpretações do texto constitucional nas quais se defrontam duas concepções antagônicas: a centralizadora, herdeira da letra e espírito da legislação do regime imposto pela Carta de 10 de novembro de 1937, e a federativo-descentralizadora que se apoiou na doutrina constitucional do regime instaurado em 1946. Depois de aproximadamente dez anos de hibernação nas comissões competentes, o projeto primitivo, restaurado, iniciou uma nova fase com a apresentação do substitutivo do Deputado Carlos Lacerda. Este substitutivo deslocou o eixo das disputas sobre o projeto para a luta contra o monopólio estatal e em favor de instituições privadas de ensino” (CARVALHO, 1960, p. 203).

escolas particulares que participaram do embate, não possuíam uma doutrina própria e apoiavam-se nos princípios da igreja católica para expor seus interesses, que eram principalmente de ordem financeira.

Ao tratarmos dos defensores da escola pública, é de extrema importância esclarecer, segundo Buffa (1979), que estes se dividiam em três grupos distintos, motivados por diferentes ideologias. Dentre eles, o grupo que desencadeou inicialmente o conflito a favor da escola pública, foi o escolanovista, que em sua maioria participaram da elaboração do anteprojeto de 1948 e liderado por Anísio Teixeira. O grupo que defendia a escola pública era representado por Laerte Ramos de Carvalho, João Eduardo Rodrigues Villalobos e Roque Spencer Maciel Barros. Ambos os grupos se inspiraram na ideologia liberal²⁹.

O que diferenciava os representantes da escola pública era a posição dos grupos com relação ao liberalismo. O grupo representado por Roque Spencer Maciel de Barros era liberais-idealistas³⁰, ou seja, enfatizava que a teoria direcionava a ação pedagógica. Nessa instância

[...] a educação deve ter por objetivo supremo a afirmação da individualidade, da originalidade, da autonomia ética do indivíduo. Por não se levar em consideração a sociedade em que vive o indivíduo, os objetivos educacionais são colocados em termos universais e eternos, válidos para qualquer tempo e lugar, portanto, a-históricos (BUFFA, 1979, p. 80).

Além dos liberais-idealistas, havia o grupo liderado pelos liberais-pragmatistas³¹ que era a favor das experiências que cada sujeito trazia consigo, assim como das realidades sociais a que estavam inseridos. As preocupações deste grupo eram com a prática pedagógica. Os

²⁹ “[...] a educação liberal consiste num processo de adaptação às relações capitalistas de produção, adaptação essa que assegura aos filhos da classe dominante as vantagens e privilégios de sua classe adapta os filhos da classe dominada às condições de exploração a que são submetidos. Esses dois sentidos da adaptação se refletem na própria organização dualista da escolarização: uma educação “desinteressada” para as elites, e um ensino primário mais algumas escolas profissionais para os trabalhadores” (BUFFA, 1979, p. 98).

³⁰ “A base teórica do liberal-idealismo é constituída não só pela ideologia liberal propriamente dita, como também pela filosofia Kantiana e pelo idealismo alemão em geral. Para o liberal-idealismo o homem é, antes de tudo, consciência moral, ou como afirma Kant o homem só se define enquanto tal pela moralidade, e à educação cabe convertê-lo num ser moral, pela transformação de sua animalidade em verdadeira humanidade. Se o homem não nascendo humano pode chegar a verdadeira humanidade é porque ele é um ser racional e livre. Daí a ênfase na consciência intelectual e na liberdade, entendida esta como ausência de constrangimento, para a conquista da autonomia ética, seu fim supremo” (BUFFA, 1979, p. 99).

³¹ O termo pragmatismo vem do grego, e significa ação. Nesta perspectiva Buffa (1979) especifica que: “Se o que importa é a experiência, é a prática, é a ação humana aqui e agora, a realidade social precisa ser levada em consideração. Com efeito, para o pragmatismo, importa formar o homem para o mundo moderno, modificado em suas estruturas, pelo incremento da democracia, pela industrialização, pela influência da ciência moderna. É preciso adaptar o indivíduo a essas transformações” (BUFFA, 1979, p. 100).

liberais-pragmatistas “[...] Defendem a escola pública em função de sua maior eficiência e do atendimento às necessidades próximas e imediatas do país. Assim, levam em conta a realidade social em que vive o educando, pois a educação deve adaptar o indivíduo a essa realidade” (BUFFA, 1979, p. 80-81).

Tanto para o grupo representado pelos liberais-idealistas quanto para os liberais-pragmatistas, a relação teoria e prática na ação pedagógica são configuradas sob duas vertentes diferentes. No entanto, um grupo defende a teoria e o outro a prática. Diferentemente destes dois grupos que defendem a escola pública, surge, liderado por Florestan Fernandes, um terceiro grupo que defendia a forma com se configurava a escola pública no cenário brasileiro. Para este grupo, a escola surgiu como um instrumento ativo na superação do subdesenvolvimento de ordem política, econômica, social e cultural. De acordo com Buffa (1979), a diferença entre estes três grupos consiste na seguinte questão:

[...] enquanto no tipo de educação que os liberais-idealistas propõem a realidade social não é levada em conta, e os liberais-pragmatistas se preocupam em educar o indivíduo para ajustá-lo à realidade social em mudança, os de tendência socialista consideram a educação em suas relações reversíveis com a sociedade, o que equivale a considerar o homem em relação recíproca com o meio, isto é, ao mesmo tempo em que o homem modifica o meio é também por ele modificado [...] (BUFFA, 1979, p. 81).

Em suma, o grupo defendido por Florestan Fernandes considera que as relações entre teoria e prática são essenciais no processo de aprendizagem e na ação pedagógica. Da mesma forma que o homem, ao se relacionar com o meio que vive, é influenciado por ele, e o modifica, havendo, então, uma troca, uma reciprocidade entre ambos.

Entendemos que o debate em torno do conflito do público com o privado na história da educação brasileira tratava-se da representação do problema existente das relações que se estabeleceu entre o Estado com a sociedade e a igreja desde o início dos anos de 1930, assim como das definições de suas funções.

Segundo Xavier (2003), quando analisamos a forma como se construiu o público podemos relacioná-lo estreitamente com a forma como estava organizado o Estado e, principalmente, vinculado às suas maneiras de intervir estatalmente na estruturação das instituições destinadas a promover a educação para as camadas populares.

Com a implantação das Constituições de 1934 e 1937³², no que se refere ao ensino religioso, podemos perceber que ambas as constituições por defender a sua execução nas instituições de ensino, conseqüentemente, entraram em confronto com os princípios defendidos pelo movimento renovador, que por sua vez, dava ênfase à necessidade da laicidade no ensino. Além da laicidade, o movimento renovador ainda reivindicava a institucionalização da escola pública, assim como sua expansão; ou seja, a obrigatoriedade do Estado de assumir sua função educadora e a coeducação dos sexos.

O conflito, de certa forma, estabeleceu-se devido à laicidade no ensino e a ausência de verbas públicas que deveriam ser destinadas a educação. Isto quando, na verdade, a ambigüidade do Estado postergou a educação pública, deixando espaço para as iniciativas particulares como a igreja e outras instituições privadas:

[...] as lutas ideológicas em torno da “liberdade de ensino” atingiram o auge, com os educadores, de um lado, proclamando firmemente a necessidade de o Estado assumir sua função educadora e garantir a sobrevivência da escola pública, e com os educadores católicos, de outro lado, agora coadjuvados pelos donos de estabelecimentos particulares, afirmando “direito da família” e opondo-se ao pretensão monopólio do Estado (ROMANELLI, 1978, p. 176).

Contudo, entendemos que a educação escolar constituía-se como um direito para os filhos das classes privilegiadas, uma vez que a igreja exercia posteriormente o seu monopólio do ensino. Apesar de existirem escolas para as camadas populares e médias, não eram todos que a frequentavam. Nesse âmbito, o movimento representado pelos renovadores reivindicava que o Estado deveria assumir esse controle, em vez da igreja, para que, assim, os filhos da classe trabalhadora pudessem ter o acesso e o direito à educação garantidos.

[...] a educação escolar se constituía em privilégio das elites, carecia de sentido a ação estatal, com vistas a fazer expandir o ensino público e gratuito. A elite pagava a sua educação e a Igreja exercia um quase monopólio do ensino. Outra era, porém, a situação que começava a configurar-se na ordem social burguesa. As classes médias em ascensão reivindicavam o ensino médio, e as camadas populares, o ensino primário.

³² A Constituição de 1934, em seu artigo 153, declarava segundo Romanelli que: “O ensino religioso será de frequência facultativa, e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”. Modificando um pouco o teor da prescrição, a Constituição de 1937 determinava, pelo seu artigo 183: “O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria de curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos” (ROMANELLI, 1978, p. 142-143).

Daí por que o movimento renovador compreendeu que havia chegado a hora de o Estado assumir o controle da educação e que, portanto, esta deveria ser gratuita e obrigatória, dadas as necessidades da nova ordem econômica em sua implantação [...] (ROMANELLI, 1978, p. 143).

Consequentemente, a igreja católica, por exercer seu poder sobre o ensino e o país de certa forma, não compreendeu que o Estado não possuía condições materiais de arcar, tampouco de implantar, o monopólio a favor da educação pública. Ou seja, a igreja desde o princípio não apoiou a campanha a favor da educação pública, universal e gratuita.

[...] A campanha em torno da escola pública foi uma campanha que, crescendo de intensidade na época, visava, antes de tudo, à concretização de um dos princípios máximos do movimento: o do direito de todos à educação. Entendiam os reformadores que esse direito só poderia ser garantido, na sociedade de classes em que vivíamos, se o Estado assegurasse às camadas menos favorecidas o mínimo de educação compatível com o nível do desenvolvimento então alcançado. Daí a razão pela qual o ensino, sem se tornar monopólio do Estado, numa sociedade heterogênea, ele só poderia ser leigo, a fim de garantir aos educandos o respeito à sua personalidade e confissão religiosa e a fim de evitar que a escola se transformasse em instrumento de propaganda de doutrinação religiosa. Por fim, entendiam os reformadores que o direito de todos significava a igualdade de direito do homem e da mulher às mesmas oportunidades educativas. Entendiam também que as diferenças que pudessem existir, quanto à ação pedagógica, só poderiam advir das naturais diferenças psicológicas dos indivíduos, seus interesses e aptidões. Essas diferenças, segundo as descobertas da ciência, não advinham da diferença de sexos. Nesse sentido, porém, eram intransigentes os católicos: confundiam eles uma questão essencialmente pedagógica com questão de ordem moral baseadas, evidentemente, em princípios sedimentados em hábitos de educação religiosa (ROMANELLI, 1978, p. 143-144).

Dentre os princípios defendidos pelo movimento dos educadores renovadores, destacamos o direito de todos à educação. Entretanto, esse direito só poderia ser garantido se o Estado garantisse o ensino nas condições de público e laico as classes menos favorecidas. Quanto à coeducação, para esse grupo, homens e mulheres, estavam sujeitos às mesmas oportunidades educativas. Por outro lado, o grupo que queria manter a prioridade no ensino privado ou uma política pública de educação subserviente aos interesses da escola privada não era a favor disso; acreditavam que a coeducação estava estreitamente relacionada à ordem moral, sedimentada nos princípios da igreja e da educação religiosa, e não relacionada ao desenvolvimento psicológico e pedagógico no que diz respeito às suas peculiaridades e especificidades.

Tanto os defensores da iniciativa privada quanto os defensores da escola pública defendiam a liberdade de ensino, porém, com significados e vertentes diferenciados. Para o grupo dos defensores da iniciativa privada, o conceito de liberdade de ensino, segundo Buffa (1979), fundamenta-se nas verdades finais e absolutas expressadas por meio da igreja, ou seja, as pessoas de um modo geral se orientavam por meio dos valores e convicções de forma consciente ou inconsciente. Além disso, quando falavam a respeito da liberdade de ensino, enalteciam a expressão utilizando os mesmos argumentos relacionados à “[...] prioridade da família, papel supletivo do Estado, subvenção do Estado às escolas particulares [...]” (BUFFA, 1979, p. 54).

De acordo com Buffa (1979), os defensores da escola pública, durante a querela escola pública e escola privada, ao afirmar, que na escola particular não existia a liberdade de consciência e de investigação, conseqüentemente concordavam que não havia a liberdade de ensino, havendo o sectarismo dos defensores da iniciativa privada, principalmente por expressarem interesses no lucro.

Na perspectiva do projeto de elaboração da LDBEN, a expressão “liberdade de ensino” foi percebida como sendo a “[...] faculdade de abrir escolas, sem a ingerência do Estado [...]” (BARROS, 1960, p. 20). Concordando com este autor ao utilizarmos a expressão conforme mencionada anteriormente, estamos relacionando-a com os princípios do liberalismo econômico, da livre concorrência pelas iniciativas particulares, devido à ausência do Estado no que se refere a sua função educadora – ou seja, o liberalismo.

Neste sentido, “[...] a liberdade de ensino, em termos liberais, foi concebida como liberdade de iniciativa particular para criar escolas, acompanhada da progressiva abstenção do Estado [...]” (BARROS, 1960, p. 16). Ou seja, liberalismo passou a fiscalizar as ações do Estado, definindo que a liberdade de alguns não prejudicasse a liberdade dos demais.

Além da concepção liberal, Barros (1960) estabelece que no projeto que antecedeu a elaboração da LDBEN estão formuladas outras duas concepções: a positivista e a católica. Do ponto de vista da concepção positivista, o Estado deveria renunciar o sistema de educação como um todo, cabendo aos demais representantes, de ordem católica ou não, organizarem livremente suas escolas, utilizando de uma verdade essencial que “[...] fazia parte integrante de seu conceito da liberdade de ensino a ausência de qualquer auxílio oficial, financeiro ou sob qualquer outra forma, às escolas livres fundadas pelos particulares [...]” (BARROS, 1960, p. 22).

Por meio da concepção católica, o projeto que antecede a LDBEN não poderia conter nada que estivesse em desacordo com a doutrina defendida pela igreja, ou seja, não ser contrária aos seus dogmas e seus ensinamentos, mas exaltar as suas verdades. “[...] Essa ‘liberdade da Igreja’ excluiria a de todos os demais, já que ela se considera a única depositária da verdade e não admite o ensino do erro, que é, no seu entender, a única coisa que os não-católicos poderiam ensinar [...]” (BARROS, 1960, p. 24).

Neste sentido, a liberdade de ensino é a própria liberdade de a igreja propagar suas verdades, ou seja,

[...] do ponto-de-vista católico, a liberdade de ensino, em primeiro lugar, é a liberdade exclusiva, para a Igreja, de propagar a "sua verdade", isto é, as suas crenças e doutrinas; não sendo possível, entretanto, o seu monopólio, ela ataca o "monopólio do Estado", concebido não só como monopólio do ensino, mas, também, como aplicação exclusiva dos recursos públicos na escola pública (BARROS, 1960, p. 26).

A igreja, ao expandir suas verdades por meios de crenças e doutrinas religiosas, ataca o monopólio estatal do ensino, em especial os recursos que deveriam ser oferecidos à escola pública, prejudicando a forma como esta educação deveria ser desenvolvida.

De um modo geral, de acordo com Buffa (1979), o grupo dos privatistas, ao defender “a liberdade de ensino”, conforme explicitada anteriormente, utilizavam argumentos que estavam relacionados não só com a escolha por parte do indivíduo do tipo de escola a qual o mesmo desejava frequentar, mas à “[...] prioridade da família na esfera educacional, a subvenção pública às escolas particulares, para que as famílias sem recurso tivessem oportunidade de escolher o tipo de educação que melhor lhes conviesse, e o papel subsidiário do Estado em educação [...]” (BUFFA, 1979, p. 80).

Ao tratar da liberdade de ensino, os grupos privatistas retomavam uma luta que havia sido travada décadas antes. Os aspectos ideológicos eram os mesmos, porém, de forma complexa e sobre a laicidade do ensino. As lideranças conservadoras, de acordo com Romanelli (1978), eram contra ação do Estado que, desde a Proclamação da República, se separara da igreja e vinha assumindo um papel que não lhe pertencia efetivamente, já que as escolas públicas que existiam não eram suficientes para todas as crianças.

Em suma, foi na escrita do Manifesto da Educação Nova de 1932 que se originou a ideia do projeto que antecedeu a LDBEN. O anteprojeto entrou em discussão na Câmara dos Deputados, respectivamente com os textos relativos às duas constituições seguintes referentes

à Constituição de 1934 e a Constituição de 1937. Após a restauração do regime democrático, houve a Constituição de 1946, demandada do governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra. À época, o Ministério da Educação (MEC) era ocupado por Clemente Mariani. Essa Constituição foi caracterizada tanto pelo espírito liberalista quanto democrático, causando acirradas discussões entre os grupos que defendiam o ensino público e os que eram a favor do ensino privado.

Foi em 1958, que houve a possibilidade do projeto vir a ser transformado em lei. E perante isso, devido às transformações nacionais e internacionais da sociedade – processo de urbanização e crescimento econômico mundial – que compreendemos o *boom* de escolas públicas de ensino nos anos de 1950, mesmo que emergidas de forma precária. Pois até então, prevalecia, em especial no município de Ituiutaba as escolas particulares e confessionais. Entretanto, podemos observar que este movimento do atrofimento das escolas particulares não foi somente no âmbito local, mas nacional.

2.2. A primeira LDBEN 4.024/61 e os impactos na educação nacional e no município de Ituiutaba

Ao ser difundido o projeto da LDBEN de 1961, que causou intensa mobilização dos defensores da escola pública, retomou o “Manifesto dos Educadores de 1959: mais uma vez convocados” redigido por Fernando de Azevedo. Esse novo manifesto que contava com a participação de 189 educadores, intelectuais e estudantes, tinha por objetivos “[...] tratar do aspecto social da educação, dos deveres do Estado Democrático e da imperiosa necessidade de não só cuidar o Estado da sobrevivência da escola pública, como também de efetivamente assegurá-la a todos” (ROMANELLI, 1978, p. 179).

De um modo geral esse novo documento, que foi publicado em 1º de julho de 1959, criticava a forma como a educação estava sendo organizada: quanto aos níveis e as modalidades de ensino distribuído; ao despreparo docente (má formação dos profissionais da educação) e as condições precárias de trabalho a qual estavam submetidos assim como as más condições materiais das instalações dos prédios escolares, a falta dos recursos pedagógicos, dentre outros.

O projeto foi aprovado como lei (LDBEN 4.024/1961) no Congresso em 20 de dezembro de 1961. A lei, no entanto, prevalecia com os mesmos problemas relacionados à

educação, porém de forma mais agravada e ampla, devido à urgência da criação de um sistema escolar e de suas necessidades de desenvolvimento.

A lei que tratava sobre as diretrizes e bases da educação nacional surge

[...] da necessidade de dar ao sistema nacional de educação um caráter orgânico e integrado, de modo a submeter as tendências à diferenciação e à descentralização do ensino a um conjunto de objetivos comuns e a um mínimo de princípios diretores fundamentais[...] (FERNANDES, 1960, p. 217).

O objetivo central da LDBEN era discutir o destino do ensino público e a implantação de um sistema nacional de ensino que abrangesse a educação pública. Por isso, até a aprovação do projeto, houve o embate entre os grupos que eram a favor e os que eram contra que o Estado assumisse a responsabilidade pela educação. De acordo com Romanelli (1978), a nova lei trazia em seu bojo mecanismos de ordem financeira destinados às escolas privadas mediante a concessão de bolsas de estudos, salário-educação e financiamento à construção e reforma de prédios escolares.

Os fins aos quais se destinou o projeto, que tão logo se transformou em lei, de um modo geral, foram idealizados para serem aplicados em qualquer realidade. Não necessitamos, de antemão, de analisar toda a LDBEN de 1961, basta atentarmos aos seus primeiros artigos e o que estão escrito em suas entrelinhas para vislumbrarmos seus reais interesses para com a educação. No artigo 1º profere o seguinte:

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça (BRASIL, 1961).

De acordo com Fernandes (1960), ao analisar criticamente a LDBEN/1961 concluímos que tanto o artigo 1º quanto o 2º tratam dos mesmos prescritos na Constituição de 1946, porém de forma mais ampla e esmiuçada. Especificamente, esses interesses estavam relacionados à escola privada que, por possuírem um caráter liberal, expressam em suas entrelinhas um controle ideológico do ensino em suas diversas instâncias.

Não obstante, da mesma forma a referida lei repete no Artigo 2º: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Parágrafo único. À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos” (BRASIL, 1961). Mais uma vez, ao utilizarem os interesses das famílias como uma forma de expressarem seus verdadeiros fins, acabam não declarando seus objetivos. Podemos compreender que a educação, ao ser dada no lar, é responsabilidade prioritária da família, que escolhe o tipo de educação que será ministrada aos seus filhos. Ou seja, a escola seria somente colaboradora da educação ministrada pelo berço familiar.

Dessa forma, Fernandes esclarece que:

[...] Os “direitos da família” em matéria de educação e de “escola do gênero de educação” serviram como um meio para atingir outros fins, nem sempre congruentes com os interesses específicos da família. Instituições que nunca usaram seu imenso prestígio na sociedade brasileira para orientar melhor as famílias, quer na educação de seus filhos, quer na melhoria e propagação do ensino, repentinamente surgem na arena política com o estandarte dos “direitos da família”!... Em nome desses direitos, sentem-se seguros para exigir: influência ativa permanente na fixação de nossa política escolar e na administração do nosso sistema de ensino; a vigência de bolsas oficiais a alunos para o pagamento de anuidades escolares; a subvenção financeira das escolas privadas do Estado [...] (FERNANDES, 1960, p. 226).

Concordando com Fernandes (1960), a LDBEN/1961, de certa forma contribui com os interesses e a propagação dos direitos e funções da família, que na Constituição são prescritos como sendo um dos princípios dos “direitos fundamentais do homem”. O que na verdade mais uma vez (des)responsabiliza a ação do Estado, cabendo à família desempenhar uma função que não lhe compete, a educação dos filhos.

Já no artigo 3º do item II é abordado a respeito do dever do Estado democrático no âmbito da educação escolarizada, com ênfase no artigo 2º, estabelecendo uma conexão entre direitos da família e o dever do Estado.

Art. 3º O direito à educação é assegurado:

- I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;
- II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos (BRASIL, 1961).

Ao analisarmos o artigo 3º, por mais que haja uma conexão entre os direitos da família e deveres do Estado, nos perguntamos se é verídica a propagação do direito à educação, já que a lei dá essa liberdade às iniciativas particulares, (des)responsabilizando e (des)legitimando o Estado desta função. Ou seja, atribui não só a liberdade de ensino à escola privada, mas transfere a responsabilidade que seria do Estado, uma vez que perante a Constituição é obrigação do Estado ministrar o ensino independentemente do fornecimento de recursos.

Temos como exemplo na LDBEN 4.024/61 os artigos 4º e 5º, sendo que o Título III – Da liberdade do ensino que expressa em seu artigo 4º o poder da igreja sob o Estado ao negar o favorecimento do monopólio no ensino estabelecida da seguinte maneira: “É assegurado a todos na forma da lei o direito de transmitir seus conhecimentos” (BRASIL, 1961).

A partir do artigo 5º percebemos a substituição do termo “educação” por “ensino”: “São assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados” (BRASIL, 1961).

A estrutura como estava organizado o ensino foi mantida, e o sistema de ensino continuou organizado da mesma forma segundo a legislação anterior.

1. Ensino pré-primário, composto de escolas maternais e jardins de infância;
2. Ensino primário de 4 anos, com chance de ser acrescido de 2 anos mais, com programa de artes aplicadas;
3. Ensino médio, subdividido em dois ciclos: o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores);
4. Ensino superior, com a mesma estrutura já consagrada antes (ROMANELLI, 1978, p. 181).

A forma como estava organizado o ensino prevaleceu a mesma; aos currículos foram anexadas disciplinas obrigatórias no ensino secundário³³ e optativas escolhidas e organizadas livremente por cada escola.

Por mais que o direito à educação fosse assegurado tanto no anteprojeto quanto na LDBEN que foi implantada, muitas crianças se encontravam fora da escola. A população via a lei como uma forma de concretizar o ensino público condizente com as necessidades da realidade brasileira. Salientamos que no Brasil, entre os anos de 1950 e 1960, as estatísticas do censo demográfico referente a 1950 sinalizaram que:

[...] o país possuía 18.882.486 (51,65%) de analfabetos (indivíduos de mais de 10 anos de idade). Segundo esse mesmo censo, possuíamos 6.720,219 crianças em idade escolarizável (entre a idade de 7 a 11 anos), das quais 4.049.865 estavam fora da escola [...] (REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1960, p. 134).

Apesar de 50% da população brasileira ter sido marginalizada da escola, devido aos diversos problemas em que se encontrava a educação, e principalmente pela falta de recursos para estender a rede oficial de ensino, entendemos que a educação não é a única responsável por isso, sendo parte desta problemática. Isto porque esses problemas se agravaram em função de decisões políticas e sociais, sendo que a esfera privada foi privilegiada, já que tinha condições de pagar a educação que lhe era oferecida. O embate entre o público e o privado continuava nas entrelinhas do projeto, que se transformou em lei.

A educação no país cresceu consideravelmente com relação ao aumento dos números de matrículas e da escolarização, como consequência da expansão escolar a partir dos anos de 1920. Ghiraldelli Júnior (1990) profere com relação aos anos de 1950 que a política educacional implementada durante o governo de Juscelino Kubistschek, não tão diferente da de Getúlio Vargas, tinha a preocupação em “educar para o trabalho”, investindo a maior parte dos recursos financeiros educacionais para o ensino técnico e industrial.

A tabela a seguir expõe dados relativos a esse avanço em número de matrículas da população em idade escolar, de 5 a 19 anos, no ensino primário e médio.

³³ “Artigo 38 – As disciplinas obrigatórias de todos os currículos do ensino secundário são: Português, Matemática, Ciências, Geografia, História, Francês ou Inglês” (SUBSTITUTIVO AO PROJETO LDBEN, 1961).

Tabela 7: Evolução do crescimento populacional e da escolarização no Brasil, da população em idade escolar – 5 a 19 anos (1920-1970)

ANOS	POPULAÇÃO: 5-19 ANOS	MATRÍCULA NO PRIMÁRIO	MATRÍCULA NO MÉDIO	TOTAL DE MATRÍCULA	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	CRESCIMENTO DA MATRÍCULA
1920	12.703.077	1.033.421	109.281	1.142.702	8,99	100	100
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,43	122,26	291,28
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15	148,20	430,92
1960	25.877.643	7.458.002	1.177.427	8.635.429	33,37	203,71	755,70
1970	35.170.643	13.906.484	4.989.776	18.896.260	53,72	276,86	1.653,64

Fonte: ROMANELLI, 1978, p. 64.

Apesar da tabela acima demonstrar que os dados a partir de 1920 indicam uma expansão no ensino, Romanelli relativiza que esse avanço na expansão do ensino, em 20 anos, dobrou a taxa de escolarização. Com base nisso, a autora ainda ressalta a “insuficiência” desse alcance, afinal, em 1970 “[...] 46,28% da população escolarizável estava fora da escola [...]” (ROMANELLI, 1978, p. 64).

O presidente Kubitschek escreveu em 1956 a seguinte mensagem com relação à educação:

A escola primária, incapaz de atender a crescente procura de mais educação por parte do povo, se multiplica indiscriminadamente ou apenas amplia seu corpo discente pela multiplicação dos turnos de aulas, perdendo por isso em substância e eficiência. Fenômeno semelhante ocorre com as escolas secundárias, o que, a despeito da pouca valia social e cultural dos seus cursos, se deve principalmente à crença de, só por meio deles, ser possível atingir um patamar de grande importância na vida social, com a obtenção do diploma universitário. Ao lado disso, relega-se a preparação técnica à classe das coisas de menor importância (BRASIL, 1956, p. 198).

Juscelino Kubitschek acreditava que a escola tanto no ensino primário (1ª a 4ª série) quanto o ensino secundário (ginásio e colegial) era incapaz de atender a demanda de alunos devido à crescente demanda; contudo, o presidente menciona que a saída era a ampliação do corpo docente em ambas as escolas.

Fazendo uma análise dos dados do analfabetismo no Brasil, estes cresceram em números relativos, acompanhando o crescimento da população de mais de 15 anos. Romanelli (1978) demonstra que com a mudança da sociedade brasileira de base econômica agrícola

para industrial se intensifica ainda mais a procura por escolas, diminuindo percentualmente o problema do analfabetismo em 1940 de 56,17% para 33,01% em 1970.

Tabela 8: Evolução do Analfabetismo no Brasil de 1940 a 1970

ANOS	POPULAÇÃO DE MAIS DE 15 ANOS	ANALFABETOS DE MAIS DE 15 ANOS	TAXA DE ANALFABETISMO	POPULAÇÃO DE 15 A 39 ANOS	ANALFABETOS DE 15 A 19 ANOS	TAXA DE ANALFABETISMO
1940	23.639.769	13.279.899	56,17%	16.515. 300	8.937.282	54,11%
1950	30.249.423	15.272.432	50,48%	20.911.777	9.964.060	47,64%
1960	40.187.590	15.815.903	39,35%	27.017.011	9.422.610	34,87%
1970	54.336.606	17.936.887	33,01%	35.954.488	9.911.744	27,56%

Fonte: ROMANELLI, 1978, p. 75.

Uma reportagem publicada no jornal “Correio do Pontal” do município de Ituiutaba em 03 de janeiro de 1958, denominada “Cinquenta por cento de analfabetos”, reproduz os dados do IBGE quanto à situação em que se encontrava a educação brasileira com relação aos altos índices de analfabetismo concomitantemente relacionados aos índices registrados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos de 1960.

Em meio à preocupação com a quantidade de crianças fora da escola, mais de quatro milhões, estava a qualidade no ensino devido aos altos índices de analfabetismo, mais dezoito milhões de analfabetos e, conseqüentemente, a evasão escolar. Além disso, é importante destacarmos ainda nesta reportagem que o Rio Grande do Norte foi o Estado brasileiro em que mais se concentraram elevados índices de analfabetismo, maiores entre os homens do que entre mulheres.

Havia no Brasil, à época do último recenseamento, 51,65% de analfabetos. Admitindo-se que a proporção dos que não sabem ler nem escrever se tenha reduzido, dali por diante, em ritmo semelhante ao verificado entre 1940 e 1950 (quando abaixou de 56,96% a 51,65%) pode-se estimar em 50% a proporção atual de analfabetos em nosso país. Nesses cálculos, toma-se por base a população de 10 anos e mais que abrange, com possibilidades mínimas de erro, a totalidade das pessoas aptas a conhecer as primeiras letras de acordo com o critério mais frequentemente adotado em vários países. Em todos os Estados, com exceção apenas do Rio Grande do Norte, o nível de alfabetização é mais elevado entre os homens do que entre as mulheres. No conjunto do país, em 1950, a proporção de analfabetos que para o sexo

masculino era de 47,38% eleva-se a 55, 83% para o sexo feminino. Nas idades infantis e adolescentes, a difusão da instrução primária é pouco diferente nos dois sexos e levemente superior no feminino, mas ao subir da idade acentua-se cada vez mais a inferioridade da proporção das mulheres que sabem ler e escrever em comparação com a dos homens. Como se reconhece em um dos Estados sobre alfabetização da população do Brasil (publicados em volume pelo Conselho Nacional de Estatística), o Censo de 1950 encontrou um nível de alfabetização ainda muito baixo entre nós. Na população dos quadros rurais, onde são menores as facilidades de instrução e é mais comum o aproveitamento das crianças no trabalho do campo e do lar, a percentagem de analfabetos alcançava 67,75%, enquanto que nos quadros urbanos era de 21,37%. Nenhuma dessas taxas, porém, deve ser confundida com a do conjunto do país que, em 1950, correspondia, 51,65%. Hoje, pode-se calcular em 50% a proporção dos analfabetos na população de 10 anos e mais. (Extrato de FLAGRANTES BRASILEIROS, do IBGE) (CORREIO DO PONTAL, 1958, s/p).

Tentando trazer justificativas com relação aos altos índices de analfabetismo, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1960) destaca as quatro principais causas que contribuíram para o agravamento da situação em que o país se encontrava:

a) por falta de escolas; b) por falta de professores; c) por inoperância do poder público no sentido de efetuar a chamada e a matrícula de toda a população escolarizável; d) por falta de esclarecimento dos responsáveis pela educação da criança (REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1960, p. 135).

A falta de escolas, assim como a ausência e má formação de professores era algo perceptível. O poder público não cumpria com o seu dever de ajudar na escolarização das crianças e tornar acessível para todos o ensino. Entretanto, os poucos estudantes que ingressavam as escolas logo evadiam devido a diversos fatores:

a) falta de professores qualificados; b) falta de inspeção nos casos de infrequência; c) rigidez excessiva, sem justificativa e sem método, nos sistemas de promoção (exames); d) necessidade que o educando sente de trabalhar desde criança (REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1960, p. 135).

Diante dos problemas educacionais apresentados anteriormente, os relativos ao analfabetismo, a evasão escolar e a diversos outros que dificultavam a expansão da escola pública, entendemos que o novo manifesto reconhecia que o sistema educacional carecia em todos os setores e, muito mais do que isso, dependia de quem o administrava e o fazia funcionar para sanar tais necessidades – o Estado.

A despeito de iniciativas e empreendimentos de primeira ordem, do Governo Federal e de Estados, que importam em reais progressos no campo educacional, surgem por toda a parte críticas severas a vários setores da educação no país, as quais, avolumando-se, tomam as proporções de um clamor geral. A organização do ensino é má, arcaica e, além de antiquada, deficiente a tantos respeito, todos o afirmam; que a educação primária, em dois, três ou quatro turnos, se reduziu a pouco mais do que nada; que são em número extremamente reduzido as escolas técnicas e baixou o nível do ensino secundário, ninguém o contesta; que se agravaram desmedidamente os problemas de edificações e instalações escolares, é outra afirmação que caiu no domínio comum e já não precisa, por sua evidência, nem de pesquisas para pô-la à prova dos fatos nem do reforço de pareceres de autoridades na matéria. O professorado de ensino primário (e mesmo o de grau médio), além de, geralmente, mal preparado, quer sob o aspecto cultural quer sob o ponto de vista pedagógico, é constituído, na sua maioria, por leigos (2/3 ou 3/4 conforme os Estados); não tem salário condizente com a alta responsabilidade do seu papel social nem dispõe de quaisquer estímulos para o trabalho e de quaisquer meios para a revisão periódica de seus conhecimentos. [...] Sem se considerar ainda que ultrapassa de 50% da população geral o número de analfabetos no país e que, de uma população em idade escolar (isto é, de 7 a 14 anos) de 12 milhões de crianças, não frequentam escola senão menos da metade ou, mais precisamente, 5.728.000, nada será preciso acrescentar, pois já se terá, com isso um quadro sombrio demais para lhe carregarmos as cores e desolador demais para nos determos na indagação melancólica de outros fatos e detalhes (AZEVEDO, 1960, p. 59).

Muitas críticas surgiram no interior do documento do manifesto dos educadores mais uma vez convocados para se refletir na forma como estava organizada a educação pública e a ausência de recursos destinados a ela. Visto que compreendiam que entre os setores da educação que mais deixavam a desejar estavam a organização do ensino, que era de má qualidade, a falta de formação dos professores sob o ponto de vista pedagógico e os altos índices de analfabetismo, que ultrapassava os 50% da população em idade escolar dos 7 aos 14 anos.

A educação foi a única vitimizada, juntamente com os que careciam dela – os filhos da camada popular –, pelo abandono dos governos e pela omissão dos Estados brasileiros, que poucos reconheciam. O setor educacional cresceu desordenadamente respectivamente com o rápido crescimento demográfico decorrente do processo de industrialização e urbanização do país, reduzindo a ação coordenadora do poder público estatal e federal. Desse modo, conseqüentemente, a expansão quantitativa provocou:

[...] um rebaixamento de nível ou qualidade do ensino de todos os graus; a extrema deficiência de recursos aplicados à educação (e, como já escreveu um de nós, “não há educação barata como não há guerra barata”); o excesso de centralização; o desinteresse ou, conforme os casos, a intervenção tantas vezes perturbadora da política; a falta de espírito público, o diletantismo e a improvisação conjugaram-se, nesse complexo de fatores, para criarem a situação a que resvalou a educação pública no país [...] (AZEVEDO, 1960, p. 59).

Como consequência do aumento da demanda por educação e dado o aumento populacional urbano, a qualidade do ensino com as deficiências dos materiais e recursos pedagógicos que seriam destinados a esse setor também caiu. Nesse sentido, entendemos de um modo geral que não foi o sistema de ensino público que falhou, mas aqueles que o governam e que

[...] deviam prever a expansão aumentar-lhe o número de escolas na medida das necessidades e segundo planos racionais, prover às suas instalações, preparar-lhe cada vez mais solidamente o professorado e aparelhá-lo dos recursos indispensáveis ao desenvolvimento de suas múltiplas atividades [...] (AZEVEDO, 1960, p. 60-61).

O “Manifesto dos Educadores de 1959: mais uma vez convocados” previa a expansão do ensino com o aumento quantitativo de escolas em conjuntura com a resolução da má formação dos professores e a precariedade das instalações dos prédios escolares. Além disso, os educadores que elaboraram o novo manifesto reconheciam que as falhas na educação pública decorriam, em parte, de outras razões que estavam fora dos bancos escolares, tais como o processo de industrialização, aliado ao aumento significativo da população, que foi motivado devido à urbanização intensa, resultado consequente da migração rural.

Concordando com Souza (2010) ao analisarmos o processo de expansão das instituições educacionais no município de Ituiutaba evidenciamos o quão foi acelerado o movimento de criação dos grupos escolares, mesmo que de forma desordenada. É evidente que os anos de 1950 e 1960 representaram momento de interseção no campo educativo, já que os governos, tanto civis quanto militares, empenharam-se na inserção da grande massa da população na rede pública escolar, atendendo prioritariamente aos filhos das classes populares.

A tabela seguinte demonstra essa inversão quantitativa da população rural para urbana no município durante os anos de 1940 a 1970, período marcado no Brasil pelas lutas ideológicas em função da LDBEN. Entretanto, ocorreu um atraso em relação a essa migração

rural, pois foi somente a partir dos anos de 1970 que essa imigração vai ocorrer, diferentemente do que acontece no estado de Minas Gerais e outras localidades.

Tabela 9: População rural e urbana no município de Ituiutaba nos anos de 1940 a 1970

Ano	População Rural	%	População Urbana	%	Total
1940	30.696	88 %	4.356	12 %	35.052
1950	43.127	81 %	10.113	19 %	53.240
1960	39.488	55 %	31.516	45 %	71.004
1970	17.542	27 %	47.114	73 %	64. 656

Fonte: SOUZA, 2010, p. 527.

Podemos observar na tabela acima que em 1940 a população rural era de 88%, caindo em 1970 para 27%. Isso se justifica, segundo Frattari Neto (2009), pelo fato do município de Ituiutaba ter deixado de ser exportador da produção intensiva de arroz, e conseqüentemente ter se estruturado e expandido economicamente para outras áreas, como no comércio local. A redução da atividade produtiva manual que ocorreu no campo, em decorrência da queda da produção de arroz no município, fez ainda com que uma quantidade expressiva de trabalhadores rurais procurasse outras áreas, além do comércio local, como outras regiões agrícolas e/ou industriais desenvolvidas.

Com o aumento significativo da população urbana devido à migração rural, principalmente nos anos de 1960, diversos setores públicos se expandiram. Dentre eles, destacamos o setor educacional e, conseqüentemente, a precariedade que o município enfrentou por não possuir a quantidade de escolas públicas necessárias para acolher as crianças.

Entre os anos de 1950 e 1960, a legislação vigente colocava a expansão das escolas sob responsabilidade do governo estadual, conforme estava expresso na LDBEN de 1961. O governo não arcou com tamanha responsabilidade, sendo que muitos problemas surgiram em decorrência disso, como a falta de prédios próprios para a instalação das escolas e a falta de professores para atender a demanda de educandos, indicando uma fragilidade no sistema educacional.

Temos, a seguir, exemplos de algumas escolas que iniciaram as suas instalações funcionando em um mesmo prédio (como o grupo escolar Ildelfonso Mascarenhas e Bias Fortes), outras que por falta de mobiliário escolar tiveram que acomodar os educandos no

chão (grupo escolar Camilo Chaves), e um grupo escolar que iniciou suas aulas embaixo de uma árvore por falta de prédio próprio (grupo escolar Clóvis Salgado) (RIBEIRO; SILVA, 2012).

Além disso, temos ainda como exemplo o primeiro grupo escolar primário João Pinheiro que foi implantado em 1910 e passou por incêndio criminoso em 1952, tendo parte de sua documentação histórica queimada (RIBEIRO; SILVA, 2009). Isso fora tantos outros casos de gênese de grupos escolares que se instalaram precariamente no município de Ituiutaba, e que ainda estão sendo pesquisados.

Com relação ao grupo escolar Bias Fortes, salientamos que o mesmo era conhecido por “escola de lata”, devido à sua estrutura física (telhado e paredes) ser feita de lata, colocando a vida das crianças, diretora, professores e comunidade escolar de um modo geral que a frequentava, em perigo, pois não oferecia nenhuma segurança.

Entretanto, essa realidade não abarcava somente o município de Ituiutaba, em outras localidades muitas escolas de latas foram construídas. O governo, tentando buscar alternativas diante das pressões advindas da população, afinal não havia escola para todos, adaptava barracões de madeira e galpões precários para serem prédios escolares.

Na segunda metade dos anos de 1950 o governo do estado adotou medidas paliativas nada originais, como a construção de mais galpões, o aumento do número de período de funcionamento das escolas e a diminuição de carga horária diária e o número de anos do ensino primário que chegou a ser reduzido para dois anos durante um quadriênio. As pressões populares por mais escolas, cresceram e obtiveram apoio da opinião pública [...] (THEODORO, 2003, p. 15).

Diante a este contexto, percebemos que a preocupação do governo girava em torno da economia de mão de obra barata, e não de qualidade, com estruturas adequadas que traz acessibilidade a todos os estudantes. As escolas de lata se encaixavam nestes moldes, uma vez que quase não necessitavam de mão de obra e o material de que eram feitas era barato.

Em 1958, durante a atuação do governador de estado José Francisco Bias Fortes, foi instituída a Campanha de Reparo e Restauração dos Prédios Escolares (CARRPE), que em seu Art. 4º determinava dois critérios básicos para prioridade nas construções e reparos das unidades escolares:

Art. 4º – A execução das obras obedecerá aos seguintes critérios de preferência: a) serão reparados ou restaurados em primeiro lugar os prédios

que apresentarem os índices mais baixos de segurança e higiene: b) em igualdade de condições, os prédios com maior número de classes em funcionamento ou os situados em locais em que haja mais facilidade de acesso e para cujas obras seja pelas Prefeituras ou por particulares oferecido sob a forma de mão de obra, material e transporte (MINAS GERAIS, DIÁRIO OFICIAL, 1958, s/p).

A seguir a imagem do Grupo Escolar Bias Fortes, conhecido com escola de lata.

Figura 9: Grupo Escolar Governador Bias Fortes – Escola de Lata



Fonte: Acervo pertencente à Escola Estadual Governador Bias Fortes, 1960.

Resultados de um reflexo nacional, o município de Ituiutaba estava vivenciando a expansão do ensino público. Apesar de que a partir de 1910 os grupos escolares foram se instalando de forma desorganizada, devido à falta de sede própria consequente da expansão escolar que o Brasil estava vivenciando, a educação de um modo geral sofreu muitos impactos.

Figura 10: Construção de prédio para a instalação de dois grupos escolares

Prédio próprio para dois grupos escolares

Vão ser construídos os edifícios dos grupos Ildefonso Mascarenhas e Bias Fortes — Localização das duas unidades de ensino

De acôrdo com telegrama do Secretário da Educação, recebido hoje pelo Prefeito Municipal, deverão ser iniciadas brevemente as obras de dois grupos escolares locais, que são o Ildefonso Mascarenhas, ocupando de há muito as dependências do Grupo João Pinheiro, e o Bias Fortes, funcionando desde sua criação em um velho prédio da Rua 18.

Eis o telegrama endereçado ao Prefeito:

**“Dr. David Ribeiro de Gouveia
Prefeito Municipal —
Ituiutaba
De B. Horizonte — 436525
— 15 — 19,00
Engenheiro firma constru-
tora seguiu hoje essa cidade para iniciar obras grupos escolares pt Abraços Oscar Corrêa vg Secretário da Educação”**

A firma a que se refere o telegrama é a Sociedade Aderci Ltda., de Belo Horizonte, e os grupos cujos trabalhos de construção vão ser atacados serão localizados, na vila Alcides Junqueira o Grupo Bias Fortes, enquanto que o Ildefonso Mascarenhas ficará na Rua 18, acima da Avenida 31, mais ou menos à altura da caixa d’água existente na Rua 22.

Trator Nacional VALMET

Em Ituiutaba — Rua 20, n.º 1.500, entre Avs. 19 e 21

Exgotou-se a quota de

Fonte: Fundação Cultural de Ituiutaba, Jornal “Folha de Ituiutaba”, 17/janeiro/1962.

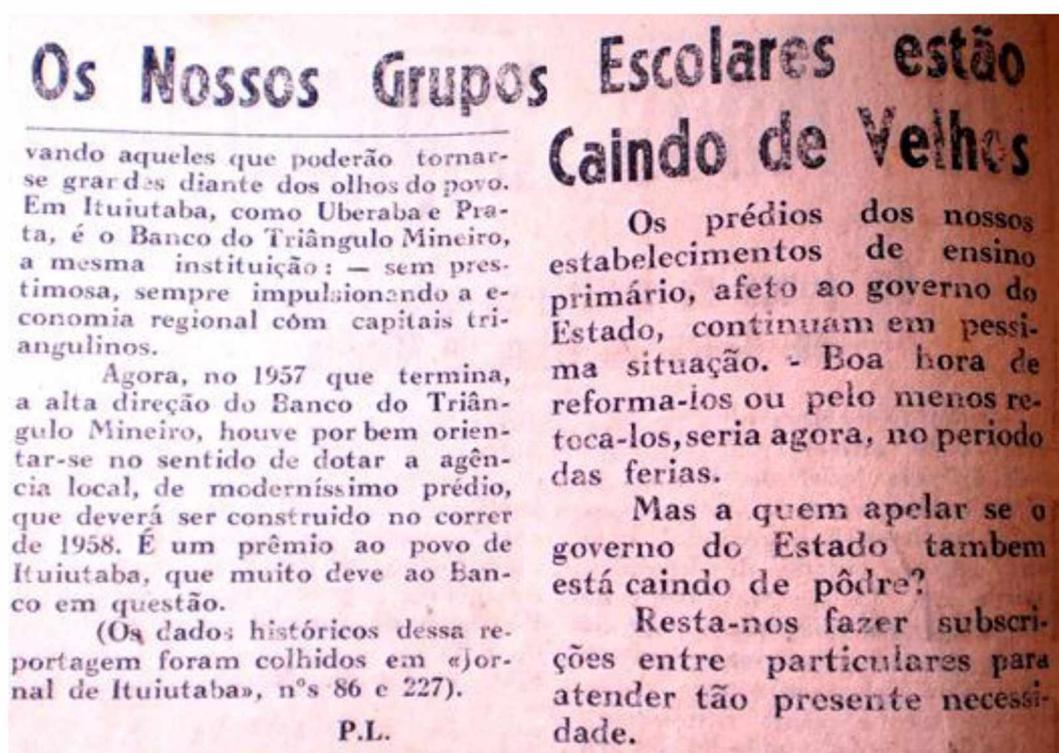
Dessa forma, constatamos na imagem anterior, a notícia principal da manchete do jornal “Folha de Ituiutaba” em 17/01/1962 referente à: “Prédio próprio para dois grupos escolares – Vão ser construídos os edifícios dos grupos Ildefonso Mascarenhas e Bias Fortes”. Ambos os grupos escolares não possuíam sede própria, funcionavam nas dependências de outros grupos escolares ou em prédios que apresentavam condições precárias de instalações e uso. Desse modo concordamos com Ribeiro & Silva (2012), uma vez que:

Esse funcionamento de duas escolas num prédio só parece dar outra medida das condições precárias da expansão educacional em Ituiutaba, assim como da urgência de escolarização, que leva ao improvisado e à provisoriamente sob os auspícios do Estado, que chancelava a anexação; afinal, ambos os grupos eram de competência administrativa estadual [...] (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 40).

Como a urgência pela escolarização pública era demasiadamente grande, o ensino e as instalações escolares eram improvisados para atender a demanda de estudantes, uma vez que não havia escolas para todos. Ressaltamos que, de acordo com Souza (2010), a escola Ildelfonso Mascarenhas foi inaugurada em 1953, e conseguiu sua sede própria dez anos depois, em 1963. Por isso, ficou durante esse tempo no mesmo prédio com outra instituição de ensino.

Em outra reportagem denominada “*Os nossos grupos escolares estão caindo de velhos*” publicada pelo jornal “*Correio do Pontal*” em 10 de janeiro de 1958, temos um exemplo que comprova a omissão do Estado de exercer sua função enquanto responsável pela educação pública. Entretanto, reiteramos a necessidade de realizarmos outro estudo sobre a postura política destes jornais, para compreendermos seu posicionamento e ideologia.

Figura 11: Reportagem sobre os Grupos Escolares caindo de velhos



Fonte: Fundação Cultural de Ituiutaba, Jornal “Correio do Pontal”, 10/01/1958.

Além dos prédios escolares “caindo de velhos”, a falta de mobiliário escolar denunciava o descaso do Estado para com a educação pública. A constatação da falta de cadeiras e mesas no Grupo Escolar Senador Camilo Chaves virou manchete de jornal, quando as aulas iniciaram no ano de 1956 e os estudantes tiveram que assisti-las sentados no chão.

Figura 12: Reportagem sobre a falta de mobiliário escolar

Ainda sem mobiliário o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves

Os alunos assistem às aulas assentados no chão — Um apêlo às autoridades estaduais

A criação, no ano passado, e conseqüente instalação, ou, propriamente, início de atividades, no corrente exercício, do Grupo Escolar Camilo Chaves, trouxe, como é óbvio, grandes benefícios a Ituiutaba, que de há muito se ressen-te de unidades escolares em número capaz de atender às reais necessidades do lugar.

Como é do conhecimento geral, um prédio foi alugado, na esquina da Avenida 15 com a Rua 18, organizou-se o corpo docente e as aulas foram iniciadas. Acontece, entretanto, que o Estado, até agora, não remeteu o mobiliário do estabelecimento, que funciona desta forma, por um supremo esforço das professoras, em condições as mais precárias, sendo as crianças obrigadas a se assentarem no assoalho, para assistirem às aulas.

Sabe-se que a Municipalidade, com a boa vontade que vem caracterizando a atual administração, pela solução do grave problema do ensino primário nesta comuna, já endereçou reiterados pedidos à Secretária da Educação, no sentido de que promova, com a urgência necessária, ao en-

vio do mobiliário. Em balde, pois os móveis, até agora, não foram recebidos, obrigando as crianças a frequentar as aulas nas referidas condições.

Concluindo este registro, portanto, nos dirigimos às autoridades estaduais, em especial à Secretaria da Educação, apelando para que os órgãos responsáveis promovam com rapidez o suprimento de mobiliário ao Grupo Escolar Camilo Chaves, pondo um termo à angustiosa situação dos corpos docente e discente do estabelecimento, cuja eficiência está seriamente comprometida pela ausência total desse requisito indispensável a uma unidade escolar.

Mudança de endereço

Adão Antonio da Silva tem a satisfação de comunicar aos seus amigos que transferiu sua residência para cesa própria situada na avenida 27, entre as Ruas 14 e 16, onde se coloca à disposição de todos.

O Estado não assumiu a responsabilidade de enviar o mobiliário à instituição escolar. Em condições precárias, as crianças iniciaram o ano letivo de 1956 assistindo as aulas sentadas no assoalho. Salientamos que, apesar de parte da população não ter acesso aos jornais, visto que mais de 50% era analfabeta e outros residiam no campo, o jornal nesta época era um importante meio de comunicação, acessível somente à elite.

Por meio de um apelo, o grupo escolar Camilo Chaves, com o auxílio de autoridades locais do município de Ituiutaba, encontrou na imprensa uma forma de expressar suas insatisfações para com a forma como estava sendo conduzida a educação, e solicitaram urgentemente da Secretaria de Educação o envio destes mobiliários.

Reiteramos ainda o trabalho de Ribeiro & Silva (2012), que menciona a dificuldade de instalação do grupo escolar Clóvis Salgado (1956) neste município, já que a escola não pressupunha a preexistência de um prédio próprio para as suas acomodações. As professoras na época chegaram a pedir ajuda ao pároco, para que continuasse alugando o prédio da igreja, visto que não podemos afirmar as causas que o padre deixou de alugar esse prédio para a escola; porém, provavelmente uma das causas seria a falta de pagamento do aluguel. Em suma,

[...] o pároco não mais alugaria o prédio porque o Estado não custearia o aluguel. Carente de um espaço apropriado para instalar a escola, as professoras — numa atitude política e de protesto contra a situação da escola — ministraram aulas sob magnólias da Praça Cônego Ângelo, na frente da Igreja Matriz de São José. As sombras acolhedoras serviram de espaço de aula para a instalação da escola Clóvis Salgado. A intenção das docentes foi sensibilizar a sociedade civil e o poder político da cidade quanto ao problema da falta de espaço próprio para a escola [...] (RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 43).

Quando trazemos o exemplo dos grupos escolares e sua precariedade de instalação, podemos observar que os jornais da época denunciavam a omissão da responsabilidade do Estado com a educação no município de Ituiutaba, já que na LDBEN estava previsto que assumiria sua função reguladora da educação.

Na essência, observamos que na lei prevaleceram os “direitos da família”, assim como a mesma igualdade de direitos tanto para a escola privada quanto para a pública referente aos recursos destinados à educação e a representatividade dos órgãos de direção do ensino.

Com relação à expansão do ensino público, acompanhando um reflexo nacional, as escolas em sua maioria surgiram, em geral, de forma precária, com instalações deficientes

(falta de prédios e mobiliário para acomodar todos os estudantes), professores mal formados e desvalorizados, dentre outros problemas que acompanharam a expansão escolar.

A instalação da Escola Rotary não foi precária quanto às de algumas instituições de ensino do município, pelo contrário a escola sempre contou com o auxílio financeiro da Instituição Rotary Club de Ituiutaba, afirmando e estreitando as relações entre o público e o privado da educação.

2.3 A Instituição Rotary Club de Ituiutaba e sua influência na gênese da Escola Rotary: afirmações das relações do público e do privado no contexto da Lei 5.692/71

Voltando nosso olhar à Escola Rotary, essa tramitação, que passou a ser estadual, foi culminada por meio do Decreto N° 9.703 de 5 de abril de 1966.

Entretanto, quando analisamos o substitutivo de 1959³⁴, escrito por vários autores nos anos 1960, anterior à primeira LDBEN 4.024/61, refletimos que os clubes de serviço, como o Rotary Club e Lions Club, por apresentarem os princípios redentores e salvadores da sociedade, possivelmente se lançaram na perspectiva de implantar escolas em todo o país em sintonia com as lacunas deixadas pela lei.

Ao analisarmos essas lacunas referenciamos e retomamos o “Título II: Do Direito à Educação do Art. 2º” da lei, que sancionava o seguinte: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Parágrafo único – À família cabe escolher, com prioridade, o gênero de educação que deve dar a seus filhos” (BARROS, 1960, p. 524). A nova LDBEN 9.394/96 avançou em seu inciso, pois em vez da educação ser responsabilidade da família, é também dever do Estado, segundo o Título II: Dos Princípios e Fins da Educação Nacional – “Art. 2º: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Ao interpretar que a educação está inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, podemos voltar nosso olhar também aos princípios e categorias do Rotary Club que se equiparam aos da LDBEN.

³⁴ Salientamos que este substitutivo escrito por diversos educadores e organizado por Roque Spencer Maciel de Barros, tratava-se da análise que fizeram dos antecedentes da LDBEN, em face dos problemas em que se encontrava a educação brasileira, visto que eram contra o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovado pela Câmara dos Deputados. Tinham como objetivos defender o princípio da liberdade de ensino e condenar a interferência estatal no setor da instrução (BARROS, 1960).

Beneficiando o ensino particular a LDBEN 4.024/61, conforme explicita Barros (1960) deveria ter e manter em sua estrutura três fundamentos:

[...] 1º) o ensino será ministrado sobretudo pelas entidades privadas e, supletivamente pelo poder público; 2º) o ensino particular não será fiscalizado pelo Estado; 3º) o Estado subvencionará as escolas privadas, a fim de que possam igualar os vencimentos dos seus professores aos vencimentos dos professores oficiais. É, como se vê, a instituição, no Brasil, do reinado do ensino livre; livre da fiscalização do Estado, mas remunerado pelos cofres públicos. Em vez de “pagar para ver”, o Estado “pagará sem ver” [...] (BARROS, 1960, p.22).

Assim sendo, diante das condições estruturais às quais estava submetida a LDBEN, compreende-se que o ensino brasileiro pertenceria, de certa forma, à iniciativa particular, cabendo ao poder público e ao Estado apenas a função, conforme está escrito no substitutivo – letra “c” do Art.10, de “[...] fundar e manter, em caráter supletivo, escolas oficiais quando e onde o ensino particular não puder atender plenamente à população escolar” (BARROS, 1960, p. 33).

No que se refere à distribuição dos recursos destinados a educação pública, concordando com Saviani (1998), a LDBEN de 1961 contemplou os interesses privados em detrimento dos interesses públicos. Ou seja, ao mesmo tempo em que definia que os recursos públicos seriam aplicados na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino, a lei previa a concessão desses recursos aos estabelecimentos privados por meio de bolsas de estudos. Temos como exemplo o Título XII “Dos recursos para a educação” do Artigo 93.

Art. 93 – Os recursos a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino, de acordo com os planos estabelecidos pelo Conselho Federal e pelos conselhos estaduais de educação, de sorte que se assegure:

- 1º) o acesso à escola do maior número possível de educandos;
 - 2º) a melhoria progressiva do ensino e o aperfeiçoamento dos serviços do educação;
 - 3º) o desenvolvimento das ciências, letras e artes.
- § 1º - São consideradas despesas com o ensino:
- a) as de manutenção e expansão do ensino;
 - b) as de concessão de bolsas de estudo;
 - c) as de aperfeiçoamento de professores, incentivo à pesquisa, e reunião de congressos no âmbito de ensino;
 - d) as de administração federal, estadual ou municipal de ensino, inclusive as que se relacionem com atividades extra-escolares de finalidade educativa imediata.

§ 2º - Não são consideradas despesas com o ensino:

- a) as de assistência social e hospitalar, mesmo quando ligadas ao ensino;
- b) as realizações por conta das verbas previstas nos artigos 199, da Constituição Federal, e 29, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- c) os auxílios e subvenções para fins de assistência e culturais (BRASIL, 1961).

Além disso, em seu Artigo 94 havia a cooperação financeira da União com os estados, os municípios e, principalmente, com a iniciativa particular na forma de assistência técnica e financeira.

Art. 94 – A União proporcionará recursos a educandos que demonstrem necessidade e aptidão para estudos sob duas modalidades:

- a) bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos;
- b) financiamento para reembolso dentro do prazo viável, nunca superior a quinze anos.

§ 1º - Os recursos a serem concedidos sob a forma de bolsa de estudos, com observância do § 3º letra a, deste artigo, poderão ser aplicados pelo candidato em estabelecimento de ensino de sua livre escolha.

§ 2º - O Conselho Federal de Educação determinará os quantitativos globais das bolsas de estudos e financiamento para os diversos graus de ensino, que atribuirá aos estados, ao Distrito Federal e aos territórios.

§ 3º - Os conselhos estaduais de educação, tendo em vista esses recursos e os estaduais:

- a) fixarão o número e os valores das bolsas, de acordo com o custo médio do ensino nos municípios e com o grau de escassez de ensino oficial em relação à população em idade escolar;
- b) organizarão as provas de capacidade a serem prestadas pelos candidatos, sob condições de autenticidade e imparcialidade que assegurem oportunidades iguais para todos;
- c) estabelecerão as condições de renovação anual das bolsas de acordo com o aproveitamento escolar demonstrado pelos bolsistas.

§ 4º - As bolsas aos alunos do curso primário serão concedidas sem caráter competitivo, quando, por falta de vagas, não puderem ser matriculados nos estabelecimentos oficiais.

§ 5º - Não se inclui nas bolsas de que trata o presente artigo o auxílio que o Poder Público concede a educandos sob a forma de alimentação, material escolar, vestuário, transporte, assistência médica ou dentária, o qual será objeto de normas especiais (BRASIL, 1961).

De acordo com Cunha (2007), quando foi implantada no Brasil a ditadura militar, o ato liderado pelas forças civis e militares favoreceu no campo educacional as iniciativas privadas, uma vez que a forma como foi idealizada a estrutura do sistema nacional de ensino por meio da lei contribuiu para os interesses privados. Todavia, ao mesmo tempo, apesar dos conflitos existentes entre essas categorias, e dos interesses e objetivos privilegiarem a escola

privada, observamos uma interligação entre as esferas privadas e públicas ao se consolidar o Estado brasileiro.

Nesta perspectiva, Araújo (2005) discute que as esferas do público e do privado se afiguram no cenário da educação brasileira não somente como um campo de disputas, mas também de intercâmbio e convívio, conforme o que se constatou no desvelar da gênese da Escola Rotary ao ser mantida pela Instituição Rotary Club de Ituiutaba. Araújo explicita que,

[...] Na verdade, há um intercâmbio representado seja pelos interesses sociais na configuração da educação escolar – interesses estes publicizados ou privatizados, confessionais ou não, não implicando apenas em mão única –, seja promovida pela iniciativa pública ou privada, porque, apesar da concorrência e da rivalidade dos interesses privados em relação aos públicos – o que implicaria assumir posicionamentos dicotômicos –, observa-se a busca do intercâmbio, da parceria, da convivência inclusive por agentes da representação pública para instituir, alimentar ou fortalecer os interesses privados [...] (ARAÚJO, 2005, p. 142).

O autor estabelece que, apesar destas instâncias privadas e públicas terem levado a educação brasileira ao debate que originou a LDBEN de 1961, houve entre ambas uma busca pelo intercâmbio de convívio mútuo e troca que, de certa forma, consolidou o sistema nacional de ensino. Foi por meio desta parceria e até convivência diante do embate estabelecido que ambas se fortaleceram; ora o público instituiu e beneficiou os interesses privados, ora o privado contribuiu para os interesses do público.

Cunha (2007) coloca que essa relação se configura no cenário da educação brasileira cheia de “meandros”, que em alguns momentos pode ser determinada por forças e influências que podem incentivar o crescimento do setor público e do setor privado ou até de ambos.

O jornal *Correio do Pontal* de Ituiutaba traz, em uma edição de 1957, uma reportagem quanto à ajuda de iniciativas particulares:

Figura 13: Anúncio sobre “A Escola Rotary”

A Escola do Rotary

Enquanto o Estado nos posterga todos os benefícios que de direito merecemos, as iniciativas particulares,

**de Menores
sua Missão**

Adão Antonio da Silva (chefe) Antonio Teodoro de Lima, Hildebrando Lambert, João dos Santos Andrade, João Gomes da Silva, João Ferreira da Costa, José Gomes Barbosa, Manoel Marques de Oliveira, Oliveira Lisbôa, Serapião Ribeiro Gomes Barbosa, Jerônimo Santana e José Boaventura de Oliveira, tem sido os auxiliares do M.M. Juiz, para o perfeito funcionamento do Juizado da Comarca.

a custo transe, procuram preencher as lacunas em todos os setores, muito principalmente no setor educacional. E foi com manifesta alegria que tivemos o conhecimento de que mais de 250 crianças já recebem os seus elementares passes escolares na «Escola Rotary», recentemente criada em Ituiutaba e que já funciona em seu prédio próprio.

A referida escola que tem como diretora a srta. Lucy D. Macêdo e como professoras as srts. Aldeís Ribeiro, Alda Batista, Celidia Diniz Lucy Ribeiro, e Cinira Morais, é mantida pela própria sociedade rotariana de Ituiutaba que, justiça é dizer, merece nossos irrefutáveis ecômios pelos inúmeros benefícios que nos tem galardoado.

Não fosse a fibra de elementos dessa estirpe, que premiam este recôndito, que seria deste povo que o habita?

Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba, Jornal “Correio do Pontal”, 27/junho/1957.

Com base no que Cunha (2007) estabelece, é nesta perspectiva que a escola investigada se encontra, pois esta surgiu do incentivo privado que, de certa forma, contribuiu para o crescimento público, conforme se pode observar no noticiário acima. Esta afirmação contida na notícia coloca em evidência que o Estado mineiro e as políticas públicas nacionais se omitiram diante da responsabilidade da educação pública e gratuita no município. Sobretudo, quando coloca no texto: “Enquanto o Estado nos posterga todos os benefícios que de direito merecemos, as iniciativas particulares, a custo transe, procuram preencher as lacunas de todos os setores, muito principalmente no setor educacional [...]” (CORREIO DO PONTAL, 1957, s/p).

Com a ação da política liberal instituída desde os primórdios da República no Brasil, pressupunha-se que o Estado minimiza sua participação nas atividades econômicas do país, principalmente no que tange às questões relacionadas à educação, conforme citado acima. Neste sentido, as instituições educacionais acabam captando outros recursos para cobrir esses gastos. O exemplo disso foi o que ocorreu com a escola pesquisada.

Os membros rotarianos realizavam bailes, quermesses, jantares e outros tipos de campanhas beneficentes juntamente com o corpo docente e os pais para arrecadarem verbas

para a escola e suprir os gastos. Dentre as finalidades destas verbas estavam a compra de materiais de uso pedagógico; livros; uniformes e calçados para os estudantes mais necessitados; merenda escolar; manutenção do prédio escolar; dentre outros benefícios em prol da escola.

Em leitura de uma das atas de 1958 da Instituição Rotary Club de Ituiutaba, temos registros de os salários das professoras e da diretora eram os rotarianos que pagavam, por meio de suas contribuições mensais, visto que a escola não pertencia ao Estado, e sim era de responsabilidade da Instituição Rotary Club de Ituiutaba.

A respeito da Escola Rotary, na Vila Progresso, falaram os companheiros Salim Féres, Presidente, Abdul Karim Bittar e Antônio Candillo. O companheiro Presidente fez um apelo a todos os rotarianos, no sentido de contribuírem financeiramente para a manutenção do estabelecimento, tendo o companheiro Karim levantado a questão dos ordenados da diretora e das professoras da Escola. Ficou deliberado que o ordenado da diretora será CR\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos cruzeiros) por mês, e o das professoras de CR\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros) por mês (LIVRO ATAS DAS REUNIÕES DA INSTITUIÇÃO ROTARY CLUB DE ITUIUTABA – 09/SETEMBRO/1958).

A escola pertencia aos rotarianos, inclusive no início denominava-se Escola de Rotary e posteriormente passou a chamar-se Escola Rotary, por isso que os membros do clube sempre realizavam manutenção em seu interior e se preocupavam com o atendimento que prestavam a quem a frequentava. Havia uma intencionalidade por trás destas benfeitorias: os rotarianos praticavam a política do bem comum, enquanto que o município carecia de escolas para os filhos das camadas populares, então eles agiam na “raiz do problema” – sanar a falta de escolas no município em contraste com os altos índices de analfabetismo.

De acordo com as leituras das atas da instituição, esses membros rotarianos procuravam mobilizar os políticos e os empresários para se tornarem membros filiados ao clube para contribuírem com as despesas da escola. A seguir, como exemplo, o anúncio de uma das festas mais tradicionais, que ocorria anualmente, promovida pela Instituição Rotary Club em prol da escola.

Figura 14: Anúncio das apresentações que ocorreram no desfile de 1958

Orquestra de Poços de Caldas

PROGRAMA:

Sob os auspícios do Rotary Clube de Ituiutaba e Senhoras do Círculo da Amizade, em benefício da Escola Rotary, situada na Vila Progresso, com estudos gratuitos as crianças pobres, será realizado no dia 12 de Maio próximo, o grande Concurso da Miss Veranista de Ituiutaba, com trajes esportivos da «Confecções Freitas» da cidade de Poços de Caldas.

Este desfile constará das seguintes apresentações:

- 1.º — Baile com a famosa Orquestra de Vicente Muniz — Poços de Caldas;
- 2.º — Participação do cantor Billy Davis da Radio Mairink Veiga do Rio de Janeiro e da Boite Naight And Day;
- 3.º — Apresentação de três manequins profissionais no desfile;
- 4.º — Participação de 15 senhoritas de nossa sociedade no desfile, para a disputa do premio que constará de uma viagem a Poços de Caldas, com todas despesas pagas.
- 5.º — Esta grande festa será realizada nos salões do Ituiutaba Clube, sede campestre, cedido gentilmente pela sua Diretoria;
- 6.º — Ornamentação a cargo de D. Marry O. Blanco, D. Elite Villela, Canceleda, D. Ilta Alves Moraes, D. Benedita Féres, D. Bassime Féres, D. Regina Bittar, D. Teresa Carvalho e demais senhoras do Círculo da Amizade.

RESERVAS DE MESAS — A cargo da Comissão Organizadora ou com D. Marry Cançado Blanco à Rua 22 n. 1.010.

NOTA — Senhoras e senhoritas munidas dos respectivos convites não pagarão ingressos.

P R ê ç o s

Mesa de pista	Cr\$400,00
Mesa de sacada	Cr\$ 300,00
Cavaleiro sem direito a mesa, ingresso	Cr\$ 100,00

Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba, Jornal Folha de Ituiutaba, 03 /maio/1958.

Observamos na imagem acima que a festa denominada “Orquestra Poços de Caldas” era um dos eventos mais completos promovidos pelos rotarianos. Havia desde o desfile das modelos manequins e senhoras da alta sociedade até o baile de gala. As festas que envolviam moda e desfiles eram organizadas pelas senhoras esposas dos rotarianos que compunham o Círculo da Amizade³⁵.

Outra festa tradicional organizada pelas esposas dos rotarianos era o “Desfile das Nações”, que realizavam para arrecadar fundos não somente para a escola, mas em benefício de outras entidades como o Patronato de Menores (1960) e o Hospital São José (1962).

³⁵ Segundo Portes (2014), as mulheres, até o ano de 1980, não participavam das reuniões do clube. Então, elas se reuniam formando o Círculo da Amizade, com o objetivo de organizar os desfiles e as campanhas beneméritas lançadas nas reuniões dos membros rotarianos.

Figura 15: Anúncio da realização do Desfile das Nações em 1963

Desfile das Nações

Promoção beneficente do Círculo da Amizade

Um acontecimento diferente e que por certo marcará época na vida social Itulutabana terá lugar amanhã à noite, na sede campestre do Itulutaba Clube, quando assistiremos ao "Desfile das Nações", representadas por 41 lindas garotas da sociedade local, numa feliz promoção do Círculo da Amizade, em benefício da Fundação do Patronato de Menores e das obras do Hospital São José.

Além de se deleitar com um espetáculo de gala que será o "Desfile das Nações", os Itulutabanos terão oportunidade de, mais uma vez, contribuir para uma obra social da mais alta valla, como será o Patronato de Menores e o Hospital São José do que tanto necessitam Itulutaba e toda a região.

Estão de parabéns, portanto, as senhoras do Círculo da Amizade, pela feliz lembrança em promover uma iniciativa de tão nobres finalidades filantrópicas.

Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba, Jornal "Folha de Ituiutaba", 11/dezembro/1963.

As imagens dos jornais que foram apresentados anteriormente explicitam as relações do público com o privado quando representantes desta última esfera, os membros rotarianos se unem em prol da escola e de outras entidades públicas do município para sanar a ausência do Estado. Este, por sua vez, deveria prover, oferecer, cuidar principalmente da educação, visto que uma lei – a LDBEN de 1961 – estava em vigor na época, mas o que ocorre é o descompasso com a realidade objetiva das condições sociais da população de um modo geral.

Foi em setembro de 1957, na ocasião da visita do governador Bias Fortes ao município de Ituiutaba, que pela primeira vez houve rumores de que a Escola Rotary seria estadualizada. Em reunião registrada em 14 de setembro de 1957, os rotarianos deixaram claro que solicitariam a estadualização, mas que se a escola pertencesse de fato ao Estado era para preservar o nome da instituição. Reiteramos que isso faz parte da legitimação do clube, e que continuariam a dar assistência.

O companheiro Zinho, expôs que será interessante por ocasião da visita do Governador Bias Fortes, a nossa cidade, solicitarmos do mesmo para o Estado encampar a Escola Rotary, mas reservar o nome da mesma que continuaremos a dar assistência. Estando todos os companheiros de acordo, o companheiro Presidente nomeou o companheiro Zinho para fazer essa solicitação ao Governador do Estado, por ocasião de sua visita a Escola Rotary [...] (LIVRO ATAS DAS REUNIÕES DA INSTITUIÇÃO ROTARY CLUB DE ITUIUTABA – 14/SETEMBRO/1958).

Quando a Instituição Rotary Club entrou em acordo com o Estado, ao ser denominado Grupo Escolar Rotary Club com o Decreto N° 9.703 de 5 de abril de 1966, somente o aluguel do prédio da escola seria subvenciado pelo Estado, já que a instituição continuaria a arcar com as demais manutenções.

A respeito da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, esta foi implantada durante a Ditadura Civil Militar brasileira e seu objetivo era substituir a legislação educacional expressa pela LDBEN 4.024/61. Além disso, outra finalidade desta nova legislação foi desenvolver as potencialidades do educando visando uma formação especialmente para o exercício do trabalho, já que com a ditadura foi implantado um ensino voltado para o tecnicismo.

Art 1º- O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

§ 1º - Para efeito do que dispõem os arts. 176 e 178 da Constituição entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de 1º grau e, por ensino médio, o de 2º grau.

§ 2º - O ensino de 1º e 2º graus será ministrado obrigatoriamente na língua nacional (BRASIL, 1971).

O Ensino Primário, segundo a legislação, era o que pertencia ao ensino de 1º grau (sendo Ensino Fundamental Inicial e Final), enquanto que o Ensino Médio era o de 2º grau. Ao frisarmos que o ensino formaria o ser humano para a cidadania, subentende-se que esse ensino se encaixaria aos moldes da pátria assim como para a obediência à mesma. Justamente devido ao contexto histórico em que esse decreto lei aparece – Ditadura Civil Militar.

No período de 1964 a 1985 a educação passou por profundas modificações, dentre elas a que causou maior impacto no funcionamento das escolas foi a implantação do ensino de 1º e 2º graus. Souza explicita que essa lei

[...] fixou as “diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus” no país, constituindo-se no dispositivo norteador da reforma. Mas, em realidade, um

conjunto numeroso de decretos, pareceres e resoluções foram estabelecidos em âmbito nacional e estadual nos anos 70, visando à normatização dos mais diversos aspectos da organização do ensino, evidenciando a centralização e a burocratização vigentes no campo educacional nesse período (SOUZA, 2008, p. 266).

Concordando com este autor, uma das modificações instituídas pela reforma de 1971 que podemos citar foi a ampliação do ensino para 8 anos, que é a junção do antigo primário com o ginásio sendo esse obrigatório na idade escolar dos 7 aos 14 anos. É importante, ainda, destacarmos que foi a partir desta lei 5.692/71 que a educação básica passou a ser responsabilidade do Estado.

Os membros rotarianos contribuem com escola mantendo parceria em projetos culturais. As festas já não ocorrem mais na mesma intensidade que aconteciam nos anos de 1950 a 1970, já que o Estado agora arca com parte das necessidades da escola.

SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta segunda seção buscamos compreender como que se estabeleceram as relações e o debate entre a escola pública e a escola privada na história da educação brasileira, visto que a Escola Rotary surgiu no município de Ituiutaba em 1956 oriunda desta relação.

Além disso, buscamos entender como que estas relações do público e do privado, tão dicotômicas entre si, se correlacionaram na LDBEN 4.024/61 e, conseqüentemente, apresentar quais foram os impactos causados na educação nacional, em especial no município de Ituiutaba, com a implantação da primeira LDBEN.

Salientamos que quando discutimos nesta seção as relações atribuídas entre o público e privado desde que se iniciou o debate em torno da LDBEN 4.024 de 1961, refletimos que esse embate torna-se enriquecido quando os autores estudados trazem essas instâncias sob diferentes abordagens.

O conflito entre os grupos que defendiam o ensino privado e os que defendiam o ensino público de certa forma estabeleceu-se devido à laicidade no ensino e a ausência de verbas públicas que deveriam ser destinadas a educação. Quando na verdade, a ambigüidade do Estado postergou a educação pública, deixando espaço para as iniciativas particulares.

A Escola Rotary, ao receber apoio financeiro da Instituição Rotary Club, de cunho particular, comprova que essas relações nem sempre aparecem no cenário da história da educação brasileira sob forma de conflitos, “meandros”, mas em forma de troca, convívio e ambivalência, conceitos já discutidos anteriormente por Araújo (2005).

Entretanto, quando analisamos o auxílio advindo destas iniciativas particulares, como foi o caso da Instituição Rotary Club de Ituiutaba, podemos compreender que mesmo utilizando de um discurso liberalista, os mesmos se adaptaram da omissão do Estado mineiro para sanar os problemas educacionais e ganhar destaque social no município, dando legitimação a instituição.

Portanto, as lacunas deixadas na legislação principalmente ao beneficiar o ensino particular, nos permitiram refletir na possibilidade da contribuição dos rotarianos ao implementar escolas e, na justificação de implantar no município de Ituiutaba o caráter de bem estar social atribuído aos mesmos ao realizar campanhas beneficentes em prol de diversas entidades que deveriam ser mantidas pelo Estado.

A Instituição Rotary Club realizava festas, rifas, jantares, desfiles e outras campanhas para as melhorias e manutenção do prédio escolar; compra de materiais de uso pedagógico; livros; uniformes e calçados para os estudantes mais necessitados; merenda escolar; dentre outros benefícios. Registros nas atas de reuniões dos rotarianos comprovam que esses membros pagavam o salário das professoras e diretora.

Mesmo após a Escola Rotary tornar-se grupo escolar e ser responsabilidade do Estado com o Decreto N° 9.703 de 5 de abril de 1966, a escola se encontrava dependente dos auxílios financeiros do clube de serviço. Isto porque os rotarianos firmaram com o Estado um acordo em que prevalecia a nomenclatura da instituição e, assim, a mesma continuaria arcando com parte das despesas da escola.

SEÇÃO III - AS CATEGORIAS INTERIORIZADAS NA INSTITUIÇÃO ROTARY CLUB DE ITUIUTABA: UMA REFLEXÃO DA MISSÃO E DOS PRINCÍPIOS ROTARIANOS DE CUNHO INTERNACIONAL

Esta terceira seção tem por objetivos apresentar, conceituar e discutir os três tipos de categorias mais relevantes presentes e advindas da organização e atuação do Rotary Club Internacional, que conseqüentemente se refletem diretamente em outros clubes como na Instituição Rotary Club de Ituiutaba, especificamente na educação e na forma como esta é conduzida.

Entendemos por categorias, segundo Inácio Filho (2006, p. 56) como sendo “as leis fundamentais do pensamento [...] que fornecem subsídios teóricos para o processamento da investigação”. Ou seja, o termo categoria é aquele definido pelo enfoque e estudo do objeto de pesquisa, que posteriormente nos auxiliará no direcionamento da teoria que será discutida e trabalhada durante a pesquisa.

Com a categoria estabelecida e o objeto de pesquisa definido, fica mais viável e de fácil acessibilidade para o pesquisador à busca pela teoria e por teóricos que se almeja trabalhar. Concordando com Inácio Filho (2006, p. 56): “[...] não é problema a utilização de categorias ou autores com perspectivas diversas, mas deve-se fazer a sua interação no que está sendo construído [...]”.

De acordo com Abbagnano, o termo categoria pode ser definido como

[...] qualquer noção que sirva como regra para a investigação ou para a sua expressão linguística em qualquer campo. Historicamente, o primeiro significado atribuído às categorias é realista: elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade [...] (ABBAGNANO, 2007, p. 121).

Na perspectiva da definição acima, se adquirirmos o conhecimento a partir do momento de nossa existência, podemos dizer, então, que as categorias científicas são definidas como históricas, uma vez que elas têm por objetivo explicar determinada realidade em conjuntura com os fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos dependendo das determinações temporais e espaciais. Segundo Abbagnano (2007), para Hegel, as categorias são percebidas como aquelas que determinam a constituição do ser e sua forma de pensar, ou seja, a determinação de sua própria realidade enquanto ser pensante.

[...] O conceito tradicional de categorias como "determinação do ser" foi retomado pelo idealismo romântico e, em especial, por Hegel. Este considera as categorias como "determinações do pensamento" e atribui a Fichte o mérito de haver afirmado a exigência da sua "dedução", isto é, da demonstração da sua necessidade. Mas na verdade, para Hegel, as determinações do pensamento são, simultaneamente, as determinações da realidade (pela identidade, por ele formulada, *entre* realidade e razão) e, habitualmente, chama essas determinações de "momentos", e não de categorias. A única categoria que ele reconhece verdadeiramente como tal é a própria realidade-pensamento, isto é, a autoconsciência, o eu ou a razão [...] Quer dizer: a categoria não deve ser considerada como uma determinação do ser em geral, mas como a consciência e, portanto, a própria realidade. Essa teoria do eu e da consciência ou do espírito como única categoria permaneceu lugar-comum de todas as formas de idealismo romântico [...] (ABBAGNANO, 2007, p. 122-123).

Bardin estabelece que o termo categorizar é o mesmo que classificar elementos que são diferentes entre si, e que, por conseguinte, reagrupa-os analogicamente ocorre conforme o seu gênero respeitando os critérios estabelecidos. Grosso modo, as categorias podem ser definidas como “[...] rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comum destes elementos [...]” (BARDIN, 2011, p. 147).

Quando classificamos elementos em categorias, estamos atribuindo o que eles possuem em comum, realizando assim o seu agrupamento. A todo o momento realizamos esse tipo de ação, seja ela em uma atividade científica ou não.

Conforme já discutido na primeira seção, podemos perceber que um dos setores de atuação e preocupação dos rotarianos é com a educação. Por outro lado, é notável a interferência do clube neste setor quando de maneira direta eles têm por metas em seus projetos a criação e manutenção de escolas por meio de campanhas, como foi o caso da Escola Rotary no município de Ituiutaba.

A educação é percebida e concebida pelos membros rotarianos além do aspecto da escolarização, ou seja, desenvolvida por diferentes instituições da sociedade (escolar e não escolar). Com base nisso, entendemos que para o clube a educação é vista de maneira geral como uma via para o progresso, sendo a responsável por sanar os males e os problemas que ocorrem com a nação.

O Rotary Club adota os três tipos de categorias que serão trabalhadas nesta seção como uma forma de legitimar sua identidade enquanto um clube prestador de serviço perante

a sociedade. Consequentemente, essas categorias vão se refletir no interior da Escola Rotary nos anos de 1960, na conjuntura da Ditadura Militar, por meio das práticas pedagógicas e das ações dos membros que representam o clube na sociedade como um todo. Atribuímos assim, como categorias representativas do Rotary Club a moralidade, o higienismo e o escotismo (representado pelo patriotismo e nacionalismo).

Poderíamos, ainda, discutir um quarto conceito referente à categoria maçonaria³⁶ e como esta se manifesta no interior do Rotary Club. Porém, a instituição em seus estatutos e regimentos internos afirma ser apolítica e desvinculada de qualquer religião.

Nesta perspectiva, segundo Lacerda (2007), podemos afirmar que o Rotary Club surgiu em um contexto de urbanização e industrialização, cuja nova configuração de sociedade americana da época subtraiu o domínio espiritual eclesiástico nos diversos surgimentos de instituições associativas, daí secularizada, isto é, “liberta” dos modelos de cunho religioso.

Os membros rotarianos se reúnem semanalmente com o objetivo de unir esforços e recursos financeiros a fim de financiar projetos de ajuda a pessoas carentes e comunidades necessitadas. Para Silva (2009), ao analisar o Rotary Club sob o ponto de vista sociológico, quando o clube realiza atividades voltadas à “ajuda humanitária”, a autora explicita que essas ações representam algo a mais do que um clube de serviço. É perceptível, nas entrelinhas dos projetos da instituição, a forte influência do capitalismo e, consequentemente, uma divisão da sociedade em classes, em que eles se colocam à disposição dos mais necessitados.

Além de Silva (2009), podemos destacar ainda Gramsci (1984) que, ao analisar as opiniões advindas pela imprensa católica italiana em seu texto intitulado “Rotary Club, Maçonaria e Católicos”, chega à conclusão de que os jesuítas criticavam o Rotary pelas suas ligações com o protestantismo e a maçonaria. Contudo, o autor nos esclarece que:

O Rotary não pode ser confundido com a maçonaria tradicional, principalmente a dos países latinos. Representa uma superação orgânica da maçonaria e interesses mais concretos e definidos. A maçonaria tem como característica principal a democracia pequeno-burguesa, o laicismo, o

³⁶ “A maçonaria surgiu na Inglaterra, na primeira metade do século XVIII, se difundindo pela Europa e Estados Unidos da América. Constituída por associações secretas, em princípio, sem fins políticos ou religiosos, a maçonaria é considerada embrião da constituição dos espaços públicos modernos, viabilizando a formação do ‘reino da crítica’ no âmbito da sociedade civil. Em Portugal e na América Portuguesa, há indícios de sua presença nos finais do século XVIII. Após a Independência, nas décadas de 1820 e 1830, as lojas Grande Oriente Brasileiro (1822), do grupo José Bonifácio de Andrada e Silva, a Grande Loja Brasileira (1831), de oposição política moderada, e as sociedades secretas radicais dos liberais chamados de Exaltados, foram as mais conhecidas [...]” (NEVES, 2002, p. 507).

anticlericalismo, etc. O Rotary é uma organização das classes altas e só se volta para o povo indiretamente (GRAMSCI, 1984, p. 417).

Entendemos por maçonaria “uma ordem cujas doutrinas básicas são amor fraterno, auxílio mútuo, filantropia e busca constante da verdade” (BAÇAN, 2008, p. 07). Suas raízes, segundo este mesmo autor, possuem origens muito antigas, e que, infelizmente, não é possível conhecer com o rigor científico, já que a documentação existente é precária e os trabalhos científicos sobre esse tema se tornam escassos devido à falta dos documentos. Dentre as iniciativas tomadas por determinadas forças educativas, houve a criação de espaços públicos modernos e redes de sociabilidade. Tanto o Rotary Club quanto a maçonaria se enquadram no interior destes espaços públicos modernos que se constituem em novas formas de sociabilidade.

Reiteramos a necessidade de pesquisa nesta área, e a justificativa de não adentrarmos tanto as questões relacionadas à maçonaria. Sabendo-se que a carência de pesquisas acadêmicas referentes a esta temática nos serve de motivação a favor desse estudo, optamos por continuar pesquisando as demais categorias de Rotary Club, uma vez que Uhle (1991) traz a seguinte contribuição:

A primeira leitura sobre o assunto, o texto de Gramsci, Rotary Club, Maçonaria, Católicos, reafirmou nossa posição sobre a questão dos interesses de classe ou de grupos ou de nações que poderiam estar aí envolvidos. Definimos então, que o trabalho que ora apresentamos, seria um estudo cujo objetivo era compreender esta instituição para além de nossas aparências. Como não havia nenhuma outra pesquisa, além da de Gramsci, nossa opção foi explorar os documentos internos da organização (Grifos nossos.) (UHLE, 1991, p. 15).

Diante disso, é interessante retomar que o Rotary Club surge nos EUA como um grupo de pressão³⁷, pois segundo Uhle, “[...] esta afirmação se justifica devido o clube congrega um conjunto de indivíduos agrupados para defender interesses comuns (valores morais e bens materiais)” (UHLE, 1991, p. 113).

³⁷ Grupos de pressão, portanto, são porções sociais organizadas, que reúnem indivíduos que compartilham interesses e desenvolvem ações com a intenção de inspirar decisões de governo. Bastos (2004) e Bonavides (2000) confirmam que ao relacionar os grupos de pressão e partidos políticos, estes constituem categorias interpostas entre o cidadão e o Estado. No entanto as atuações destes grupos não é somente pressão sobre o governo, havendo também outra vertente da sua atividade que é muito importante, com intermédio de meios de comunicação que visa formar a opinião pública.

Outro ponto que podemos destacar ao mencionarmos os grupos de pressão é o “agrupamento de vocação ideológica” que a autora traz com relação ao clube nos anos de 1950, que ocorre da seguinte maneira:

[...] quando se dedica à preservação da moral e do civismo, bem como ações nos moldes de um grupo profissional, na busca de vantagens materiais, quando atua junto ao aparato estatal para evitar a regulamentação da distribuição de lucros entre os empregados, norma constante da Constituição Brasileira de 1946 (UHLE, 1991, p. 114).

Deste modo, entendemos que os grupos de pressão são aqueles que se dedicam à função para qual foi criado, que pode ou não fazer interferência de forma mais específica na vida política. Grosso modo, segundo Bonavides (2000), não são outra coisa senão as ligações existentes entre forças sociais, profissionais, econômicas e espirituais de uma determinada nação, enquanto estas aparecem organizadas e ativas.

Contudo, o Rotary Club, apesar de apresentar, segundo Uhle (1991), uma concepção apoliticista, nos deixa claro uma relação muito mais de colaboração com o governo do que de oposição ao mesmo. Diante disso, é interessante mencionarmos, como exemplo, que nos anos de 1950, após a “Intentona Comunista”, o presidente Vargas proibiu todas as organizações internacionais existentes no Brasil, mantendo e preservando somente o Rotary Club. Isto porque interessava para o governo da época a expansão industrial e a entrada do capital estrangeiro no Brasil, e o Rotary dava abertura para que isso ocorresse. De acordo com Uhle, o Rotary Club, para Getúlio Vargas, “[...] constituía-se em importante canal de comunicação com setores ligados ao capital internacional. O presidente fez dele seu porta-voz” (UHLE, 1991, p. 7).

Com relação à forma como o presidente Getúlio Vargas se referia ao Rotary Club, percebemos a intensa influência política do governo no clube, fazendo com que este se tornasse ainda mais uma organização ativa e poderosa. Podemos compreender que a relação existente entre estas duas partes fortalece os laços entre o nacionalismo e nos faz refletir como o escotismo ganha forças no Brasil durante o Governo Vargas.

Além disso, podemos entender que essa organização visava não somente contribuir para a reprodução das condições de expansão do capitalismo, como também servia para alimentar os interesses da camada social que o compõe e o representa que são em sua maioria os políticos e os homens de negócios.

Os membros rotarianos tinham que se ancorar em algo, sendo que durante o Governo Vargas eles aproveitaram as lacunas existentes no país, principalmente as relacionadas ao ensino elementar, e passaram a apoiar as ações do presidente com relação à educação. Visto que nacionalmente estava sendo executado um novo projeto de sociedade enquanto que o Rotary Club começava a se expandir.

Com isso, compreendemos que a educação passava a ser o ideário de atuação dos rotarianos. E assim sendo, no Brasil a partir dos anos de 1930, com a expansão de Rotary Club, se institucionaliza a ideia de “educação para os pobres”³⁸, de cunho assistencialista, tutelada pelos princípios da higiene, da moral e do patriotismo. O autoconceito dos rotarianos os colocava no papel de redentores e salvadores da sociedade corrompida. Desta forma “[...] o rotariano é aquele que acende a vela em lugar de maldizer a escuridão” (UHLE, 1991, p. 128).

Partindo de uma vertente liberal, as relações estabelecidas entre a liberdade de ensino e o Estado³⁹ visivelmente afirmaram a existência do pensamento europeu da época, o liberalismo. Este foi oriundo do século XVIII a partir do Iluminismo, e teve seu auge no século XIX, podendo ser dividido em: liberalismo econômico e liberalismo político. Dessa forma, pode ser interpretado

[...] como uma ideologia que concede espaços à iniciativa e à autonomia individuais. Nessa filosofia, as ações dos indivíduos, desde que respaldadas por normas legais (e nesse caso o Direito é fundamental para a instituição de uma sociedade liberal), podem manter uma autonomia relativa ante o Estado. Este, por sua vez, deve exercer algumas funções específicas, limitadas, mas essenciais à ação livre dos cidadãos proprietários. Desse modo, há estreita relação entre o liberalismo político e o liberalismo econômico, na medida em que o Estado se estrutura para garantir os contratos, não interferir nos lucros de seus membros, permitir a manutenção da propriedade privada, regular o jogo de interesses, manter a ordem social. Em termos de política econômica, o liberalismo emergiu como uma ideologia contrária ao Mercantilismo e suas práticas intervencionistas na economia [...] (SILVA; SILVA, 2005, p. 260).

O Estado, nesta vertente, tratava-se de uma das organizações capazes de garantir aos indivíduos a paz comum e o respeito mútuo entre os povos, cuja convicção moral, científica e

³⁸ Expressão utilizada pelos rotarianos para caracterizar pessoas carentes (PORTES, 1999).

³⁹ De acordo com Silva & Silva (2005, p. 115), o termo Estado trata-se de uma “[...] entidade abstrata que comanda e organiza a vida em sociedade. O Estado é, poderíamos assim sintetizar, entidade composta por diversas instituições, de caráter político, que comanda um tipo complexo de organização social. Muitas vezes associamos Estado e Nação, tratando-os como sinônimos, mas enquanto o Estado é uma realidade jurídica, a Nação é uma realidade sociológica e, para estudiosos como Miguel Reale, o Estado seria a Nação politicamente organizada”.

religiosa se manteve de fora de sua competência. Até mesmo nas *Obras Completas* de Rui Barbosa e, em outras referências bibliográficas a respeito dos *Pareceres sobre a Educação*⁴⁰, percebemos e constatamos uma ligação do Estado com o pensamento liberal.

Que é, de feito, o Estado? Um sistema, uma escola, uma opinião, uma filosofia, um culto, uma verdade? Não, sem dúvida nenhuma. O Estado é apenas a organização legal das garantias de paz comum e mútuo respeito entre as várias crenças, convicções e tendências que disputam, pela propaganda persuasiva, o domínio do mundo. A verdade científica, a verdade moral, a verdade religiosa estão fora da sua competência. É na região superior do espírito, é na esfera livre das consciências que elas se debatem, caem ou triunfam. Transpondo esse termo, exorbitando do círculo onde se lhe encerram as altas prerrogativas de representante da grande personalidade nacional perante as outras e protetor do indivíduo na sua tranquilidade, na sua prosperidade, na sua liberdade, excedendo esses limites, já o Estado não é mais essa eminente abstração moral, armada dos recursos da força coletiva, por interesse de todos, em apoio do direito de cada um; desaparece-lhe esse caráter impessoal, que constitui a sua eminência e a sua legitimidade, para deixar em relevo, descoberto, nú, em todo o odioso das paixões pessoais, ou do espírito de parcialidade que o anima, o grupo, mais ou menos numeroso dos homens, que governam. Se o Estado não tem fé, nem escola, essa neutralidade, igualando às de todos a religião e a opinião dos homens que atualmente ocupam as posições supremas, é a segurança imparcial de todas as escolas e de todas as crenças; mas, se é legítimo que o Estado tenha um molde obrigatório para o culto, ou para o ensino, longe de assentar, com isso, a perpetuidade eterna de uma verdade, não estabeleceréis senão a inamovibilidade da intolerância (BARBOSA, 1883, p. 5-6).

Ao mencionarmos que o Estado defende a paz comum e o respeito mútuo, podemos relaciona-lo com o Rotary Club e a forma como esta instituição utiliza seus ideais de servir ao próximo e de garantir a paz mundial fundados na perspectiva do liberalismo. Isto porque

⁴⁰ Segundo Machado (2002), os Pareceres sobre a Educação de Rui Barbosa referiam-se à Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior apresentados pelo ministro Carlos Leôncio de Carvalho. Os pareceres foram originados da análise do Decreto Nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que tinha por objetivo reformar o Ensino Primário e Secundário no município da Corte e o Ensino Superior no Império. O Decreto Leôncio de Carvalho, como ficou conhecido, vigorava a liberdade de ensino. Ao nos remetermos às reflexões a partir dos pareceres entendemos que “[...] Rui Barbosa queria solucionar um dos problemas que, segundo sua compreensão, comprometia o futuro do Brasil. Para ele, a formação da inteligência popular, por meio da instrução popular, era fundamental para a reconstituição do caráter nacional; a ciência estava de mãos dadas com a liberdade. Colocava a educação como um fator de desenvolvimento, uma alavanca capaz de modernizar o país. Nos seus pareceres a educação foi apresentada como questão de vida ou morte [...]” (MACHADO, 2002, p. 109). Ou seja, a intelectualidade, de acordo com Machado (2002), presente no final do século XIX e no início do século XX diante do debate sobre a educação no Brasil, influenciou Rui Barbosa a idealizar o sistema nacional de ensino que perpassava desde os bancos do jardim de infância até o ensino superior.

podemos perceber a existência da estreita ligação e relação entre o liberalismo político e liberalismo econômico, na medida em que o Estado vai se estruturando.

[...] Nas suas relações com outros países, o objetivo é o mesmo: a paz e cooperação pacífica. O ideal supremo do liberalismo é o de que possa haver cooperação entre toda a humanidade, pacificamente e sem restrições de qualquer natureza. O pensamento liberal abrange sempre a humanidade como um todo; não se detém nas fronteiras de uma cidade, de uma província, de um país ou de um continente. Liberalismo nesse sentido é humanismo. Sua visão é ecumênica e cosmopolita (STEWART JR., 1995, p. 78).

No pensamento liberal deve-se abarcar sempre a humanidade na sua totalidade, não se detendo das fronteiras que venham existir em determinadas localidades, sejam estas entre uma cidade, um Estado, um país ou um continente. Nesta perspectiva, compreende-se que “o principal objetivo de um Estado liberal deve ser o de manter um clima de paz e tranquilidade nas suas fronteiras, possibilitando assim a maior cooperação pacífica entre os concidadãos” (STEWART JR., 1995, p. 76).

A vida em sociedade nos faz refletir a respeito da dinâmica sobre as relações sociais, em que as pessoas vivem em um determinado território, com diversas culturas e ideologias⁴¹, submissas e munidas por um poder que tem por objetivo controla-las, e que são organizadas de acordo com suas políticas. Faz-se necessário, nesta perspectiva, que haja esse poder além do indivíduo para, assim, regulamentar e caracterizar determinado grupo social.

Salientamos que este projeto de sociedade que estava emergindo nacionalmente foi idealizado pelos intelectuais da educação e reformadores pautados no modelo de escola que foi organizada durante a Revolução Francesa na Europa. Nessas circunstâncias, a escola é representada como sendo “as luzes”, ou seja, “[...] a vitória da razão sobre a ignorância, um meio de luta contra a monarquia e, conseqüentemente, um instrumento de consolidação do regime republicano [...]” (SOUZA, 1998, p. 171).

É interessante diante disso, contextualizarmos que a sociedade passava por transformações significativas, e que a educação escolar neste período de transição do Império

⁴¹ “Há vários significados para o termo. Um dos mais abrangentes apresenta a ideologia como um sistema de “ideias” ou, mais exatamente, de crenças mais ou menos coerentes. Considera ainda que as ideologias são formas de se entender o mundo e de se posicionar nele. Essa definição, porém, não é a única. Para muitos interpretes, a ideologia, ao invés de esclarecer a realidade concreta, prejudica o seu entendimento. De qualquer modo, existe o consenso de que nenhuma sociedade é desprovida de crenças ou valores e a ideologia é parte desse sistema de valores mais amplos [...]” (SILVA; SILVA, 2005, p. 205-206).

para a República era vista, conforme já mencionado, como um elemento essencial na definição dos novos rumos do futuro da nação.

Uhle (1991), ao mencionar a percepção que os rotarianos têm do Brasil, afirma que na Europa e nos EUA estão os modelos de educação a serem imitados como uma maneira também de se alcançar o desenvolvimento do país – a alavanca para o progresso.

Do Brasil, os rotarianos têm uma imagem de sociedade pobre, por falta de educação e de trabalho, por falta de esforço dos filhos da terra. No exterior, Europa e EUA, estão os modelos de desenvolvimento a serem imitados. Embora o Brasil seja ainda um país atrasado, possui uma elite responsável, forjada no seu próprio trabalho e, portanto capaz de orientar os destinos da sociedade (UHLE, 1991, p. 129).

Quando os rotarianos dizem que o país é atrasado e “possui uma elite responsável, forjada no seu próprio trabalho e, portanto capaz de orientar os destinos da sociedade”, compreendemos que estejam se referindo a eles próprios e à forma como conduzem o processo educativo como salvador da pátria e de solução para todos os problemas sociais.

Por isso que ressaltamos neste trabalho a importância de discutir e conceituar os três tipos de categorias desenvolvidas pela Instituição Rotary Club que se refletiram no interior da Escola Rotary e na sociedade ituiutabana compreendida pelas reflexões advindas do projeto social, cívico e cultural do país: a moralidade, o higienismo e o escotismo.

Para tanto, justificamos e reiteramos nesta terceira seção a importância do embasamento teórico na perspectiva de alguns autores como Veiga (2007), Machado (2002) e trechos das *Obras Completas* de Rui Barbosa (BARBOSA, 1883), visto que discutem a concepção de educação no final do século XIX e início do século XX. Além disso, podemos perceber que nos anos de 1950 e 1960 algumas destas reflexões prevaleceram principalmente às relacionadas ao higienismo que retomam na vigência destes anos, quando percebemos na Escola Rotary a fundação do Pelotão de Saúde.

3.1 Moralidade

Uma categoria utilizada no interior das instituições organizadas e mantidas pela Instituição Rotary Club é a moralidade. Podemos percebê-la na forma como a instituição se organiza e na maneira como elegem seus membros para compor o clube. Por isso que a todo instante relacionamos o Rotary Club como uma instituição moralista.

Desse modo, ao refletirmos sobre o termo “moralidade” na concepção dos membros rotarianos podemos entender que estes, de um modo geral, concebem tal termo como um conceito voltado para o controle da ordem social e para a formação do caráter nos indivíduos em qualquer lugar que ele esteja independente se fosse espaço escolar ou não.

Na perspectiva de Rotary Club, esses indivíduos são os seus membros rotarianos que, além de serem moldados, igualmente moldam e adestram os demais sujeitos da sociedade, seja para poder fazer parte da Instituição Rotary Club ou para servir a sociedade com práticas de assistencialismo. Com base nisso, concordamos com Durkheim quando afirma que “[...] a moral é um sistema de regras de acção que predeterminam a conduta. Elas apontam a forma como devemos agir em dadas circunstâncias; e agir bem é obedecer bem” (DURKHEIM, 1984, p. 122).

Quanto a isso, um dos objetivos do Rotary Club é adequar e moldar os seus membros, que logo se tornarão um grupo de homens de negócios preocupados com o bem-estar da sociedade, a agir com regularidade segundo as normas de conduta social, ou seja, despertando nesses membros o sentimento de responsabilidade social.

[...] Pensar o Rotary como um micro-organismo social, como uma escola moral remete às reflexões sobre a prática pedagógica da educação moral e, mais especificamente, à estratégia de interiorização necessária para seu sucesso. A unidade de espírito rotária resultaria de um processo de aprendizado rígido e normatizado que teria origem no seio dos ambientes familiares e se estenderia ao longo da trajetória dos indivíduos (SETTON, 2004, p. 72).

Concordando com Setton (2004) ao fazermos uma análise sociológica dos ideais rotarianos de servir ao próximo e garantir a paz mundial entre os povos respectivamente estamos nos referindo às concepções de Emile Durkheim (1984) quando discute em suas lições a educação moral. O autor estabelece que a moralidade esta voltada ao “espírito da disciplina, a adesão aos grupos sociais e a construção da autonomia da vontade”.

Para este autor, podemos conceber a moral como, “[...] um conjunto de regras definidas; assemelha-se a um conjunto de tantos outros moldes, de contornos definidos, nos quais somos obrigados a derramar a nossa acção [...]” (DURKHEIM, 1984, p. 125). Entendemos que toda regra impõe uma autoridade, ou seja, uma disciplina a ser seguida, que tem por objetivo o controle e a regularidade, que segundo Durkheim se constitui na

composição da nossa sociedade. Consequentemente, tudo o que ocorre na sociedade se reflete no interior das escolas, “a educação é, pois, uma estratégia de manutenção de grupos”.

Pensar o Rotary como uma escola moral é compreendê-lo com a função de orientar a formação moral e ética de seus membros e de indivíduos imediatamente a eles relacionados. Em suas lições sobre a educação moral, Durkheim tem como propósito explicitar as disposições psíquicas, os “estados de espírito” que estão na base da moralidade. A educação moral propõe formar a configuração psíquica que adere a valores morais. A pretensão é modelar a alma dos sujeitos, prepará-la para a vida em sociedade. As escolas devem ter em mente a formação de um sujeito adequado à realidade social. É necessário, pois, orientar a educação de acordo com o modelo social específico (SETTON, 2004, p. 73).

Concordando com Setton (2004), podemos relacionar e conceber o Rotary Club como uma escola moral, uma vez que o seu papel, enquanto clube de serviço é moldar o seu membro rotariano para servir a sociedade, conforme os prescritos determinados nos Estatutos, Regimentos Internos e Manuais de Procedimentos, que são documentos internos da Instituição Rotary Club Internacional e regem as regras da organização mundial para os demais clubes.

Como “escola” e, portanto como instituição promotora de uma mecânica de poder, o Rotary é responsável pela formação de indivíduos predispostos a enxergar as regras sociais como imutáveis. É responsável também pela produção de indivíduos sensíveis ao medo da censura e de virtuais punições. O Rotary reproduz e dissemina o poder impessoal, mas não menos evidente, dos condicionamentos disciplinares. O membro rotário, ao obedecer, não é apenas o polo sujeito a dominação; é também reproduzidor e transmissor das regras exteriormente estabelecidas. A metáfora do vigilante interiorizado ajuda-nos a compreender o rotariano não apenas como um fiscal solitário de seu inconsciente. Age como guardião da moral dentro e fora do Rotary; cobra de seus companheiros uma postura de acordo com as regras morais; constitui-se em mediador, em fiscal na produção de estratégias de dissimetrias e hierarquizações. Como instituição reguladora e controladora dos impulsos individuais, o Rotary parece entender que a natureza impulsiva do indivíduo constitui um risco para a sociedade. O indivíduo deve ser constantemente vigiado. Seus instintos egoístas e individualistas, enfim, seus desejos são uma ameaça para o social [...] (SETTON, 2004, p. 78).

O membro rotariano, na medida em que cumpre as regras e a disciplina, torna-se não somente um sujeito de dominação, mas um reproduzidor e transmissor das ideias e dos ideais rotarianos, já que, os disseminam entre os indivíduos como uma forma imutável no interior e fora dos clubes. O Rotary Club, nesta perspectiva, nada mais é que uma instituição

“controladora e reguladora”, como Setton (2004) explicita, e que vigia os seus membros para que suas pretensões, anseios e aspirações individuais não se tornem uma ameaça para a sociedade.

O Rotary Club se apresenta diante da sociedade utilizando dois lemas rotários: “*Mais se beneficia quem melhor serve*” e “*Dar de si, antes de pensar em si*”, que expressam claramente por intermédio dos meios de comunicação (Revistas Rotárias, panfletos, outdoors e outros) as suas ideias e ideais. No entanto, segundo Setton (2004), percebemos que esses lemas estão diretamente ligados a uma conduta moral de legitimidade e que faz parte da composição de sua identidade enquanto clube de serviço. Estes lemas foram instituídos pelo clube desde o início de sua instalação em 1905 nos EUA, em que utilizavam o discurso com a expressão de “*servir ao próximo*”, como uma forma de alimentar o espírito capitalista, além de fazer e instituir o bem social.

Podemos citar ainda como exemplo de preceito moral valorizado e cultivado entre os membros rotarianos, a denominada Prova Quádrupla⁴². De acordo com o Manual de Procedimento (1975), a Prova Quádrupla esta relacionada à ética dos membros rotarianos com as demais relações humanas e jamais pode ser relacionada a um código e nem deve ser reproduzida e dirigida a estes membros de qualquer maneira.

A única finalidade da reprodução e uso da Prova Quádrupla deve ser a de desenvolver e manter altos padrões de ética nas relações humanas. A reprodução não deve ser parte direta de qualquer anúncio destinado a aumentar vendas ou lucros; poderá, porém, ser incluída no papel de carta ou outro material de leitura, se for feita de tal forma a explicar que está sendo feito um esforço sincero no sentido de que todas as relações humanas da firma, organização ou instituição se baseiem nos princípios da Prova Quádrupla. Quando se fizer a reprodução da Prova Quádrupla como parte de material a ser distribuído por um Rotary Club ou grupo de clubes, deve-se acrescentar à reprodução uma referência ao clube ou clubes, de forma que se associe adequadamente o clube ou clubes com o esforço que está sendo feito

⁴² De acordo com Portes (2006), a Prova Quádrupla foi concebida em 1932, no auge da grande depressão econômica dos EUA, pelo rotariano Herbert J. Taylor, de Chicago. Foi utilizada por ele em uma difícil situação comercial, em que era encarregado da Club Aluminum Company e aceitou o desafio procurando um meio de “ressuscitar” a empresa, que estava falindo. Para isso, idealizou um conciso roteiro de boa conduta, que pudesse ser usado pelos trabalhadores da companhia. Escrita com simplicidade memorável, a Prova Quádrupla foi solicitada aos empregados para que eles a decorassem e ela tornou-se a base das decisões da Club Aluminium. Atribuindo a essa máxima o resultado satisfatório da negociação, em 1943, a organização do Rotary Club adotou-a como parte dos ideais na sua avenida de serviços profissionais. Com base nisso, entendemos que a Prova Quádrupla, trata-se de uma maneira dos rotarianos se avaliar enquanto membros de um mesmo clube de serviço, tendo por base quatro perguntas que são colocadas aos membros da seguinte forma: “1) É a VERDADE? 2) É JUSTO para todos os interessados? 3) Criará BOA VONTADE e MELHORES AMIZADES? 4) Será BENEFÍCIO para todos os interessados?” (ROTARY INTERNACIONAL, 1978, p. 227-228).

no sentido de que todas as relações humanas sejam regidas pelos princípios da Prova Quádrupla. Em nenhum momento se deve referir à Prova Quádrupla como um “código” (ROTARY INTERNACIONAL, 1975, p. 228).

Respectivamente, baseando-se no Manual de Procedimento (ROTARY INTERNACIONAL, 1975), Portes (2006) define e explica que a Prova Quádrupla,

Não se trata de um código de ética, e de nenhuma forma se deve referir à Prova Quádrupla como um código. É apenas um meio conveniente de medir aquilo que pensamos, dizemos ou fazemos, consistindo de quatro curtas interrogações: 1 – É a verdade? (Embora livres para afirmar ou negar, não temos o direito de falsear a verdade...) 2 – É justo para todos os interessados? (Na igualdade de tratamento, provamos o nosso espírito de justiça...) 3 – Criará boa vontade e melhores amizades? (Para criarmos boa vontade e conquistarmos melhores amizades, devemos provar o nosso desejo de servir, mesmo que isto nos custe muito trabalho e dedicação...) 4 – Será benéfico para todos os interessados? (Beneficiar uns pouco é fácil; o importante é levar a todos o benefício de nossos atos...) (PORTES, 2006, p.197).

A partir da realização dessa auto avaliação, os membros rotarianos refletem os seus pensamentos, as suas condutas, assim como suas dúvidas, seus medos e seus conflitos internos e externos. Até porque, para eles “[...] O medo e a desconfiança parecem ser sentimentos generalizados [...]” (SETTON, 2004, p. 83).

Segundo Durkheim (1984), é de extrema necessidade humana que as aspirações e os sentimentos de toda ordem sejam, de certa forma, limitados, sendo que a disciplina tem o papel de garantir essa limitação. Caso contrário, se este limite nos vier a faltar e se as forças morais, sejam elas quais forem, não conterem e moderarem os nossos anseios, a atividade humana perde-se no vácuo, tornando-se vazia.

A disciplina é portanto útil, não só no interesse da sociedade e como meio indispensável sem o qual não poderia haver cooperação regular, mas também no próprio interesse do indivíduo. É através da disciplina que aprendemos essa moderação do desejo sem a qual o homem não conseguiria ser feliz. Por isso, ela contribui mesmo, em larga medida, para formar aquilo que de mais essencial existe em cada um de nós, quero eu dizer, a nossa personalidade. Isto porque, essa faculdade de contermos as nossas tendências, de resistirmos a nós mesmos, faculdade que adquirimos na escola através da disciplina moral, é a condição indispensável para o aparecimento da vontade reflectida e pessoal. A regra, porque nos ensina a moderarmo-nos, a dominarmo-nos, constitui um instrumento de isenção e de liberdade [...] (DURKHEIM, 1984, p. 150).

O Rotary Club, ao desenvolver a função de escola moral, acaba instruindo os seus membros rotarianos a conviver de certa forma em coletividade, “[...] ora criando e impondo regras básicas de conduta para seus membros, ora objetivando ampliar sua esfera de ação a toda a comunidade, através da prestação de serviço. Em outras palavras, a prática rotária parece refletir um sentimento de autodefesa” (SETTON, 2004, p. 83).

Para Durkheim (1984), podemos denominar tal coletividade como sociedade⁴³. Além disso, o homem, na perspectiva do autor, só será moralmente completo quando estiver totalmente submetido à tripla ação: família, pátria e humanidade.

[...] Família, pátria e humanidade, representam fases diferentes da nossa evolução social e moral, fases essas que se foram preparando, umas e outras e, por consequência, os grupos correspondentes podem sobrepor-se sem se excluírem. Do mesmo modo que cada um deles tem as suas atribuições na prossecução do desenvolvimento histórico, também eles se completam mutuamente no presente; cada qual tem a sua função. A família envolve o indivíduo de uma forma muito diferente da pátria, e responde a outras necessidades morais. Entre ambas, não há pois que proceder-se a uma opção exclusiva. O homem só será moralmente completo quando submetido a esta tripla ação (DURKHEIM, 1984, p. 177).

Outro elemento que constitui a educação moral impregnada por Durkheim (1984) presente na composição dos Rotary Clubs é o engajamento aos grupos sociais. A moralidade se inicia, nesse sentido, “[...] pelo simples fato de fazermos parte de um grupo humano, qualquer que seja [...]” (DURKHEIM, 1984, p. 183).

Depois de o sujeito ter sido consentido e orientado a viver sob um sistema de regras e disciplina para se adequar ao clube, resta a ele viver em harmonia com a sociedade simultaneamente aliado à subordinação dos ideais coletivos e fazendo, assim, parte de um grupo humano, qualquer que seja.

[...] Para que o homem seja um ente moral, é preciso que ele se atenha a algo se não ele próprio; é necessário que ele seja e se sinta solidário com uma sociedade, por muito simples que esta seja. É este o motivo pelo qual a primeira missão da educação moral consiste em vincular a criança à sociedade que o envolve imediatamente, que o mesmo será dizer, à família. Mas, se, de uma forma geral, a moralidade começa logo que se inicia a vida

⁴³ “[...] E, por sociedade, eu entendo tudo quanto é grupo humano, seja família, pátria ou humanidade, desde que, pelo menos, se encontre realizada. Teremos que procurar, seguidamente, se entre essas diferentes sociedades não existirá uma hierarquia; se, dentre esses fins colectivos, alguns não haverá que sejam mais elevados do que outros. Por ora, limito-me a expor o princípio, a saber, que o domínio da moral começa onde começa o domínio social” (DURKHEIM, 1984, p. 162).

social, existem, contudo diversos graus de moralidade, e isto pelo simples facto de todas as sociedades de que o homem faz, ou pode fazer parte, não possuírem idêntico valor moral. Ora, uma existe que, relativamente a todas as outras, goza de uma verdadeira preeminência: é a sociedade política, é a pátria, desde que concebida, não como uma personalidade avidamente egoísta, unicamente preocupada em dilatar-se e engrandecer em detrimento de personalidades semelhantes, mas sim como um dos múltiplos organismos cujo concurso é necessário a realização progressiva do ideal da humanidade. É, sobretudo, a essa sociedade, que a escola tem por função vincular especialmente a criança [...] (DURKHEIM, 1984, p. 182).

Durkheim (1984) explica que a moralidade começa logo que iniciamos nossa vida social (ainda no berço familiar), e ela se intensifica quando passamos a fazer parte de qualquer grupo social. Para agirmos moralmente, não basta, sobretudo, respeitarmos determinada conduta, regra ou disciplina; é necessário estarmos introduzidos a qualquer grupo social.

[...] na realidade, o homem só se completa desde que inserido em sociedades múltiplas, a própria moralidade só se completa desde que nos sintamos solidários com as diversas sociedades nas quais empenhamos (família, corporação, associação política, pátria, humanidade). Todavia, uma vez que estas diferentes sociedades não possuem idêntica dignidade moral, já que nem todas desempenham um papel igualmente valioso no conjunto da vida colectiva, não poderiam, as mesmas ocupar igual lugar nas nossas preocupações [...] (DURKHEIM, 1984, p. 183).

Dessa forma, podemos afirmar que aderirmos a um determinado grupo social é o mesmo que aderirmos à sociedade e ao ideal social, ou seja, ao ideal particular humano.

[...] A adesão ao grupo implica, portanto, de uma forma directa mas quase necessária, a adesão aos indivíduos e, sempre que o ideal do grupo é uma simples forma particular do ideal humano, sempre que o tipo do cidadão se confunde, em grande parte, com o tipo genérico do homem, é ao homem, como tal, que nós nos encontramos vinculados, ao mesmo tempo que nos sentimos mais estreitamente solidários com os que realizam mais especialmente a concepção particular que a sociedade tem da humanidade [...] (DURKHEIM, 1984, p. 185).

Nesta perspectiva, Durkheim estabelece o terceiro princípio da moralidade, que é a “autonomia da vontade”; afirma: “[...] Com efeito, a moralidade consiste na realização de fins impessoais, gerais, independentes do indivíduo e dos seus interesses particulares [...]” (DURKHEIM, 1984, p. 216).

Segundo este autor, para podermos agir moralmente não basta somente respeitarmos a disciplina e estarmos ligados a um determinado grupo social, é necessário que,

[...] seja no deferimento à regra, seja no devotamento a um ideal coletivo, tenhamos a consciência, a mais clara e completa possível das razões de nossa conduta. Porque é essa consciência que confere nosso ato essa autonomia que a consciência pública atualmente exige de todo ser verdadeiramente e plenamente moral (DURKHEIM, 2008, p. 124).

De acordo com Setton (2004), o Rotary Club, além de apresentar basicamente em sua estrutura e de seus membros que o representam, uma concepção voltada à moralidade, desenvolve, concomitantemente, ainda três estratégias aliadas a essa categoria que contribuem para o desenvolvimento de capital econômico e cultural que são convertidos em capital social e simbólico: filantropia, parceria e autopromoção.

Sobre a primeira dessas estratégias, a filantropia, que a autora chama a atenção para os países subdesenvolvidos e traz como exemplo o Brasil, em que a miséria e a pobreza são alarmantes, e o assistencialismo prevalece dentre as atividades mais desenvolvidas pelo clube de serviço mundialmente.

[...] A atividade filantrópica é um dos objetivos (“avenida dos serviços à comunidade”) da instituição rotária. No entanto, no Brasil como nos países onde os níveis de pobreza são alarmantes, esse assistencialismo toma um espaço maior e passa a ser uma das atividades mais desenvolvidas entre os clubes de serviços, permitindo aos rotarianos um constante contato com entidades sociais de renome e órgãos governamentais (SETTON, 2004, p. 137).

Os membros rotarianos veem a atividade filantrópica como uma prestação de serviço a comunidade que tem por objetivos sanar as carências humanas, como a fome e as doenças (ressaltamos que os Rotary Clubs vivem realizando campanhas internacionais para erradicar as doenças em países como a África).

Com base nisso, o clube alia-se a segunda estratégia defendida por Setton (2004), que se refere aos trabalhos de parcerias realizados entre o Rotary Club e outras instituições sociais, de cunho governamental ou não.

[...] A importância dessa parceria está na legitimidade e na popularidade encontradas nessas instituições, como por exemplo, a Unicef, OMS (Organização Mundial de Saúde) ou simplesmente as administrações

regionais da prefeitura ou as associações comerciais locais. Todas elas ocupam espaço na imprensa e invariavelmente são dirigidas por personalidades que ocupam posições estratégicas na política e de reconhecimento social (SETTON, 2004, p. 137).

Nesta segunda estratégia entendemos como são realizadas as parcerias entre o Rotary Club e as instituições sociais de cunho internacional, nacional e local. Em especial no município e Ituiutaba, a Instituição Rotary Club realiza diversas campanhas com a ajuda de empresas locais. Ou seja, compreendemos que é realizada uma troca de favores e influências, que tem por objetivo manter a posição social de cada um, em que ambos saem beneficiados.

A terceira estratégia que Setton (2004) aponta, e que consideramos uma das mais notáveis principalmente com relação à Instituição Rotary Club de Ituiutaba, é a autopromoção, em que podemos observar uma circulação maior de prestígio social revelado nas atividades festivas e sociais que mostram à sociedade todas as atividades realizadas em prol da mesma.

Quando os membros rotarianos se unem para ajudar determinada instituição, como por exemplo, a Escola Rotary, logo querem mostrar e socializar com a comunidade, e levar aos outros clubes rotários nacionais o sucesso e os frutos da atividade realizada. Essas atividades festivas buscam valorizar,

[...] de um lado, seus empreendimentos filantrópicos e, de outro, publicamente, valorizar a participação de políticos nesses mesmos empreendimentos. Dessa forma, as atividades sociais – encontros, palestras e convenções – são práticas de amabilidades que os clubes rotários e as entidades governamentais trocam entre si [...] (SETTON, 2004, p. 137).

De acordo com as estratégias presentes na categoria moralidade apresentadas e discutidas no interior da composição da Instituição Rotary Club, podemos compreender que a prática da filantropia, da parceria com outras instituições e autoridades e a autopromoção realizada nas atividades festivas servem de instrumentos para a manutenção do poder simbólico do Rotary Club, ou seja, para manter sua posição social e status quo no interior do clube de serviço.

Ao realizarmos uma análise sociológica com relação aos ideais do clube, chegamos à conclusão de que esta moralidade impregnada pela instituição é a mesma definida por Durkheim (1984), como um conjunto de regras que tem por objetivos o controle e a regularidade dos indivíduos para servir a sociedade.

3.2 Higienismo

Juntamente com o processo de industrialização ocorreram diversos fenômenos, dentre eles o aumento da produtividade, do acúmulo de capital e de lucros, além da significativa transferência da população rural para as cidades industrialmente emergentes. Por outro lado, a população enfrentou dificuldades ao se adaptar com as mudanças advindas deste processo no país, uma vez que até então a população era predominantemente rural, e imigra para as cidades sob condições precárias de infraestrutura (casas quase inabitáveis e falta de saneamento básico).

Ou seja, a organização e a infraestrutura das cidades não estavam preparadas para receber a demanda significativa de pessoas. Com base nisso, segundo Sodré (1976), entre os anos de 1890 e 1900 a população do Brasil era entorno de 17 milhões de habitantes, sendo que em 1920 atingiria o número de 30 milhões de habitantes.

No Brasil dessa época, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a incipiente industrialização, a nova feição das cidades, o aumento do comércio internacional, as correntes imigratórias e, principalmente, a presença de contingentes populacionais “livres” concentrados no espaço urbano deram nova complexidade à estrutura social do país. Aos dirigentes republicanos interessavam o desenvolvimento de um projeto de controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial. Abriu-se campo para a proliferação de tecnologias e para o trabalho de especialistas que investigavam sobre a saúde dos imigrantes, a situação sanitária dos portos, o dia-a-dia das cidades, a higiene infantil, os hábitos e costumes populares, a eugenia ou “ideal de branqueamento” do povo brasileiro, o trabalho fabril, o mundo do crime, etc. O discurso médico-higiênico acompanhou o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira em uma economia urbano-comercial e expressou o pensamento de uma parte da elite dominante que queria modernizar o país (MANSANERA; SILVA, 2000, p. 117).

O trabalhador, de um modo geral, tinha que se adequar para servir ao mercado de trabalho e possuir um perfil: ser ordeiro e apresentar boa conduta perante a sociedade. A indústria necessitava de indivíduos saudáveis, fortes e jovens, sendo estes homens ou mulheres, para produzir mais em menos tempo e por menor custo. Os que não se encaixavam dentro destas exigências eram marginalizados, como os velhos, as crianças, os doentes e os loucos.

Aqueles que não se habituavam às condições de vida que lhe estavam sendo propostas, como má alimentação, poucas horas de sono e descanso, dentre outras condições, ficavam sujeitos a fragilidades na saúde e eram descartados, porque não serviam para produzir.

De acordo com Uhle (1991), o Rotary Club possivelmente entrou neste momento em cena, pois muitos trabalhadores que estavam desempregados devido à concorrência do mercado de trabalho são rotulados pela própria sociedade como vagabundos e desempregados. Dessa forma, o clube tem o papel de promover a assistência por meio de asilos e abrigos amparando essas pessoas; são os denominados pela autora de setores marginalizados ou marginais. Esses setores são,

[...] portanto grupos que, pela sua própria condição, podem facilmente conturbar a ordem pública imprescindível à produção e ao trabalho. Por não terem nada a perder, os grupos marginais, quando desassistidos podem formar bandos de pequenos desordeiros, levas de pedintes e arruaceiros, capazes de assim expor as chagas próprias de uma sociedade que deliberadamente os exclui. Neste caso a assistência configurada através do asilamento, ou outro confinamento qualquer, é a forma mais eficaz de contornar o problema (UHLE, 1991, p. 182-183).

Na realidade, quando o Rotary Club, apoiado por engenheiros e médicos sanitaristas, age dessa maneira, implantando a filantropia e a assistência aos excluídos e marginalizados, ele esta “limpando a sociedade” e ao mesmo tempo contribuindo com as reformas urbanas que estavam sendo desenvolvidas na época pelos republicanos.

Entendemos, nesse sentido, que o clube, ao agir dessa forma, tem por objetivos impregnar e afirmar as desigualdades sociais existentes, além de zelar pela preservação de determinada ordem social, garantindo e contribuindo para uma sociedade organizada e civilizada.

Desse modo, concordamos com Góis Junior (2003) ao descrever que o movimento higienista extrapola a periodização dita tradicional do final do século XVIII e início do século XX, cujo término encontra-se dos anos de 1930 para os anos de 1940. E, que possivelmente esse período prossegue adiante com suas tradições e ideais prevalecendo até o final do século XX.

Na mentalidade republicana, reordenar e reorganizar a população significaria introduzir novos hábitos que eram condizentes à ideia de sociedade civilizada. Ocorreram, na prática diversas reformas urbanas, a partir do final do século XIX em várias cidades brasileiras. Essas reformas eram realizadas por engenheiros e médicos sanitaristas que “[...]”

trataram de provê-las de saneamento básico, eliminar os focos de insalubridade, como os cortiços, e de estabelecer novas posturas municipais com o objetivo de regulamentar o uso dos espaços públicos e de estabelecimentos privados” (VEIGA, 2007, p. 260).

A educação, neste âmbito do movimento higienista, era vista como a grande regeneradora de construção da nação e da sociedade civilizada aliada a implantação dos hábitos de higiene mental e moral nas escolas e na sociedade como um todo. Segundo Nagle (1976), o escolanovismo foi um grande propulsor e se propôs a adequar e ajustar as pessoas ao mercado de trabalho ampliando e racionalizando a rede nacional de ensino. Sendo assim, o projeto de construção da nova sociedade brasileira estava voltado para a transformação da população brasileira em uma grande nação formada por uma “raça forte e sadia”.

[...] A meta da nova ordem social era aumentar demograficamente o número de pessoas sadias e convencidas de que o trabalho não era aviltante, e neste sentido, não caberia só ao escravo realizá-lo, tal como se pensava no Brasil-Colônia. O lema do capitalismo, que se consolidava em solo brasileiro, era que o trabalho “dignificaria o homem”, traria bem-estar material ao indivíduo e progresso para a Nação (BOARINI, 2012, p. 27).

Daí o surgimento da famosa frase taylorista “o homem certo no lugar certo”. Diante disso, nos perguntamos que lugar é esse? E que homem queriam que formasse? O “*lugar certo*” possivelmente seria a indústria e o mercado de trabalho, visto que esse novo homem deveria estar capacitado profissionalmente e apresentar boa saúde física e sanidade mental para ocupar esses locais de trabalho. O “*homem certo*” seria aquele que se adequasse a essas exigências citadas anteriormente para servir o mercado de trabalho, e ser um mero reprodutor/executador das ações advindas do sistema capitalista, sem questionar a realidade na qual está inserido.

Com relação à saúde pública de maneira geral, destacamos Rui Barbosa, que dedicou o seu último volume dos pareceres somente a esta discussão nos espaços escolares.

[...] Rui Barbosa destacou que se fazia necessário melhorar a saúde pública: as habitações deveriam ser sãs, os alimentos de boa qualidade, a água pura e o ar abundante. Esses cuidados também deveriam ser adotados nas escolas, pois existiam muitas doenças que atacavam as crianças em idade escolar. Criticou o posicionamento da luz, as edições defeituosas dos livros escolares e mobília inadequada. O banco e as mesas escolares deveriam ser adequados ao tamanho das crianças. O mesmo cuidado precisava ser despendido no tamanho da sala e no número de alunos que ela abrigava. Fixou o limite de alunos por sala a número nunca superior a 50. Discutiu também a

coeducação dos sexos; as crianças até os 11 anos poderiam estudar juntas. Destacou a importância das vacinas. Todos esses cuidados implicavam a necessidade de maiores investimento por parte do governo (MACHADO, 2002, p. 135-136).

Higienizar o país fazia parte de uma necessidade social que perpassava os bancos escolares na reforma de ensino proposta por Rui Barbosa, que tinha como objetivo preparar o aluno para os embates da vida. Neste sentido “a escola a ser difundida deveria estar voltada para a vida, deveria estar carregada de conteúdos científicos, formando o trabalhador e o cidadão” (MACHADO, 2002, p. 137).

Segundo Rui Barbosa, a escola, na sua perspectiva, por ser um agente de moralização, para poder cumprir com a sua dupla função de instruir e, concomitantemente, moralizar a sociedade, deveria ainda contribuir para o despovoamento das prisões e das galés como uma condição de moralidade higiênica e civilizadora, além de aliviar as verbas orçamentárias no interior dos hospitais e dos hospícios.

A escola atual prescinde absolutamente do corpo e do espírito; desconhece as leis fatais do desenvolvimento fisiológico da criança; e, em vez de contribuir, por meio de cuidados inteligentes, para a evolução natural da vida orgânica durante a primeira idade do homem, não atua sobre ela senão como uma das influências mais perniciosas, uma das mais ativas agências da depauperação da espécie. Cuida espiritualizar a educação desconhecendo o papel primário deste elemento na educação moral e na educação intelectual. A natureza, porém, não abre mão dos seus direitos. A higiene do corpo e a higiene da alma são inseparáveis. A ciência clama, com as provas mais irrefragáveis em punho: a inteligência, neste mundo, carece tanto do cérebro, como as funções respiratórias do pulmão. O cérebro depende tanto do avigoramento geral dos órgãos que o alimentam quanto o fruto da árvore que o brotou [...] (BARBOSA, 1883, p. 49).

Rui Barbosa, em seus pareceres, idealizava que a escola dita como reformada seria o contrário da escola predominante daquela época (que ele queria modificar) em que tanto a higiene corporal como a higiene da alma seriam inseparáveis uma da outra. A escola daquela época, na concepção do autor, desconhecia qual era a função que a educação desenvolvia com relação ao sistema fisiológico da criança. Uma vez que “[...] A educação, portanto, está fundamentalmente subordinada à fisiologia [...]” (BARBOSA, 1883, p. 34).

A implantação de escolas estava estreitamente ligada às condições físicas em que se encontrava o local em que iria instala-las, assim como o tipo de climático, a iluminação e ventilação adequadas e a arquitetura dos espaços de um modo geral. Para Rui Barbosa,

diversos outros elementos podiam afetar a boa higiene escolar, por exemplo, o mobiliário e suas acomodações inadequadas.

Mas não é só a ação de luz mal encaminhada, mal distribuída, mal escolhida, o que opera na escola esses fenômenos de alteração da vista, contra os quais é de estrito dever nosso e inestimável utilidade geral premunir a infância que frequenta as aulas de primeiras letras. Sem falar na influência da vida urbana com os seus horizontes acanhados, nos compêndios e manuais de leitura, nessas edições defeituosas, que pelo formato dos livros, pela qualidade dos caracteres, pela excessiva densidade da matéria impressa, pela escassez dos espaços interlineares, cansam, e extenuam os olhos às crianças, cooperando, consideravelmente para avultar os quadros da miopia escolar; sem falar nos processos viciosos de escrita ordinariamente adotados; - sobressai na primeira ordem entre as origens capitais, não só das enfermidades da visão, como das deformações do corpo geradas pela escola, a fatalidade das posições contrafeitas, a que os alunos são condenados entre nós pela mobília inadequada, de que geralmente nos servimos (BARBOSA, 1883, p. 16-17).

Rui Barbosa defendia que a higiene escolar era um dos princípios da educação moral. Entretanto, a ausência dessa higiene no interior das escolas causaria aos estudantes diversas enfermidades. No trecho acima, o autor cita os problemas relacionados à visão (miopia) devido à iluminação precária e aos compêndios e manuais de leitura defeituosos e de má qualidade gráfica que eram distribuídos; e, respectivamente a postura corporal, assim como denomina de, “deformações do corpo”, advindos da mobília inadequada.

Além disso, a escola daquela época desconhecia que a higiene do corpo e a higiene da alma, respectivamente, eram elementos da educação moral e da educação intelectual, o que posteriormente justificará o motivo da forte caracterização moralista que os princípios médicos e higienistas apresentaram no início do século XX.

Os princípios médicos e higienistas tiveram uma forte caracterização moralista. Eram pautados pela associação entre as condições higiênicas de vida e de moradia dos pobres e a condição moral. Para esses técnicos, em meio a essa população tudo denotava anormalidade social – os lazes, a resistência ao trabalho e a ignorância. Como consequência desenvolviam-se os vícios, a prostituição e a “vagabundagem”. Buscou-se então a integração dos pobres aos valores burgueses, tendo como referencia o trabalho, o lar e a escola, valores esses necessários para seu saneamento moral (VEIGA, 2007, p. 260).

Quando Veiga (2007, p.260) explicita que “os princípios médicos e higienistas tiveram forte caracterização moralista”, nos faz refletir os objetivos de Rotary Club com relação à assistência e integração realizada aos mais pobres e necessitados. Uma vez que o clube se

apresenta diante da sociedade utilizando a filantropia e o assistencialismo que “[...] serve como mecanismo para legitimar o lucro e a exploração da atividade empresarial e acrescenta o empresário a característica de protetor dos menos privilegiados” (UHLE, 1991, p. 183). Pautados nos princípios higienistas, o Rotary Club no início do século XX realizou diversas campanhas mundiais contribuindo para o combate da Poliomelite distribuindo vacinas aos governos. No Brasil, os clubes atendem as crianças que foram vítimas da paralisia infantil fazendo doações de cadeiras de rodas e similares.

Com o desenvolvimento da pesquisa e a descoberta da Vacina Sabin o Rotary International altera sua política de atuação na área, não excluindo a assistência esporádica, feita pelos clubes ou rotarianos individualmente, mas acrescentando a estas um programa internacional destinado a comemorar o centenário da organização. O programa coordenado pelo Rotary International chama-se Polio Plus. A importância do programa Polio Plus está no fato de ser dirigido a todos os países do mundo. Rotary International se propôs, e vem cumprindo a promessa de distribuir vacinas antipólio aos governos, durante cinco anos e com isso garantir a extinção da moléstia. A distribuição simultânea da vacina em todas as partes do mundo facilita a erradicação (UHLE, 1991, p. 193).

Além disso, o Rotary Club realizou campanhas e projetos em prol do saneamento básico nas primeiras cidades em que ele se instalará; por exemplo, no Rio de Janeiro (1922) e em São Paulo (1924) os rotarianos implantaram diversas cestas de lixo pelas ruas das cidades. Para os membros rotarianos, este tipo de campanha, de acordo com as análises de Uhle (1991), possui uma dupla finalidade:

[...] Pregar a necessidade da limpeza e embelezamento da cidade, porque não se pode esquecer, que a limpeza pública se insere no discurso moralizante, como ponto de partida para a limpeza e preservação das boas relações numa sociedade moralmente sadia. O comportamento asséptico deve perpassar todos os espaços da vida coletiva para poder assim penetrar na vida individual (UHLE, 1991, p. 189).

Concordamos com Uhle (1991) quando a autora explicita que as ações realizadas pelos rotarianos condizem com os discursos da época, em que por meio da educação buscavam seguir e impregnar as normas de higiene pública. Uma vez que, por meio deste ato, os rotarianos estariam levando o nome da instituição, fazendo propaganda da mesma e expondo os seus símbolos e emblemas.

Outra campanha que podemos destacar e, que a propósito tivemos acesso durante a realização desta pesquisa ao folder e as propagandas, foi a de venda de cartões de saudações e

agendas do FISI (UNICEF) – Fundo das Nações Unidas para a Infância. Salientamos que estes cartões eram feitos por diversos artistas conhecidos pelo mundo inteiro e esta campanha foi realizada no período de 1950 a 1966. Para a Instituição Rotary Club de Ituiutaba foi enviada em 1966 pelo FISI (UNICEF) uma carta para que os rotarianos divulgassem em sua reunião a campanha e corroborassem com o projeto em prol da infância e suas culminâncias.

Figura 16: Carta enviada a Instituição Rotary Club de Ituiutaba para divulgação de campanha FISI (UNICEF) em 1966

Tel. 52-9707



Teleg. UNICEF
Caixa Postal 136

UNICEF
UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND

FISI
FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

RUA MÉDICA, 1 - GRUPO 000
RIO DE JANEIRO

29 de agosto de 1966

Senhor Presidente,

Novamente este ano, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - FISI (UNICEF) - lança sua tradicional Campanha de Vendas de Cartões de Saudações e Agendas, dando, assim, às pessoas de boa vontade mais uma oportunidade de contribuir para o bem-estar e felicidade da infância em todas as regiões do mundo.

Estamos certos de que Vossa Senhoria compartilhará da nossa opinião de que esse Cartão de Saudações é algo mais que uma fonte de recursos: é um meio de transmissão universal, através da arte pictórica, dos sentimentos de solidariedade que conformam a própria existência da ONU.

Recordando o apoio generoso que sempre recebemos por parte dos Rotary Clubs de todo o mundo, esperamos, mais uma vez, contar com o interesse e a cooperação dos associados dessa Entidade Benemerita para que tenha êxito a nossa Campanha.

O FISI este ano celebra o seu vigésimo aniversário de atividades ininterruptas em prol da infância, e sua contribuição a essa obra nos permite continuar sua missão de paz e a promover a irmandade entre os povos de todas as nações. Orgulha-nos, aliás, ressaltar que, quando nos foi conferido o Prêmio Nobel da Paz em 1965, reconheceu-se que dele também fizeram jus todos aqueles que têm contribuído para a realização dessa obra.

Agradecemos antecipadamente a atenção que Vossa Senhoria dispensar à nossa Campanha, e nos subscrevemos,

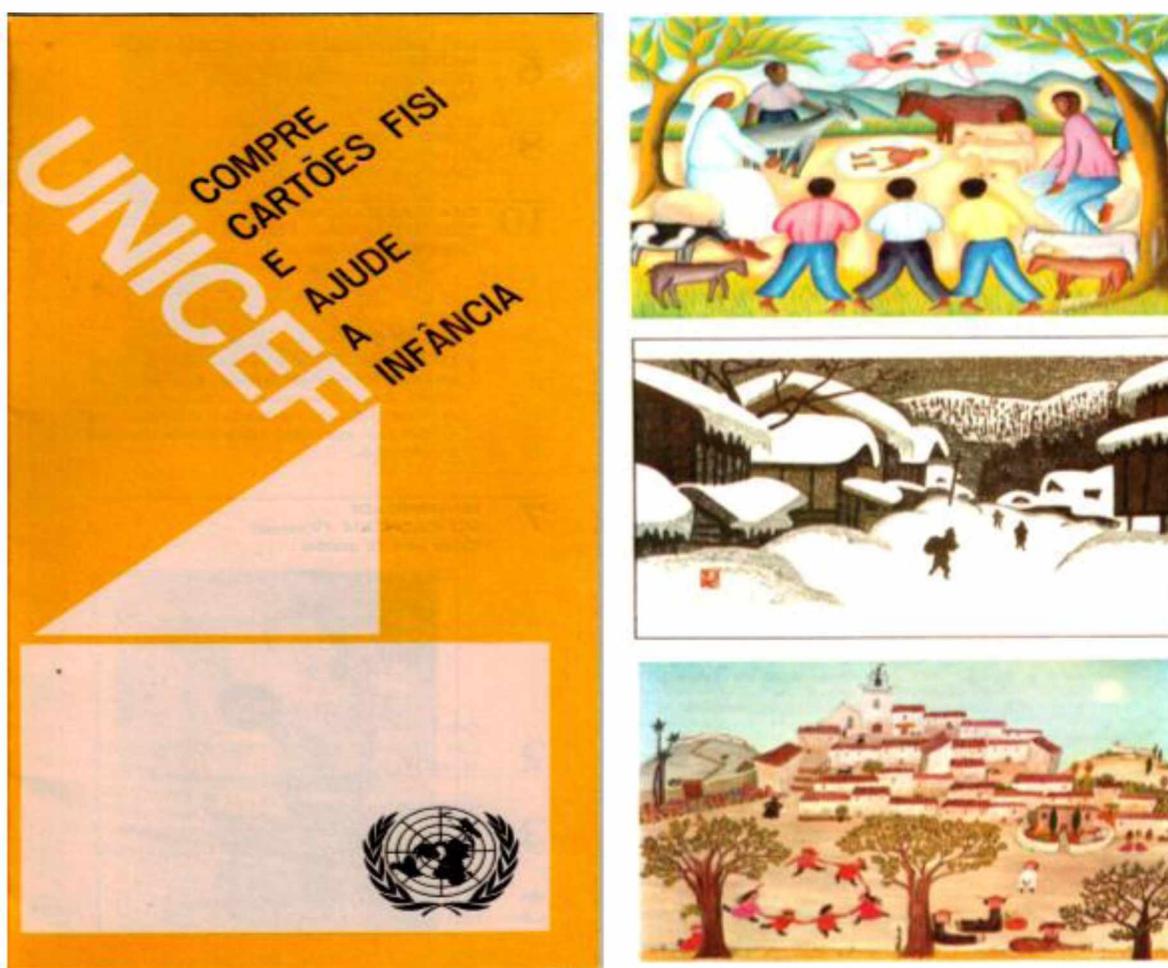
Cordialmente,

Alice Shaffer
Representante do FISI
no Brasil

P.S. Permitimo-nos sugerir-lhe divulgar a brochura anexa entre os distintos membros desse Clube em sua próxima reunião.

Quando mencionamos esta campanha de venda de cartões de saudações e agendas do FISI (UNICEF), uma das culminâncias do projeto estava era voltada de um modo geral para a saúde (instalação de unidades hospitalares, doentes de lepra e tuberculose) e para a formação e treinamento de profissionais como (atendentes, visitadoras sanitárias, auxiliares de maternidade, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, nutricionistas, laboratoristas, inspetores e auxiliares de saneamento, sondadores e técnicos). Segundo informações contidas no folder da campanha, os estados que mais receberam esta cooperação no período prescrito anteriormente foram o Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Mato Grosso.

Figura 17: Folder da campanha “*Compre cartões FISI e ajude a infância*” em 1966



Fonte: Acervo da Instituição Rotary Club de Ituiutaba, 1966.

Na imagem anterior temos o folder da campanha de venda de cartões de saudações e agendas do FISI (UNICEF) e o exemplo de três ilustrações de cartões descritos segundo a ordem. Sendo o primeiro denominado “Natividade” de Toussaint Auguste (Haiti), o segundo “Pleno Inverno” de Kiyoshi Saito (Japão) e o terceiro “Crianças Dançando” de Tusnelda (Estados Unidos). Os cartões tinham o formato 14,5 cm x 11,7 cm e vinham em caixas de dez unidades cada, com os seus respectivos envelopes.

Ressaltamos que há diversas outras campanhas e projetos sociais que Rotary Club realizou e apoiou, entretanto, em outro momento propomos o estudo do viés ideológico destes, assim como a importância dos mesmos para a sociedade como um todo. Visto que nosso objetivo nesta seção é conceituar e discutir os três tipos de categorias interiorizadas nesta instituição e que se refletiram em especial no município de Ituiutaba.

Voltando nosso olhar para a educação, e para a forma como era concebida conforme as necessidades do modelo de projeto de sociedade da época, o presidente Getúlio Vargas em 1933 em uma mensagem nos traz a situação em que se encontrava a educação e a importância da criação de escolas.

[...] A instrução, como a possuímos, é lacunosa. Falha no seu objetivo primordial: preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente, que o nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primária e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuímo-lo em excesso, quase transformado em caça ao diploma. O doutorismo e o bacharelato instituíram uma espécie de casta privilegiada, única que se julga com direito ao exercício das funções públicas, relegando, para segundo plano, a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país. É óbvio que para instruir é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo modelo rígido, aplicável ao país inteiro. De acordo com as tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais – o técnico profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior – rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o caráter prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho, consciente do seu valor moral [...] (INEP, 1987, p. 125).

A mensagem do presidente Vargas em 1933 nos deixa clara as lacunas existentes no setor da educação. Para o presidente, estava explícita a ausência do seu objetivo primordial na época, que pautado no ensino, era a preparação para a vida, já que a educação era vista como

a redentora dos problemas sociais. Pois formar o indivíduo para a vida era o objetivo, em outras palavras formar o indivíduo para servir a nação, contribuindo, dessa forma, para o bom desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, os preceitos voltados para instituir a moral e a higiene eram essenciais não somente dentro do ambiente escolar, mas fora dele. É interessante mencionar que a preocupação do presidente não girava somente em torno da instrução primária, mas principalmente da preparação profissional deste indivíduo, já que o Brasil durante este governo foi impulsionado pela industrialização. Podemos vislumbrar ainda, diante da mensagem do presidente Vargas em 1933, que para instruir a população era necessária a criação de escolas, tanto nos centros urbanos como no interior, ambas pautadas na formação humana sob o caráter prático e educativo.

No documento denominado “Manifesto dos pioneiros da Educação Nova de 1932”, Fernando de Azevedo, no tópico “Finalidades da Educação”, juntamente com os outros 25 signatários, sistematizou uma proposta de sistema público de ensino fundado a partir de concepções pedagógicas que dava a educação um caráter biológico como consequência do ensino tradicional que estava impregnado nas escolas.

[...] a educação está intimamente vinculada à filosofia de cada época, que lhe define o caráter, rasgando sempre novas perspectivas ao pensamento pedagógico, a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida. Desprendendo-se dos interesses de classes, a que ela tem servido, [...] deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um “caráter biológico”, com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitiam suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável, com o fim de “dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento”, de acordo com uma certa concepção do mundo (AZEVEDO, 2010, p. 40)

Para Fernando de Azevedo e seus signatários, estabelecer a educação em caráter biológico, estava muito além da condição social e econômica que o educando apresentava. Porém, era uma forma de naturalizar as diferenças existentes, reforçando a segregação e

intensificando o processo de exclusão, já que substituía a “hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”. A educação tinha como propósito, nesse sentido,

[...] servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação. A escola tradicional, instalada para uma concepção burguesa, vinha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, resultante da doutrina do individualismo libertário, que teve, aliás, seu papel na formação das democracias e sem cujo assalto não se teriam quebrado os quadros rígidos da vida social. A escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes (AZEVEDO, 2010 p.40-41).

Nas escolas ainda no período dos anos de 1920 houve a formação dos “Pelotões de Saúde”. A Escola Rotary implantada pelos rotarianos em 1956 destacou-se dentre as demais existentes no município de Ituiutaba por apresentar em sua composição o “Pelotão de Saúde” nos anos de 1965 a 1969.

No município de Ituiutaba, os membros rotarianos além de desenvolverem diversas campanhas para a manutenção do Pelotão de Saúde no interior da Escola Rotary, criaram asilos, patronato de menores e creches para segundo expressão utilizada pelos rotarianos para “amparar os mais necessitados”.

No início do século XX as políticas que surgiram voltadas ao higienismo foram concebidas tendo como base a construção e o desenvolvimento de um ideal civilizador que visava formar homens para servir ao mercado de trabalho, ou seja, indivíduos moldados por meio de bons costumes e conduta, e voltados à prática da higiene, transmitindo os ideais de sociedade organizada.

O pensamento republicano da época considerava, desde o início, as escolas como um meio de modernizar a nação, instituindo dessa forma hábitos que visavam um projeto educativo exemplar. Esse projeto tinha por objetivo moldar os estudantes para servir a nação e desempenhar posteriormente um bom trabalho no interior das indústrias.

Aqueles indivíduos que não se encaixavam nos moldes exigidos para servir a indústria eram marginalizados, e o Rotary Club se encarregava de dar assistência por meio de abrigos e

asilos. Além disso, o clube realizou diversas campanhas em prol do higienismo no Brasil, como no combate da poliomielite, promovendo e contribuindo com vacinas e no saneamento e limpeza de ruas no início do século.

Assim como a disciplina de moral, a higiene logo tomou conta dos bancos escolares. Foram criados os Pelotões de Saúde no interior dos grupos escolares, para concretizar na prática os objetivos descritos anteriormente.

3.3 Escotismo

A primeira República no Brasil (1889-1930) foi um período marcado por intensas transformações sociais, políticas e econômicas que foram relevantes na história da educação brasileira. Um dos objetivos era transformar a organização do ensino primário por meio da reforma da educação elementar, fundada no analfabetismo e na consolidação do novo modelo de projeto cívico, social e cultural do país.

A formação desse novo homem que iria integrar a sociedade determinava uma carga maior de conhecimentos que estava além do que havia sido instituído durante o Império: a leitura, a escrita e o cálculo. As exigências estavam pautadas nos princípios da ciência, da valorização da educação moral e cívica, e na preparação para o trabalho. Concordamos com Souza (2000) ao afirmar que a escola primária elementar foi concebida como uma necessidade do e para o povo e, sobretudo, que foi instituída com “o advento da República em 1889 ratificou a crença no poder da educação popular, ressaltada, a partir de então, como instrumento de consolidação do novo regime político e de manutenção da ordem social [...]” (SOUZA, 2000, p. 106).

Para tanto, ao ser consolidada como o novo projeto cívico, social e cultural do país, a educação passou a ser integral e deveria compreender não só questões voltadas para a educação física e higienização dos corpos, mas uma educação que explorasse os aspectos intelectuais e morais dos indivíduos, e que estivessem voltados para as necessidades de homogeneização cultural.

[...] Tal projeto articulava as ideias de uma educação integral compreendendo a educação física, intelectual e moral com as necessidades de homogeneização cultural e de civilização das massas. Por isso, a definição do programa de ensino não era considerada uma questão menor no conjunto dos problemas políticos discutidos em torno da educação popular, como os gastos do Estado com a instrução pública, a liberdade de ensino e a

obrigatoriedade escolar. Isto porque o programa era visto como o instrumento pelo qual a escola primária realizaria as finalidades atribuídas a ela. Essas finalidades tinham como horizonte assegurar o regime republicano democrático (SOUZA, 1998, p. 171).

Com relação às disciplinas propostas pelo programa de ensino de Rui Barbosa, podemos destacar o ensino das matérias de Geografia e História, que passaram a compor a grade curricular. Estas disciplinas, além de fazerem parte das ciências, exaltavam os sentimentos nacionalistas e cultivavam o amor à pátria e a formação do caráter.

A história e a geografia, embora fizessem parte das ciências, prestavam-se mais a formação do caráter. De fato, a história a ser dada no curso preliminar compreendia narrações sobre o descobrimento do Brasil e os principais acontecimentos históricos do país: Independência, República, e o esboço biográfico de homens ilustres. Uma história fatural e celebrativa cuja finalidade última era cultivar o amor à pátria [...]. Para amar a pátria era preciso conhecer tanto suas glórias e seus heróis, cujas virtudes deveriam servir de exemplo, como as suas grandezas e riquezas naturais. Assim, a geografia foi dada a mesma utilidade prática: conhecer e amar a pátria e no futuro defendê-la. Primeiramente situar a criança no seu espaço imediato, a sala de aula, a casa, o caminho da escola e, sucessivamente, a cidade, o Estado, o país e este em relação aos outros países (SOUZA, 1998, p. 179).

As disciplinas de geografia e história por mais que fizessem parte das ciências tinham em comum as funções que complementavam o trabalho interdisciplinar entre as duas, como a formação do caráter e o ensino do amor e respeito à pátria. O que as diferenciava era que a história compreendia estudar e celebrar os principais acontecimentos históricos fatuais, enquanto que a geografia trabalhava e explorava questões relacionadas ao espaço que as crianças ocupavam, começando gradativamente pela sala de aula até aos outros países.

Além da integração das disciplinas de geografia e história a grade curricular, haviam, segundo Souza (1998), as práticas simbólicas. Dentre estas, podemos destacar o escotismo que se fez presente no interior da Escola Rotary com a criação do Pavilhão Dea Andraus (1960)⁴⁴, e também em outros espaços organizados e mantidos pela Instituição Rotary Club de Ituiutaba como a Associação de Escoteiros e a Guarda Mirim de Ituiutaba, ambos criados em 1961.

⁴⁴ Esse pavilhão recebeu o nome da filha de um dos membros rotarianos que foi brutalmente atropelada. Atualmente, uma das salas de aula da Escola Estadual Rotary Grau leva o nome desta menina em sua homenagem.

[...] Em realidade, as comemorações cívicas, as festas escolares e práticas como o escotismo, o orfeão infantil, o culto ao pavilhão nacional, a entrega do primeiro livro, a distribuição de prêmios e diplomas, entre outras, contribuíram para a disseminação de ideias, valores e representações sociais ligados à constituição da nacionalidade – o respeito aos símbolos nacionais, o sentimento de patriotismo, a legitimação do imaginário sociopolítico, o cultivo da memória nacional – e ao reconhecimento do valor social e cultural da escola (SOUZA, 2008, p. 69).

Destacamos o escotismo⁴⁵ como uma das categorias desenvolvidas no interior da Instituição Rotary Club e conseqüentemente refletida na Escola Rotary, como sendo aquela que tinha por objetivos manter a ideologia patriótica e cívica e, dessa forma, constituir a nacionalidade dos indivíduos. A relação que se estabelece no interior da escola é que o escotismo esteve presente nas atividades de classe relacionadas aos auditórios, quando os estudantes de ambos os sexos realizavam comemorações cívicas e desfiles cívicos. Estava presente também nas atividades de classe relacionadas às excursões quando os estudantes visitavam o Tiro de Guerra do município ou faziam entrevistas a militares aposentados.

Desse modo, o escotismo era visto como um método de ensino extraescolar e tinha como intuito principal, além de zelar pela formação da cidadania e da nação, “[...] levar o jovem a transformar-se em um cidadão, com qualidades morais e éticas, além de ser responsável por suas atitudes, o que inclui o cumprimento de deveres para com o grupo escoteiro e a sociedade em geral [...]” (RABELO; BARRETO, 2013, p. 36).

De acordo com Amarante (1973), a Instituição Rotary Club, na perspectiva do movimento escotista, tem por objetivo zelar pelos ideais de patriotismo e nacionalismo, além disso, apoiar atividades realizadas pelos grupos de escoteiros, guarda mirim e patronato de menores criados nos municípios do interior. Em suas reuniões, tanto no início quanto no final, os membros rotarianos têm o hábito de cultuar o Pavilhão Nacional e cantar o hino nacional, já nas capitais realizam manifestações como os “Altars da Pátria”.

O escotismo surge no Brasil no início do século XX, todavia na Europa e Estados Unidos já existia desde o final do século XIX.

⁴⁵ De acordo com o site nacional e governamental dos escoteiros, o escotismo foi “fundado por Lorde Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, em 1907, é um movimento mundial, educacional, voluntariado, apartidário, sem fins lucrativos. A sua proposta é o desenvolvimento do jovem, por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, baseado na Promessa e na Lei escoteira, e através da prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre, fazer com que o jovem assuma seu próprio crescimento, tornar-se um exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina”. Disponível em: <<http://escoteiros.org.br/escotismo/>>. Acesso em: 26/01/2016.

O Movimento Escoteiro, reconhecidamente um fenômeno social, foi marcado pelo pragmatismo norte-americano e pelas pedagogias ativas do final do século XIX, dentre as quais se pode citar a idealizada por Maria Montessori, cuja base do seu método balizava-se pelo caráter experimental da natureza da criança, enfatizando as atividades sensório-motoras, desenvolvidas por intermédio de exercícios da vida prática. De modo que o Escotismo surgiu em uma época onde o clamor por um novo modelo de Educação era latente, por parte de trabalhadores e grupos sociais elitistas dos Estados Unidos, da Europa e várias outras regiões do planeta (RABELO; BARRETO, 2013, p. 35).

Segundo Rabelo & Barreto (2013), o escotismo foi discutido por Montessori e Pestalozzi, cujo método de ensino era baseado nas ciências experimentais e em exercícios práticos do cotidiano. Concomitantemente, esse modelo de educação não formal surge nos EUA e na Europa quando a sociedade “clamava” por um novo modelo educacional de ensino. No Brasil, o escotismo foi fundado juntamente como o movimento da Escola Nova, que era caracterizada também pelo método intuitivo, do aprender-fazendo, ou seja, aprender pela ação.

Baden-Powell fundador do escotismo organizou o movimento de escoteiros como sendo uma associação voluntária, que ele próprio denominou de “sociedade de ideias”, sendo que “[...] este tipo de associação ou sociedade foi um dos pilares da constituição da democracia norte americana, no que se refere à formação cultural de seu povo, no início dos anos oitocentos [...]” (RABELO; BARRETO, 2013, p. 38).

Para Powell (2000), esse movimento trata-se de:

[...] um jogo para jovens, dirigido por eles mesmos, no qual irmãos mais velhos proporcionam aos mais moços um ambiente sadio e os encorajam à prática das atividades também sadias que auxiliem o desenvolvimento do espírito de cidadania. [...] Sua maior atração reside no contato e estudo da natureza, a vida ao ar livre, os trabalhos manuais em madeira, rústicos e toscos. Ele atua diretamente sobre o indivíduo e não sobre o conjunto. [...] Ele cultiva e eleva tanto o intelecto, como as qualidades puramente físicas e morais (POWELL, 2000, p. 26).

O escotismo, sob a perspectiva de seu fundador Baden-Powell, tratava-se de um movimento educacional formado por jovens do sexo masculino que, em contato com a natureza, realizavam diversos trabalhos manuais e práticos (método de ensino idealizado por Montessori), que têm por objetivos preparar o indivíduo para vida, cultivando a sua intelectualidade e exaltando as suas qualidades físicas e morais de modo a contribuir para a formação da nação e da cidadania.

Segundo Baden-Powell, a primeira ideia com relação ao seu método pedagógico era a de que cabia ao verdadeiro educador à tarefa de encorajar os seus estudantes, indo além de suas próprias forças, para vencer os obstáculos e driblar as dificuldades da vida. Como se fossem “[...] procurar varas bem altas e obrigá-lo a saltar [...]” (SILVA, 2000, p. 27).

Temos que levar gente, não a uma vida cômoda, a uma vida fácil, mas temos que ter a coragem de levá-la a uma vida difícil, a uma vida perigosa, pois só com uma vida difícil, rigorosa e perigosa, dá o homem o melhor de si próprio. É necessário obrigá-lo a saltar obstáculos [...] (SILVA, 2000, p. 26).

Segundo Silva (2000), a pedagogia que Baden-Powell idealizava para os jovens, rapazes e moças, na idade entre 18 e 20 anos, era aquela em que fossem lançadas pelos educadores desafios, tarefas duras e difíceis de serem realizadas que os desafiassem e até os fizessem correr perigo de vida.

Para Baden-Powell, era vergonhoso ver “gente”, ou seja, como ele chamava os jovens de 20 anos, desocupados, vendo a vida passar diante de seus olhos, e ficando “[...] todo o dia sem fazer coisa nenhuma, fraquíssima de carácter, fraquíssima de corpo, esperando que chegue o tempo de jantar para que chegue o tempo de dormir para que chegue o tempo de se levantar” (SILVA, 2000, p. 27). Quando na verdade o que ele queria mesmo,

[...] era pegar nessa gente que há por toda a parte e jogá-la, por exemplo, num navio de pesca. Por que motivo hão de ser só pescadores os pobres, por que motivo só eles obrigados à dura vida dos barcos pesqueiros? Por que hão de ser só eles a apanhar aquele frio [...], o frio das madrugadas terríveis em que chuvas geladas caem sobre os navios e os homens mal podem trabalhar com o material que têm ao seu dispor para levantarem o peixe do mar? E realmente por que só eles? Hão de ter essa vida porque são pobres? Por que hão de tê-la os moços que vivem parados pelas ruas vendo passar gente, por que não hão de ter esse treinamento de barcos de pesca, por que razão não irão ter eles o treinamento dos campos, como as moças o tiveram na Inglaterra durante a guerra, ou o tratamento das minas em substituição daqueles mineiros que, com os pulmões atacados pela silicose, continuam trabalhando no fundo das galerias? Por que não há de trabalhar tanta gente válida que fica inútil na terra com as longas férias escolares e às vezes com férias que não são apenas as que estão no calendário escolar, mas ainda as que se inventam? Por que não hão de trabalhar quando é tanto o tempo livre? (SILVA, 2000, p. 27).

De acordo com Silva (2000), Baden-Powell acreditava que todo mundo deveria passar na vida por algo perigoso, como uma forma de se trabalhar a confiança em si próprio e, principalmente, afrontar todas as dificuldades que houvesse em seu caminho. Por isso que sua

pedagogia era voltada especialmente para os jovens que eram cheios de saúde e disposição para realizar tarefas. Deste modo, um dos ideais da pedagogia de Baden-Powell é a compreensão de que “[...] é a vida aquilo que educa, de que é a vida aquilo que importa [...]” (SILVA, 2000, p. 28). Ou seja, ser ativo, e não passivo diante das tarefas da vida.

[...] O que vale é o participar activo das tarefas da vida e não o passivamente estar sentado numa cadeira aprendendo a ler, a escrever e a contar, sobre problemas que não são reais, trabalhando com factos que são inventados só para o caderninho de problemas, em lugar de se ter diante o grande caderno de problemas da vida cujas soluções demoram, para se encontrar [...]

(SILVA, 2000, p. 28).

Silva (2000) estabelece que, para Baden-Powell, o escotismo foi uma escola de educação pela vida, já que na escola aprendemos pouco e com a vida aprendemos muito. Neste caso, o aprendizado dependeria do indivíduo, em que cada um tomaria sua própria iniciativa, não dando ouvido aos demais. Baden-Powell, ainda de acordo com Silva, tinha a concepção de que a escola sendo vista como educação pela vida deveria ser “[...] na medida do possível substituída pela prática e a prática individual acompanhada pela prática do grupo [...]” (SILVA, 2000, p. 29).

A segunda ideia da proposta pedagógica de Baden-Powell era de que a educação deveria ser dura:

[...] Baden-Powell achava que ensinar meninos de maneira fácil, fazer rir meninos quando aprendem aritmética ou geografia é das coisas mais absurdas que podem existir no mundo. As coisas são difíceis; aquilo que se tem de fazer dá muito trabalho, e então é preciso que o menino, logo desde o princípio, saiba que aquilo que ele tem que aprender é efectivamente trabalhoso e exige aplicação total. Tem de saber que não há outro jeito. Ensinamos línguas, por exemplo, como ensinamos, cinco anos latim, cinco anos de francês, não sei quantos de inglês com o resultado de não sabermos nem latim nem francês nem inglês, porque é exactamente isso que sucede, é coisa que inteiramente tem de se pôr de parte. No fim do ano o aluno possui quanto muito vocabulário que corresponde à aprendizagem de uma ou duas palavras por dia, quando se sabe hoje que se pode aprender cerca de cinquenta, o que dá ao fim de dois ou três meses o vocabulário suficiente para se entender publicações correntes. Além de tudo, o que acontece muitas vezes é que a palavra que se aprendeu num dia se esqueceu no dia seguinte, tais os intervalos de aprendizagem e as matérias diferentes que nela se intercalam. Vamos pelo fácil quando só pelo difícil se pode realmente aprender. Na realidade ninguém aprende coisa nenhuma quando não está em dificuldade. Fixamos as coisas na altura que o perigo está connosco (SILVA, 2000, p. 30-31).

A educação pela dureza exigia do estudante aplicação total, uma vez que o aprendizado, neste sentido, tornava-se trabalhoso e a absorção do conteúdo, qualquer que seja, exigia dificuldade. Isto porque para Baden-Powell ninguém conseguia aprender nada se não existisse dificuldade alguma. É obvio que por meio das dificuldades o estudante se esforçaria mais para aprender, não esquecendo o aprendizado que adquiriu.

Não podemos afirmar por falta de fontes, se no Brasil o método pedagógico instituído por Baden-Powell que ora discutimos se aplicou nos grupos de escoteiros da mesma forma em que foi idealizado por seu fundador. Porém, segundo Souza (2008) a idade para poder participar do escotismo era a partir dos 13 anos, e não 18. No Brasil, apesar do escotismo ter surgido em 1910, de acordo com Souza (2008) os grupos de escoteiros se destacaram nos anos de 1920 e, apesar de ser constituído somente por meninos, há registros da participação de meninas. Cabia a esses grupos desenvolver e participar das seguintes atividades: “[...] comemorações cívicas, desfiles, campanhas de saúde e de erradicação do analfabetismo [...]” (SOUZA, 2008, p. 72).

No município de Ituiutaba a primeira reunião que ocorreu tendo como pauta a criação do Núcleo de Escotismo foi presidida em 09 de julho de 1957.

Aos 9 dias do mês de Julho de 1957, as 21 horas, na sede da sua Secretaria a rua 20 nº 1234 “Edifício Manuel A. Cancelli”, sala 2, reuniu-se o Conselho Diretor, sob a presidência do Comp. David e demais companheiros que assinaram a presente ata. O comp. Presidente expoz aos conselheiros que o primeiro assunto a ser tratado nesta reunião é o da criação do Núcleo de Escotismo em n/ cidade, pedindo sugestões, o convidado Sargento Alfew Ortega, disse-nos ser necessário primeiramente, comunicarmos com a Federação do Escotismo a fim de solicitarmos da mesma p/esclarecimentos necessários para a realização desse intento. Sugeriu-nos ainda o Sargento Ortega, que a idade mínima para ingressar no Escotismo é de 10 anos. Ficando assim encarregado, o comp. Secretário de enviar uma carta à Federação do Escotismo [...] (ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA INSTITUIÇÃO ROTARY CLUB DE ITUIUTABA, 09 DE JULHO DE 1957).

Nesta reunião, apesar de ter ficado decidido a criação do Núcleo de Escotismo, os rotarianos realizaram outras reuniões a fim de decidir o local que seria construído, assim como a quantidade de crianças e jovens que iria atender, e os requisitos para fazer parte do grupo dos escoteiros. Diversas campanhas foram realizadas junto à sociedade local e autoridades do município para arrecadar fundos e concretizar a ação. No jornal “*Folha de Ituiutaba*” a criação do Núcleo de Escotismo virou notícia no município, e os rotarianos

aproveitaram para anunciar a inauguração do Pavilhão Dea Andraus no interior da Escola Rotary.

Figura 18: Reportagem da Campanha de lançamento para a criação da Associação dos Escoteiros e anúncio de Pavilhão na Escola Rotary

FOLHA DE ITUIUTABA

Uma Associação de Escoteiros para Ituiutaba

Rotary Clube local vai encabeçar campanha nesse sentido - Porque não foi aceita uma sugestão deste jornal

Com o fito de despertar em nossos garotos e adolescentes o gosto pelas boas causas, nêles, inculcando a nobreza de sentimentos tão necessária a formação de cidadãos efetivamente úteis à sociedade, o Rotary Clube de Ituiutaba pretende encetar no segundo semestre deste ano uma grande campanha em prol da criação nesta cidade de uma associação de escoteiros.

Para tanto — aflincou-nos o dr. José Feres (Zinho) — conta a prestigiosa instituição com o apoio das autoridades e demais instituições locais, pois, como ocorre por toda a parte, o escotismo só pode trazer benefícios à comunidade, ilicel-

plinando a garotada e concorrendo, de forma amena e eficaz, para a tranqüillidade geral, por isto que a aplicação dos princípios de Baden Powell só tem concorrido para forjar homens de bem.

ESCOLA ROTARY TERA PAVILHÃO "DEA ANDRAUS"

Esclareceu-nos ainda o l lustre rotariano que a sugestão deste jornal para que fosse dado ao parque infantil da praça Getúlio Vargas o nome de "Dea Andraus", a inditosa garotinha atropelada e morta naquele logradouro, foi recebida com o máximo de apreço e simpatia pelo Rotary. Não poudo, porém, ser adotada, porque já havia o parque sido batizado com o nome do fundador do Rotary Clube Internacional, Paul Harris. O nome de Dea Andraus — acrescentou — de acôrdo com a sugestão da Fôlha, será perpetuado de outra forma, também junto a crianças como ela, pois servirá de denominação a um novo pavilhão a ser brevemente erigido na escola que a Instituição construiu e mantém no Bairro Progresso.

Partido Social Progressista

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Diretório Municipal do Partido Social Progressista, secção de Ituiutaba, convida os membros do diretório, inclusive, diretores e membros do Conselho, para uma reunião a realizar-se na sede desta de

CAMIONETAS

VOLKSWAGEN

KOMBI e FURGÃO



o bom senso em transporte médio

- muito mais carga útil
- gastam a metade de gasolina
- carregamento fácil e rápido

REVENDEDOR AUTORIZADO

MOTO ITUIUTABA LTDA.

Rua 28, n.º 801 — Fone: 1396

Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba – Jornal Folha de Ituiutaba 24/junho/1961.

Segundo a reportagem contida no jornal "Folha de Ituiutaba", o Rotary Club, com o objetivo de despertar o sentimento nacionalista por meio da formação dos jovens tornando-os úteis a sociedade, anunciou o lançamento de uma campanha em prol da criação do grupo de

escoteiros do município de Ituiutaba. Concomitantemente, os rotarianos ressaltavam os princípios de Baden-Powell de formar e disciplinar homens de bem para servir a sociedade. No mesmo jornal, o Rotary Club anunciou, ainda, a construção do Pavilhão Dea Andraus na Escola Rotary. Além da criação do Núcleo de Escotismo e a construção do Pavilhão no interior da escola, os rotarianos criaram a Guarda Mirim para dar assistência e auxílio às questões relacionadas ao trânsito no município.

Figura 19: Reportagem da criação da Guarda Mirim de Ituiutaba

Criada a Guarda Mirim de Ituiutaba

Ontem concorrida assembléia geral de sua instalação

De acôrdo com o que anunciamos em nossa última edição, e meconcorrida assembléia geral realizada às 20 horas, na sede da Associação Comercial, foi ontem solenemente instalada a Guarda Mirim de Ituiutaba, iniciativa do Rotary Clube local.

Além de numerosas figuras representativas do nosso meio social, do comércio e da indústria, compareceram à reunião várias autoridades constituídas, inclusive o sr. Prefeito Municipal, o dr. Promotor de Justiça, o dr. Delegado de Polícia. Os trabalhos foram presididos pelo dr. Samir Palls, presidente da Comissão Organizadora que, depois de explicar as finalidades da reunião e os objetivos da criação da Guarda, fez a leitura do projeto de estatutos, por sinal um documento muito bem concebido e perfeitamente acorde com as condições locais. Submetido à apreciação dos presentes fo-

ram os mesmos aprovados com pequenas alterações, apenas na parte de redação.

Acolhendo sugestão do dr. José Fêres (Zinho), os presentes elegeram por aclamação a seguinte diretoria:

Presidente, dr. Samir Palls; vice-presidente: dr. Geraldo Luiz; secretário geral, sr. Humberto Teodoro Gomes; 1.º secretário: Antônio Damião; 2.º secretário Euripedes Alves de Freitas; 1.º tesoureiro: Wesley Santos; 2.º tesoureiro: sr. Joaquim Pires das Neves; procurador: dr. Hélio Benício de Paiva.

São membros natos da entidade, na qualidade de presidentes de honra, o dr. Juiz de Menores, o sr. Prefeito Municipal, o sr. Delegado de Polícia, superintendente da Guarda. São também membros natos do Conselho, cujo presidente eleito foi o Pe-

(Continua na última pág.)

Figura 20: Continuação da reportagem da criação da Guarda Mirim de Ituiutaba

Criada a Guarda...

(Conclusão da 1.ª pág.)

cides Spolidoro, as seguintes pessoas: o vice-Prefeito, o presidente da Câmara e o dr. Promotor de Justiça.

A Guarda Mirim será formada de jovens de 12 a 15 anos, dando-se preferência aos mais fortes, ativos e de boa formação moral e receberão eles instrução adequada ao exercício das funções. Uma comissão de professoras está encarregada de arrebanhar estudantes dos grupos escolares para integrar a referida unidade que, como se percebe, será formada de elementos selecionados, sendo que as inscrições serão abertas tão logo sejam regulamentados seus estatutos, o

que será feito por uma comissão já designada.

Além de auxiliarem o serviço de trânsito os guardas-mirins terão outras atribuições de ordem social e educativa que muito contribuirão para elevar o nível cultural e cívico de nossa cidade.

A Guarda Mirim será mantida por um quadro social e por uma ajuda da Municipalidade, para o que o sr. Prefeito enviará mensagem à Câmara criando uma taxa para esse fim. Receberá ainda ela donativos e subvenções, sendo que os doadores na importância de Cr\$ 25.000,00 serão considerados sócios remidos, de acordo com seus estatutos.

Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba – Jornal Folha de Ituiutaba 18/novembro/1961.

De acordo com a reportagem do jornal “Folha de Ituiutaba”, ocorreu no dia 18 de novembro de 1961 a Assembleia Geral de instalação da Guarda Mirim no município de Ituiutaba, sob a iniciativa do Rotary Club.

A Guarda Mirim, segundo a reportagem, era formada por jovens entre 12 e 15 anos de idade. Os requisitos para fazer parte da guarda eram ser jovens, de preferência “fortes, ativos e de boa formação moral”. Quanto à manutenção financeira da guarda mirim, esta seria mantida pela prefeitura com a doação de donativos e com o valor correspondente a CR\$25.000,00. A criação da guarda mirim tinha por objetivo auxiliar na formação dos jovens para servir a sociedade elevando o seu nível cultural e cívico. O trabalho a ser desempenhado pelos jovens seria no auxílio ao trânsito do município de Ituiutaba.

Assim como as demais categorias moralidade e higienização, o escotismo se fez presente no interior da Instituição Rotary Club refletindo-se na Escola Rotary quando os rotarianos criaram o Pavilhão Dea Andraus para desenvolver atividades extracurriculares.

Na sociedade de um modo geral essa categoria se fez presente fortemente nos anos de 1960, quando o Rotary Club construiu o Núcleo de Escotismo e criou a Guarda Mirim com objetivo principal de formar jovens para servir a sociedade.

SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta terceira seção tivemos por objetivos apresentar, conceituar e discutir os três tipos de categorias mais relevantes presentes na organização e atuação do Rotary Club Internacional que se refletiram nos demais clubes e, em especial, na Instituição Rotary Club de Ituiutaba.

Consequentemente, estas categorias estiveram interiorizadas na Escola Rotary, já que um dos campos de atuação e preocupação dos rotarianos é com a educação. Dentre as categorias que objetivamos discutir teoricamente foram trabalhados com os conceitos de moralidade, higienismo e escotismo.

Iniciamos com uma breve discussão sobre o conceito de maçonaria, porém, pudemos perceber a escassez devido à falta de documentos e trabalhos produzidos sobre essa temática. Optamos, então, por trabalhar somente com as três categorias mencionadas anteriormente.

Com base no novo projeto de sociedade que estava sendo implantado no Brasil e com o projeto de educação idealizado, o Rotary Club defende uma educação de cunho assistencialista voltada “*para os pobres*” (expressão essa utilizada pelos rotarianos), tutelada a partir dos princípios de higiene, moral e patriotismo. A educação, nesta perspectiva, era vista como uma “*alavanca para o progresso*”, ou seja, a educação concebida segundo Rui Barbosa como um “*motor de transformação social*”, de modo que todos os problemas da sociedade seriam resolvidos por intermédio dela. Respectivamente, o Rotary Club percebe a educação como a responsável e “*saneadora de todos os males da nação*”. Por isso o clube, ao se expandir no território brasileiro, implanta escolas, creches e outras instituições de ensino com o intuito de contribuir para o progresso da nação e combater principalmente o analfabetismo.

Esses princípios, que ora denominamos de categorias, promoveram mudanças na composição curricular e nas disciplinas a serem trabalhadas no interior da escola primária e, em particular, na Escola Rotary e na sociedade do município de Ituiutaba nos anos de 1960.

Para o Rotary Club, o conceito de moralidade estava voltado para o controle da ordem social e para a formação do caráter nos indivíduos, principalmente os que representam o clube e levam seu pensamento ao restante dos demais membros da sociedade.

Ao nos remetermos as reflexões de Durkheim (1984), percebemos que a moral é definida como um conjunto de regras e disciplinas a serem seguidas com o objetivo de promover o controle e a regularidade. Nesse sentido, podemos corroborar que o Rotary Club é uma escola moral, porque o seu papel enquanto clube de serviço é moldar seus membros para servir a sociedade conforme prescritos nos documentos da Instituição Rotary Club Internacional, que regem as regras para os demais clubes. Temos como exemplo desta categoria “moralidade” os lemas que são desenvolvidos no interior do clube, que servem para levar suas mensagens à sociedade em benefício das campanhas, e a Prova Quádrupla disseminada entre os membros rotarianos para auto avaliar suas condutas.

A segunda categoria que discutimos nesta seção foi o higienismo, que foi marcado pela construção dos Pelotões de Saúde no Brasil.

Com o processo de industrialização a sociedade que até então era predominantemente agrária passava a ser urbana, devido às necessidades do mercado. Dessa forma, as cidades cresceram desenfreadamente sob condições precárias de infraestrutura, ou seja, não estavam preparadas para receber a demanda significativa de pessoas.

Além disso, o trabalhador deveria se adequar rapidamente às normas da sociedade, caso contrário, seria descartado. Neste momento, o Rotary Club entrava em cena para acolher aos marginalizados pela sociedade como os velhos, as crianças e as pessoas doentes e com problemas mentais.

O Rotary Club tinha por finalidade, nesta perspectiva, promover a assistência por meio da instalação e manutenção de asilos, abrigos e creches. Ao realizar essas ações, o clube afirmava as desigualdades sociais.

A educação diante desta categoria tinha o papel de regenerar a sociedade, pois higienizar o país era uma necessidade social. Pautado nos princípios higienistas, o Rotary Club no início do século XX realizou diversas campanhas mundiais, como o combate à poliomelite. No Brasil, na medida em que o clube se instalava nas cidades, promovia outras campanhas, como a limpeza nas ruas com a implantação de lixeiras.

Em 1920 no Brasil houve a formação dos Pelotões de Saúde no interior das escolas. No município de Ituiutaba, os membros rotarianos tiveram a iniciativa de instalação do pelotão na Escola Rotary em 1965.

Ressaltamos que os Pelotões de Saúde foram implantados por intermédio de inspirações militares e com o objetivo de fiscalizar as condições de higiene no interior das escolas e do país. Além da implantação do Pelotão de Saúde, os rotarianos no município de Ituiutaba instalaram asilos, abrigo para menores como o Patronato de Menores e creches para amparar os mais necessitados que eram excluídos da sociedade. Ressaltamos que ideologicamente, assim como ocorria nas capitais brasileiras, entendemos que essa é uma forma do Rotary Club afirmar as desigualdades sociais existentes, segregando e excluindo essas pessoas.

A terceira categoria que discutimos no interior da Instituição Rotary Club foi o escotismo. Esse movimento foi concebido como uma prática extraescolar idealizada por Baden-Powell no final do século XIX na Inglaterra.

No Brasil, juntamente com as demais categorias pesquisadas, surgiu no início do século XX em comunhão com o movimento da Escola Nova. O escotismo sob a perspectiva de seu fundador, Baden-Powell, tem o intuito de contribuir para a preparação dos indivíduos, inicialmente do sexo masculino, que eram moldados e formados para servir a sociedade.

No município de Ituiutaba, apesar dos membros rotarianos criarem o Núcleo do Escotismo nos anos de 1960, e a Guarda Mirim com o objetivo principal de formar jovens para servir a sociedade, e no interior da Escola Rotary ter sido instalado o “Pavilhão Dea Andraus” para serem desenvolvidas atividades extracurriculares, é o suficiente para a época mencionada afirmarmos que houve uma ligação entre o Rotary Club e o movimento escotismo no município de Ituiutaba. Todavia, sugerimos outras pesquisas sobre esta temática em outro momento, visto que o escotismo, de certa forma, é uma das categorias internas presentes na Instituição Rotary Club.

Ao discutirmos o conceito das três categorias, moralidade, higienismo e escotismo, presentes na atuação e organização do Rotary Club, podemos perceber a forma como elas influenciaram as práticas pedagógicas no interior da Escola Rotary. Além disso, entendemos como moldavam e integravam os indivíduos a sociedade, tanto para servir a Instituição Rotary Club, quanto para ser “adestrado” para enquadrar ao novo projeto de sociedade que havia sido implementado pelos republicanos. Quanto à educação compreendemos que a mesma foi parte de um processo de transformação e não podemos concebê-la e interpretá-la distante do contexto histórico no qual estava inserida.

SEÇÃO IV - AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA ESCOLA ROTARY NOS ANOS DE 1963 A 1969

Reiteramos inicialmente que privilegiamos nesta seção o período de 1963 a 1969 devido à acessibilidade as fontes encontradas na Escola Rotary relacionadas às práticas educativas. Todavia, nesta seção temos como escopo central compreender como a Escola Rotary conseguiu, por intermédio de sua prática educativa, contribuir para a aprendizagem das crianças no município de Ituiutaba, considerando que o país passava por intensas transformações no cenário educacional e, conseqüentemente, essas mudanças influenciaram a prática pedagógica especialmente nos anos de 1960.

Ressaltamos que, no período proposto para a realização desta pesquisa, principalmente os anos de 1960-1971, ocorreram intensas mudanças no cenário educacional brasileiro. Dentre essas mudanças, faz-se mister mencionarmos inicialmente o processo de aprovação da primeira LDBEN 4.024/61 – cuja a tramitação do projeto ocorreu de 1948 a 1961. Nessa LDBEN foi defendida no debate educacional a urgência da democratização do ensino pela necessidade de o Estado oferecer vagas e suprir as demandas de escolarização para enfrentar as mudanças sociais e econômicas que estavam se consolidando em todo o país.

Durante o processo de criação da LDBEN 4.024/61 houve o embate entre diversos grupos e interesses. Dentre eles, o mais evidente foi o confronto existente entre a escola pública versus escola particular, ou seja, dos grupos que defendiam uma escola pública, universal e gratuita, versus aqueles grupos que temiam o monopólio estatal da educação.

Posteriormente ao lançamento do anteprojeto, ou melhor, explicitando do Substitutivo Lacerda, houve uma intensa mobilização dos defensores da escola pública, e desta mobilização nasceu o Manifesto dos Educadores de 1959: mais uma vez convocados. Esse novo manifesto contou com a participação de 189 educadores e exigia que a educação fosse pública, laica, obrigatória e gratuita.

O Brasil passava a ser governado de 1956 a 1961 por Juscelino Kubitschek (JK). Sua administração ficou marcada nacionalmente por ter sido o governo que impulsionou a industrialização, levou o desenvolvimento para o interior do país com a construção de Brasília e promoveu a integração nacional. Porém, o plano de metas implantado por JK não contemplou a educação, esse setor foi priorizado com somente 3,4% dos investimentos e tinha como foco a formação técnica e profissional.

Posteriormente a este período ocorreu no país a Ditadura Civil Militar, iniciada em 1964, que trouxe algumas iniciativas voltadas para o setor educacional. Em meio às ações propostas pelo governo estava incluída a modernização das Universidades com a implantação da Lei 5.540/68 que visava, além de modificar a estrutura interna e reduzir os custos nas universidades, “[...] a) a departamentalização; b) a matrícula por disciplina; c) o curso básico; d) a institucionalização da pós-graduação” (RIBEIRO, 2005, p. 193). Além disso, visava a implantação da reforma do ensino nos 1º e 2º Graus – Lei 5.692/71 – que tinha por objetivos introduzir as seguintes mudanças:

[...] ampliar a obrigatoriedade escolar para oito anos, com a fusão dos antigos cursos primário e ginásio, ou seja, instituiu-se a obrigatoriedade escolar para a faixa etária entre 7 aos 14 anos, eliminando-se assim o excludente exame de admissão ao ginásio. Ampliar a escolaridade, antiga demanda de educadores brasileiros, exigiria uma mudança estrutural na educação elementar, uma vez que a expansão do ensino decorrente requereria um grau de elasticidade e capacidade de adaptação a realidade inexistentes nos antigos cursos primário e ginásio [...] (SHIROMA, 2000, p. 38-39).

Com a aprovação da Lei 5.692/71 foi contemplada a extensão da escolaridade priorizando a educação elementar com a junção do antigo ensino primário e ensino ginásio. Essa extensão do ensino passou para oito anos, ampliando a obrigatoriedade escolar. Concordando com Saviani (2009) consideramos que “o golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional efetivada mediante mudanças na legislação do ensino” (SAVIANI, 2009, p. 147).

Emergiu, também nesse período, o tecnicismo no sistema de ensino vindo dos acordos de cooperação instituídos entre o Brasil e os Estados Unidos, os denominados Acordos MEC – USAID⁴⁶ (*United States Agency for International Development*), ou seja, Agência dos

⁴⁶ “O aspecto mais relevante desses acordos consiste no fato de todos eles se valerem da crise existente no sistema educacional como pretexto para “justificar” a necessidade de cooperação. Na verdade, a crise, em si, não era a condição básica para esses programas de cooperação, mas sim, segundo o que podemos perceber, a necessidade de se anteciparem projetos de reformas que “preparassem” o sistema educacional para contribuir ou atuar mais eficazmente, na fase de retomada da expansão, já então prevista pelo setor externo, dadas as condições de viabilidade criadas pelo setor interno. A crise seria de justificativa de intervenção, mas não passava de um pretexto para assegurar ao setor externo oportunidade para propor uma organização do ensino capaz de antecipar-se, refletindo-a, à fase posterior do desenvolvimento econômico. O momento era propício para essa intervenção, porque estavam asseguradas as pré-condições políticas e econômicas da retomada da expansão e havia, para tanto, uma condição objetiva justificando-a” (ROMANELLI, 1978, p. 209).

Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e a Aliança para o Progresso⁴⁷, que se tratava de acordos que expunha a submissão do país aos ditames norte-americanos por meio da cooperação de programas para o desenvolvimento da educação brasileira. Esses acordos tinham como objetivo implantar no âmbito educacional um método de ensino aprendizagem que visasse a formação de mão de obra em um curto espaço de tempo e que, concomitantemente, atendessem aos anseios do governo. Com esses acordos estabelecidos entre o Brasil e os EUA, o país receberia assistência técnica e cooperação financeira para a implantação de reformas educacionais que eram puramente tecnicistas.

Por meio das discussões históricas já levantadas nas seções anteriores, buscamos responder nesta seção as seguintes indagações: quais as concepções educacionais desenvolvidas no interior da Escola Rotary? Como era concebido e organizado o ensino e a distribuição de turmas durante o regime militar? Quais práticas educativas foram desenvolvidas nessa escola? Quais eram os conteúdos curriculares trabalhados? Quais eram os materiais pedagógicos utilizados? O que era o Pelotão de saúde? O que era o Clube de leitura? Quais eram as finalidades das festas escolares?

Quando buscamos analisar as consequências e influências do período histórico em questão, visto que o país passava especialmente pela Ditadura Militar, possibilitamos compreender como a orientação dos valores que impulsionavam principalmente a qualidade metodológica da educação foram impactados e repercutidos no interior da Escola Rotary por meio das concepções pedagógicas, dos métodos de ensino e das práticas educativas que estavam vinculados à política educacional existente.

A seguir apresentamos a forma como era organizado o trabalho pedagógico e as práticas educativas na Escola Rotary ilustradas pelas atividades de classes que foram utilizadas pelas professoras conforme a delimitação temporal selecionada para a realização desta pesquisa. Para tanto, as fontes consultadas foram: Atas de reuniões de diretoras e professoras; Atas de livros de

⁴⁷ “A Aliança para o Progresso surgiu no contexto da Guerra Fria, quando a ameaça comunista presumidamente ameaçava o Terceiro Mundo e, especialmente a América Latina. Significou uma mudança paradigmática na política externa americana para a região. Kennedy atribuiu mais importância às relações continentais do que qualquer outro presidente americano e mesmo com as correções de rumo mais conservadoras tomadas por Johnson, o nível de ajuda continuou alto até 1969. Contudo, houve significativa contradição entre os interesses da segurança nacional norte-americana, refletida na luta anticomunista e os objetivos políticos democráticos e esforços econômicos de longo prazo. O Brasil e os descompassos observados em torno da questão nordestina, o choque da USAID com a SUDENE, são bom exemplos desta questão. De uma forma geral, o papel político do programa no Brasil pré-64 não foi positivo e ajudou a desestabilizar o governo estabelecido. Por outro lado, foi uma tentativa audaciosa de modernizar e construir um capitalismo liberal na América Latina, construindo algo à imagem e semelhança dos EUA. Tentativa frustrada por certo, mas que teve a sua importância material. No Brasil pós-1964, a ajuda teve um impacto significativo na política econômica, permitindo uma razoável margem de manobra especialmente entre 1964 e 1967” (RIBEIRO, 2006, p. 172).

biblioteca; Atas de reuniões do Clube de leitura; Atas de reuniões do Pelotão de saúde; Cadernos de Boletim de frequência diária e Resumo mensal – Diários de classe; Livros de promoção e Livros de termo de visita de Inspetoras; além de fontes iconográficas e Revistas Pedagógicas e do Ensino.

4.1 A organização do espaço escolar nas entrelinhas das fontes escolares

Nos *Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal*, também denominado de *Diário de classe*, dos anos de 1960, analisamos os registros das atividades realizadas pelas professoras da escola relacionadas à “hora de histórias”, ao “clube de leitura”, aos “auditórios”, às “excursões”, às “comemorações cívicas” e ao “pelotão de saúde”, além da forma como era organizado o espaço escolar. Nestes diários eram registradas as frequências diárias e as atividades de classe que as professoras organizavam e desenvolviam juntamente com os seus educandos.

Em uma reunião realizada na Escola Rotary em 04 de março de 1967 foi lavrada na “Ata de Reuniões de Diretôras e Professôras” as exigências para preenchimento dos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe. Segundo o registro da ata, as professoras deveriam realizar a chamada diariamente no caderno de frequência diária, que não podia apresentar rasuras e cuja escrita tinha uma ordem a ser seguida. Além disso, nestes cadernos deveria haver todo o acompanhamento e o resultado das atividades em classe realizadas que eram prescritos pelas professoras.

A chamada deverá ser feita diariamente e o livro deixado no grupo. Só será permitido levá-lo no último dia de cada mês, para fechar o ponto. Deverá ser feito com cuidado para não ter rasuras e não se esquecer de colocar as atividades: a hora da história, 4 por mês; auditórios, poesias, excursão, clube de leituras, pelotão de saúde e hora cívica, de 2 a 3. Observar rigorosamente a ordem que deverá ser feita a escrita: 1 – Alunos matriculados. 2 – Alunos frequentes. 3 – Frequência média. 4 – Porcentagem de frequência. 5 – Total dos comparecimentos. 6 – Alunos com média. 7 – Faltas. 8 – Alunos transferidos. 9 – Alunos admitidos. O nome do aluno deverá ser completo e por extenso (LIVROS ATAS DE REUNIÕES DE DIRETÔRA E PROFESSÔRAS – 04/MARÇO/1967).

Foram localizados três Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe – com os seguintes anos: o primeiro diário de classe referente aos anos de 1963, 1964 e 1965; o segundo diário de classe trata-se dos anos de 1965, 1966 e 1967 e o

terceiro diário de classe refere-se aos anos de 1968 e 1969. Em todos os diários de classe da primeira a quarta série encontramos registros das diversas atividades de classe que eram realizadas. Salientamos que a quarta série passou a existir na Escola Rotary a partir de 1964.

Ao analisarmos estes Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal dos anos podemos observar que a partir de 1965, com a Ditadura Militar, as atividades de classe passaram a ocorrer com maior intensidade e as turmas da primeira a quarta série aumentaram significativamente, tanto em quantidade de estudantes, em salas de aulas, como em quadro docente na Escola Rotary. Com base nisso a lei referente ao Código do Ensino Primário de 1962 expressava em seu “Capítulo III – Da obrigatoriedade escolar” que:

Art. 97 - O ensino primário elementar é obrigatório e gratuito para todos os menores em idade escolar.

Parágrafo único - Eximem da obrigatoriedade:

I - a falta de escola pública num círculo de raio de 3 (três) quilômetros;

II - incapacidade física ou mental comprovada por meio idôneo.

Art. 98 - A responsabilidade pela matrícula e frequência recairá sobre os pais ou quem os substitua, em relação aos menores que tiverem sob sua autoridade ou guarda, e sobre os empregadores, em relação aos empregados.

Art. 99 - As empresas industriais, comerciais e agrícolas que tenham a seu serviço mais de 100 (cem) pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e respectivas famílias.

Art. 100 - A todo cidadão incumbe o dever de levar ao conhecimento das autoridades competentes a existência de menores em idade escolar que não estejam recebendo ou não tenham recebido o ensino primário (MINAS GERAIS, 1962).

Apesar de na lei estar prescrito que o ensino era obrigatório e gratuito para todos os menores em idade escolar, sabemos que segundo a discussão estabelecida na segunda seção, muitas crianças ainda se encontravam fora das escolas, devido à omissão do Estado para com a educação pública. O aumento da quantidade de matrículas não somente na Escola Rotary, mas em âmbito nacional foi consequência da lei – LDBEN 4.024/61.

A Escola Rotary funcionava em dois turnos, sendo no matutino das 07h00min às 11h30min e no vespertino das 12h00min às 16h30min.

Tabela 10: Quantidade de turmas e professoras nos anos de 1960 na Escola Rotary

Séries	Quantidade de turmas						
	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
1 ^a	4	4	6	7	7	8	7
2 ^a	1	1	1	3	3	4	4
3 ^a	1	1	1	1	1	3	3
4 ^a	0	1	1	1	1	1	2
Total de Professoras	6	7	9	12	12	16	16

Fonte: Caderno de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diário de classe (1963/1969) – Escola Estadual Rotary de 1º Grau.

Segundo o levantamento realizado na tabela acima podemos observar que a primeira série, até 1969, foi a que mais aumentou a quantidade de estudantes ingressantes e respectivamente o quadro de professoras e salas de aulas na escola, chegando em 1968 a possuir ao todo oito turmas. Posteriormente a segunda, a terceira e a quarta séries nos anos de 1966 a 1968 também aumentaram o seu quadro de estudantes, professoras e salas de aulas. De um modo geral, em 1963, a Escola Rotary possuía somente seis salas de aula da primeira a terceira série. Em 1964 foi incluída a quarta série, e a partir disso, até 1969, esse quadro quantitativo foi ampliando-se, quando a escola passou a possuir dezesseis salas de aula com 556 estudantes. Além disso, as salas de aula, conforme os registros contidos nos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe – eram compostos de turmas cheias com aproximadamente até 54 estudantes, sendo que a maioria destes educandos era assíduo às aulas, devido à política de obrigatoriedade no ensino.

Podemos observar na tabela seguinte que a quantidade de estudantes na Escola Rotary de 1963 a 1969 aumentou gradativamente, principalmente nas turmas do primeiro ano, ou seja, os estudantes que ingressavam na escola. As quartas série eram turmas menores devido à repetência dos estudantes por não alcançar os níveis de desenvolvimento exigidos pela Secretaria de Educação.

Tabela 11: Quantidade de estudantes de 1ª a 4ª série nos anos de 1960 na Escola Rotary

Séries	Quantidade de estudantes por série						
	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
1ª	151	169	228	272	287	288	229
2ª	36	50	46	103	109	133	132
3ª	32	25	27	31	46	100	91
4ª	-	16	26	25	32	35	76
Total de estudantes	219	260	327	431	474	556	528

Fonte: Caderno de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diário de classe (1963/1969) – Escola Estadual Rotary de 1º Grau.

Apesar de no início do ano de 1969 a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, sob a Portaria nº. 139/68, ter estipulado que, no curso primário, a quantidade máxima de estudantes por classe seria de quarenta estudantes, pudemos constatar diversas contradições no que estava previsto na Lei, uma vez que muitas turmas tinham bem mais do que essa quantidade permitida. Com base nisso, temos como exemplo e destacamos uma turma da 2ª série, em 1964 e outra da 1ª série, no ano de 1967, que tinha cinquenta estudantes matriculados e assíduos, conforme a tabela 11. As orientações da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais publicadas no Diário Oficial no início do ano de 1969, o jornal “*Minas Gerais*” afirmavam que:

2.1 A lotação das classes do curso primário será de 40 (quarenta) alunos e só poderá ser reduzida nos seguintes casos: a) quando a área da sala não comportar este número; b) em se tratando de classes preliminares, cuja lotação máxima será de 30 (trinta) alunos e mínima de 25 (vinte e cinco). Nos Grupos Escolares e Escolas Reunidas, observar-se-á o seguinte critério para a formação de classes, em cada série, quando o número de alunos de uma série, dividido por 40 (quarenta) for sobra superior a 5 (cinco), para cada classe, poderá ser organizada mais uma classe (MINAS GERAIS, 1969, s/p.).

De acordo com a Lei nº 2.610 de 8 de janeiro de 1962 do Código do Ensino Primário em Minas Gerais, a justificativa a respeito da assiduidade dos estudantes se deve à exigência contida no “Capítulo III Da Obrigatoriedade Escolar”, principalmente com relação ao Art. 101. Segundo este capítulo, os pais ou responsáveis pelos estudantes menores de idade que infringissem a lei eram penalizados, principalmente se não arcassem com a obrigatoriedade de frequência, mantendo-os fora da escola no período das aulas.

Art. 101 – Os pais ou responsáveis pelos menores de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos, que infringirem os preceitos da obrigatoriedade escolar, estarão sujeitos às penas da lei.

§1º - A falta de frequência escolar por 3 (três) dias consecutivos será comunicada ao pai ou responsável, para que a justifique.

§2º - Serão conduzidos à presença da autoridade escolar os menores de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos, que forem encontrados vadiando durante as horas de aulas (MINAS GERAIS, 1962).

O ensino primário apresentava deficiências, como o mau planejamento e/ou remanejamento com relação à quantidade de vagas distribuídas e a falta de escolas para dar assistência necessária ao número de educandos que estavam entrando no processo de escolarização, visto que as matrículas no curso primário haviam aumentado significativamente. Os espaços físicos das escolas e as condições precárias das adaptações inadequadas dos prédios faziam parte de outros tipos de deficiências apresentadas por essas instituições de ensino.

[...] Como não houve um planejamento para atender esta procura (os responsáveis pela educação foram, até certo ponto, “apanhados de surpresa” pelos acontecimentos) registrou-se uma verdadeira crise no ensino primário, por exemplo, com a falta de vagas para tôdas as crianças que buscaram a escola e com as adaptações apressadas feitas para receber os contingentes de alunos, cada vez mais numerosos. Improvisaram-se professores, sobrecarregaram-se classes e introduziu-se na escola primária uma “inovação” capaz de “reproduzir” os precários prédios escolares e que foi a multiplicação dos turnos diários e conseqüentemente redução do período escolar [...] (WEREBE, 1960, p. 375).

Além do aumento das matrículas no curso primário, tendo em vista o crescimento populacional devido ao processo de urbanização e industrialização, salientamos, segundo Werebe (1960), que a população passou a conscientizar-se em relação à importância da educação, a ponto que houve uma procura maior de escolas primárias, já que os responsáveis que não cumprissem eram penalizados, como já mencionamos anteriormente:

[...] A matrícula no curso primário aumentou muito, em números absolutos, não, porém, o suficiente para cobrir as deficiências existentes. De um lado, o crescimento demográfico tem se processado em ritmo vertiginoso e, de outro, a urbanização e a industrialização vem se acelerando nos últimos anos principalmente em algumas regiões do país, criando-se assim necessidades e exigências cada vez maiores em relação à educação de base (WEREBE, 1960, p. 374-375).

De acordo com o Caderno de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe, observamos que as salas de aulas eram organizadas conforme os padrões estabelecidos para se alcançar determinada homogeneidade⁴⁸ dos estudantes. As professoras das séries estipulavam, neste aspecto, os tipos de classificação de cada um⁴⁹. Concordamos com Veiga quando afirma que “[...] cabe refletir sobre as consequências das homogeneizações escolares e em que medida esse processo produziu segregações quanto a classe social, origem étnico-racial e gênero [...]” (VEIGA, 2007, p. 276). Quanto à enturmação nas séries, era especificado o tipo de agrupamento que ocorria, desde o início da escolarização, aos que ingressavam no curso primário até aos que encerravam a quarta série. Todas as turmas do curso primário eram agrupadas em A, B ou C após o período preparatório de ingresso e apresentavam suas classificações. A partir da segunda série, era considerado fator de peso o estudante ter alcançado pontuação entre 0 e 10, com média igual ou superior a 7,5.

An – Os alunos novatos em cada uma das séries com marca escolar normal;
 Bn – Os alunos novatos, em cada uma das séries, com uma repetência, isto é, com um ano de atraso na marcha escolar; Cn – Os alunos novatos, em cada uma das séries, com dois ou mais anos de atraso na marcha escolar; Br – Alunos repetentes, em cada uma das séries com apenas um ano de atraso na marcha escolar; Cr – Alunos repetentes em cada uma das séries com dois ou mais anos de atrasos na marcha escolar (MINAS GERAIS, 1969, s/p).

Depois de realizado o agrupamento por denominações de “A” a “C” as séries escolares eram subdenominadas como repetente “R” ou novata “N”, e quanto a níveis de “1” a “3”, que determinavam um controle minucioso das perspectivas formadas em torno do que cada estudante poderia alcançar.

⁴⁸ “[...] Relação entre coisas que pertencem ao mesmo gênero (p. ex, branco e preto), ou que têm a mesma composição (p. ex, as partes de um objeto composto do mesmo material), ou têm entre si partes semelhantes, que se correspondem termo a termo (p. ex, dois relógios construídos da mesma maneira). Spencer usou esse termo no sentido de não diferenciação e definiu a evolução como passagem do homogêneo para o heterogêneo, ou seja, do que não é diferenciado para o que é diferenciado em partes entre si diferentes [...]” (ABBAGNANO, 2007, p. 516). Durkheim defende que “[...] a educação perpetua e reforça tal homogeneidade, fixando antecipadamente na alma da criança as similitudes essenciais que a vida colectiva pressupõe. [...] a educação assegura a persistência dessa diversidade necessária, ao diversificar-se a si mesma e ao especializar-se. Ela consiste, pois, em qualquer destes dois aspectos, numa socialização metódica da nova geração. Em cada um de nós, poder-se-á dizer que existem dois setores que, para se manterem inseparáveis que não por abstracção, não deixam de ser distinto. Um, é constituído por todos os estados mentais que só a nós próprios dizem respeito, bem como aos acontecimentos relacionados com a nossa vida pessoal; é aquilo a que poderíamos chamar ‘o ser individual’. O outro é um sistema de ideias, de sentimentos e de hábitos que em nós exprimem, não a nossa personalidade, mas sim o grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte; estão neste caso as crenças religiosas, os credos e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões colectivas de qualquer espécie. O seu conjunto forma o ser social. Constituir esse ser em cada um de nós, eis a finalidade da educação” (DURKHEIM, 1984, p. 69-70).

⁴⁹ O estudante poderia ser classificado como An, Bn, Cn, Br ou Cr.

Podemos refletir e relacionar a forma de enturmação e agrupamento dos estudantes na escola quando Foucault (2008) apresenta o exemplo de como eram organizadas as classes nos colégios dos jesuítas⁵⁰, determinando que esse tipo de disciplina perpassasse em primeira instância da distribuição dos indivíduos no espaço enclausurado em um determinado local e submetido a regras impostas pelo espaço escolar. Segundo o autor, foi principalmente a partir de 1762 que as classes escolares tornaram-se homogêneas e os estudantes passaram a ser distribuídos em fileiras, como uma forma de separa-los e reparti-los individualmente na ordem escolar. Além disso, os estudantes ainda eram separados uns dos outros de acordo com o conteúdo que era ensinado, a idade, o desempenho escolar e o comportamento.

[...] A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideias, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores e dos méritos. Movimento perpétuo onde os indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados (FOUCAULT, 2008, p. 125-126).

Para Foucault (2008), a disposição dos estudantes no espaço serial tratou-se de uma das grandes transformações no ensino elementar, uma vez que tornou possível o controle individual do educando em função do trabalho simultâneo de todos, economizando o tempo de aprendizagem de cada um. Ou seja, “[...] fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 126).

⁵⁰ “[...] as classes, que podiam ter até duzentos ou trezentos alunos, eram divididas em grupos de dez, cada um desses grupos, com seu decurião, era colocado em um campo, o romano ou o cartaginês; a cada decúria correspondia uma decúria adversa. A forma geral era a da guerra e da rivalidade; o trabalho, o aprendizado, a classificação eram feitos sob a forma de justa, pela defrontação dos dois exércitos; a participação de cada aluno entrava nesse duelo geral; ele assegurava, por seu lado, a vitória ou as derrotas de um campo; e os alunos determinavam um lugar que correspondia à função de cada um e a seu valor de combatente no grupo unitário de sua decúria. Podemos notar aliás que essa comédia romana permitia associar aos exercícios binários da rivalidade uma disposição inspirada na legião, com suas fileiras, hierarquia e vigilância piramidal [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 125).

Com relação ao processo avaliativo, os educandos, além de se submeterem às referidas classificações e exclusões, tinham que pagar para realizar as provas e os testes que ocorriam em período trimestral na própria escola, assim como pelos boletins. O professor regente de sala era quem elaborava e aplicava essas avaliações (a inspetora realizava a fiscalização antes, para averiguar se as provas e testes estavam de acordo com o conteúdo desenvolvidos pelas professoras em sala de aula) e a correção dos testes deveria ser realizada dentro do próprio estabelecimento escolar.

Em reunião ocorrida em 13 de junho de 1964 foi lavrada em ata uma das seguintes normas: “Para pagamento dos testes, deverá ser recolhida a importância de (Cr\$ 100,00) cem cruzeiros, dos alunos da segunda, terceira e quarta série” (LIVROS ATAS DE REUNIÕES DE DIRETÔRA E PROFESSÔRAS – 13/JUNHO/1964).

Dos estudantes da primeira série não eram cobradas essas avaliações, pois eles já pagavam essa quantia em dinheiro quando ingressava na escola, no momento da matrícula, para poder passar por um teste denominado *Ale* – Aritmética, Leitura e Escrita.

Segundo a *Revista de Ensino* de 1961, os estudantes, ao entrarem na primeira série do curso primário realizavam o teste *Ale*, que indicava se ele estava apto ou não para iniciar o processo de escolarização na mesma classe que os outros educandos. Para a Secretaria de Educação de Minas Gerais, estar apto significava o mesmo que ter maturidade⁵¹ para dominar os conteúdos relativos à aquisição da aritmética, leitura e escrita. Caso o contrário, se o estudante não estivesse preparado ou não apto, era classificado juntamente com outros como ele em uma classe à parte.

O pouco rendimento escolar de grande parte dos alunos da 1ª série primária nos leva a concluir que uma elevada percentagem das crianças, por ocasião de seu ingresso na escola, não tem maturidade para a aprendizagem aritmética, leitura e escrita. Impõe-se medir a maturidade dos novatos da 1ª série a fim de evitar que as crianças imaturas sejam iniciadas em processos e técnicas que ainda não são capazes de adquirir e alertar para a necessidade de receberem um tratamento especial (OLIVEIRA, 1961, p. 111).

⁵¹ Oliveira define o que era nos anos prescritos ter maturidade: “Maturidade é prontidão. Nas crianças que ingressam a escola primária, a maturidade para a aprendizagem, se revela pela adaptação social e um normal desenvolvimento mental e fisiológico, o que, em última análise, envolve: determinado nível de atenção, observação, capacidade de concentração, raciocínio, lógica, memória e habilidade de ver, ouvir e coordenar os movimentos das mãos, braços e ombros. Diz-se que uma criança é imatura para a aprendizagem da aritmética, leitura e escrita quando demonstra fatigabilidade e instabilidade excessivas, pouca memória, incapacidade de concentração, da atenção, visão e audição defeituosas e pouco desenvolvimento fisiológico do sistema muscular” (OLIVEIRA, 1961, p.111-112).

Podemos observar, diante destas informações, que o sistema de ensino era quem, praticamente, determinava o sucesso ou o fracasso escolar de cada educando, e determinava também o grau de conhecimento dos educandos considerando os aptos ou não-aptos, maduros ou imaturos. Isso não é originário dos anos de 1960, conforme estamos analisando, mas bem antes desse período. Arroyo (1992) explicita que há tempos nós carregamos “o peso da cultura escolar” em que,

[...] A própria instituição escolar é um produto histórico, cultural e age e interage numa trama de complexos processos socioculturais. A escola é uma organização socialmente constituída e reconstruída. Têm uma dinâmica cultural. Frente à ênfase nas imagens racionais, mecânicas, determinantes, entrada-processo-saída-produto, as imagens de cores sociocultural teriam maior poder de compreensão e explicação dos resultados escolares [...] (ARROYO, 1992, p. 48).

A escola, por se tratar de uma instituição que foi, segundo Arroyo (1992), constituída e reconstruída, não se solidificou em uma organização que de fato atendesse as necessidades, as expectativas e os anseios da população, principalmente das camadas populares. Ao contrário disso, a própria forma como a escola está organizada, o seu tempo e espaço são excludentes, ora por meio da seriação, ora por meio dos recortes temporais, disciplinares e de mecanismos de avaliação que impossibilitam a progressão e desenvolvimento dos educandos.

O sistema escolar produziu e continua reproduzindo suas disciplinas, sua seriação, suas grades; e se limita a ensinar suas próprias produções e a aprovar ou reprovar a partir de critérios de precedência que ele mesmo definiu como mínimos para transitar no seu próprio curso, percurso-escolar (ARROYO, 1992, p. 49-50).

O sucesso e o fracasso escolar são produzidos, nesta perspectiva, pelo sistema de ensino que não cessa seus mecanismos principalmente de avaliação e segregação, e consequentemente não contribui para que o filho das camadas populares alcance o progresso escolar. Diante desse sistema, o estudante é classificado, rotulado como repetente e, por fim, excluído. Arroyo nos faz refletir que “[...] a década de sessenta representou um momento político particularmente sensível às desigual oportunidades sócio-culturais da infância pobre e das minorias [...]” (ARROYO, 1992, p. 47). Em outra passagem, afirma:

A consciência do direito à educação básica universal avançou, porém não conseguimos que a escola e estruturasse para garantir esse direito, ela

continua como instituição seletiva e excludente. A escola enquanto instituição – não enquanto boas vontades de seus mestres – mantém a mesma ossatura rígida e excludente já faz um século. Continua aquela estrutura piramidal, preocupada apenas com o domínio seriado e disciplinar de um conjunto de habilidades e saberes. A ultrapassagem de domínios preestabelecidos em cada disciplina e em cada série é pré-condição para a manutenção ou a perda irrecuperável do direito a uma experiência sócio-cultural formadora (ARROYO, 1992, p. 46-47).

Além do educando ser segregado e excluído por não ter atingido determinado nível de aprendizagem desejado pelo sistema de ensino, logo que entrava na escola em qualquer série escolar passava, juntamente com sua família ou o responsável legal, por uma avaliação socioeconômica.

Nos Livros de promoção⁵² referidos aos mesmos anos dos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe – de 1963 a 1969 encontramos registros de como os estudantes eram classificados quanto à posição social e econômica de suas famílias. Os educandos eram, assim, classificados em 1º, 2º, 3º, 4º ou 5º grupo social. Segundo esta publicação do Diário Oficial, o jornal “*Minas Gerais*”, datada em 31 de maio de 1968 e enviada a Escola Rotary por meio da Secretaria de Educação de Minas Gerais, caberia a cada professor registrar nos Livros de promoção, além da série em que ficaria responsável e a quantidade de estudantes por sala, a classificação social e econômica de cada educando por meio da profissão dos pais ou responsáveis.

a) – 1º Grupo Social – crianças cujos pais ocupam, na sociedade, posição social e econômica de acentuado relevo. Estão incluídos nesse grupo os que exercem profissões liberais ou os que não tendo cursado escolas superiores podem, pela fortuna e aptidões acima da média, proporcionar à família bem estar material de 1ª categoria. Estão incluídos neste quadro dentre outros os filhos de médicos, engenheiros, dentistas, advogados, professores catedráticos, Secretários de Estados, Governadores, Deputados, banqueiros, grandes fazendeiros, chefes de Departamentos de Serviço, grandes comerciantes, diretores e militares graduados, etc. b) – 2º Grupo Social – crianças cujos pais estão em condições de proporcionar a família certo bem estar material. Colocar neste grupo os filhos de funcionários, de chefes de Seção, de professores, etc. São excetuados desse grupo os filhos de funcionários, tais como auxiliares datilógrafos, porteiros, serventes, etc., que estão incluídos no 3º grupo. São ainda incluídos nesse grupo os filhos de comerciantes (com exclusão dos que podem ser considerados homens de

⁵² Nos Livros de promoção encontram-se registradas as mesmas informações dos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe. Porém, a única diferença é que neste livro há minuciosamente descrito a quantidade de estudantes por sala e a classificação de cada um quanto à posição social e econômica de suas famílias.

fortuna que passam a pertencer à 1ª categoria) e dos pequenos comerciantes que passam a 3ª categoria. c) – 3º Grupo Social – filhos de pais que exercem profissões que lhes rendem salários modestos (mínimos ou pouco menos, ou pouco acima do mínimo) porém constante, como barbeiro, costureira, carpinteiro (desde que não necessitem da assistência da caixa escolar) neste último caso inclui-los no 4º grupo. d) – 4º Grupo Social – crianças que necessitam da assistência da Caixa Escolar – filhos de varredores, carregadores, capinadores, carroceiros, cozinheiros, etc. e) – 5º Grupo Social – filhos de indigente ou de operários com salários modestos e com famílias numerosas (MINAS GERAIS, 1968, s/p).

Na Escola Rotary, assim como nas demais escolas, pois afinal essas fichas de classificação da profissão dos pais dos estudantes era uma exigência da Secretaria de Educação, os estudantes faziam parte dos 3º, 4º e 5º grupos sociais, sendo em sua maioria filhos de trabalhadores. Essas análises nos levam a entender que no momento de realização da matrícula o estudante já era classificado segundo a profissão dos seus pais e que, de certa forma, já era selecionado assim que entrava na escola, passando posteriormente ao teste de *Ale*. Após o teste, restava somente ser estabelecer a tipificação de sua turma na busca pela homogeneidade.

Em pesquisa e análise aos documentos da Escola Rotary descritos no ato de criação do Decreto nº 9.703 de 06/04/1966 foram constatados em sua caracterização geral que

[...] atende alunos procedentes do próprio bairro, de bairros adjacentes, cidades vizinhas, zona rural [...]. A condição sócia econômica das famílias é de classe baixa, que residem em casas humildes próprias ou de aluguel. Tendo de 2 a 5 filhos, sendo que muitos alunos são filhos de mães solteiras ou pais separados e 40% vivem com outros parentes. Muitos pais são analfabetos, outros nem concluíram o 1º grau e pouquíssimos possuem o 2º grau completo (ARQUIVOS DA ESCOLA ESTADUAL ROTARY, 1966, s/p).

Com o Decreto nº 9.703, ao se caracterizar a escola entende-se que a mesma atendia estudantes que residiam no próprio bairro da escola, porém a maioria dos estudantes vinha das cidades vizinhas e da zona rural⁵³. O quadro econômico referente a essas famílias constatou que era, em geral, de baixa renda, que não tinham um controle de natalidade estipulado e com a maioria dos pais separados, sendo comum, neste caso, crianças serem criadas por outros

⁵³ Souza (2010) estabelece que neste período havia uma significativa quantidade de pessoas que se deslocavam do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida (saúde, moradia e educação), além da perspectiva da empregabilidade no comércio ou em outros serviços públicos que também se expandiam com velocidade.

Neste Caderno de boletim de frequência diária e resumo mensal do mês de setembro de 1969, podemos observar a quantidade de turmas e estudantes (sendo realizada a descrição e separação por gêneros) juntamente com o nome das professoras regentes e a turma que cada uma ficaria responsável. Vislumbramos ainda as dezesseis classes da primeira a quarta série com os tipos de agrupamentos das turmas e as subdenominações e níveis de cada uma.

Ressaltamos que na primeira série o tipo de agrupamento referido a PL – significava classes preliminares – que era destinada aos estudantes que necessitavam de um programa contendo atividades diferenciadas dos demais. Ou seja, a turma PL era para os educandos que estavam ingressando no processo de escolarização e não alcançavam, nos testes de enturmação como o *Ale* o nível exigido; neste caso, esses estudantes eram vistos como “especiais”.

Os padrões de ensino eram estabelecidos pela Secretaria de Educação de Minas Gerais, e vinham publicados no Diário Oficial, o jornal “*Minas Gerais*” e enviado às escolas. Na Escola Rotary foi encontrado somente um livro contendo estes recortes dos jornais referentes ao período de março de 1969 a julho de 1976. Estas publicações por meio do jornal, além de trazer as informações para entendermos como se dava esse agrupamento dos estudantes, nos faz refletir na forma como eram realizadas as comunicações existentes entre as instituições escolares e o Estado. Além disso, eram publicados no Diário Oficial, o jornal “*Minas Gerais*” pela Secretaria de Educação de Minas Gerais outras informações referentes às diretrizes educacionais, as orientações didáticas para os professores de como proceder em sua prática docente, mudanças na legislação de ensino, concursos, resoluções, dentre outras. A partir disso, observamos quando nos referimos às sugestões de atividades a serem desenvolvidas em salas de aulas, como as diretrizes educacionais, homogeneizavam desde o início o processo de escolarização dos educandos, a ponto de enviar as escolas os conteúdos e atividades de classes prontas e acabadas.

A seguir temos um exemplo da forma como as atividades de classe chegavam às escolas enviadas pela Secretaria de Educação de Minas Gerais. No modelo de um plano de aula completo, a atividade continha justificativa, objetivos, procedimento de desenvolvimento do conteúdo (atividades de classe) e avaliação, cabia às professoras somente desenvolvê-lo com os estudantes.

Neste exemplo de 8 de novembro de 1969, temos as atividades de classe voltadas para o tema “Dia da bandeira”, com sugestões de atividades para serem aplicadas da 1ª a 4ª séries. Sendo que a 1ª e 2ª séries, com a orientação da professora deveriam: realizar excursões;

promover palestras, pesquisas sobre o tema e entrevistas com militares; realizar trabalhos em grupo e exposição de filmes; confeccionar diversos materiais como álbuns, cartazes, painéis e murais; e, por fim, organizar uma exposição dos trabalhos realizados e dramatização.

Dia da Bandeira (19 de novembro) – Justificativa: Visando a colaborar com o professorado mineiro, o Departamento de Educação apresenta sugestões de atividades sobre o Dia da Bandeira, as quais possibilitarão trabalhos escolares e ajudarão a formação e desenvolvimento de sadios princípios de respeito aos símbolos nacionais despertando na criança o sentimento cívico e o amor à Pátria. Sugestões de Atividades – 1ª e 2ª séries: I – Objetivos: Levar a criança a: - conhecer o motivo dessa comemoração; - conhecer a Bandeira Nacional: significado histórico, forma, cores, construção correta, hino; - compreender o significado dos símbolos nacionais: Hino Nacional, Selo, Armas; - respeitar os símbolos nacionais especialmente, a Bandeira Nacional; - desenvolver o sentimento de patriotismo. II – Atividades: 1) Excursões a: a) edifícios onde existam Bandeiras hasteadas tais como: prefeitura, correios, etc; b) um quartel, ao Palácio da Liberdade, para assistir ao hasteamento ou arreamento da Bandeira; c) um museu. 2) Palestras sobre: a) o dia da Bandeira; b) o histórico do hino à Bandeira; c) o histórico, o significado, forma, cores, da Bandeira Nacional; d) atitudes que se devem ter diante da Bandeira; e) o significado e histórico dos símbolos nacionais tais como: Selos, As Armas e o Hino Nacional. 3) Entrevistas com militares ou professores de história, a fim de saber: a) surgiu a nossa Bandeira; b) quem foi o autor do Hino da Bandeira; c) qual a atitude a tomar quando se ouve o Hino Nacional ou o Hino à Bandeira; d) como confeccionar corretamente a Bandeira do Brasil. 4) Pesquisas sobre: a) a Bandeira Nacional, como confeccioná-la corretamente; b) o hino à Bandeira; c) o autor do hino à Bandeira; d) outros símbolos nacionais. 5) Dividir a classe em 2 grupos, grupo <1> e grupo <2>: a) debates entre os dois grupos sobre: histórico da Bandeira Nacional; b) significado histórico dos símbolos nacionais; o grupo que melhor realizar o trabalho, fará sua apresentação a classe. 6) Filmes mostrando: a) as Bandeiras dos diversos países, mas destacando a do Brasil; b) o hasteamento da Bandeira; c) uma comemoração cívica; d) a atitude que devemos ter quando ouvimos o Hino Nacional ou o Hino da Bandeira. 7) Confeção de material: a) cartazes mostrando os símbolos nacionais; b) confeccionar uma Bandeira Nacional (em papel ou pano); c) cartazes mostrando Bandeiras de outros países; d) álbuns com ilustrações referentes à data; e) cartazes, mostrando o hasteamento e o arreamento da Bandeira. 8) Elaboração: a) desenhos representando a Bandeira Nacional; b) composições referentes à data; c) desenhos sobre símbolos nacionais; d) poesias sobre a Bandeira. 9) Exposição: a) armar, em um cantinho da sala, uma exposição dos trabalhos feitos pelos alunos; b) colocar na sala de aula, a Bandeira Nacional e os demais símbolos nacionais; c) representação das Bandeiras dos diversos países e em especial do Brasil. 10) Dramatizações: a) representação, em cores, formando a Bandeira Nacional, por um grupo de alunos; b) representação dos símbolos nacionais; c) representação das Bandeiras dos diversos países e em especial do Brasil. III – Avaliação: a) observação direta da classe durante as atividades referentes ao estudo que se está desenvolvendo; b) organização de questionários sobre o assunto

estudado; c) auditório coletivo ou de classe, demonstrando os conhecimentos adquiridos (MINAS GERAIS, 1969, s/p).

Reiteramos, segundo a Revista do Ensino (1963), que os temas para a realização das atividades de classe eram relacionados às datas cívicas, principalmente do 7 de setembro – Independência do Brasil – e 19 de novembro – Dia da Bandeira. Além disso, ao se trabalhar a educação cívica “[...] dar-se-ão oportunidade à formação de bons hábitos, atitudes e ideais que são considerados a ‘parte nobre’ da personalidade” (REVISTA DO ENSINO, 1963, p. 38). Os estudantes das 3ª e 4ª séries, com a orientação do professor, realizariam as mesmas atividades que os estudantes das 1ª e 2ª séries, sendo estas de forma mais avançada: entrevista com a diretora da escola; pesquisas em livros de história do curso ginasial; excursões; confecção dos mesmos materiais das 1ª e 2ª séries; construção e declamação de poesias e composições; dramatização; e, por fim, apresentação no momento da hora cívica em comemoração ao dia da bandeira.

3ª e 4ª séries: I – Objetivos: Levar a criança a: a) respeitar e venerar a Bandeira Nacional como símbolo do País; b) conhecer os outros símbolos Nacionais (Selo Nacional, Hino Nacional e Armas da República); c) conhecer a maneira correta de confeccionar e usar a Bandeira Nacional; d) conhecer as Bandeiras Brasileiras anteriores a atual; e) conhecer o Hino à Bandeira. II – Sugestões de Atividades: 1) Entrevistas com orientadora, diretora, professor de história, um aluno do curso ginasial ou uma professora de outra classe, para saber: a) como foi idealizada a nossa Bandeira; b) quem a idealizou; c) qual o significado de suas cores; d) quando foi adotada a atual Bandeira do Brasil; e) quais as Bandeiras que o Brasil possuiu antes da atual. 2) Pesquisas em livro de leitura, de história do curso ginasial, em boletim de orientação, em revistas, em jornais, em enciclopédias, em dicionários, para saber: a) o histórico da Bandeira Nacional; b) quando e por quem foi composto o Hino a Bandeira; c) quais são os outros símbolos da Pátria; d) como e quando são usados os outros símbolos da Pátria. 3) Excursões a um museu, a um colégio, a um quartel, a prefeitura ou qualquer outra repartição pública, para colher informações sobre o Dia da Bandeira. 4) Confeção de material: a) álbum, cartazes, painéis e murais representando os símbolos da Pátria e o histórico da Bandeira Nacional; b) tabuleiros de areia representando a cena do hasteamento da Bandeira e o modo correto de usá-la; c) desenhos das Bandeiras de outros países; recortes da Bandeira Nacional e dos símbolos nacionais extraídos de revistas e jornais e ornamentação da sala de aula. 5) Poesias e composições sobre o dia da Bandeira e sobre os símbolos da Pátria. 6) Dramatizações sobre as Bandeiras que o Brasil já teve, suas cores e o uso adequado da Bandeira. 7) Hora cívica: comemorando o <Dia da Bandeira> feita se possível com a participação de todas as classes, através da apresentação dos trabalhos realizados ou cada classe individualmente fará a sua. III – Avaliação: Será feita através: a) da observação direta da professora no decorrer do trabalho; b) do preenchimento de um questionário elaborado pela professora sobre o

estudo feito; c) de exposições orais feitas pelos alunos, sobre o assunto estudado; d) de relatórios escritos feitos pelos alunos após suas pesquisas (MINAS GERAIS, 1969, s/p).

Vinculadas ao Código do Ensino Primário de 1962, as Revistas do Ensino estabeleciam os Programas de Ensino Primário, prescrevendo como que as pesquisas e os estudos pedagógicos deveriam ser processados pelos responsáveis e órgãos técnicos fundamentando sua orientação. Nesta perspectiva, o Art. 65 do Código do Ensino Primário de 1962 institui que “O ensino obedecerá a orientação e programa baseados em pesquisas e estudos de caráter objetivo, processados por órgãos técnicos” (BRASIL, 1962).

Em sùmula, o que podemos inferir, a partir do estudo da legislação vigente, no que tange aos programas de ensino, é que a Secretaria de Estado da Educação, atualmente promove a elaboração de programas a título de sugestão, para os níveis primário e médio, programas esses, que são submetidos ao Conselho Estadual de Educação para aprovação (REVISTA DO ENSINO, 1968, p. 96).

Posteriormente à aprovação desses Programas de Ensino, as sugestões das atividades vinham expostas nos quadros de Serviço de Estudos Pedagógicos e Serviço de Orientação Educacional⁵⁴. Nestes programas havia a implantação de metodologias e planos de aulas, que eram direcionados para ser desenvolvidos em todo o Estado de Minas Gerais e fornecidos para atender as necessidades de todas as séries escolares em curso.

Os conteúdos elaborados pelos Programas de Ensino deveriam possibilitar aos estudantes à aquisição de novos hábitos, habilidades e atitudes imprescindíveis a preparação para a vida. Respectivamente, esses conteúdos deveriam ser para o educando significativo para sua aprendizagem e, ao mesmo tempo, flexível às suas necessidades.

Os programas devem ser elaborados tendo-se em vista a evolução da ciência. A instrução deve ser planejada em uma sequencia lógica em que o educando caminhe sempre para a frente, sem necessitar repetir formalmente a matéria já vencida, o que lhe impossibilita informar-se, e formar-se, de acôrdo com suas reais possibilidades, com menos dispêndio de energia e tempo. Os programas devem ser organizados por unidades constituídas por etapas, num crescendo de dificuldade e complexidade. Assim o programa de cada matéria

⁵⁴ “Entre as finalidades da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, definidas em regulamento, pelo Decreto Nº 6.002, de 29 de novembro de 1960, encontramos a de procurar elevar os níveis de deficiência e rendimento escolar, promovendo “o constante aprimoramento dos métodos, processos e programas de ensino”. O mesmo decreto atribui à Secretaria de Estado da Educação competência para estabelecer o plano regulador do sistema estadual de educação e cultura” (REVISTA DO ENSINO, 1968, p. 95).

será elaborado para o curso todo; o aluno vencerá na medida de suas possibilidades (REVISTA DO ENSINO, 1968, p. 98).

Inspirado no princípio comeniano, “do mais simples ao mais complexo”, os Programas de Ensino eram planejados como se fossem uma sequência lógica, em que de uma série para a outra o estudante dava continuidade ao conteúdo já estudado. Nesta perspectiva, as disciplinas escolares a serem trabalhadas em salas de aula, eram sempre as mesmas, o que mudava conforme as características regionais em que o educando se encontrava era o conteúdo programático e, às vezes, a nomenclatura da disciplina.

Na Escola Rotary, foram desenvolvidas em 1963 atividades em todas as séries relacionadas às disciplinas Língua Pátria, Aritmética e Geometria, Ciências e Higiene, Geografia e História, e Religião. No período de 1964 a 1969 foram acrescentadas ao currículo escolar a disciplina Educação Moral e Cívica e o curso de Catequese a disciplina de Religião.

As disciplinas escolares sempre foram consideradas um produto específico da composição do sistema escolar. Julia (2001) baseada nas reflexões de André Chervel (1988)⁵⁵ afirma que “[...] as disciplinas escolares são inseparáveis das finalidades educativas, no sentido amplo do termo escola, e constituem um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados [...]” (JULIA, 2001, p. 33). Essas disciplinas que estiveram no interior da escola durante o período militar eram incorporadas ao desenvolvimento de atividades de classe como a “hora de histórias”, o “clube de leitura”, os “auditórios”, as “excursões”, as “comemorações cívicas” e o “pelotão de saúde”. Essas práticas educativas e a forma como aplica-las e desenvolve-las eram também publicados pelo jornal “*Minas Gerais*” e enviadas às escolas.

Durante as reuniões entre a diretora e as professoras da Escola Rotary era tratado a respeito dos conteúdos de cada disciplina e das atividades de classe a serem desenvolvidas que eram enviados pelos Programas de Ensino, os mesmos publicados no jornal “*Minas Gerais*”. Segundo os registros destas reuniões contidos no “Livro de Atas de Diretora e Professoras – 1963 a 1969”, em várias passagens a diretora estabelece que todas as professoras deveriam acatar as sugestões de atividades advindas da Secretaria de Ensino de Minas Gerais, uma vez que “[...] as Inspetoras de Ensino visitarão a escola durante a semana para averiguar se os cadernos de planos de aulas estão mesmo de acordo com os Programas de Ensino [...]” (LIVROS ATAS DE REUNIÕES DE DIRETÔRA E PROFESSÔRAS –

⁵⁵ CHERVEL, André. “L’histoire des disciplines scolaires. Réflexions sur un domaine de recherche”. *Histoire de l’éducation*, n. 38, p. 59-119.

09/SETEMBRO/1968). Em outra ata no início de 1969, a diretora menciona que “[...] a professora que não cumprir com as exigências advindas da Secretaria de Educação será então, penalizada [...]” (LIVROS ATAS DE REUNIÕES DE DIRETÔRA E PROFESSÔRAS – 17/FEVEREIRO/1969).

Quanto às funções exercidas na Escola Rotary pela Inspetora de Ensino, estas ficavam registradas no “Livro de Termo de Visita de Inspetoras” da Escola Rotary, que cobre o período de novembro/1966 a abril/1985. Dentre as funções desempenhadas pelas inspetoras, constava a observação do cotidiano escolar (assistiam aulas junto com os educandos para medir o aproveitamento escolar de cada um e fiscalizavam se as professoras estavam desenvolvendo os planos de aula sugeridos pela Secretaria de Educação), a averiguação da frequência dos estudantes e das professoras, bem como a realização de orientações pedagógicas (sugestões de planos de aulas e metodologias de ensino) e administrativas (supervisão nos livros de escrituração e balancete, e nas fichas cumulativas) (LIVRO TÊRMO DE VISITA DE INSPETORAS).

Segundo Faria Filho (2000), o inspetor escolar, ao realizar as visitas periódicas de fiscalização do ensino nas instituições escolares, envolvia os atores da escola (direção, professores e estudantes), cabendo ao mesmo,

[...] “verificar a disciplina, ordem e regularidade dos trabalhos escolares”, “verificar se os programas do ensino primário está bem e fielmente praticado”, “dar ao professor as necessárias instruções caso verifique não ter ele bem compreendido o espírito do programa”, “assistir ao funcionamento das aulas, indicando ao professor tudo quanto repute necessário modificar no método por ele seguido” [...] (FARIA FILHO, 2000, p. 94).

De acordo com o Código do Ensino Primário de Minas Gerais de 1962 no Art. 148 do “Título VIII Da Inspeção do Ensino”, podemos classificar a Inspeção do Ensino a partir da fiscalização e assistência técnica oferecida as escolas, em três categorias: “[...] I - Delegacias do Ensino; II - Inspetorias Seccionais do Ensino; III - Inspetorias Escolares Municipais [...]” (MINAS GERAIS, 1962).

A Escola Rotary de Ituiutaba era fiscalizada pelas inspetoras que pertenciam às Inspetorias Escolares Estaduais. As atividades de inspeção e fiscalização eram desenvolvidas por uma Inspetora Escolar do próprio município que visitava a escola quinzenalmente durante um período de 04h30min por visita, ou seja, por um período de aula.

Temos a seguir mais um exemplo publicado pelo jornal “*Minas Gerais*” em 17/abril/1969 que se refere à sugestão de atividades a serem desenvolvidas pelas professoras das terceiras e quartas séries. Nesta atividade, o tema contemplado foi sobre o “Descobrimento do Brasil”.

Descobrimento do Brasil – 22 de abril: Sugestões de Atividades – 3ª e 4ª séries. Aproximando-se a data em que se comemora o Descobrimento do Brasil, todo meio educacional, notadamente o primário, se movimenta no sentido de proporcionar atividades interessantes e variadas aos alunos, sobre tão significativa data. O Departamento de Educação visando a colaborar com tão altos propósitos, sugere uma série de atividades cuidadosamente selecionadas que esperamos que sejam de utilidade para o professorado primário: - Pesquisas: Explorar os <incidentes> surgidos em rádio, televisões, jornais, etc, sobre Portugal para intensificar a curiosidade da criança, no sentido de aprofundar conhecimentos sobre os portugueses, sua história, cultura, religião, homens ilustres e seus feitos, etc. Guiar as crianças para que, em grupos pesquisem sobre os interesses dos portugueses em 1500, e atualmente, para uma discussão estabelecendo paralelo entre as duas épocas para conhecer as modificações surgidas nos interesses, na cultura, nos usos, etc. – Uso de mapas e globos para: localizar Portugal; localizar as Índias; traçar o caminho percorrido pela frota de Cabral; localizar o ponto em que Cabral aportou. – Confecção de Material: Mapas do Brasil e de Portugal, em argila ou papel jornal, de modo que os pontos principais fiquem bem visíveis, usando cores diferentes para cada ponto que se proponha destacar. Um cordão marcaria o caminho percorrido partindo de Portugal e chegando ao Brasil pela Bahia. – Álbuns com gravuras, recortes e composições sobre o Descobrimento do Brasil. – Cartazes, mostrando as figuras que mais se destacaram por ocasião do Descobrimento. – Dramatizações: adaptar a história do Descobrimento, de modo que cenas importantes possam ser representadas pelas crianças. – Fazer barras decorativas para enfeitar as salas: índios, bandeiras do Brasil e Portugal, embarcações usadas, etc. – Pantomima: Pantomimar as cenas julgadas mais importantes pelas crianças para que os coleguinhos possam descobrir de que fato importante se trata: a época, e como e o porque da parte apresentada. – Tabuleiro de areia: Apresentando, por exemplo a 1ª missa celebrada no Brasil. – Exposição do material confeccionado durante o estudo para visitação das outras classes e mesmo da comunidade. – Avaliação: Deverá ser feita durante todo o desenrolar do trabalho, quando a professora estará encaminhando, ajudando, incentivando os alunos e anotando as modificações surgidas no comportamento e nos conhecimentos relacionados com os objetivos previstos. – Autoavaliação dos grupos: exercícios escritos sobre os assuntos focalizados (MINAS GERAIS, 1969, s/p).

O trabalho desenvolvido pelas professoras primárias que contemplasse o tema sugerido envolvia pesquisas com o apoio dos meios de comunicação existentes na época (rádio, televisão e jornais) sobre notícias e curiosidades relacionadas a Portugal, tendo em vista o Descobrimento do Brasil. Nesta sugestão de atividades havia ainda o trabalho

desenvolvido com pantomimas, confecção de álbuns de gravura, recortes e cartazes, e, dramatizações com a apresentação e adaptação da história. Além disso, tinha o uso de recursos didáticos como mapas e globos geográficos, com o objetivo de localizar Portugal, as Índias e todo o trajeto percorrido Cabral e sua frota.

Para a Secretaria de Ensino de Minas Gerais, nos anos de 1960, era de extrema importância os educandos estudarem o significado das datas comemorativas do país, já que o Brasil se encontraria no período ditatorial depois de 1964, que conseqüentemente refletiu no desenvolvimento das práticas educativas no interior das escolas devido à necessidade do entrecruzamento com as atividades de classes propostas pelo programa de ensino de Minas Gerais e conteúdos escolares.

4.2 As atividades de classes: “hora de histórias”, “auditórios” e “excursões”

De acordo com a Lei nº 2.610 de 8 de janeiro de 1962, do Código do Ensino Primário em Minas Gerais, a escola deveria manter estreitas relações com o meio social colaborando com o desenvolvimento de outras atividades escolares que estavam prescritas no “Título V: Das Instituições Escolares e Extra-escolares”. Essas atividades tinham por objetivo complementar o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola, de forma que garantia aos estudantes diversas formas de sociabilidade, conforme descritas nos art. 113 e art. 114:

Art. 113 - A escola primária procurará desenvolver nos alunos o instinto social, oferecendo-lhes oportunidades de exercer os sentimentos de sociabilidade, responsabilidade e cooperação. Parágrafo único - Com tal objetivo, deverão os diretores e professores concorrer para a organização de associações escolares e promover o exercício das várias formas de atividade social próprias da infância.

Art. 114 - A escola deverá manter íntimas relações com o meio social em que funciona, colaborando com as instituições complementares e auxiliares da escola na obra de aperfeiçoamento do meio escolar e social, para o que procurará interessar na vida escolar a população da localidade, particularmente às famílias dos alunos.

Parágrafo único - A escola deverá, assim, incorporar ao seu organismo as influências favoráveis do meio social e estender a este os próprios benefícios, promovendo na sua sede reuniões frequentes dos pais e mães de família, não só para o fim de proporcionar-lhes um conhecimento mais completo da vida e do funcionamento escolar, como para ministrar-lhes, quando for o caso, conhecimentos úteis relativos à educação, higiene e outros assuntos de interesse educativo, relacionados com a vida e as ocupações locais (MINAS GERAIS, 1962).

Ambos os artigos tinham por finalidade a preparação do indivíduo para a vida incorporando a aplicação de metodologias elaboradas pelos Programas de Ensino que seriam desenvolvidos na escola. Foram criadas, perante o Código de Ensino Primário de Minas Gerais de 1962, as instituições escolares, as instituições complementares e as instituições auxiliares na escola, que eram congregadas entre si a fim de auxiliar no desenvolvimento dos conhecimentos úteis para a aprendizagem do cotidiano diário dos estudantes. O art.115 do “Título V: Das Instituições Escolares e Extra-escolares” preceitua a criação destas instituições:

Art. 115 - Sem embargo da criação de outras que forem julgadas úteis aos objetivos enunciados neste capítulo, ficam criadas, desde já, as seguintes instituições escolares, complementares e auxiliares da escola.

I - Instituições escolares: a) Auditório; b) Hora de Histórias; c) Jornal Escolar; d) Clube de Leitura; e) Clube Agrícola; f) Pelotão de Saúde; g) Cooperativa Escolar.

II - Instituições complementares da escola: a) Associação de Pais e Professores; b) Associação de ex-Alunos.

III - Instituições auxiliares da escola: a) Caixa Escolar; b) Cantina Escolar (MINAS GERAIS, 1962).

Reiteramos que essas instituições escolares criadas para auxiliar o trabalho desenvolvido nas escolas existiam na composição curricular da Escola Rotary desde 1963 e as atividades que eram realizadas ficavam registradas pelas professoras nos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe.

Segundo Souza (2004), com a reestruturação dos Programas de Ensino prevaleceu sob uma descrição detalhada os procedimentos de ensino a ser aplicado nas escolas primárias, que eram distribuídos de acordo com a série e fragmentando os conteúdos de ensino. Neste programa de ensino eram incluídas as atividades relacionadas às instituições escolares como: “[...] excursões, dramatizações, hora de histórias, brincadeiras e jogos, variados exercícios que pressupõem a atividade da criança [...]” (SOUZA, 2004, p. 151). Concordando com este autor, as atividades que prescreveremos nesta seção estão relacionadas à denominação de instituições escolares que foram instituídas no Código do Ensino Primário de Minas Gerais de 1962 – a “hora de histórias”, “auditórios”, “excursões”, “pelotão de saúde” e “clube de leitura”. Nos anos de 1950, com o debate decorrente entre escola pública versus escola privada, uma nova concepção e reestruturação de escola primária pública e gratuita vinha sendo idealizada para atender as necessidades e as exigências da sociedade que se configurava como urbano-industrial.

Essa expansão intensa do ensino primário ocorreu reproduzindo o modelo de escola primária existente, isto é, centrada na transmissão dos conteúdos, no cumprimento dos programas, nos exames formais e ritualizados, na relação professor-aluno pautada na autoridade, no respeito, no controle e na obediência [...] (SOUZA, 2008, p. 244).

Quando nos referimos aos recursos didáticos utilizados pelos professores refletimos em suas práticas pedagógicas, assim como nas metodologias de ensino que essas profissionais seguiam para alfabetizar os educandos. Durante os anos de 1960, diante das fontes que encontramos, diversas atividades de classe eram realizadas, em especial a partir de 1964. Apesar de concebermos o método, de acordo com Maciel (2010), como um caminho a ser seguido, não podemos esquecer que o método, desde a sua construção, faz parte de um processo, e que confundi-lo como sendo um conjunto de ferramentas aplicáveis para se alcançar esse caminho seria um erro irreversível, uma vez que muitos professores alfabetizadores reproduzem as ações propostas pelos autores das cartilhas e dos livros de alfabetização. Para Maciel (2010), o método pode ser definido como:

[...] um conjunto relativo a determinados princípios diretivos provenientes de uma das ciências da educação. Os métodos no Brasil foram, infelizmente, durante muitos anos, atrelados à produção de livros didáticos (cartilhas, pré-livros). Dessa forma, a concepção de método ficou restrita às orientações metodológicas [...] as técnicas de aplicações, descritas no manual do alfabetizador, em geral restritas e diretivas para o alfabetizador na execução das lições e atividades previstas pelo autor da cartilha, reduzindo a função do alfabetizador a mero executor do que o autor propunha para ser feito no livro do aluno (MACIEL, 2010, p. 49).

Segundo Maciel & Frade, foi no decorrer dos anos de 1960 que prevaleceu no Estado de Minas Gerais a circulação de livros, pré-livros e cartilhas que priorizavam o Método Global⁵⁶ e eram seguidos pelos professores primários.

[...] destaca-se em Minas uma certa hegemonia em torno dos métodos analíticos, com ênfase no método global de contos, que se utiliza de histórias clássicas supostamente já conhecidas pelos professores e pequenos leitores e

⁵⁶ Segundo Frade (2007) o método global integra o conjunto dos métodos analíticos que se orientam no sentido do estudo do todo para as partes. Esse método defende que o educando percebe as coisas e a linguagem em seu aspecto global, e, que a leitura é uma atividade de interpretação de ideias, cuja a análise das partes deve ser um processo posterior.

no método de historietas, baseado em histórias desconhecidas e desvendadas a cada lição, pelos aprendizes [...] (MACIEL; FRADE, 2003, p. 553).

De acordo com estas autoras, essas produções eram de coleções de autores mineiros, como Lúcia Casasanta (*As mais belas histórias*), Maria Yvone de Araujo (*Meninos travessos*), Maria Serafina de Freitas (*O circo do Carequinha*), dentre outros, que eram enviados às escolas por intermédio das indicações do Programa de Ensino de Minas Gerais.

O emprego do método global no ensino primário das escolas de Minas Gerais exigiu dos professores o domínio de métodos de ensino e novas técnicas de aplicação e elaboração de materiais didáticos. Dentre essas técnicas e materiais didáticos encontramos os registros da confecção de cartazes em sala de aula, álbum seriado, folhetos, jornais escritos e falados, quadros e murais de parede, mapas e globos geográficos, desenhos e imagens ilustrativas.

É imprescindível mencionar que o aumento da produção de livros decorreu principalmente devido a expansão quantitativa de estudantes e escolas durante a segunda metade do século XX com a obrigatoriedade do ensino primário estabelecida pela LDBEN 4.024/61. Em segunda instância, Maciel & Frade admitem que

[...] pode estar ligado ao desenvolvimento da própria indústria editorial brasileira, especialmente aquela ligada à produção de livros didáticos, à expansão da escola pública e a uma intensificação de uma produção pedagógica de autores brasileiros, entre outros [...] (MACIEL & FRADE, 2003, p.549-550).

Além dessas justificativas em torno do aumento da produção dos livros sinalizada por Maciel & Frade (2003), temos como influência neste período os Acordos Brasil e Estados Unidos⁵⁷ entre MEC, SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) e USAID, firmados em 6 de janeiro de 1967, que contribuiu para a circulação de aproximadamente 51 milhões de livros em todas as escolas no período de três anos. Neste âmbito, Romanelli sintetiza que

[...] Por esse acordo, seriam colocados, no prazo de 3 anos, a contar de 1967, 51 milhões de livros nas escolas. Ao MEC e o SNEL incumbiriam apenas responsabilidades de execução, mas, aos técnicos da USAID, todo o controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro (seria preciso?), até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação das editoras

⁵⁷ Acordo MEC – SNEL – USAID de Cooperação para Publicações Técnicas, Científicas e Educacionais, estabelecido em 6 de Janeiro de 1967 (ROMANELLI, 1978).

brasileiras no processo de compra de direitos autorais de editores não-brasileiros, vale dizer americanos (ROMANELLI, 1978, p. 213).

Salientamos que em 1966, foi criado pelo governo civil militar, em parceria com a USAID e a indústria de livros didáticos, o Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) que tinha como objetivo inicialmente de acordo com o Decreto N° 58.653/66 “[...] gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico, em colaboração com a Aliança para o Progresso [...]” (FILGUEIRAS, 2015, p.89). Grosso modo, o Colted tinha como objetivo estimular a produção privada de livros didáticos. Ainda em outubro de 1966 o Colted mudou sua nomenclatura para – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – em que a nova função (re) estabelecida era a de “[...] incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do MEC relacionados com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos [...]” (FILGUEIRAS, 2015, p.89). Em suma os principais objetivos deste órgão eram baratear os custos dos livros didáticos e expandir a sua produção industrial.

Outro órgão do MEC que foi criado em 1967 foi a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) que substituiu a Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), que havia sido implantada em 1956. O Fename, diferentemente do Colted, tinha como meta fazer com que o governo federal assumisse a responsabilidade pela produção de livros didáticos distribuindo os gratuitamente as escolas.

[...] O novo órgão do MEC teria a função de produzir e distribuir materiais escolares e didáticos para as escolas, “de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização” (lei n. 5.327/67). Os materiais produzidos pela Fename eram distribuídos ou vendidos a preço de custo nos postos de distribuição que seriam instalados em todo o país [...] (FILGUEIRAS, 2015, p.89-90).

Segundo Filgueiras (2011), tanto o Colted quanto o Fename foram criados pelo MEC, devido às orientações estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases – LDBEN 4.024/61, que previa o auxílio aos estudantes por meio da assistência educacional, entre eles a distribuição de material escolar e didático.

A quantidade de livros na biblioteca escolar da Escola Rotary segundo o levantamento realizado no “Livro de Registro da Biblioteca” do ano de 1969 confirma o auxílio recebido do Fename, já que o Colted privatizava o envio destes materiais. Ao todo entre obras repetidas tinha um total de 1276 livros na escola. Ressaltamos que a maioria destes livros eram doados

por estes órgãos do governo, pela comunidade em geral e professores. Entretanto, segundo registros, outros livros foram comprados com a renda de campanhas realizadas pelos membros rotarianos, tais como rifas, bazares e festas da escola. Dentre estes livros, havia cartilhas e livros didáticos para os professores, coleções para os educandos e livros de histórias infantil e juvenil. As cartilhas, sobretudo, sempre estiveram presentes no processo de alfabetização dos estudantes.

Os educandos e as professoras não podiam escolher os livros que quisessem ler (por mais que eles próprios tivessem doado ou comprado), já que era a Secretaria de Educação que sugeria os livros que deveriam ser trabalhados na hora da história e em outros momentos de leitura, conforme ata da Escola Rotary, a qual reproduzimos uma parte: “[...] As professôras deverão observar o Programa de Ensino, que ficará a disposição no armário do grupo, e dar somente poesias e livros do programa aos alunos [...]” (LIVROS ATAS DE REUNIÕES DE DIRETÔRA E PROFESSÔRAS – 08/MAIO/1965).

Na Escola Rotary verificamos nos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe, que o ano de 1968, foi o ano em que as atividades de classe relacionadas a “hora de histórias” foi mais intensa. Os estudantes se reuniam na biblioteca escolar juntamente com suas professoras e realizavam as leituras. Além disso, priorizamos o ano de 1968, para observamos as obras que havia na escola após o Acordo estabelecido entre MEC – SNEL – USAID em 1967.

Quadro 7: Livros de Histórias registrados nos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe em 1968 na Escola Rotary

Série	Livro de Histórias lidas e contadas
1ª	Chapeuzinho vermelho. Os três porquinhos. Dona baratinha. Os três ursos da floresta. Os músicos de Bremem. Joãozinho e Maria. As duas fadas. Branca de Neve. Rosa branca e Rosa Vermelha. A gata borralheira. Cinderela. Pituchinha. A galinha ruiva. A bonequinha preta. O gatinho Rique-Roque. O ganso de ouro. Margarida e o veado. João o venturoso. Bonequinho doce. O coelhinho de asas vermelhas. Aventuras de Pinóquio. O patinho feio. Rique-Roque o ratinho sonhador.
2ª	A princesa silenciosa. A velha dos gansos. O pequeno polegar. Os onze cisnes selvagens. A gatinha branca. Jaque e o pé de feijão. A princesa dos cabelos de ouro. O filho do pescador. A veadinha côr de neve. Os três cabelos de ouro do gigante. O gigante dos cabelos de ouro. O príncipe querido. A bola de ouro. A princesa de má sorte. A ratinha cinzenta. O pastorzinho. O menino que foi ao vento norte. Miudinho o valente. O pequeno vigia Lombardo. Juca e Chico. Sinhazinha e Maricota. As irmãs de Juca e Chico. A bela adormecida no bosque. George e seu gato. A moura torta. O tocador de gaita. O tamborzinho Sardo. O mercador e o gênio. Rapunzel. A Rabequinha maravilhosa.
3ª	A pastorinha dos gansos. O afilhado do gênio. A bela adormecida no bosque. O gato de botas. A princesa branca flor. Amélia ou o passarinho. O anãozinho torto. A bruxa da montanha. A casa do saltibanco. Orfeu e Eurídice. Aventuras de Gulliver. A cabrinha branca. Sangue Romanholo. Robson Crusoe. O pequeno escrevente Florentino. O patriotzinho de Pádua. Saci-Pererê. Ovos de Páscoa. O negrinho do pastoreiro. Os músicos de Bremem. A galinha dos ovos de ouro. Joãozinho e Maria.

4 ^a	Joana Darc. Davi e o gigante Golias. Riquete topetudo. O isqueiro mágico. Simba e o marinheiro. A princesa. A lenda do velocino de ouro. O condor encantado. O moinho do inferno. Castor e Polux. A roupa invisível do rei. A primeira cobra. Flôr encamada. Pérola da manhã. O país onde não havia gatos. O vaso mágico e os caramelos de Caká-Manim. O casamento do príncipe Rothosen. Noite santa. A volta de Brunhilde. Capela ou chifre da abundância. A morte de Siegfriid. O gigante egoísta. Os músicos de Bremem. A galinha dos ovos de ouro. As aventuras do Barão de Munchausen. A última lição de francês.
----------------	--

Fonte: Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe – 1968/1969.

De acordo com o levantamento realizado dos livros de história lidos durante o ano de 1968 nos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe –, podemos perceber que as professoras das mesmas séries trocavam esses materiais entre si. Os educandos da quarta série sempre ficavam com os mesmos livros, pois havia na escola somente uma turma até 1968.

Uma análise importante a se fazer é procurar estabelecer e verificar qual o viés ideológico que havia por trás dos conteúdos do conjunto destas histórias, principalmente os clássicos contos de fadas⁵⁸, por exemplo: Chapeuzinho vermelho, Os três porquinhos, Branca de neve, Cinderela, João e Maria, A bela adormecida, O gato de botas, A galinha dos ovos de ouro, dentre outros. Entretanto, é mister ressaltarmos que não pretendemos nesta seção analisar uma a uma estas histórias, assim como seu viés ideológico, mas tratar brevemente delas em seu conjunto. Além disso, sugerimos uma investigação mais esmiuçada em outro trabalho.

Segundo Tatar (2004), os contos de fadas constituem um legado cultural transmitido entre as gerações contendo ensinamentos morais e pedagógicos, e que foram adaptados no decorrer dos anos: “[...] o material de fundo em cada conto de fadas o ancora em seu contexto histórico, revelando as peculiaridades textuais e as reviravoltas ocorridas ao longo do tempo em lugares com diferentes culturas [...]” (TATAR, 2004, p. 14). Do ponto de vista histórico, Silva (2016) estabelece que:

[...] a literatura infantil tem como marco de surgimento no mundo ocidental a publicação de contos de Charles Perrault (1697) e, posteriormente, coletâneas dos Irmãos Grimm (1812 e 1815) e os contos de Hans Christian Andersen (1835). Assentados na tradição oral, estes autores, ao lado de outros que não se tornaram tão conhecidos, compilaram histórias que foram legitimadas como cânones ou clássicos universais da literatura para crianças (é preciso ressaltar que, no caso de Andersen, a maioria dos contos não foi recolhida, mas criada pelo próprio autor). Estas histórias, conhecidas como contos de fadas, capturaram um mundo imaginativo em que se desdobram

⁵⁸ Segundo Coelho (2009, p. 173) a origem dos contos de fadas são de “[...] natureza espiritual, ética, existencial [...]”, e se encontra muitas vezes fora da realidade que o sujeito esta inserido. Desse modo, o seu objetivo é se instalar no imaginário infantil e adulto, causando efeitos tanto para quem lê, quanto para aquele que escuta.

suas narrativas e não se destinavam inicialmente a um segmento diferenciado; apenas na modernidade, foram redirecionadas às crianças (SILVA, 2016, p. 25-26).

O conjunto destas histórias conhecidas, no decorrer dos anos, por contos de fadas foram marcadas pelo “Era uma vez”, cuja estrutura do texto era sempre modificada ou adaptada, e “o final feliz” permanecia. Estas histórias, por mais que fossem adaptadas no decorrer dos anos, eram sempre carregadas de magia, utopia e, muitas vezes, de um determinado preconceito discriminatório mascarado, por apresentar os estereótipos próprios que atingiam a um determinado tipo de público alvo. Além disso, essas histórias não traziam à tona realidades vivenciadas pelos educandos. Portanto, o que havia por trás das coleções era uma forma de exclusão e segregação que separava o rico do pobre, o bonito do feio, o negro do branco, que se reafirmavam conforme as características dos personagens e o contexto a qual as histórias lidas pelos adultos e pelas crianças estavam inseridas. Estas histórias sempre apresentavam os dois lados, com dois personagens ou mais que ilustravam “o mocinho bonzinho” / “os mocinhos bonzinhos” e “o vilão” / “os vilões”, ou o bom e o obscuro.

A influência da Disneyzação na ilustração e nas escolhas dos nomes dos personagens (em Cinderela, por exemplo), bem como a forma estereotipada e a pobreza das ações descritas nas narrativas. Especialmente nos contos de fadas adaptados que envolvem heroínas, é notável a influência dos desenhos animados da Disney nos cenários e caracterização das personagens, legitimando a constituição de uma cultura infantil através de uma cultura visual globalizada (em desenhos animados como em Branca de Neve, A Bela e a Fera, A Bela Adormecida e Cinderela, por exemplos) [...] (SILVA, 2016, p. 93).

Por outro lado, sabendo-se que a função social da escrita e da leitura facilita ao homem a compreensão do mundo e da realidade na qual está inserido, entendemos que isso só seria possível por meio da reflexão crítica e do questionamento proporcionado pela leitura, seja ela adaptada a um determinado contexto social, cultural e histórico ou não. Desta forma, defendemos e concordamos com Lerner que o ato de ler, “[...] é entrar em outros mundos possíveis. É indagar a realidade para compreendê-la melhor, é se distanciar do texto e assumir uma postura crítica frente ao que se diz e ao que se quer dizer, é tirar carta de cidadania no mundo da escrita” (LERNER, 2002, p. 73).

Porém, por mais que façamos uma reflexão a respeito do ato de ler e sua importância para a inserção no mundo letrado e cultural, os educandos e os professores, diante da realidade

que vivenciavam na escola, não podiam expressar sua autonomia, nem mesmo para escolher o livro que quisessem, visto que esse acesso era negado. Os professores eram cobrados tanto pela inspetora de ensino, que realizava a fiscalização, quanto pela diretora, para levar os estudantes ao espaço da biblioteca e praticar o ato da leitura ou escutar as histórias, somente dos livros estabelecidos pelo Programa de Ensino do Estado de Minas Gerais. Sendo assim, Cândido enfatiza que a literatura é como se fosse um direito humano, o qual deve ser um bem incompressível, pois esses não “[...] são apenas os que asseguram sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual [...]” (CÂNDIDO, 1995, p. 241).

Segundo o mesmo autor, bens incompressíveis garantem as necessidades humanas, como alimentação, vestuário, instrução, saúde, entre outros, incluindo a literatura. Cândido (1995) ainda destaca que a literatura, sendo uma manifestação universal, tem um papel formador na personalidade humana. Deste modo, não ter direito a ela é uma forma de mutilação do ser, da não interpretação ou da falsa interpretação da realidade na qual o educando estava inserido.

Em algumas atividades de classe eram as professoras quem realizava a leitura das histórias para os estudantes, cabendo a eles o exercício da escuta para depois dialogar com os demais colegas a respeito da história contada. Nesta perspectiva, sabemos como é importante para o educando, principalmente o que está no processo da alfabetização, ouvir histórias. Entendemos, ainda, que o ato da escuta da leitura trata-se do início da aprendizagem para se tornar posteriormente um bom leitor, pois é um caminho de novas descobertas e de interpretação e compreensão do mundo, principalmente o letrado, contribuindo, dessa forma, para a construção da linguagem oral e da escrita, dando-lhes abertura para expressar.

No livro de recortes do Diário Oficial, o jornal “*Minas Gerais*” encontramos registros dos livros, dos pré-livros⁵⁹ e das cartilhas⁶⁰ que foram enviados a escola pela Secretaria de Educação de Minas Gerais (Figuras 22 e 23). As professoras, segundo os registros contidos nos “Livros de Atas de reuniões de diretora e professoras” e “Cadernos de boletim de

⁵⁹ “[...] De acordo com Lúcia Casasanta, como o próprio nome diz, é um pré-livro porque vai iniciar a criança no aprendizado da leitura, conduzindo-a aos livros que virão, e é também um pré-livro porque ainda não é um livro, vai sendo construído como livro pelos alunos: inicialmente, o aluno recebe apenas a capa do livro, e as lições vão sendo agregadas à medida que são trabalhadas, de modo que, ao findar todas as lições, o aluno terá construído o seu pré-livro” (MACIEL, 2001, p. 140).

⁶⁰ Frade & Maciel (2006) definem as cartilhas como sendo um conjunto de “[...] impressos que passam por um ciclo de produção, circulação e divulgação dependente das necessidades pedagógicas, mas também comerciais e culturais, além disso, partilham de similitudes com outros impressos ou oferecem-se como contraponto a outros que circularam ou circulam em determinado período, devido a algumas especificidades de uso” (FRADE; MACIEL, 2006, p. 14).

frequência diária e resumo mensal – Diários de classe”, não podiam escolher ou opinar sobre esses materiais ou método a ser utilizado. Verificamos que tanto no ano de 1968 quanto no de 1969 o Programa de Ensino expediu as mesmas coleções de livros. As primeiras, segundas, terceiras e quarta série usavam em comum o livro da coleção: “*As mais belas histórias*”, de Lúcia Casasanta. A primeira série, por exigência da Secretaria de Educação juntamente com os programas de ensino, utilizava mais livros que as demais turmas, por estarem iniciando no processo de aquisição de leitura e escrita. Dentre os livros destacamos os pré-livros⁶¹ e as cartilhas.

A seguir disponibilizamos a imagem da capa de dois pré-livros, sendo um da coleção da autora Lúcia Monteiro Casasanta intitulado “*As mais belas histórias*”, e o segundo de Anita Fonseca, “*O livro de Lili*”, que foram enviados a Escola Rotary pela Secretaria de Educação de Minas Gerais nos anos de 1968/1969 para compor o arquivo da biblioteca escolar. De acordo com Maciel (2001), esses pré-livros foram uns dos mais requisitados na época pelas escolas brasileiras. Com relação aos pré-livros citados, reiteramos que “*O livro de Lili*” foi utilizado na primeira série e o pré-livro da coleção “*As mais belas histórias*” em todas as séries, como já mencionado anteriormente.

⁶¹ Entendemos por pré-livro uma das metodologias utilizadas pelo método global, que tinha por objetivo iniciar o estudante na aprendizagem da leitura. Maciel (2001), em um estudo sobre a autora Lúcia Casasanta, apresentou a diferença do que era pré-livro das cartilhas.

Figura 22: Capa do pré-livro da Coleção: *As mais belas histórias*



Fonte: MACIEL, 2001, p. 146.

Na Escola Rotary encontramos registros no acervo da biblioteca do uso da edição publicada no ano de 1961, que tinha por finalidade uma proposta de trabalho voltada para o ensino da leitura, já que o livro era composto de pequenas historietas⁶².

Figura 23: Capa do pré-livro O livro de Lili



Fonte: MACIEL, 2001, p. 144.

Com relação às cartilhas, no que se refere à História da Alfabetização no Brasil, estas foram instrumentos de aprendizagem que auxiliavam a leitura e a escrita. Estiveram muito presentes no início da escolarização, se constituindo como parte da cultura escolar brasileira. Conforme explicita Frade & Maciel (2006), as cartilhas de alfabetização são:

⁶² "Lili", "O piano de Lili", "As meias de Lili", "Joãozinho e Totó", "A cozinheira", "O burrinho Mimoso", "Ai, ai! Mimoso", "As bonecas de Lili", "Suzete", "O retrato de Lili" e "O passeio na roça" (MACIEL, 2001, p. 143).

[...] representativas das práticas e ideários pedagógicos, assim como das práticas editoriais e, historicamente, vêm se constituindo como a primeira via de acesso à cultura do impresso, uma vez que em nossa sociedade grandes parcelas da população vieram constituindo suas bibliotecas e seus modos de ler a partir da escola [...] (FRADE & MACIEL, 2006, p.14).

Concordamos com Frade & Maciel (2006) que essas cartilhas foram adotadas na tentativa de simplificar o processo de aquisição da aprendizagem da leitura e da escrita. Uma vez que apresentavam em sua composição pedagógica, pequenos textos e frases curtas, muitas vezes repetitivas para facilitar a memorização dos estudantes. Além disso, havia os incansáveis exercícios de cópia na própria cartilha, que não acrescentavam nada ao aprendizado das crianças, por ser mecânico e sem significado.

As segundas, terceiras e quarta séries tinham em comum o uso do livro intitulado: “*Exercícios de leitura silenciosa e linguagem*”, de Olívia Pinto de Castro Leite. Esses exercícios eram compostos de treinos específicos na construção de frases, envolvendo regras gramaticais e ortográficas. Analisando o título deste livro subentendemos que sugere um material elaborado de acordo com princípios defendidos pelo pensamento renovador, em que priorizava o ensino da leitura.

Figura 24: Imagens do livro *Exercícios de leitura silenciosa e linguagem*



Fonte: Disponível em: <<http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12/09/2016.

Vidal (1998) pontua que o ato de ler silenciosamente valorizava o conteúdo em detrimento da forma, além de atender aos apelos da sociedade moderna. Outra característica

observada por meio das atividades propostas pelo livro analisado enfatiza a associação de figuras/imagens com as atividades de leitura e escrita, o que indicava uma tendência voltada para os métodos globais de ensino que se apoiavam no aspecto visual para o ensino da leitura.

Em uma reunião ocorrida entre diretora e professoras em 14 de setembro de 1968, houve a participação da Inspetora Técnica – Odete Rezende, do município de Araguari – Minas Gerais, que apresentou aos demais profissionais de ensino os tipos de leitura e os objetivos de cada uma. Vislumbramos nosso olhar para a forma como a inspetora classificava leitura silenciosa:

Leitura silenciosa é o mais comum para crianças e adultos. Lerem livros, revistas, jornais, não com o intuito oratório, mas com o fim de apropriar-se de pensamentos e ideias nelas contidas. Vantagens científicas da leitura silenciosa: – É mais eficiente para a compreensão porque não se preocupa com a pronúncia; – É mais rápida porque não envolve esforço causado pela vocalização (LIVROS ATAS DE REUNIÕES DE DIRETORA E PROFESSORAS – 14/SETEMBRO/1968).

Os responsáveis pelo ensino defendiam modalidades e métodos de ensino mais individuais, em que o educando não tivesse contato e interação com os demais colegas, pois “[...] indisciplina os trabalhos grupais” (LIVROS ATAS DE REUNIÕES DE DIRETORA E PROFESSORAS – 14/SETEMBRO/1968). Por isso que a Secretaria de Ensino de Minas Gerais enviava propostas de leituras prontas em que as professoras no momento de desenvolvê-las fossem o centro das atenções e não os estudantes. Para a inspetora, a leitura oral deveria ser concebida como “[...] vantajosa quando bem dosada pela professora com objetivos próprios, sendo planejada para o desenvolvimento da classe sem tumulto” (LIVROS ATAS DE REUNIÕES DE DIRETORA E PROFESSORAS – 14/SETEMBRO/1968).

A seguir a descrição de uma das coleções de livros, pré-livros, cartilhas que foram enviados a Escola Rotary, em março de 1969, pela Secretaria de Educação de Minas Gerais.

Figura 25: Coleções de livros, pré-livros e cartilhas enviados a Escola Rotary – 1969

1.ª série	
Pré-Livros:	
1 — As Mais Belas Histórias — Lúcia Casasanta — Ed. Brasil em Minas Gerais.	12 — Três Histórias — Maria de Lourdes Gastal — Editora F. T. D.
2 — Meninos Travessos — Maria Atalécio — Ed. Vigília Ltda.	13 — Uma História e Depois Outras — Rafael Grisi (1.º grau) — Ed. do Brasil.
3 — Mimi Fugiu — Ed. Nacional.	14 — Zás-Trás — Marieta Leite — Cia. Editora Nacional.
4 — O Circo do Carequinha — Ed. Maria Serafina de Freitas — Ed. Grafiquinha.	
5 — O Livro de Lili — Anita Bonseca — Ed. Brasil.	
6 — O Presente — Magdala Lisboa Bacha — Livraria Agrir Editora.	
7 — Sarita e seus Amiguinhos — Decil Cordeiro — Ed. do Brasil.	
Cartilhas:	
1 — Cartilha Analítica — Arnaldo Barreto — Livraria Francisco Alves.	
2 — Cartilha Ativa — Sebastião C. Rocha — Ed. Francisco Alves.	
3 — Ciranda, Cirandinha e outros — Cláudia da Silva Bojekion — Ed. Cia. Editora Nacional.	
4 — Dedê, José e Tião (Livro do Aluno) — Maria de Lourdes Gastal — Ed. F. T. D.	
5 — Lalau, Lili e o Lobo — Rafael Grisi — Ed. do Brasil.	
6 — Pá, Pé e Papão (1.ª parte) — João Lúcio, Empresa Gráfica de Revista dos Tribunais.	
7 — Upa, Cavalinho — M.B. Lourenço Filho — Ed. Melhoramentos.	
Leituras Intermediárias:	
1 — As Mais Belas Histórias — Lúcia Casasanta — Ed. do Brasil em Minas Gerais.	1 — A Família de Lucinha — Josefina de Castro e Silva Guadenzi — São Paulo Editora S.A.
2 — Boneca — Lúcia Casasanta — Ed. do Brasil em Minas Gerais.	2 — A História de um Lar Feliz (2.º grau) — Maria de Lourdes Gastal — Editora F. T. D.
3 — Bonequinha Preta — Alaide Lisboa — Livraria Francisco Alves.	3 — As Mais Belas Histórias — Lúcia Casasanta — Ed. do Brasil em Minas Gerais.
4 — Bonequinho Doce — Alaide Lisboa — Livraria Francisco Alves.	4 — Coleção Pátria Brasileira — (1.º livro) — Renato Sêneca Fleury — Edições Melhoramentos.
5 — Bingo — Lúcia Casasanta — Ed. do Brasil.	5 — Coleção Pátria Brasileira — (2.º livro) — Renato Sêneca Fleury — Edições Melhoramentos.
6 — Boa Vida de João Bolinha — Vicente Guimarães.	6 — Em Casa da Vovó — Cecília Rabelo.
7 — Chapéuzinho Vermelho — Irene Lustosa — Ed. Francisco Alves.	7 — Entre Amigos — Magdala Lisboa Bacha — Livraria Agrir Editora.
8 — Caxuxa — Terezinha Casasanta — Ed. do Brasil S.A.	8 — Exercícios de Leitura Silenciosa e Linguagem — Olívia P. de Castro Leite — Editora do Brasil em Minas Gerais.
9 — Dudu em Férias — Geráida Pereira — Ed. do Brasil.	9 — História de Crianças e Animais — João Kopke — Livraria Francisco Alves.
10 — Fernandinho — Luzia Machado Brandão — Ed. do Brasil em Minas Gerais.	10 — Leituras Escolares (1.º livro) — Maria dos Reis Campos e Alcina de Souza.
11 — Joãozinho e Maria — Helena Jorge.	11 — Meu Coração — Alaide Lisboa de Oliveira — Cia. Editora Nacional.
12 — Ler e Brincar — Juraci Silveira.	12 — Meu Livro (2.º grau) — Teodoro Moraes — Cia. Editora Nacional.
13 — Meninos Travessos — Maria Yvone Atalécio de Araújo — Ed. Vigília.	13 — O Livro de Violeta — João Lúcio (Adap. de Zília Frota) — Livraria Francisco Alves.
14 — Meu Coração — Alaide Lisboa — Ed. Nacional.	14 — Pedrinho e Seus Amigos — Lourenço Filho — Edições Melhoramentos.
15 — O Gatinho Minau — Maria José de Melo Paiva — Livraria Francisco Alves.	15 — Primeiro Livro de Leitura — Erasmo Braga, revista por L. Filho — Edições Melhoramentos.
16 — Pituchinha — Marieta Leite — Livraria Itatiaia.	16 — Uma História e Depois Outras — Rafael Grisi — Editora do Brasil.
17 — Travessuras do Tufão — Magdala Lisboa Bacha — Livraria Agrir Editora.	
Livros Básicos:	
1 — As Mais Belas Histórias (1.º livro) — Lúcia Casasanta — Ed. do Brasil em Minas Gerais.	
2 — A Vida de Maria Lúcia — Rina Amil Rialva — F. Briguet — Cia. Editora.	
3 — Cirandinha — Alaide Lisboa de Oliveira — Livraria Francisco Alves.	
4 — Exercícios de Leitura Silenciosa e Linguagem — Olívia P. de Castro Leite — Ed. do Brasil em Minas Gerais.	
5 — Leitura Intermediária — Erasmo Braga, revista por L. Filho — Ed. Melhoramentos.	
6 — Leituras Escolares (Preliminares) — Maria dos Reis Campos.	
7 — Meu Coração — Alaide Lisboa de Oliveira — Ed. do Brasil em Minas Gerais.	
8 — Bonequinho de Moça — Luzia Machado Brandão — Ed. do Brasil S.A.	
9 — Pá, Pé e Papão (2.ª parte) — João Lúcio.	
10 — Pedrinho (1.º livro) — Lourenço Filho — Ed. Melhoramentos.	
11 — Que Aconteceu? — Magdala Lisboa Bacha — Livraria Agrir Editora.	
	2.ª série
	1 — A Família de Lucinha — Josefina de Castro e Silva Guadenzi — São Paulo Editora S.A.
	2 — A História de um Lar Feliz (2.º grau) — Maria de Lourdes Gastal — Editora F. T. D.
	3 — As Mais Belas Histórias — Lúcia Casasanta — Ed. do Brasil em Minas Gerais.
	4 — Coleção Pátria Brasileira — (1.º livro) — Renato Sêneca Fleury — Edições Melhoramentos.
	5 — Coleção Pátria Brasileira — (2.º livro) — Renato Sêneca Fleury — Edições Melhoramentos.
	6 — Em Casa da Vovó — Cecília Rabelo.
	7 — Entre Amigos — Magdala Lisboa Bacha — Livraria Agrir Editora.
	8 — Exercícios de Leitura Silenciosa e Linguagem — Olívia P. de Castro Leite — Editora do Brasil em Minas Gerais.
	9 — História de Crianças e Animais — João Kopke — Livraria Francisco Alves.
	10 — Leituras Escolares (1.º livro) — Maria dos Reis Campos e Alcina de Souza.
	11 — Meu Coração — Alaide Lisboa de Oliveira — Cia. Editora Nacional.
	12 — Meu Livro (2.º grau) — Teodoro Moraes — Cia. Editora Nacional.
	13 — O Livro de Violeta — João Lúcio (Adap. de Zília Frota) — Livraria Francisco Alves.
	14 — Pedrinho e Seus Amigos — Lourenço Filho — Edições Melhoramentos.
	15 — Primeiro Livro de Leitura — Erasmo Braga, revista por L. Filho — Edições Melhoramentos.
	16 — Uma História e Depois Outras — Rafael Grisi — Editora do Brasil.
	3.ª série
	1 — As Mais Belas Histórias — Lúcia Casasanta — Ed. do Brasil em Minas Gerais.
	2 — Aventuras de Pedrinho — Lourenço Filho — Edições Melhoramentos.
	3 — Daqui e de Lá — Magdala Lisboa Bacha — Livraria Agrir Editora.
	4 — Exercícios de Leitura Silenciosa e Linguagem — Olívia P. de Castro Leite — Ed. do Brasil em Minas Gerais.
	5 — História de Meninos na Rua e na Escola — João Kopke, revista por L. Casasanta — Livraria Francisco Alves.
	6 — Meu Coração — Alaide Lisboa de Oliveira — Cia. Editora Nacional.
	7 — Na Fazenda — João Lúcio — Livraria Francisco Alves.
	8 — O Livro de Eliza — João Lúcio — Livraria Francisco Alves.
	9 — Quem é o mais forte? — Cecília dos Reis Amoroso — Cia. Editora Melhoramentos.
	10 — Uma História e Depois Outras — Rafael Grisi — Ed. do Brasil.
	4.ª série
	1 — As Mais Belas Histórias — Lúcia Casasanta — Ed. do Brasil em Minas Gerais.
	2 — Através do Brasil — Bilac e Bonfim — Livraria Francisco Alves.
	3 — Contos Pátrios — Olavo Bilac e Coelho Neto — Livraria Francisco Alves.
	4 — Exercícios de Leitura Silenciosa e Linguagem — Olívia P. de Castro Leite — Editora do Brasil em Minas Gerais.
	5 — Histórias que Mamãe Contava — João Kopke, revista por L. Casasanta — Livraria Francisco Alves.
	6 — Leituras de Pedrinho e Maria Clara — Lourenço Filho — Editora Melhoramentos.
	7 — Meu Coração — Alaide Lisboa de Oliveira — Cia. Editora Nacional.
	8 — O Livro de Ideu — João Lúcio, revista por Zília Frota — Livraria Francisco Alves.

Fonte: MINAS GERAIS, 1969, s/p. Escola Estadual Rotary de 1º Grau.

Outra atividade de classe que os estudantes participavam de 1963 até 1969 eram os “Auditórios”. Nesta atividade apresentavam dramatizações, declamavam poesias e textos e cantavam músicas e hinos referentes às datas comemorativas do nosso país, por exemplo, dia do Soldado, Independência do Brasil, dentre outras.

Segundo a Revista do Ensino (1963), os programas de auditórios apresentavam diferentes atividades, de tal forma que as séries não repetiam as mesmas datas comemorativas. Na primeira série os estudantes comemoravam o dia das mães, o dia dos pais, o dia da árvore, o 12 de outubro (dia da criança e de Nossa Senhora de Aparecida) e o 19 de novembro (dia da Bandeira). Já na segunda série eram promovidas atividades voltadas para a comemoração de datas escolares, datas cívicas como: aniversário da fundação da escola, aniversário dos colegas, etc. Além disso, será comemorado ainda por essa série o 18 de abril (dia do livro), 11 de junho (Batalha do Riachuelo), 7 de setembro (Proclamação da Independência) e 19 de novembro (Dia da Bandeira). A terceira e a quarta séries ficariam encarregadas de desenvolver atividades voltadas a todas as datas comemorativas citadas anteriormente.

As atividades de classe relacionadas aos auditórios tinham que ser firmemente cumpridas, uma vez que a Secretaria de Ensino de Minas Gerais enviava, no início do ano letivo, o calendário com as datas cívicas comemorativas juntamente com as sugestões de atividades para serem desenvolvidas pelos professores e estudantes. Essas atividades ainda tinham por objetivos reforçar a ordem e a disciplina nos educandos e, de certo modo, em toda a escola, já que esta era uma das formas de expressar os ideais e o pensamento da época, que se tratava da exaltação e aclamação pela Pátria, principalmente por estarem vivenciando neste período a Ditadura Militar.

Outra forma da escola aclamar a pátria era o ritual de todos os dias antes de iniciar as aulas: as turmas se reuniam no pátio da escola para cantar o hino nacional no momento da “hora cívica”. Nos meses com datas comemorativas como abril, maio, agosto, setembro e novembro, além do hino, os estudantes treinavam as marchas.

A seguir, no quadro, um resumo das datas comemorativas que eram trabalhadas em auditórios.

Quadro 8: Datas cívicas comemorativas que foram trabalhadas em Auditórios nos anos de 1963 a 1969 na Escola Rotary

Ano	Abril	Maiο	Agosto	Setembro	Novembro
	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade
1963	Tiradentes	Nada consta	Dia do Soldado	Independência do Brasil	Dia da Bandeira
1964	Tiradentes e Descobrimento do Brasil	Abolição da Escravatura	Dia do Soldado	Independência do Brasil	Dia da Bandeira
1965	Tiradentes e Descobrimento do Brasil	Nada consta	Dia do Soldado	Independência do Brasil	Dia da Bandeira
1966	Tiradentes Descobrimento do Brasil Panamericanismo	Nada consta	Dia do Soldado	Independência do Brasil	Dia da Bandeira
1967	Tiradentes e Descobrimento do Brasil	Nada consta	Dia do Soldado	Independência do Brasil	Dia da Bandeira
1968	Tiradentes e Descobrimento do Brasil	Nada consta	Dia do Soldado	Independência do Brasil	Dia da Bandeira
1969	Tiradentes e Descobrimento do Brasil	Nada consta	Dia do Soldado	Independência do Brasil	Dia da Bandeira

Fonte: Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe – 1963/1969.

Ao investigarmos os Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe – encontramos nos registros dos anos de 1963 a 1969, as datas cívicas comemorativas que o Estado enviava para serem trabalhadas na escola em programas de auditórios. Essas datas eram padronizadas, relacionadas a fatos e personagens que marcaram a história do Brasil, e que de alguma forma deveriam ser lembrados ao ter sua imagem exaltada. Podemos vislumbrar que, nos anos de 1963 a 1969, foram comemoradas as datas referentes aos dias de Tiradentes, Descobrimento do Brasil, dia do Soldado, Independência do Brasil e dia da Bandeira. Essas datas eram trabalhadas por todas as séries juntas, sendo que cada uma ficava responsável por uma apresentação. Essas comemorações eram desenvolvidas no prazo de uma semana, por exemplo, Semana da Pátria. No mês de setembro ainda era comemorado o aniversário do município de Ituiutaba com apresentações em geral, desfiles cívicos e intensas atividades de classe voltadas também para a excursão, como uma forma dos estudantes conhecerem a cidade.

As atividades de classe envolvendo os auditórios e as excursões tinham que vir acompanhadas de plano de aula e relatório, e não podiam ser realizadas sem uma

intencionalidade. Deveriam, por exigências da Secretaria de Ensino, estar de acordo com o conteúdo que os educandos estivessem estudando nas disciplinas escolares. Com relação às excursões, a Revista do Ensino traz a seguinte contribuição:

[...] as excursões são uma oportunidade excelente, porque os alunos, em um ambiente natural, são mais espontâneos, revelando suas tendências e seus hábitos sociais. Estreitam-se os laços de camaradagem e há maior aproximação entre professor e aluno (REVISTA DO ENSINO, 1963, p. 40).

Nos anos de 1963 a 1969, as atividades de classe relacionadas à excursão eram bastante variadas. Na maioria das vezes os estudantes se deslocavam da escola para realizá-las. No quadro seguinte temos a relação das excursões realizadas por série anualmente juntamente com a descrição dos objetivos de cada uma segundo os registros contidos nos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe.

Quadro 9: Excursões realizadas pelos estudantes de 1ª a 4ª série da Escola Rotary

Ano	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos
1963	<i>Igreja</i> - Converter os alunos a fé católica; <i>Indústria</i> – Conhecer o setor industrial; <i>Fábrica de Farinha e Casemg</i> – Conhecer a produção de grãos; <i>Vista da cidade</i> – conhecer lojas, prefeitura, hospitais, praças.	<i>Igreja</i> - Converter os alunos a fé católica; <i>Máquina de arroz e Casemg</i> – Conhecer como ocorre a produção e debui de grãos; <i>Jardim</i> – Estudar as plantas; <i>Vista da cidade</i> – conhecer lojas, prefeitura, hospitais, praças.	<i>Máquina de arroz e Casemg</i> – Conhecer como ocorre a produção e debui de grãos; <i>Fábrica de papel</i> – Estudar como é feito o papel; <i>Praça</i> – Estudar a importância das árvores; <i>Igreja</i> - Converter os alunos a fé católica.	Não havia 4ª série na escola.
Ano	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos

1964	<p><i>Lagoa</i> – Estudar os peixes, girinos, plantas; <i>Padaria</i> – Entender o processo de feitura do pão; <i>Igreja</i> – Converter os alunos a fé católica; <i>Construção</i> – Estudar tipos de morada; <i>Granja</i> – Despertar o interesse pela vida econômica da comunidade; <i>Chácara</i> – Estudo de árvores, peixes, girinos, hortaliças; <i>Casemg</i> – desenvolver linguagem oral e conhecimento da comunidade.</p>	<p><i>Lagoa</i> – Estudar a água e as plantas; <i>Casemg</i> – desenvolver linguagem oral e conhecimento da comunidade; <i>Praça</i> – Estudar as figuras geométricas; <i>Chácara</i> – Estudar os tipos de flores e frutos do campo; <i>Granja</i> – Despertar o interesse pela vida econômica da comunidade.</p>	<p><i>Lagoa</i> – Estudar a água, o ar atmosférico e as plantas aquáticas; <i>Chácara</i> – Estudar os tipos de plantas; <i>Granja</i> – Despertar o interesse pela vida econômica da comunidade; <i>Casemg</i> – Observar como é feito o armazenamento dos produtos nas lavouras e dos cereais.</p>	Não havia 4ª série na escola.
Ano	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos
1965	<p><i>Galinheiro</i> – Despertar o interesse pela vida econômica local e conhecer aves domésticas; <i>Igreja</i> – Formar hábitos e ideais religiosos; <i>Lagoa</i> – Observar os pontos de evaporação da água; <i>Construção</i> – Estudar tipos de morada; <i>Mercado Municipal</i> – Comprar um filtro, hortaliças e plantas; <i>Igreja</i> – Importância da Semana Santa e amor pela religião; <i>Córrego da Pirapitinga</i> – Conhecer um laranjal.</p>	<p><i>Lagoa</i> – Estudar sobre a água; <i>Igreja</i> – Importância da Semana Santa; <i>Jardim</i> – Estudar os tipos de flores e frutos do campo; <i>Proximidade do Rio Tejuco</i> – Estudo dos minerais; <i>Fazenda</i> – Estudar animais úteis, vertebrados e nocivos; <i>Praça</i> – Estudar sobre a importância das árvores.</p>	<p><i>Córrego</i> – Estudar nascentes e a importância da água; <i>Igreja</i> – Importância da Semana Santa; <i>Jardim</i> – Estudar os tipos de flores e frutos do campo; <i>Proximidade do Rio Tejuco</i> – Estudo dos minerais; <i>Fazenda</i> – Estudar animais úteis, vertebrados e nocivos, e estudar sobre a luz solar; <i>Praça</i> – Estudar sobre a importância das árvores.</p>	<p><i>Córrego</i> – Estudar nascentes e a importância da água; <i>Igreja</i> – Importância da Semana Santa; <i>Campo</i> – Estudar as partes das plantas e suas funções; <i>Praça</i> – Estudar linhas e figuras geométricas e sobre a importância das árvores.</p>
Ano	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos

1966	<p><i>Leiteria</i> – Comemorar a Semana da Alimentação; <i>Mercado Municipal</i> – Estudar economia; <i>Panificadora</i> – Conhecer o espaço e estudar como é o feitiço do pão; <i>Granja</i> – Conhecer sobre as aves e seus produtos; Sobre o Soldado; Conhecer outro estabelecimento escolar; <i>Campo</i> – Estudo sobre peixes, girinos e aves.</p>	<p><i>Construção</i> – Estudar tipos de casa e os materiais de construções; <i>Granja</i> – Conhecer sobre as aves e seus produtos; <i>Indústria</i> – Conhecer a origem de alguns alimentos e o valor da indústria para a comunidade; <i>Meios de Transportes</i> – Conhecer os tipos de meios de transporte que existem; <i>Centro da cidade</i> – Mostrar os diversos pontos; Sobre o Soldado; <i>Campo</i> – Diferenciar figuras geométricas.</p>	<p><i>Lagoa</i> – Estudar as plantas aquáticas; <i>Casemg</i> – Conhecer materiais que mexem com terra; <i>Igreja</i> – Conhecer sobre religião; <i>Transportes</i> – Conhecer os tipos de meios de transportes que existem; <i>Praça</i> – Importância desse espaço para a comunidade; Sobre o Soldado; Conhecer o Ensino Secundário em outro estabelecimento escolar; <i>Indústria</i> – Industrialização dos produtos agrícolas.</p>	<p><i>Lagoa</i> – Estudar as plantas aquáticas; <i>Casemg</i> – Conhecer materiais que mexem com terra; <i>Igreja</i> – Conhecer sobre religião; <i>Transportes</i> – Conhecer os tipos de meios de transportes que existem; <i>Praça</i> – Importância desse espaço para a comunidade e os tipos de plantas nela; Sobre o Soldado; Conhecer o Ensino Secundário em outro estabelecimento escolar; <i>Campo</i> – Diferenciar figuras geométricas.</p>
Ano	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos
1967	<p>Conhecendo e estudando os espaços da própria escola; <i>Semana da Alimentação</i> – Estudo sobre frutas e verduras; <i>Leiteria</i> – A importância do leite e seus derivados; <i>Córrego</i> – Conhecer sobre os girinos.</p>	<p><i>Semana da Alimentação</i> – Estudo sobre frutas e verduras; Estudo das plantas; Estudo sobre a Igreja; <i>Prefeitura Municipal</i> – Conhecer a sede do governo municipal.</p>	<p>Estudo sobre o serviço de competência dos governos; Estudo sobre as plantas aquáticas; <i>Serralheria</i> – Conhecer a importância dos vegetais nesse processo.</p>	<p>Estudo sobre o serviço de competência dos governos; Estudo e diferenças entre as plantas aquáticas e plantas terrestres; <i>Cemig</i> – Conhecer o espaço e sobre eletricidade.</p>
Ano	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos

1968	<i>Praça</i> – Observar plantas e flores; Observar os pássaros no céu; <i>Estudo sobre a chuva</i> – Observar a influência da chuva nos seres vivos; <i>Granja</i> – Satisfazer a curiosidade das crianças com relação à vida das aves; <i>Máquina de Arroz</i> – Experiência de beneficiamento de arroz, produto da comunidade; <i>Córrego Sujo</i> – Enriquecer a experiência dos alunos sobre girinos.	<i>Chácara</i> – Conhecer frutas e seus valores nutritivos; <i>Granja</i> – Criar atitudes de proteção aos animais; <i>Casa de um aluno</i> – Estudo e conhecimento de animais roedores; <i>Máquina de Arroz</i> – Levar as crianças o conhecimento e a importância da indústria e produção; <i>Feira</i> – Importância de ter boa alimentação.	Visita a uma oficina sobre os índios na classe da 4ª série; <i>Moinho de vento</i> – Provar que o ar movimenta as coisas; <i>Mercado Municipal</i> – Conhecer o espaço e os produtos que são vendidos; <i>Fábrica de macarrão</i> – Estudar a importância desse alimento e produção; <i>Biblioteca pública</i> – Despertar o interesse pelos bons livros.	<i>Chácara</i> – Observar os tipos de plantas; <i>Praça</i> – Conhecer figuras geométricas; <i>Tiro de Guerra</i> – Conhecimentos gerais sobre a vida militar; <i>Pátio da escola</i> – Plantar uma árvore; <i>Casa de um aluno</i> – Despertar o interesse pela alimentação.
Ano	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos	Atividades Objetivos
1969	Conhecendo e estudando os espaços do prédio da escola; <i>Praça</i> – Plantar sementes; <i>Quintal</i> – Observar as aves; <i>Vizinhança</i> – Conhecer o que nos cerca; <i>Horta</i> – Levar as crianças para conhecer o espaço e observar as plantas.	<i>Granja</i> – Conhecer sobre as aves domésticas; <i>Casas populares</i> – Explicar as crianças como surgiram essas casas no governo; <i>Prefeitura Municipal</i> – Conhecer a sede do governo municipal; <i>Mercado Municipal</i> – Observar os tipos de alimentos.	<i>Correio</i> – Conhecer a importância desse espaço e de se escrever cartas; <i>Casemg</i> – Conhecer os métodos utilizados na Agronomia; <i>Cantina</i> – Hábitos de higiene neste espaço; <i>Mercado Municipal</i> – Observar os tipos de alimentos.	<i>Açougue</i> – Encerramento do estudo sobre o corpo humano; <i>Imagens</i> – Conhecer por meio de gravuras a Região Sul; <i>Lar da criança</i> – Conhecer esse espaço e o berçário; <i>Meios de comunicação</i> – Conhecer a ética e o departamento de comunicação; <i>Mercado Municipal</i> – Observar os tipos de alimentos.

Fonte: Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – Diários de classe – 1963/1969.

Na Revista do Ensino de 1962, Fonseca estabelecia que as excursões consistissem em fontes de experiências riquíssimas, já que contava com o apoio e recursos da própria comunidade. Para a realização das excursões, os professores deveriam, primeiramente, definir os objetivos delas e no momento de sua realização observar a forma como ela procedia. “[...] Quanto a execução: dirigida pela professora – feita livremente pelo aluno sob a direção da professora; quanto ao número de observadores: por equipe e individualmente; quanto ao número: única e repetida” (FONSECA, 1962, p. 31). Por isso que as excursões eram sempre direcionadas, tinham uma intencionalidade e não eram realizadas em descompasso com o que

estava sendo trabalhado pelos professores em sala de aula. Mais do que essa justificativa, as excursões ocorriam visando, também, a preparação dos educandos ao mundo do trabalho. Como pudemos observar no quadro 09, as visitas ocorriam em muitos locais onde havia empresas, por exemplo em fábricas de farinha, de papel, de macarrão e máquinas de arroz; além disso eram feitas visitas ao centro da cidade para conhecimento de lojas e ao Mercado Municipal; à Casemg (Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais); e ao comércio de um modo geral como padarias/panificadoras, loja de construção, leiteria, serralheria, açougue e feiras.

[...] Daí que o direcionamento a lugares onde os alunos pudessem vislumbrar um futuro profissional sugere a intencionalidade de apresentá-los ao mundo do trabalho; aos passeios estaria subjacente a intenção de preparar os educandos da classe desfavorecida para o trabalho. Se as visitas eram um momento lúdico, de alegria, de novidade [...] também eram uma forma de explorar o ambiente de trabalho de empresas expressivas. A exploração *in situ* poderia fazer os escolares pensarem em seu futuro profissional: o futuro da nação — coerentemente com o ideal da educação militar (VILLAS BOAS, 2015, p. 113).

O objetivo da realização das excursões era inserir os educandos no meio social e, por intermédio das realidades vivenciadas por eles, trazer à tona os conteúdos trabalhados em sala de aula para prepará-los para servir ao mercado de trabalho e formar mão de obra. Primeiramente o professor desenvolvia a teoria em sala e posteriormente levava os estudantes à prática, observando o comportamento e desenvolvimento de cada um na atividade.

Podemos observar e destacar ainda no quadro 9 que a visita aos espaços relacionados à igreja prevaleceu consecutivamente de 1963 a 1966. Com relação a isso, entendemos que a LDBEN 4.024/61 havia acabado de ser aprovada e estava em vigência e que tampouco adiantará neste momento, pois a laicidade não estava sendo cumprida neste caso, conforme a lei estabelecia, uma vez que a preocupação da escola era continuar convertendo os estudantes à fé católica. A partir de 1967 as visitas à igreja não ocorreram mais. Entretanto, nas fontes da escola não há justificativas e motivos destas visitas a este espaço terem acabado, o que nos dá indícios de que futuras pesquisas podem ocorrer para podermos compreender a extinção e até mesmo os motivos que levaram a ter antes as visitas a este local.

Por mais que os educandos fossem visitar o mesmo lugar mais de uma vez, não estudavam o mesmo conteúdo ou assunto que havia estudado anteriormente. As excursões, ao

serem realizadas de uma série para outra, davam continuidade, avançando os conteúdos para que não fossem repetidos. Além disso, este tipo de atividade voltada para as excursões era uma forma de estreitar as relações existentes entre educador, educando e o meio no que estava inserido.

As excursões têm a vantagem de proporcionar aos alunos a realidade do meio natural, ao invés de informações e cópias do real; desenvolvem o senso de observação; dão margem ao ensino ocasional; permitem a prática da cultura estética através da apreciação de paisagens, etc.; tornam mais naturais as relações entre educando e educador; quando realizadas a pé ou em ambientes saudáveis constituem exercício físico e boa prática higiênica, proporcionam o aparecimento de líderes, etc (FONSECA, 1962, p. 31).

As excursões sempre eram realizadas nas proximidades da escola. Quando os lugares eram muito distantes, a escola, com o auxílio financeiro da comunidade, fretava um ônibus para levar os estudantes. O horário e o dia eram apresentados na pauta da reunião de pais e mestres, assim como o colhimento das assinaturas do termo de responsabilidade. O processo de avaliação das atividades de classe relacionadas às excursões era realizado pelos estudantes por meio de desenhos.

As atividades de classes relacionadas à hora da história, aos auditórios e as excursões, apesar de serem enviadas pela Secretaria de Ensino de Minas Gerais direcionadas ao incremento dos conteúdos escolares desenvolvidos em sala de aula, proporcionavam aos estudantes a ocupação de outros espaços fora do que eles constituíam em sua rotina escolar.

4.3 As atividades de classes relacionadas ao “Pelotão de Saúde” e “Clube de Leitura”

Durante os anos de 1960, por incentivo do governo civil militar, houve a criação de clubes intraescolares para auxiliar as atividades de classes. Dentre estes o clube desportivo, o clube agrícola, o clube de leitura e o clube de saúde ou pelotão de saúde. No interior da Escola Rotary, segundo registros contidos nas fontes, existia, entre os anos de 1963 a 1969, o pelotão de saúde e o clube de leitura.

Segundo Veiga (2007), os pelotões de saúde foram implantados no Brasil por inspiração militar, uma vez que seus objetivos eram fiscalizar as condições de higiene no interior das instituições escolares (salas de aulas, pátios, banheiros, secretaria e demais localidades) e observar se os estudantes estavam uniformizados (limpos e cabelos penteados) e calçados com sapatos. Medidas sanitárias foram instituídas no interior das escolas,

segundo o Código de Ensino Primário de Minas Gerais de 1962. Dentre estas medidas, chamamos a atenção para a realização de exame médico uma vez ao ano e para a assistência à odontologia prescritas nos artigos 116 e 117.

Art. 116 - A assistência médico sanitária, abrangendo a odontológica, será prestada pelo Estado a todos os escolares, indistintamente. Parágrafo único - A Secretaria promoverá permanente contato e entrosamento com o órgão próprio da Secretaria de Saúde e Assistência com o objetivo de facilitar ao serviço médico-dentário o cumprimento integral de suas finalidades.

Art. 117 - Todos os professores, servidores e alunos serão obrigatoriamente submetidos a exame médico uma vez por ano, de preferência no início do ano letivo, para que se lhes verifique o estado de saúde. O exame médico do aluno, a quem se dará assistência permanente, será repellido sempre que, para tanto, houver solicitação do professor, enfermeiro escolar ou enfermeiro-visitador (MINAS GERAIS, 1962).

Os estudantes passavam por exames médicos assim que ingressavam na escola, independente da série escolar que fosse cursar. A finalidade, segundo os responsáveis pela escola, era formar os estudantes para cumprir a ordem social vigente e, assim, chegar ao progresso. Mas, para isso, tinham que ser “asseados”. Em abril de 1970 a diretora da Escola Rotary, em reunião com os pais e professoras verbaliza a importância de uma sociedade limpa:

[...] Êste ano mais do que nos outros, estou procurando formar atitudes de asseio, de ordem, de disciplina, não só dentro das salas de aulas, como no pátio. Queremos tirar de nossos alunos êste espírito de briga, de revolta, de ódio, de vingança. Eles precisam de se socializar como uma pessoa controlada, equilibrada, com atitudes corretas e com inteligência desenvolvida [...] (LIVROS ATAS DE REUNIÕES DE DIRETORA E PROFESSORAS – 15/ABRIL/1970).

É visível no discurso acima a preocupação da diretora com a higiene na escola e com a formação dos educandos, mais do que isso era perceptível os reflexos que a ditadura civil militar estava causando nos espaços escolares. Formar o sujeito para servir a sociedade perante a ordem social e a disciplina, era esse o lema defendido no espaço escolar. Por isso, havia uma preocupação voltada para a educação dos corpos e para o higienismo, por seu “caráter civilizador em se formar um bom cidadão”.

De acordo com Silva, Meneghin e Pereira (2010), o aumento das doenças e moléstias neste período de ditadura civil militar foi mais intenso, já que não havia profissionais de saúde suficientes e preparados para atender a demanda significativa da população. Assim sendo, a

única alternativa encontrada pelo governo civil militar foi instituir e intensificar “[...] o número de treinamento de voluntários de saúde, aumentando os programas comunitários que empregavam mão de obra gratuita, em mutirão, para o saneamento básico e construção” (SILVA, MENEGHIN; PEREIRA, 2010, p. 19). Foi então que a implantação do pelotão de saúde passou a ser vista como uma necessidade nacional, uma vez que a população se tornava cada vez mais fragilizada e “[...] o golpe militar impôs aos brasileiros um regime autoritário de administração pública, culminando com a piora da saúde principalmente da parcela mais carente da população [...]” (SILVA, MENEGHIN; PEREIRA, 2010, p. 19).

A Escola Rotary, nos primeiros anos de vigência do pelotão de saúde de 1963 a 1968, adotou o nome do patrono “Oswaldo Cruz”⁶³, alterando em 1969 para “Dr. Cristian Barnard”⁶⁴. As fiscalizações eram realizadas pelos próprios estudantes. Quem escolhia o fiscalizador do pelotão de saúde bem como quem iria fazer parte da composição do pelotão eram as professoras. Os critérios utilizados para a escolha desse fiscalizador, ou seja, desse representante do pelotão de saúde, era, a princípio, ser bom estudante, ter boas notas e ser exemplo diante dos demais colegas, apresentando boa conduta e disciplina.

Segundo as leituras realizadas nas “Atas do Pelotão de Saúde Oswaldo Cruz” podemos perceber que esses estudantes atuavam em pequenos grupos. Além disso, eram escolhidos estudantes já alfabetizados, das terceiras e quartas séries. No início do ano era a professora regente de sala de aula quem redigia as atas das reuniões; posteriormente, a partir do mês de abril, eram os próprios estudantes quem passavam a redigi-las. As reuniões ocorriam uma vez ao mês na própria escola e sempre tinham a participação de uma professora regente de sala de aula para acompanhar os estudantes e trazer a pauta a ser discutida. Os estudantes iniciavam ou encerravam suas reuniões declamando poesias e lendo textos sobre a importância da

⁶³ Segundo as informações contidas no *Caderno de Comunicações* do Rio de Janeiro - Série Memória (2006, p.107-108) “Oswaldo Gonçalves da Cruz nasceu em 05 de Agosto de 1872, em São Luis do Paraitinga (SP), filho de médico, formou-se em Medicina em 1892 pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro com a tese: A veiculação microbiana pelas águas. Casou-se em 1893 com Emilia da Fonseca e tiveram seis filhos. Em 1897 mudou-se com a família para Paris onde se especializou em Microbiologia e Soroterapia, no Instituto Pasteur. A partir daí retorna ao Brasil e abre o primeiro laboratório de Análises Clínicas. Em 1902, é nomeado diretor-geral do Instituto Soroterápico Federal; em 1903 é nomeado diretor-geral de Saúde Pública, para sanear a capital federal da febre amarela, peste bubônica e variola; em 1904 foi aprovada, por sua iniciativa, a Lei da Vacina Obrigatória. Em 1907 erradicada a febre amarela no Rio. Oswaldo Cruz recebe a Medalha de Ouro no XIV Congresso de Higiene e Demografia, em Berlim (Alemanha), em 1909 exonera-se da direção-geral de Saúde Pública; em 1913 toma posse na Academia Brasileira de Letras. Em 1916 é nomeado prefeito de Petrópolis, para onde se retirara e em 1917 morre de nefrite, dia 11 de fevereiro, em Petrópolis, aos 45 anos”. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/oswaldo-cruz>>. Acesso em: 23/03/2016.

⁶⁴ “Christian Barnard foi cirurgião em uma pequena cidade da África do Sul, ficou famoso por ter realizado o primeiro transplante de coração humano da história da medicina em 03 de dezembro de 1967”. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/barnard.htm>>. Acesso em: 23/03/2016.

higiene para se ter uma boa saúde, falavam sobre o patrono do pelotão de saúde Osvaldo Cruz e discutiam as observações que haviam realizado durante o mês anterior. Nas reuniões, segundo as informações contidas nas “Atas do Pelotão de Saúde Osvaldo Cruz de 1965”, a professora ainda tinha o papel de dividir as tarefas entre os estudantes que faziam parte do pelotão a ser realizadas durante o mês. Dessa divisão de tarefas e deveres atribuídos temos como exemplo: a fiscalização do lixo no pátio da escola, assim como no interior e exterior das salas de aula; o uso das lixeiras em sala de aula e nos demais espaços (secretaria, sala do diretor, cozinha e banheiros); a fiscalização dos uniformes dos demais colegas na escola (se este estava limpo, bem passado ou sujo e amarrotado) e do uso de calçados e meias limpas; o uso de copo, talher e prato na hora do lanche; a limpeza dos banheiros; a importância do asseio corporal (banho, pentear os cabelos, cortar e limpar as unhas) e a escovação dos dentes depois das refeições, antes de dormir e ao acordar; dentre outras fiscalizações e observações.

Os estudantes do pelotão de saúde da Escola Rotary se apresentavam diante dos demais uniformizados, impondo aos colegas a ideia de higiene, de “sociedade limpa e assim organizada” no interior da escola. A seguir temos uma imagem dos estudantes trajando os uniformes do Pelotão de Saúde.

Figura 26: Estudantes do Pelotão de Saúde Osvaldo Cruz das Escolas Reunidas Rotary



Fonte: Acervo pertencente à Escola Estadual Rotary de 1º Grau, 1965.

Podemos vislumbrar na foto dos estudantes trajando os uniformes da escola. Saliemos o que diferencia ser uniforme do pelotão de saúde são os chapéus e os lenços utilizados por eles. As meninas tinham os cabelos presos na altura dos ombros e trajavam jardineiras de cor escura até os joelhos com camisa de botão branca por baixo, sapatos e lenço branco na cabeça. Os meninos usavam calças escuras com camisa branca de botão, sapatos escuros e uma boina branca com uma cruz bordada.

Quando refletimos a imagem anterior, voltamos nosso olhar para a forma como esses estudantes estão expostos e os seus corpos disciplinados. Para Foucault (2008), o espaço disciplinar se divide conforme os corpos e elementos se distribuem. Na imagem podemos observar que os estudantes estão um ao lado do outro, em fila horizontal, ou seja, “[...] cada indivíduo em seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 123). A forma como os corpos estão colocados nos transmite não somente uma ideia de organização, mas de domínio e obediência por parte dos educandos, adjetivos constatados por Foucault no espaço disciplinar que é a escola. De acordo com Durkheim (1984), é fundamental que a criança internalize, ainda na primeira infância, a regra e o respeito por ela, assim como aprenda a cumprir o seu dever para com a regra. Pois, no espaço familiar, segundo a concepção do autor, essa aprendizagem, muitas vezes, se torna incompleta e limitada, devendo a escola estabelecer por inteiro esse conjunto de regras, denominado “disciplina escolar”.

[...] é necessário que a criança aprenda o respeito pela regra; é necessário que ela aprenda a cumprir o seu dever, porque esse é o seu dever, porque a isso se sente obrigada, e sem que a sensibilidade lhe facilite desmedidamente a obrigação. Essa aprendizagem, que seria muito incompleta no seio da família, é na escola que se deve fazer. Na escola, com efeito, existe todo um sistema de regras que predeterminam o comportamento da criança. Esta deve frequentar as aulas com regularidade, deve comparecer à hora marcada, com uma apresentação e um porte convenientes; durante a aula, não deve perturbar a ordem; após haver aprendido as lições, deve fazer suas obrigações, e fazê-las com a aplicação, necessária, etc... Existe assim uma imensidão de deveres a que a criança é obrigada a sujeitar-se. O conjunto desses deveres constitui aquilo a que chamamos a disciplina escolar. É pela prática da disciplina escolar que é possível inculcarmos na criança o espírito da disciplina (DURKHEIM, 1984, p. 250-251).

Assim como o Pelotão de Saúde, o Clube de Leitura modificou, com o passar dos anos, sua nomenclatura. Inicialmente, logo quando foi fundado em 1963, era denominado

Machado de Assis. Posteriormente, nos anos de 1964 e 1965, passou a chamar-se Antonio Castro Alves. Em 1966 e 1967, Olavo Bilac; em 1968, Rui Barbosa; e nos anos de 1969 e 1970, o clube oscilou entre os nomes: José Mauro Vasconcelos, Humberto de Campos, Carlos Drummond de Andrade, Érico Veríssimo e Humberto de Campos novamente. O Clube de Leitura, ao ter sua nomenclatura modificada, apresentou um processo de branqueamento⁶⁵ que iniciou com o nome de Machado de Assis até chegar a Humberto Campos. Esse processo vem nos afirmar que a presença do negro nas diversas instâncias sociais e culturais, e em especial, neste caso na literatura brasileira, marcaram e mascararam não somente o preconceito, mas a forma como eram segregados e excluídos. Neste sentido, concordamos com Proença Filho (2004, p. 161) ao afirmar que “a presença do negro na literatura brasileira não escapa ao tratamento marginalizador que, desde as instâncias fundadoras, marca a etnia no processo de construção da nossa sociedade”.

Com relação a Machado de Assis e suas diversas obras, destacamos que o autor, segundo Proença Filho (2004), merece algumas considerações especiais, que dividem opiniões relativas sobre sua etnia e textos que produziu:

[...] Há quem defenda que o fato de um mulato ter-se tornado um dos maiores, senão o maior dos escritores brasileiros é altamente significativo para a causa da afirmação da etnia, embora não se encontre em sua obra ficcional uma assunção ideológica nesse sentido. Outros criticam a ausência em seus textos de problemática ou temática negra positivamente dimensionada e vergastam o seu branqueamento, numa atitude tão racista quanto a que discrimina os negros. Outros mais consideram que a sua crítica mordaz à sociedade brasileira de seu tempo revela um modo de participação que o vincularia a uma certa literatura-denúncia [...] (PROENÇA FILHO, 2004, p. 172)

Na perspectiva de Bento & Carone (2002), subentendemos que o branqueamento trata-se de uma forma de negação do “eu” negro enquanto construção de sua pertença identitária em seus diversos aspectos cultural, social, econômico e político exercido pela pressão da sociedade europeizada (formada exclusivamente por brancos) para se integrar a nova ordem

⁶⁵ O branqueamento da sociedade nasceu, segundo Corrêa (2001), na pós-abolição como forma de segregação racial. Esse processo ou teoria “[...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos ‘raça mais adiantada’ e ‘menos adiantada’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas” (SKIDMORE, 1989, p. 81).

social que estava sendo construída. Ou seja, era uma maneira do negro negar a si mesmo, desprezando seus costumes e valores e, deixando, portanto, de lado as suas origens.

Todos esses nomes dos clubes de leitura citados anteriormente que se referiram a autores da literatura brasileira eram os próprios educandos com o auxílio das professoras quem escolhiam. Posteriormente, realizavam estudos referentes aos autores escolhidos, assim como declamavam poesias e liam as histórias escritas por eles. Os encontros ocorriam quinzenalmente e os estudantes realizavam diversas atividades relacionadas à literatura, como a declamação de poemas, a leitura de livros e artigos jornalísticos sobre as datas comemorativas do mês e o destaque da importância da boa leitura. Além dessas atividades, os educandos cantavam hinos e músicas que exaltavam a Pátria e o seu sentido. Salientamos que os estudantes, ao comemorar as datas cívicas, faziam referência às mesmas datas que a Secretaria de Ensino de Minas Gerais enviava as escolas para se trabalhar durante o ano: dia de Tiradentes, dia do Descobrimento do Brasil, dia do Soldado, dia da Independência do Brasil e dia da Bandeira. Nas atividades de auditório, os educandos que faziam parte do clube de leitura apresentavam dramatizações vinculadas às leituras realizadas por eles próprios aos demais estudantes da escola.

Tanto o pelotão de saúde quanto o clube de leitura foram implantados no início dos anos de 1960 por intermédio de programas advindos do governo civil militar aliado ao desenvolvimento das atividades de classe. Porém, o pelotão de saúde apresentava uma política voltada mais para o âmbito social e tinha por objetivo envolver os estudantes juntamente com a comunidade para resolver os problemas de ordem sanitária e, além disso, promover a participação dos estudantes da 3ª e 4ª série em seus programas e medidas preventivas de saúde agia na conscientização dos demais educandos.

4.4 As festas escolares e as comemorações cívicas

As festas e as comemorações escolares e cívicas passaram a ocorrer com mais frequência a partir dos anos de 1930, sendo que as comemorações de datas cívicas nacionais foram intensificadas, segundo Souza (2008), como uma forma de revitalização das práticas e alimentação do sentimento cívico nacionalista:

[...] Nas décadas de 1930 e 1940, o calendário de festas escolares foi ampliado, inserindo-se outras comemorações como a Semana da Criança. Esse evento ganha projeção numa proposta pedagógica que colocava a

criança no centro do processo educativo. O Dia da Criança foi criado na década de 1920 e passou a figurar o calendário escolar de forma eloquente no final dos anos 30 e 40 [...] (SOUZA, 2008, p. 74).

Muitas comemorações foram inseridas no período de 1930 a 1940, segundo Souza (2008). As festas e comemorações relativas ao dia da criança foram criadas em 1920, nas escolas primárias paulistas, e posteriormente foi se alastrando para outras localidades. O dia da criança sempre esteve estreitamente associado aos ideais de civismo e, principalmente, voltado para a política de proteção da criança. Nas atividades relacionadas aos auditórios na Escola Rotary as comemorações relacionadas ao dia da criança e dia do professor ocorreram juntas.

Segundo Cândido (2015), as festas que se realizavam no interior das instituições escolares beneficiavam-se culturalmente de três tipos de categorias de festas que na contemporaneidade ainda se fazem presente na sociedade brasileira. Estas categorias de festas são: as cívicas escolares, as que se comemoram no ambiente da escola e as da natureza. Considerando que há uma distinção entre esses tipos de comemorações, concebemos, de acordo com Marcílio Cândido, que as festividades cívicas escolares são “[...] as mais documentadas, são as mesmas festas comemoradas na sociedade republicana, mas organizadas de acordo com um ritual específico da escola [...]” (CÂNDIDO, 2015, p. 231). Já as que se comemoram no interior das instituições de ensino “[...] são as festas de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo [...]” (CÂNDIDO, 2015, p. 231). As festas da natureza, de acordo com Cândido (2015), são definidas como aquelas que são representadas pelas árvores e aves. Este tipo deveria ser celebrado por todas as instituições escolares públicas, particulares, confessionais e leigas, pois a data significava, segundo a autora, um culto à natureza.

Cândido (2015), baseando-se em Catroga (2000)⁶⁶, salienta que

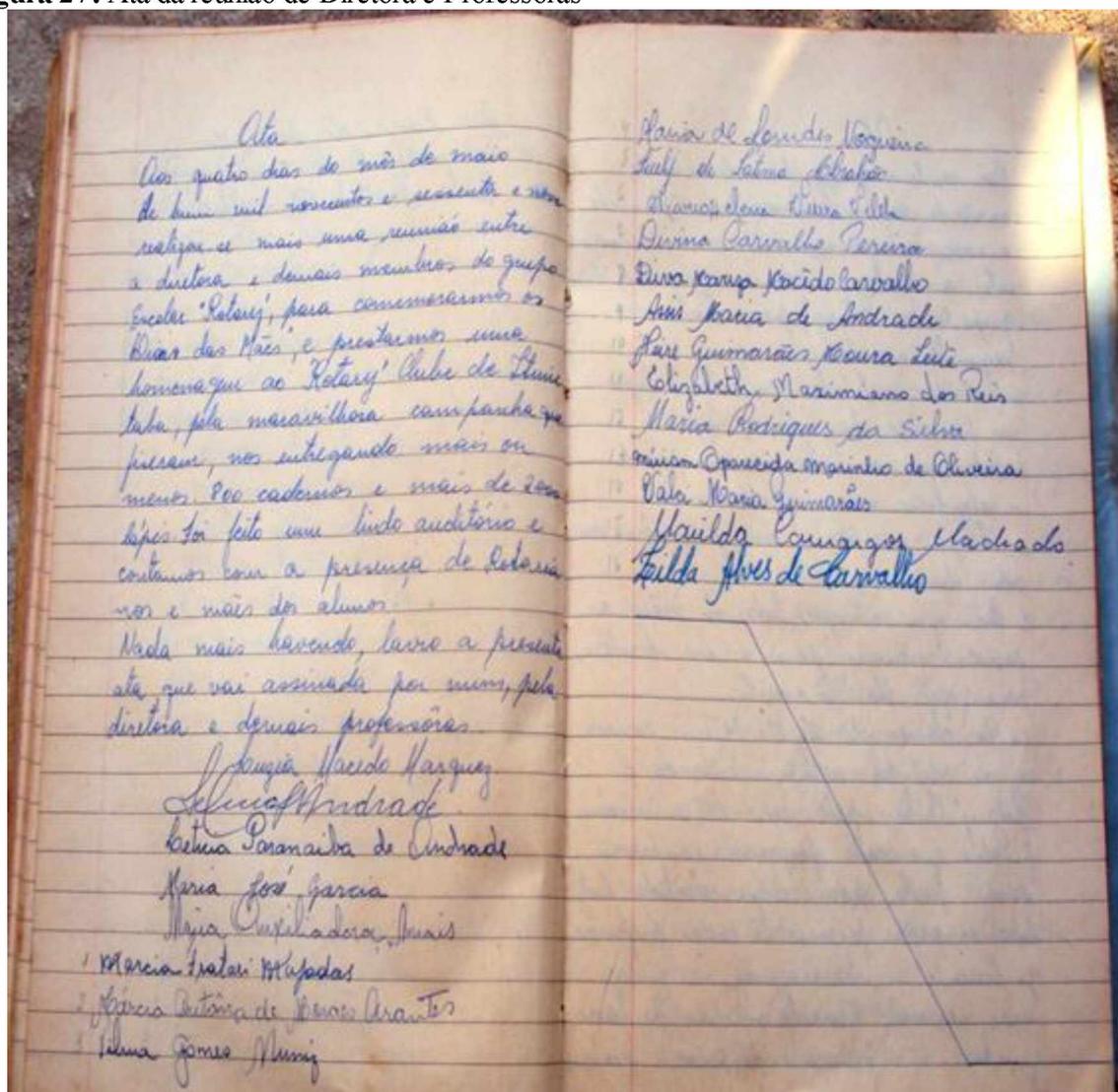
[...] A árvore, acionada como mecanismo simbólico nessas solenidades, passa a representar o “lugar de memória”, a recordação do passado às gerações vindouras, o símbolo de regeneração, representativa da capacidade de renovação característica da natureza, do mesmo modo que a república se apresenta como regeneradora de uma pátria (CATROGA, 2000 *apud* CÂNDIDO, 2015, p. 242-243).

⁶⁶ CATROGA, Fernando. *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de outubro de 2010*. Lisboa: Notícias, 2000. 2ª ed.

A árvore era vista como um símbolo da República brasileira, que significava renovação e riqueza do país. Nas instituições escolares, as comemorações do dia da árvore duravam uma semana, assim como a comemoração relativa à Independência do Brasil. Foram instituídas, então, a Semana da Árvore e a Semana da Pátria.

Outro tipo de festa que ocorre, de acordo com Cândido (2015, p. 232), nas instituições escolares são as “as homenagens e as solenidades beneficentes”. Destacamos a vigência da realização destas festas, pois eram voltadas para a Instituição Rotary Club de Ituiutaba e para os membros rotarianos como forma de homenageá-los e agradecê-los por realizarem campanhas, bazares, bailes e festas em geral a favor da escola. Temos como exemplo, a seguir, a ata que foi redigida em 04 de maio de 1969.

Figura 27: Ata da reunião de Diretora e Professoras



Segundo o Livro de Atas de Reuniões de Diretora e Professoras acima, os membros da Instituição Rotary Club foram homenageados pelos educandos devido à sucessiva realização de uma campanha de materiais escolares (cadernos e lápis) arrecadados. Analisando este ato, temos dois tipos de festividades comemoradas em um só dia que foram denominadas por Marcílio Cândido (2015) de “as homenagens e as solenidades beneficentes” e “as festas que se comemoram no interior das instituições de ensino”, neste caso em homenagem ao dia das mães.

As festas cívicas escolares sempre fizeram parte da cultura escolar brasileira, visto que evidenciavam a exaltação dos valores e dos ideais relacionados à pátria por meio de comemorações de datas e temas específicos:

No âmbito social e político, as celebrações possuíam como objetivo deixar bem patente para a população não só a escolar os progressos e o empenho do governo republicano brasileiro no âmbito educacional. As escolas representavam, para os dirigentes da época, a possibilidade do progresso econômico e social do país, e somente por meio delas a população poderia e deveria instruir-se. As comemorações de aniversário, inauguração e de encerramento do ano letivo contribuíam para a disseminação da ideia considerada moderna sobre a importância da instrução e das escolas para os países que se queriam ser desenvolvidos [...] (CÂNDIDO, 2015, p. 232).

As festas, de modo geral, ocorriam intensamente durante o período republicano como uma forma de mobilizar a memória, e concomitantemente “[...] para a divulgação de uma mensagem política e social associada aos preceitos ideológicos da republica” (CÂNDIDO, 2015, p. 238). A seguir temos como exemplo a imagem do desfile cívico da Escola Rotary em comemoração ao aniversário do município de Ituiutaba em 1966.

Figura 28: Desfile cívico do Grupo Escolar Rotary em 1966



Fonte: Acervo pertencente à Escola Estadual Rotary de 1º Grau, 1966.

Nesta imagem podemos perceber a escola sendo inicialmente representada por meninas que estavam posicionadas em fileiras de seis em seis estudantes, todas tinham os cabelos até a altura dos ombros e algumas utilizavam faixas brancas em seus cabelos. Estavam caracterizadas de uniformes e trajavam jardineira de cor escura até a altura dos joelhos com camisa de botão branca por baixo e calçavam sapatos escuros com meias escuras altas. Reiteramos que a participação dos estudantes nos desfiles e comemorações cívicas fazia parte de uma das atividades do grupo de escoteiros da escola. Com relação à influência do escotismo nas práticas educativas da escola, não temos registros de como eram realizados. As informações que vislumbramos nesta pesquisa foram que na Escola Rotary, assim como nas demais escolas, a prática do escotismo se fez presente durante os anos de 1960. Verificamos isso quando os estudantes em atividades de classe relacionadas às excursões visitavam o Tiro de Guerra ou faziam entrevista com algum ex-militar.

Segundo os registros de 1961, faziam parte das atividades nacionalistas do grupo dos escoteiros do Grupo Escolar Rotary “o hastear da bandeira nacional, o canto do hino nacional, e a participação em desfiles cívicos” (ARQUIVOS DA ESCOLA ESTADUAL ROTARY DE 1º GRAU, 1966, p. 06).

Concordando com Foucault (2008), o local que cada corpo ocupa no espaço disciplinar se define pela posição, lugar e distância que o separa dos demais corpos. A forma como os corpos das estudantes estão distribuídos nas filas nos transmite essa ideia e nos faz refletir sobre a disciplinarização e individualização dos corpos.

Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é, portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações (FOUCAULT, 2008, p. 125).

Além de analisarmos a disposição dos corpos das estudantes na imagem anterior, quando descrevemos a maneira como as meninas estavam vestidas podemos fazer menção ao uso dos uniformes. Este era considerado, segundo Silva (2015), uma forma de promover a moralização dos costumes, da higiene e da disciplina no espaço escolar e social.

[...] Ao uniformizar esteticamente os corpos mediante uma única forma de vesti-los, a escola moraliza os alunos, pois faz uso do ato de vestir para transformar a moral em prática, inserindo-a no comportamento discente. Analisar os diferentes usos dos uniformes escolares – pois a sua obrigatoriedade legal tem sido justificada, muitas vezes, no âmbito da economia, do controle e da higiene [...]. Entendidas como manifestações da vida e da cultura escolar as práticas de uso dos uniformes obedeceram a diferentes motivações e finalidades (SILVA, 2015, p. 197-198).

O uso dos uniformes nos transmite a ideia de organização do espaço escolar, assim como da disciplinarização e da moralização dos corpos contido nesse espaço, que há tempos foram imiscuídos na cultura escolar brasileira. Além do mais, a utilização dos uniformes pelos estudantes “[...] parte de uma simbologia que permeia as instituições educativas e postula valores, normas e intenções que impregnam a relação pedagógica sem que, para isso, seja necessário o discurso verbal” (SILVA, 2015, p. 201). Os uniformes da Escola Rotary nos anos

de 1960 eram representados pelas cores azul e branco, fazendo referência às cores da bandeira nacional. Já o símbolo bordado era uma engrenagem, esta representativa da Instituição Rotary Club, que significa movimento e trabalho. A ideia de que as cores e os símbolos deveriam vir carregados no peito do estudante revelavam o amor e respeito à pátria que o educando deveria ter atrelados ao caráter militar. Salientamos que pelo uso dos uniformes estavam impostas a disciplina e as regras escolares estabelecidas pelo “[...] regimento interno da escola para além de seus portões, pois os alunos, onde quer que estivessem, quando uniformizados, deveriam respeitar as normas escolares [...]” (SILVA, 2015, p. 198).

A aquisição do uso de “uniformes iguais” entre os educandos visava estabelecer homogeneidade entre os mesmos e “[...] camuflar as diferenças, forjar uma única origem a todos os seus alunos e impedir que esses se manifestem por meio do traje e expressem outro tipo de uniformização que não seja o escolar [...]” (SILVA, 2015, p. 210). Percebemos perante a realidade que vivenciamos nas escolas, que pouca coisa mudou com relação à exigência do uso dos uniformes, e que esses trajes fazem parte da identidade da escola e do estudante; assim como nos anos de 1960, o não uso pode causar até penalidades aos educandos e responsáveis.

Quanto às datas cívicas escolares e até mesmo os outros tipos de festas que se comemoravam no interior das instituições de ensino, ainda há toda uma ritualização dessas comemorações e reprodução de valores nas escolas que estão inseridas na cultura escolar brasileira. As próprias matrizes curriculares, assim como eram os programas de ensino, trazem sugestões de como trabalhar determinadas datas cívicas com os estudantes, em especial do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental Inicial.

SÍNTESE DA SEÇÃO

Na quarta seção analisamos as práticas educativas que contribuíram para a aprendizagem das crianças na Escola Rotary. Buscamos ainda responder algumas inquietações: quais as concepções educacionais desenvolvidas no interior da Escola Rotary no período 1960 a 1971? Como era concebido e organizado o ensino e a distribuição de turmas durante o regime militar? Quais práticas educativas foram desenvolvidas nessa escola? Quais eram os conteúdos curriculares trabalhados? Quais eram os materiais pedagógicos utilizados?

O que era o Pelotão de saúde? O que era o Clube de leitura? Quais eram as finalidades das festas escolares? Visto que o país passava por intensas transformações no cenário educacional brasileiro em decorrência de lutas ideológicas, políticas e sociais que ocorreram.

Dentre essas mudanças, percebemos que as práticas educativas, de um modo geral, foram mais influenciadas e intensificadas no interior da Escola Rotary quando foi instaurada, a partir de 1964, a Ditadura Militar no Brasil. O novo governo civil militar tinha um projeto de desenvolvimento para o país que abrangia o setor educacional. Em meio às iniciativas estavam a modernização das universidades com a implantação da Lei 5.540/68 e a reformulação do ensino de 1º e 2º graus com a implantação da Lei 5.692/71.

Em meio aos interesses ideológicos estabelecidos pelo regime militar, houve a assinatura dos acordos de cooperação norte-americana instituídos entre o Brasil e os Estados Unidos, os denominados Acordos MEC-USAID e a Aliança para o Progresso que determinou a existência do tecnicismo nas escolas. Além disso, contribuiu para que o MEC, orientado pela LDBEN – 4.024/61, criasse órgãos como o Fename que, por meio da assistência educacional, distribuía gratuitamente materiais escolares e livros as escolas.

De acordo com as fontes investigadas, o trabalho desenvolvido pelas professoras primárias e as práticas educativas na Escola Rotary eram representadas por meio das atividades de classe que, conforme a Secretaria de Educação de Minas Gerais, era registrada nos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – os Diários de classe – no período de 1963 a 1969. Temos como exemplo das atividades de classe realizadas: a hora da história; os auditórios; as excursões; o clube de leitura; o pelotão de saúde; e as comemorações cívicas, que eram enviadas as escolas e reestruturadas pelos Programas de Ensino. Entretanto, as professoras não podiam modificar os planos de aulas que já vinham prontos e publicados no Diário Oficial, o jornal “*Minas Gerais*”.

A Escola Rotary sempre teve uma expressiva quantidade de estudantes da 1ª a 4ª série que, logo ao ingressar no processo de escolarização, eram submetidos a classificações que variavam quanto à seriação, ao grau de conhecimento e a posição da classe social a qual pertenciam. Ademais as rotulações que os estudantes passavam, ainda pagavam para poder realizar testes e provas. Se atingissem as exigências da Secretaria de Educação eram vistos como aptos, caso contrário, eram separados dos demais colegas, ocupando as chamadas classes especiais de ensino.

Na Escola Rotary primava-se pelo seletivo, desde o ingresso dos estudantes no processo de escolarização, a enturmação, as disciplinas escolares e as atividades que as

contemplavam, até chegar ao processo de avaliação. A própria forma como a escola estava organizada carregava “o peso da cultura escolar”, que foi instituída no interior das escolas e reconstruída em diversas passagens da história da educação brasileira.

As professoras tinham sua autonomia e opiniões em parte reprimidas, conforme percebemos em uma das atas da escola, visto que a elas não era concebido o direito de escolher os materiais e recursos pedagógicos, muito menos o método de ensino para alfabetizar os educandos. A todo o momento ficavam reproduzindo os padrões de ensino que eram propostos pelos programas de ensino com o objetivo de homogeneizá-lo. Caso algum professor não cumprisse o que era proposto seria penalizado e poderia ser punido com a perda de contrato e do cargo. Além do mais, as professoras eram fiscalizadas pelas inspetoras que visitavam a escola para verificar se os programas de ensino estavam sendo desenvolvidos e se os estudantes eram frequentes e disciplinados em sala de aula.

Com relação ao método de ensino utilizado, entendemos que com o envio dos livros, pré-livros e cartilhas, os professores desenvolveram o método global aliado ao tradicional devido à forma que ele era aplicado por intermédio do programa de ensino.

Todas as atividades de classe referentes à hora da história, aos auditórios, as excursões, clube de leitura, pelotão de saúde e comemorações cívicas tinham que ser cumpridas e não podiam ser desconectadas dos conteúdos escolares. Essas propostas de ensino eram enviadas no início do ano pela Secretaria de Ensino de Minas Gerais.

De um modo geral, em todas as atividades de classe estavam inclusas as comemorações e leituras relacionadas às datas cívicas do dia de Tiradentes, do Descobrimento do Brasil, dia do Soldado, Independência do Brasil e dia da Bandeira. Os estudantes de todas as séries apresentavam dramatizações, declamavam poesias e cantavam hinos para aclamar a pátria e exaltar a imagem dos heróis destas datas.

Por intermédio do governo civil militar, o pelotão de saúde foi implantado no interior das escolas para que fossem aplicadas medidas sanitaristas. Os estudantes das terceiras e quartas séries fiscalizavam os espaços da escola e os demais educandos. Já o clube de leitura foi criado para dar continuidade as atividades de classe e incrementar as disciplinas escolares.

Vislumbramos, portanto, que todas as atividades de classe eram voltadas ideologicamente para expressar o civismo e a moralização dos costumes que sempre estiveram presentes na cultura escolar brasileira e, com a repressão da sociedade devido à Ditadura Militar, se estendeu por mais tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como ocorreu a gênese da Escola Rotary, assim como seu funcionamento desde os anos de 1956, supôs interpreta-la para além de sua implantação. A essa compreensão foram somados novos estudos e discussões teóricas relacionadas não somente a origem da escola em âmbito local, mas transcendendo a pesquisa ao âmbito nacional e internacional.

Iniciamos este trabalho discutindo como o Rotary Club enquanto clube de serviço foi inserido no mundo e no Brasil, para depois adentrar as Minas Gerais, em especial no município de Ituiutaba em 1954.

No município de Ituiutaba, em consonância com o cenário nacional, a expansão da escola pública teve sua origem nos 1950. Nesse período, o município era considerado e conhecido como a “*Capital do Arroz*”, por apresentar pujança econômica elevada, devido à alta produção deste grão, ganhando destaque no cenário nacional. No entanto, os políticos locais se voltaram somente ao aspecto econômico em que se encontrava o município, isto é, distorceram-se de outras responsabilidades. Prova disso são os altos índices de analfabetismo da população que era, neste período, de 57,35%, sobretudo no meio rural. Esses dados comparados à média nacional resultaram quantitativamente uma percentagem maior que a do estado de Minas Gerais, que era de 56,19%.

Em meio a este período que delimitamos nossa pesquisa – 1956 a 1971 – ocorreu nacionalmente o movimento de expansão educacional, embora no município de Ituiutaba este tenha ocorrido tardiamente devido à precariedade em que alguns grupos escolares foram implantados. Tendo em vista que a demanda por escolarização acarretou políticas públicas de criação de grupos escolares, essa criação de escolas não foi suficiente, já que a qualidade destes prédios não superou a demanda significativa da quantidade de educandos e suas necessidades por uma educação pública e de qualidade.

É nesse cenário que a Escola Rotary emerge, oriunda deste movimento de escolarização do município, no entanto vinculada ao Rotary Club, de cunho internacional. Em meio a este percurso destacamos a Instituição Rotary Club de Ituiutaba, criada em 1954 de âmbito privado como a mantenedora da Escola Rotary até o início dos anos de 1966 quando, por meio do Decreto de Nº 9.703 de 05 de abril de 1966, firmou com o Estado um acordo para que este assumisse responsabilidade pela escola, mas que mantivesse a nomenclatura da instituição privada na escola.

Pelo fato da Escola Rotary Club estar vinculada ao Rotary Internacional, estendeu-se ao longo deste trabalho uma discussão em torno das concepções de público e privado, que nem sempre apareceram no cenário da história da educação brasileira sob forma de conflitos, “meandros” e divergências. Mas a realidade da Escola Rotary foi de troca, convívio e ambivalência, conceitos já discutidos anteriormente por Araújo (2005).

Além disso, intensificamos o foco desta pesquisa quando buscamos compreender quais os impactos causados na educação nacional com a implantação da LDBEN 4.024/61. Ficou compreendido, por meio das análises das diretrizes educacionais governamentais, que as lacunas deixadas pela primeira lei, possibilitaram a contribuição dos rotarianos na implementação de escolas e creches. Dessa forma, esse tipo de ação desenvolvida pela Instituição Rotary Club justifica-se pelo caráter de bem estar social atribuído aos mesmos e a política social que desenvolvem dando assim legitimação ao clube.

Quando constatamos a omissão e a ausência financeira do Estado na educação pública deste município, outras instituições de caráter privado como foi o caso do Rotary Club se fortaleceram por meio de relações mercantilizadas. Ao mesmo tempo esse tipo de relação com o Estado serviu para legitimar e reafirmar a identidade de Rotary Club enquanto clube de serviço que presta serviço comunitário e assistencial a diversas outras áreas.

Ao se originar, a Escola Rotary, seguiu os ideais rotarianos de moralidade, higienismo e escotismo que atribuímos, neste trabalho, como categorias. Essas categorias, posteriormente, se refletiram no interior da escola por meio das práticas pedagógicas e na sociedade como um todo quando os membros rotarianos realizavam suas campanhas beneméritas, festas, bazares e jantares com o intuito de ajudar outras entidades sociais e não governamentais.

Ter trabalhado com esses três tipos de categorias nos desafiou a buscar e a refletir a luz de discussões teóricas de autores que tratavam do final do século XIX e início do século XX. Para tanto, iniciamos nosso embasamento teórico em Rui Barbosa, pois estava sendo definido e implementado, pelos republicanos, um novo projeto de sociedade e a educação fazia parte desse processo sendo vista como uma via para se alcançar o progresso.

A moralidade é difundida na perspectiva do clube quando os membros rotarianos a utilizam como modelo de ação para direcionar os indivíduos seja para fazerem parte da Instituição Rotary Club se tornando membro rotariano, ou para servir a sociedade com as práticas assistencialistas. Para tanto, utilizamos Durkheim (1984) como embasamento teórico quando o autor discute, em suas lições, a educação moral. Atribuímos como exemplo da

prática de moralidade do clube o desenvolvimento, assim como a aplicação da Prova Quádrupla entre os membros rotarianos.

O higienismo como categoria do Rotary Club esteve presente nas ações e campanhas voltadas para o combate de doenças em todo o mundo, manutenção e limpeza de cidades no interior do Brasil com a implantação de lixeiras nas ruas. Além disso, o clube tinha um projeto voltado para a manutenção e instalação de asilos, abrigos e creches para amparar os mais necessitados que não serviam para o mercado de trabalho tendo em vista que ocorria o processo de industrialização no Brasil.

O escotismo, apesar de ter surgido na Inglaterra no século XIX, foi idealizado no Brasil no início do século XX, aparecendo no município de Ituiutaba em 1960 quando os rotarianos criaram a Guarda Mirim e o Núcleo do Escotismo com o objetivo de formar jovens para serem bons homens. Quando analisamos, ser bons homens é o mesmo que atribuí-los a ser servis e obedientes a uma sociedade, apresentando, assim, boas posturas éticas e morais. Na Escola Rotary foi criado o Pavilhão Dea Andraus que servia para adestrar os estudantes para se apresentar nos desfiles e comemorações cívicas ilustrando as atividades extracurriculares da escola. Não temos registros se os educandos vivenciaram a educação pela dureza, conforme discute Baden-Powell (o propulsor do escotismo). Para tanto, sugerimos em outro momento um estudo que aprofundem mais essas questões relacionadas ao escotismo.

Quando buscamos analisar as práticas educativas vivenciadas no interior da Escola Rotary, nos debruçamos sobre uma vasta variedade de fontes que ilustravam e representavam as “atividades de classe” conforme a delimitação temporal selecionada para a realização desta pesquisa. O material selecionado nos auxiliou e contribuiu para que compreendêssemos as práticas pedagógicas desenvolvidas naquele período de 1964 a 1971, que foi conturbado na história da educação brasileira devido aos interesses ideológicos expressos e decorrentes do regime militar.

Percebemos, em meio às entrelinhas destas fontes selecionadas na Escola Rotary, uma autoridade carregada de tradicionalismo mascarado que vinha estabelecido pela Secretaria de Ensino de Minas Gerais das diversas formas, por exemplo, por meio dos planos de aulas publicados pelo jornal “Diário Oficial de Minas Gerais”, que tinham que ser registrado nos Cadernos de boletim de frequência diária e resumo mensal – os Diários de classe – e serem desenvolvidos pelas professoras.

Compreendemos, ainda, que esse cenário era a nível nacional e não somente no Estado de Minas Gerais, e que por mais que tenham ocorrido reformas da educação, como as

estabelecidas pelas Leis 5.540/68 e a 5.692/71, isso demonstra que a escola passou a abranger e a cumprir com rigor as diretrizes governamentais exigidas e estabelecidas durante o governo militar, já que este tinha um projeto de desenvolvimento para o país que abrangia o setor educacional brasileiro.

As atividades de classe que ilustravam as práticas educativas desenvolvidas nesse período exibiram e retrataram ideologicamente o civismo, a ordem e a disciplina que a Ditadura Militar representou. Assim como serviram para expressar o nacionalismo e a moralização dos costumes que sempre estiveram presentes na cultura escolar brasileira. Acreditamos que esta instituição dos valores ainda continua na contemporaneidade em meio aos espaços escolares quando se estabelece a obrigação do uso dos uniformes, a ritualização das comemorações cívicas escolares, a rigurosidade no ensino, a divisão do currículo escolar, o cumprimento das disciplinas escolares e nas formas de avaliação, seja no momento da seleção ou da classificação dos estudantes.

Assim, concluímos que esta pesquisa atingiu os objetivos propostos no início e proporcionou o desvelamento a respeito da situação da escola pública instituída no município de Ituiutaba no período histórico selecionado, em especial a respeito da gênese da Escola Rotary. Ter realizado este trabalho ampliou ainda mais o *corpus* de conhecimento sobre instituições escolares na região, fazendo sempre um movimento transnacional que discute a condição da institucionalização da escola pública não apenas em nível local, mas regional e nacional.

Neste movimento transnacional, compreendemos, ainda, a respeito da vinculação da Instituição Rotary Club de Ituiutaba com o Rotary Club Internacional refletindo, dessa maneira, a sua dinâmica de funcionamento, bem como a ideologia implícita nos princípios rotarianos que se refletiram no interior da Escola Rotary e na sociedade ituiutabana.

Para tanto, sugerimos e propomos a continuação deste trabalho em futuras pesquisas acadêmicas quando pela ausência de fontes específicas tanto quanto pela metodologia e referências bibliográficas direcionadas não tivemos as informações desejadas com relação aos dados quantitativos de escolas fundadas pelo Rotary Club e a relação que se estabeleceu entre o município de Ituiutaba, o movimento escotista e o clube. Assim como as questões relacionadas ao gênero, etnia e posição social dos educandos e suas famílias nos anos de 1950 e 1960 na Escola Rotary, devido à relevância social e cultural dos mesmos como uma forma de classificação dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 2ed. Trad. Alfredo Bossi. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

_____. *Dicionário de Filosofia*. Trad. da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa Social) (Orgs.) *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

AMARANTE, Alberto Pires. *Contribuição à história do Rotary no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasil Rotário, 1973.

ARAÚJO, José Carlos Souza. O público e o privado na história da educação brasileira: da ambivalência ao intercâmbio. In: LOMBARDI, José C.; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da (orgs.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados, Histedbr; Unisal, 2005. Coleção Memória da Educação. p. 125-144.

_____. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 233-257.

ARAUJO, Gilda Cardoso de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema é o de estudar”. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011. UFPR. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/15800/14128>>. Acesso em: 01/05/2016.

ARROYO, Miguel González. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da Educação Básica. *Em Aberto*, Brasília, ano 11, n. 53, p. 46-53, jan./mar.1992. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1834/1805>>. Acesso em: 23/03/2016.

AURAS, Gladys Mary Teive. Manual de Lições de Coisas de Norman Calkins: operacionalizando a forma intuitiva de ensinar e de aprender. *Sarmiento: Anuário Galego de História da Educación*, n. 11, 2007, p. 79-92.

AZEVEDO, Fernando de. Manifesto dos Educadores mais uma vez convocados. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Diretrizes e bases da educação*. São Paulo: Pioneira, 1960, p.57-82.

AZEVEDO, Fernando de. Manifestos dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959). In: *Coleção Educadores – MEC*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010.

BAÇAN, Lourivaldo Perez. *O livro secreto da maçonaria*. São Paulo: Universo dos Livros, 2008.

BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982. vol. X, t. IV.

_____. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, vol. X, t. II, 1883.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: 70, 2011.

BARROS, Roque Spencer Maciel. Da escola pública e da escola particular. In: BARROS, Roque Spencer Maciel (Org.). *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960, p. 119 -123.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Teoria do Estado e Ciência Política: 6ª Edição*. São Paulo: Celso Bastos, 2004.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs.). *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOARINI, Maria Lúcia. (Org.). *Higiene mental: ideias que atravessaram o século XX*. Maringá: Eduem, 2012.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política: 10ª Edição, 9ª Tiragem*. São Paulo: Malheiros, 2000.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, 27 de dez. 1961.

_____. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 12 de ago. 1971.

_____. Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *A educação nas Mensagens Presidenciais (1890 – 1986)*. Brasília, INEP, 1987.

_____. Congresso Nacional. *Mensagem dos Presidentes*. Rio de Janeiro: 1957. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>. Acesso em: 26/05/2016.

BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CÂNDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. O que a escola festeja? Uma retomada histórica sobre os tipos e sentidos das festas escolares. In: CATANI, Denice Barbara; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *O*

que a escola faz? Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia, EDUFU, 2015. p. 229-250.

CARVALHO, Laerte Ramos de. As diretrizes e bases: breve história. In: BARROS, Roque Spencer Maciel (Org.). *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960, p.203-216.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia Científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COELHO, Nelly Novaes. *O conto de fadas: símbolos, mitos e arquétipos*. São Paulo: Paulinas, 2009.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. *Educ., Soc.*, Campinas, vol.28, n.100 - Especial pp.809-829, out.2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0928100.pdf>>. Acesso em: 20/05/2016.

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. Estado e políticas sociais no Brasil: formas históricas de enfrentamento da pobreza. *III Jornada Internacional de Políticas Públicas*, Tema: Questão Social e Desenvolvimento do Século XXI. Universidade Federal do Maranhão. São Luís/MA, 28 a 30 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/da432eb1d3cfdb310903Cleonilda.pdf>>. Acesso em: 08/09/2016.

DEWEY, John. *Liberalismo, Liberdade e Cultura*. Tradução Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional/USP, 1970.

DRAIBE, Sônia Miriam. Uma nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. *São Paulo em Perspectiva* – Revista da Fundação SEADE, Vol. 11, n. 4, 1997. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n04/v11n04_01.pdf>. Acesso em: 23/10/2016.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia, educação e moral*. Tradução de Evaristo Santos. Porto: Rés ed. 1984.

_____. *A Educação Moral*. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2008.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS — XXV volume. Rio de Janeiro, IBGE, 1959.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FERNANDES, Florestan. A democratização do Ensino. In: BARROS, Roque Spencer Maciel (Org.). *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de. O grupo escolar João Pinheiro: sua gênese e desenvolvimento no cenário histórico-educacional de Ituiutaba (1908-1988). In: SOUZA, Sauloéber Târsio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (org.). *Do público ao privado, do confessional ao laico. A história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 73-114.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)*. São Paulo: PUCSP, 2011. 252f. Tese (doutorado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a Ditadura Militar: a COLTED e a FENAME. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 19, n. 45, jan./abr., p.85-102, 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/44800/pdf/66>>. Acesso em: 30/03/2016.

FONSECA, Hilda S. Soares. O ensino por unidades de trabalho. *Revista do Ensino*. Secretária da Educação Departamento de Educação. Ano XXXI, n. 213, Dez/1962, p. 25-34.

FOULCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira (Orgs.) *História da Alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2006.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. *Educação (UFSM)*, v. 32, p. 21-40, 2007.

FRATTARI NETO, Nicola José. *Educandário Espirita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora*. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973). Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FRATTARI NETO, Nicola José; CARVALHO, Carlos Henrique de. Educandário espirita ituiutabano: entre a opulência econômica e os problemas do ensino em Ituiutaba-MG, nos anos 1950. *Revista Fato & Versões*, v. 2, n. 4, jul/dez, 2010. Uberlândia-MG. Disponível em: <<http://200.233.146.122:81/revistadigital/index.php/fatoeversoes/article/view/225/188>>. Acesso em: 25/02/2016.

FREITAS, Eurípedes Alves de. *Rotary Club de Ituiutaba: suas origens – seus líderes – suas realizações*. Ituiutaba: Off – Set Egil, 1995.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964–1985)*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber*. Portugal: Martins Fontes, 1972.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILBERT, MARTIN. *A segunda guerra mundial* (1989). Tradução Ana Luisa Faria; Miguel Serras Pereira. Portugal: Publicações Dom Quixote, 2009.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. *O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde* (Brasil, século XX). (Tese de Doutorado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.

GONÇALVES, Janina Fleury Teixeira. Política brasileira de bem-estar: relações entre Estado, formuladores de política e clientela. Um instrumento analítico para a formulação de políticas. *Revista RAP*, Rio de Janeiro, v.30, n. 02, p.71-106, mar/abr 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8097/6919>>. Acesso em: 01/11/2016.

GRAMSCI, Antônio. Rotary Club, maçonaria, católicos. In: _____. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 5ª Ed., Tradução Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 415-422.

HARRIS, Paul Percy. *O fundador de Rotary*. São Paulo: Rotary Club de São Paulo, 1954.

INÁCIO FILHO, Geraldo. *Monografia sem Complicações: métodos e normas*. Campinas: Papyrus, 2006.

ITUIUTABA. Secretaria Municipal de Educação. *Dados sobre a criação e instalação de escolas estaduais de Ituiutaba*. Levantamento realizado via – SER – Superintendência Regional de Ensino. Ituiutaba, MG, novembro de 2015.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, jan.-jun./2001, p. 9-43. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>>. Acesso 12/03/2016.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2000.

LACERDA, Renato Santos. *Rotary Club: poder invisível na terra prometida* (1959-1967). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, (Dissertação de Mestrado em Educação), 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1996. 544 p.

LERNER, Delia. *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar: a escola como repartição pública de verdade. In: VIDAL, D. G. (org.) *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil* (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 103-163.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; MELO, Cristiane Silva; MORMUL, Najla Mehanna. Rui Barbosa e educação: as Lições de Coisa e o ensino da moral e cívica. *Educação Unisinos* (Online), v. 18, n. 3, setembro/dezembro 2014, p. 320-330.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. *Lúcia Casasanta e o método global de contos; uma contribuição à história da alfabetização em Minas Gerais*. (Tese de Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

. Alfabetização e métodos ou métodos de alfabetização. *Guia de Alfabetização* nº 2. Escrita e leitura como tornar o ensino significativo. São Paulo: Segmento, 2010.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. A história da alfabetização nas cartilhas escolares: práticas pedagógicas, produção e circulação em Minas Gerais (1834-1997). In: *Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*, vol.2, Uberlândia: UFU, 2003. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo7/completos/hist-alfabe.pdf>>. Acesso em: 28/03/2016.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da Psicologia no Brasil. *Psicologia em Estudo*, v.5, n.1, p.115-137, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n1/v5n1a08.pdf>>. Acesso em: 21/11/2016.

MATTOS, Anibal. *O Rotary no Brasil e os problemas brasileiros*. Belo Horizonte: Apollo, 1935.

MINAS GERAIS. *Decreto 5458, de 15 de julho de 1958*. Institui a campanha de reparo e restauração dos prédios escolares do estado. Belo Horizonte: Diário do Executivo de Minas Gerais, 16 jul. 1958. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:decreto:1958-07-15;5458>>. Acesso em: 31/10/2016.

. *Lei 2610 de 08 de janeiro de 1962*. Código do Ensino Primário de Minas Gerais, 1962. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Lei&num=2610&comp=&ano=1962&texto=original>>. Acesso em: 23/02/2016.

. *Decreto nº 9703 de 05 de abril de 1966*. Transforma em Grupo Escolar a Escola Rotary. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=9703&comp=&ano=1966>>. Acesso em: 20/10/2015.

MORAES, Vera C. O. *Tudo pela pátria: a história do Instituto Marden (1933–45)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

MOURA SOBRINHO, Vicente Batista. *Massificação do Ensino em Uberlândia MG: a fala da imprensa (1940 – 1960)*. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, (Dissertação de Mestrado em Educação), 2002. 183 p.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976 (reimpressão).

NEVES, Lúcia. Maçonaria. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

NÓBREGA, Paulo de. Grupos escolares: Modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto (Org). *Mosaico de escolas: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 253-280.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de bem-estar social: origens e desenvolvimento. *Katálysis*, n.5, jul./dez., 2001, p. 89 -103. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5738>>. Acesso em: 28/05/2016.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. 2. Campinas: Alínea, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. *Colégio Santa Teresa: um estudo a respeito do ensino confessional em Ituiutaba, Triângulo Mineiro, MG (1939-1942)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, Terezinha. O teste Ale no curso primário. *Revista do Ensino*. Secretária da Educação Departamento de Educação. Ano XXIX, Nº 209, p.111-115, jun. 1961.

PACHECO, Simone Beatriz Neves. *Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatinos em Ituiutaba-MG (1940-1971)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PEREIRA, Yêda Marques; CARVALHO, Niza; SOUZA BRASIL, Maria Auxiliadora de. Programas de Ensino e dos Livros Didáticos. *Revista do Ensino*. Secretária da Educação Departamento de Educação. Ano XXXVII, Nº 232-233, p.93-100, jul./set. 1968.

PORTES, José Silvano. *Cartilha Rotária*. 5ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Editora Cuatiara, 1999.

_____. *Cartilha Rotária*. 8ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Cuatiara, 2006.

_____. *Cartilha Rotária*. 13ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Cuatiara, 2014.

POWELL, Baden Lord. *Guia do chefe Escoteiro: teoria do adestramento escoteiro, um subsídio para a tarefa dos chefes*. 5. ed. Porto Alegre: Escoteira, União dos Escoteiros do Brasil, 2000.

PROENÇA FILHO, Domicio. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, São Paulo, jan./abr. 2004, p.161-193. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a17v1850.pdf>>. Acesso em: 02/11/2016.

RABELLO, Ricardo Rocha; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. O escotismo como associação voluntária no início do século XX: prática pedagógica extra-escolar. *Interfaces Científicas – Educação*. Aracaju, v.01, n. 03, p. 33-41, 2013.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Ministério da Educação e Cultura, Vol. XXXIV, n. 79, Jul./Set.1960.

REVISTA DO ENSINO. Publicada pela Secretaria do Ensino de Minas Gerais, Vol. XXXII, n. 215-216, Ago./Dez.1963.

_____. Publicada pela Secretaria do Ensino de Minas Gerais, Vol. XXXVII, n. 232-233, Jul./Set. 1968.

RIBEIRO, Eurico Branco. *O Rotary em evolução*. São Paulo: Saraiva, 1954.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: A organização escolar*. São Paulo: Autores Associados, 2005. 17ª Edição Revista e Ampliada.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil – Estados Unidos. *Perspectivas*, São Paulo, v. 30, jul./dez. 2006, p. 151-175. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/368/253>>. Acesso em: 13/06/2016.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. O Grupo Escolar de Villa Platina e a Educação: variações intrínsecas sobre um prédio determinado. In: SOUZA, Sauloéber Tarsio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (org.). *Do público ao privado, do confessional ao laico*. A história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 47-71.

_____. Sala de aula à sombra da magnólia: precariedade da escolarização pública em Ituiutaba, Minas Gerais (1940-1960). *Cadernos de História da Educação*. vol. 11, n.1, jan./jun. 2012, p. 31-50. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/17529>>. Acesso em 01/06/2016.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 8ªed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROTARY INTERNACIONAL. *Manual de procedimentos: com informações suplementares*, S.L, Rotary Internacional, 1975.

_____. *Manual de procedimentos*. S.L, Rotary Internacional, 1978.

_____. *Manual de procedimentos*. Guia de referência sobre as normas do Rotary, 2013.

_____. *Plano de Atividades*. Instituição Rotary Club de Ituiutaba 2014.

SÃO PAULO, O Estado de. Liberdade de Ensino Remunerada. In: BARROS, Roque Spencer Maciel (Org.). *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960, p. 22-24.

SAVIANI, Demerval. Breves Considerações sobre fontes para a História da Educação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, pp. 28-35, ago. 2006. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/Especial/Final/art5_22e.pdf>. Acesso em: 15/06/2016.

_____. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v.14, n. 40, jan./abr. 2009, p.143-155. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 05/02/2016.

_____. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIOLI, João Paulo. Alfabetização funcional. In: SILVA, Edson Avellar da (Org.). *Rotary e a alfabetização* – coletânea de textos publicados na “Revista Brasil Rotário” – Rio de Janeiro: Brasil Rotário, 2006.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *Rotary Club: habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto. Reformas de ensino, modernização administrada. In: SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda (Orgs.). *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 17-86.

SILVA, Agostinho da. *Textos pedagógicos*. Baden Powell, pedagogia e personalidade. Lisboa: Âncora, 2000.

SILVA, Elen Maisa Alves da. *Era uma vez... A literatura infantil que circula na escola: uma análise de edições adaptadas de contos de fadas*. Porto Alegre, 2016. (Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação de Porto Alegre). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142031/000992759.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10/11/2016.

SILVA, Cristiane Maria da Costa; MENEGHIM, Marcelo de Castro; PEREIRA, Antônio Carlos e Milhae. Educação em Saúde: uma reflexão histórica de suas práticas. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio do Janeiro, vol. 15, n. 5, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v15n5/v15n5a28.pdf>>. Acesso em: 12/02/2016.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005. 439 p.

SILVA, Katiene Nogueira da. O que a escola faz ao instituir o uso dos uniformes? In: BARBARA CATANI, Denice; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *O que a escola faz?* Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia, EDUFU, 2015, p. 197-227.

SILVA, Marcos José Diniz. *Moderno-espiritualismo e espaço público republicano* [manuscrito] – maçons, espíritas e teosofistas no Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, (Tese de Doutorado), 2009.

SIMMEL, George. *El individuo y la libertad: ensayos de critica de la cultura*. Barcelona: Península, 1986.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. A Militarização da Infância: Expressões do Nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos Cedes*. Cultura escolar - história, práticas e representações. São Paulo: Unicamp, nº 52, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v20n52/a08v2052.pdf>. Acesso 03/01/2016.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Sauloéber Tarsio de. O Universo Escolar nas Páginas da Imprensa Tijuana (Ituiutaba-MG – anos de 1950 e 1960). *Cadernos de História da Educação*, vol. 9, n.2, jul/dez. 2010, p. 523-541. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/11461>. Acesso 03/06/2016.

STEWART JR., Donald. *O que é o liberalismo*. 5 ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 118 p.

SUBSTITUTIVO Lacerda. *Proposta do deputado Carlos Lacerda em substituição ao projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresentada à Câmara dos Deputados em 1959*. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Diretrizes e bases da educação*. São Paulo: Pioneira, 1960, p.504-522.

TATAR, Maria. *Contos de fadas: edição comentada e ilustrada*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

THEODORO, Janice. *A construção da cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2003. Disponível em:

<http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/texto_escolas_paulistas.pdf>. Acesso em: 20/10/2016.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

UHLE, Àgueda Bernadete. *Comunhão Leiga: O Rotary Club no Brasil*. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, (Tese de Doutorado em Educação), 1991. 353 p.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas de leitura na escola brasileira dos anos 1920 e 1930. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 87-116.

VILLAS BOAS, Márcia Silvia de Melo. *Grupo Escolar 13 de Maio á educação primária na periferia de Uberlândia, MG 1962 – 71*. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, (Dissertação de Mestrado em Educação), 2015. 134 p.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política*. v. 1. 14ª. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

WEREBE, Maria José Garcia. O projeto e o ensino primário. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de (org.). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. São Paulo: S.A. 1960.

XAVIER, Libânia Nassif. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 5, jan.-jun. 2003.

FONTES

Arquivos:

Escola Estadual Rotary. Ituiutaba, Minas Gerais, 1956.

Escola Estadual Rotary. Ituiutaba, Minas Gerais, 1965.

Escola Estadual Governador Bias Fortes. Ituiutaba, Minas Gerais, 1960.

Escola Estadual Rotary. Ituiutaba, Minas Gerais, 1966.

Hemeroteca Nacional, 1920.

Cadernos de Boletim de frequência diária e Resumo mensal – Diário de classe. Escola Estadual Rotary de 1º Grau, (1963-1969).

Instituição Rotary Club de Ituiutaba, 1966.

Livros de Ata do Clube de Leitura. Escola Estadual Rotary de 1º Grau, (1963 – 1970).

Livros de Ata do Pelotão de Saúde. Escola Estadual Rotary de 1º Grau, (1965 – 1969).

Livros de Ata de Reuniões de diretoras e professoras. Escola Estadual Rotary de 1º Grau, (1963 – 1971).

Livro de recortes “Diário Oficial – Jornal Minas Gerais”, 1968.

Livro de recortes “Diário Oficial – Jornal Minas Gerais”, 1969.

Livros de Promoção. Escola Estadual Rotary de 1º Grau (1963 – 1969).

Livro Termo de visita de inspetoras. Escola Estadual Rotary de 1º Grau (1966 – 1985).

Atas: Ata da Câmara Municipal de Ituiutaba 15/03/1955.

Ata da Instituição Rotary Club de Ituiutaba 06/06/1954.

Ata da Instituição Rotary Club de Ituiutaba 09/07/1957.

Ata da Instituição Rotary Club de Ituiutaba 09/09/1958.

Ata da Instituição Rotary Club de Ituiutaba 14/09/1958.

Ata de Reuniões de diretoras e professoras da Escola Rotary 13/06/1964.

Ata de Reuniões de diretoras e professoras da Escola Rotary 09/05/1965.

Ata de Reuniões de diretoras e professoras da Escola Rotary 04/03/1967.

Ata de Reuniões de diretoras e professoras da Escola Rotary 09/09/1968.

Ata de Reuniões de diretoras e professoras da Escola Rotary 14/09/1968.

Ata de Reuniões de diretoras e professoras da Escola Rotary 17/02/1969.

Ata de Reuniões de diretoras e professoras da Escola Rotary 15/04/1970.

Jornal: Consulta às Coleções do jornal constante do Acervo da Fundação Cultural de Ituiutaba/MG (FCI).

Folha de Ituiutaba 07/Janeiro/1956.

Folha de Ituiutaba 25/Fevereiro/1956.

Folha de Ituiutaba 30/Junho/1956.

Folha de Ituiutaba 03/Maio/1958.

Folha de Ituiutaba 24/Junho/1961.

Folha de Ituiutaba 18/Novembro/1961.

Folha de Ituiutaba 17/Janeiro/1962.

Folha de Ituiutaba 11/Dezembro/1963.

Jornal Correio do Pontal 26/Janeiro/1956.

Jornal Correio do Pontal 27/Junho/1957.

Jornal Correio do Pontal 03/Janeiro/1958.

Jornal Correio do Pontal 10/Janeiro/1958.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Recenseamento de 1989.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Recenseamento de 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Recenseamento de 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Recenseamento de 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Recenseamento de 2011.

Websites: Sites utilizados e acessados durante a pesquisa para agregar outros tipos de informações.

Acervo online do Rotary Internacional. Disponível em: <<https://www.rotary.org/pt>>. Acesso em: 21/11/2015.

BIOGRAFÍAS Y VIDAS. *Biografia sobre Christian Barnard*. Disponível em: <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/b/barnard.htm>>. Acesso em: 23/03/2016.

RIO DE JANEIRO. *Biografia sobre Oswaldo Cruz*. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/oswaldo-cruz>>. Acesso em: 23/03/2016.

Imagem do livro Exercícios de Leitura Silenciosa e Linguagem da autora Olívia Pinto de Castro Leite. Disponível em: <<http://acervohistoricodolivroescolar.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 12/09/2016.

Mapa do Bairro Progresso (local onde se situa a Escola Rotary) Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-18.964185,-49.4536932,15z>>. Acesso em: 26/10/2016.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em: 04/11/2016.

Portal online do MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17457-programa-brasil-alfabetizado-novo>>. Acesso em: 22/03/2016.

Site oficial da Instituição Rotary Club de Ituiutaba. Disponível em: <<http://www.workline.com.br/rotary/>>. Acesso em: 24/03/2016.

Site nacional e governamental dos escoteiros. Disponível em: <<http://escoteiros.org.br/escotismo/>>. Acesso em: 26/01/2016.